

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Roberta Pinto Medeiros

**A construção da memória e da identidade pelos movimentos sociais: a
atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre relatada
em seu acervo**

Rio de Janeiro
2020

Roberta Pinto Medeiros

A construção da memória e da identidade pelos movimentos sociais: a atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre relatada em seu acervo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito final para a obtenção do título de doutora em Memória Social.

Linha de pesquisa: Memória e Linguagem

Orientador: Prof.^a Dr.^a Evelyn Goyannes Dill Orrico

Co-Orientador: Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva

Rio de Janeiro

2020

P488 Pinto Medeiros, Roberta
A construção da memória e da identidade pelos movimentos sociais: a atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre relatada em seu acervo / Roberta Pinto Medeiros. -- Rio de Janeiro, 2020.
246

Orientadora: Evelyn Goyannes Dill Orrico.
Coorientadora: Eliezer Pires da Silva.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2020.

1. Memória. 2. Identidade. 3. Movimentos sociais.
4. Arquivo. I. Goyannes Dill Orrico, Evelyn , orient. II. Pires da Silva, Eliezer, coorient. III. Título.

Roberta Pinto Medeiros

A construção da memória e da identidade pelos movimentos sociais: a atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre relatada em seu acervo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), da linha de pesquisa Memória e Linguagem, na área de concentração em estudos interdisciplinares em memória social.

Data da defesa: 30/03/2020

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Evelyn Goyannes Dill Orrico (Orientador)

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Mariana Lousada (UNIRIO)

Prof.^a Dr.^a Natália Bolfarini Tognoli (UFF)

Dr. Diego Barbosa da Silva (Arquivo Nacional)

À Aurora, minha filha.

AGRADECIMENTOS

Quero começar os agradecimentos a minha orientadora, professora Evelyn Orrico, por ter acreditado no meu potencial para terminar esta tese. Sem uma devida orientação a caminhada seria muito mais tortuosa e difícil. Agradeço também ao professor Eliezer que, desde o início tem colaborado, mas, no decorrer do processo, incorporou-se à co-orientação, tendo em vista sua larga experiência em arquivo. Também agradeço aos membros da banca que estiveram presentes desde a qualificação desta pesquisa. A contribuição de vocês foi fundamental para que a tese tivesse um corpo definido e tomasse um rumo certo. Muito obrigada Francisco, Natália, Mariana e Diego.

Agradeço ao programa de Memória Social da UNIRIO que me acolheu durante os quatro anos do doutorado. Foi muito gratificante fazer parte do corpo discente dessa universidade, em especial do programa de Memória Social. Obrigada aos professores de quem tive a oportunidade de assistir às aulas, que me ensinaram e acrescentaram novas vivências, novos saberes e novas dúvidas (por que não?).

Agradeço especialmente, ao MJDH, ao Jair que desde 2009 me concede o acervo desse movimento social do qual tenho um carinho mais que profissional, além disso sempre me recebe quando preciso. Jair, muito obrigada por mais uma vez me permitir elaborar outra pesquisa sobre uma pequena parte do acervo do MJDH. Lutemos, amigo!

Amiga Janaína, tu és minha inspiração, não canso de dizer isso. Não é à toa que te escolhi como madrinha da Aurora. Amiga, obrigada por tudo, sempre!

Não posso deixar de agradecer ao meu amigo e companheiro Thiago. Obrigada por me incentivar quando eu queria desistir. Ainda bem que tudo isso chegou ao fim!

Filha, desculpa pelas inúmeras ausências, e às vezes, pela falta de paciência! Tentei ao máximo conciliar tua chegada e a escrita desta tese. Sei que deixei passar alguma coisa, tanto contigo quanto nesta tese, mas aprendi que ninguém é perfeito (nem uma tese é totalmente finalizada, sempre há o que acrescentar ao texto) e ninguém nasce sabendo ser mãe. Esta tese é pra ti Aurora!

UM ANO DE LUTA

Ao término do seu primeiro ano de existência, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos convocou uma Assembleia Geral. Os participantes não foram numerosos, porém dispostos a prosseguir na sua opção concreta pelos pobres, como decorrência do seu comportamento cristão.

Resultado da imagem pública do nosso Movimento e da seriedade de sua ação, há uma crescente procura dos serviços que o mesmo vem prestando. O problema social agudiza-se em proporções geométricas e precisamos de adesões mais numerosas de pessoas que se proponham a abraçar a luta pelos que não têm vez e voz, numa sociedade brutalmente competitiva. [...]

RESUMO

A proposta desta tese é discutir os resultados da análise dos relatórios de atividades anuais do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, do período entre 1979 a 2015, a partir do papel dos arquivos de movimentos sociais na busca e defesa pelos direitos humanos individuais e coletivos. Além da abordagem sobre a análise dos relatórios, esta tese discute, também, os campos de memória e identidade a partir do acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. O estudo resulta do desenvolvimento do trabalho de pesquisa de tese pelo Curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Essa proposta de trabalho resultou em duas frentes de exploração, sendo que a primeira consistiu de uma análise de conteúdo dos relatórios, o que correspondeu às seguintes categorias analíticas: defesas em prol dos Direitos Humanos; atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos); e promoção e campanhas. Essa primeira análise resultou no enfoque das atividades do Movimento, ou seja, evidenciou seu papel na luta pelos direitos humanos, além disso, o resultado dessa pesquisa foi substancial para a segunda etapa de estudo do *corpus* da pesquisa. A segunda parte da análise correspondeu exatamente ao propósito desta pesquisa, ou seja, relacionar o papel dos arquivos de movimentos sociais no Brasil, no caso do Movimento, com a memória, a identidade e os arquivos. Portanto, essa documentação presente no acervo do Movimento faz desse lugar uma ferramenta social e uma fonte de dados e de resguardo da verdade por documentos que têm o caráter de testemunho e de prova de que aqueles fatos ocorreram. Além de ser um instrumento social, o arquivo do Movimento é um lugar que mantém em exercício a memória, evitando que se torne ausente e, conseqüentemente, se torne esquecimento. Logo, os arquivos representam, por meio da informação que preservam, uma memória de resistência de um determinado grupo ou sujeito, permitindo o respeito à pluralidade de memória e de identidades. Essa tese permitiu perceber, pela análise dos documentos de arquivo, a participação do Movimento de Justiça e Direitos humanos na conquista e defesa dos direitos humanos no Brasil desde a década de 1980.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Movimentos sociais. Arquivo.

ABSTRACT

The purpose of this research is to discuss the analysis of annual reports from the Movement for Justice and Human Rights, from 1979 to 2015, based on the role of the archives of social movements in the search and defense of individual and collective human rights. In addition to the approach to the analysis of reports, this thesis also discusses the fields of memory and identity based on the collection of the Movement for Justice and Human Rights. The analysis results from the development of the research work by the Doctoral Course of the Postgraduate Program in Social Memory of the Federal University of the State of Rio de Janeiro. This work proposal resulted in two fronts of exploration, the first of which consisted of a summary of the content of the reports, which corresponded to the following analytical categories: defenses in favor of Human Rights; activities conditioned to Social Movements; and promotion and campaigns. This first analysis resulted in the focus of the Movement's activities, that is, it evidenced its role in the fight for human rights. Besides, the result of this analysis was substantial for the second stage for the study of the research corpus. The second part of the report corresponded precisely research propose that is, to relate the role of the archives of social movements in Brazil, in the case of the Movement, with memory, identity and archives. Therefore, the documentation present in the collection makes this place a social tool and a source of data and protection of the truth by documents that have a character of testimony and evidence that the facts occurred. In addition to being a social instrument, the Movement's archive is a place that keeps memory in exercise, preventing it from becoming absent and, consequently, becoming forgetfulness. Therefore, the archives represent, through the information they preserve, a resistance memory of a particular group or subject, allowing respect for the plurality of memory and identities. This thesis entitled to perceive, through the analysis of the archival documents, the participation of the Movement for Justice and Human Rights in the conquest and defense of human rights in Brazil since the 1980s.

Keywords: Memory. Identity. Social movements. Archive.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Recorte de jornal sobre a linha do tempo após um ano do sequestro dos Uruguaios	43
FIGURA 2: Continuação da linha do tempo	43
FIGURA 3: Recorte de jornal sobre o caso Sandro Yost	44
FIGURA 4: Recorte de jornal sobre as Mães da Praça de Maio – Argentina	45
FIGURA 5: Procedimentos a serem aplicados no <i>corpus</i> da pesquisa	50
FIGURA 6: Gráfico dos indicadores para interpretação do <i>corpus</i> da pesquisa	53
FIGURA 7: Esquema dos polos de análise	56
FIGURA 8: Representação da categoria Defesas em prol dos Direitos Humanos	86
FIGURA 9: Representação da categoria Outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)	87
FIGURA 10: Representação da categoria Promoção e campanhas	88
FIGURA 11: Linha do tempo (2001 a 2012) sobre o apoio e o fomento à cultura nacional	89

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Panorama de acontecimentos no período de 1975 a 1980 relacionados a manifestações sociais e atos governamentais	20
QUADRO 2: Categorias selecionadas para a pesquisa	55
QUADRO 3: Atividades do relatório anual de 1980	60
QUADRO 4: Atividades do relatório anual de 1980-1981	62
QUADRO 5: Atividades do relatório anual de 1982	63
QUADRO 6: Atividades do relatório anual de 1983	64
QUADRO 7: Atividades do relatório anual de 1984	66
QUADRO 8: Atividades do relatório anual de 2002	67
QUADRO 9: Atividades do relatório anual de 2003	68
QUADRO 10: Atividades do relatório anual de 2004	70
QUADRO 11: Atividades do relatório anual de 2005	72
QUADRO 12: Atividades do relatório anual de 2006	74
QUADRO 13: Atividades do relatório anual de 2011	76
QUADRO 14: Atividades do relatório anual de 2012	78
QUADRO 15: Atividades do relatório anual de 2013	79
QUADRO 16: Atividades do relatório anual de 2014	80
QUADRO 17: Atividades do relatório anual de 2015	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ENTRE MEMÓRIA, IDENTIDADE E DOCUMENTOS DE ARQUIVO	17
2.1 Movimentos sociais no Brasil e seus acervos como lugares de memória e testemunho	18
2.2 Lugar de memória: os arquivos	26
3 ONDE TUDO COMEÇOU: O MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DE PORTO ALEGRE, RS	36
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	48
5 OS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH	58
5.1 O contexto do acervo do MJDH e a pré-análise dos relatórios de atividades anuais	58
5.2 As análises das categorias nos relatórios de atividades anuais do MJDH: resultados da pesquisa	59
5.2.1 <i>Relatório de atividade do ano de 1980</i>	60
5.2.2 <i>Relatório de atividade do ano de 1980-1981</i>	61
5.2.3 <i>Relatório de atividade do ano de 1982</i>	62
5.2.4 <i>Relatório de atividades do ano de 1983</i>	63
5.2.5 <i>Relatório de atividade do ano de 1984</i>	64
5.2.6 <i>Relatório de atividade do ano de 2002</i>	66
5.2.7 <i>Relatório de atividade do ano de 2003</i>	67
5.2.8 <i>Relatório de atividade do ano de 2004</i>	69
5.2.9 <i>Relatório de atividade do ano de 2005</i>	71
5.2.10 <i>Relatório de atividade do ano de 2006</i>	72
5.2.11 <i>Relatório de atividade do ano de 2011</i>	74
5.2.12 <i>Relatório de atividade do ano de 2012</i>	76
5.2.13 <i>Relatório de atividade do ano de 2013</i>	78
5.2.14 <i>Relatório de atividade do ano de 2014</i>	80
5.2.15 <i>Relatório de atividade do ano de 2015</i>	81

<i>5.2.16 Reflexão sobre a análise dos relatórios de atividades anuais do MJDH</i>	82
<i>5.2.17 O papel dos arquivos de movimentos sociais na defesa por direitos humanos: o caso do MJDH</i>	93
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	108
ANEXO A – QUADRO DE ARRANJO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	109
ANEXO B – BOLETIM INFORMATIVO DO MJDH ANO 1/1980	126
ANEXO C – RELATÓRIO DA COMISSÃO POPULAR DE 1980	127
ANEXO D – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 1980	135
ANEXO E – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANOS 1980/1981	137
ANEXO F – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 1982	148
ANEXO G – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 1983	152
ANEXO H – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 1984	157
ANEXO I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2002	165
ANEXO J – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2003	167
ANEXO K – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2004	174
ANEXO L – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2005	187
ANEXO M – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2006	208
ANEXO N – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2011	226
ANEXO O – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2012	234
ANEXO P – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2013	237
ANEXO Q – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2014	240
ANEXO R – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2015	242

1 INTRODUÇÃO

As relações conflituosas fazem parte da história brasileira pela democracia desde meados do século XIX até a atualidade. A literatura a respeito dos movimentos sociais sinaliza uma distinção entre os chamados movimentos sociais tradicionais (sindical, luta pela terra, pela moradia, etc.) e os denominados “novos” movimentos sociais (mulheres, orientação sexual, estudantil, negro, ambientalistas, indígenas, direitos humanos, etc.), além de utilizarem das redes (*networks*), surgidas mais recentemente, para se propagar como uma forma de ação (MEDEIROS, 2015). E os direitos humanos fazem parte dessas relações conflituosas a partir da Revolução Francesa em 1789, sendo sua dimensão atualizada em 1948, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (VIOLA, 2005).

Atualmente, com a facilidade de acesso e de divulgação da informação fica cada vez mais fácil conhecer as ações dos movimentos sociais. Assim, a população toma conhecimento desses movimentos pelas manifestações públicas, como as passeatas, os protestos e as marchas, que são ações que lhes dão maior visibilidade. Entende-se que os movimentos sociais são resultados de uma posição política, ideológica e sociocultural, portanto, surgem de um conflito social visando ao reconhecimento ou à conquista de direitos, liberdades, identidades, etc.

Os movimentos sociais representam no contexto das democracias o seu pleno exercício, na medida em que ampliam a gama de atores que neles atuam e representam os anseios do grupo que os organiza. São fundamentais também para o estabelecimento de políticas públicas e em muitos casos funcionam como uma representação da realidade social.

Sendo assim, tem-se como objeto de estudo nesta tese o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) no seu âmbito social, político, cultural e, principalmente, informacional. O MJDH é uma sociedade civil, apartidária, sem fins lucrativos e com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil. Foi criado, oficialmente (registrado em cartório) por um grupo de advogados, engenheiros, arquitetos e professores, em 25 de março de 1979¹. Antes de sua criação oficial, o MJDH já se preocupava, desde a década de 1960, em auxiliar pessoas perseguidas, não apenas pelos militares brasileiros, mas também pelas ditaduras militares dos países latino-americanos. Esse mesmo grupo formava um conselho, o qual decidia, em reuniões frequentes, as atividades do MJDH. O Movimento teve e tem como finalidade proteger e auxiliar os mais necessitados quanto ao amparo da justiça. Na época em que foi criado tinha

¹ Relatório anual. MJDH, 1980.

como objetivo principal ajudar os denominados, pelo governo militar, de subversivos. Atualmente é mantido por esse mesmo grupo, possui o mesmo ideal, porém com outros focos, pois a ditadura militar no Brasil terminou em 1985. Ou seja, continua a lutar pelos direitos humanos e sociais, e auxilia na aplicação e uso desses direitos tanto por entidades públicas como privadas.

Em 2009, a instituição teve sua primeira intervenção arquivística. Anteriormente a essa intervenção havia pesquisas no acervo, no entanto, com pouca frequência, pelo fato de ele não possuir nenhuma organização, pois o acervo se encontrava dentro de caixas de papelão ou sobre mesas, bloqueando, de certa forma, o seu acesso. Nesse tempo, apenas o presidente conselheiro conhecia e conseguia localizar qualquer gênero documental, o qual é formado por documentos, fotografias, fitas cassete, folders, cartazes, estatuetas (Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo), recortes de jornais, entre outros.

Ainda em 2009, teve início um projeto de extensão vinculado ao curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o qual visava à organização do acervo do MJDH, com o intuito de promover a pesquisa e a sua divulgação utilizando métodos arquivísticos.

Na época ainda estava cursando a graduação de Arquivologia da UFRGS e fui convidada a participar como voluntária das atividades do projeto, no qual permaneci até o ano de 2010, quando me graduei. Na distribuição das ações do projeto, ficou sob minha responsabilidade a organização da Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, conforme o Quadro de Arranjo do MJDH (Anexo A). Esse acervo também foi objeto de estudo na minha monografia de graduação, em 2010, intitulada **Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo: o jornalismo nos arquivos**.

Passados dois anos, o acervo já possuía um quadro de arranjo e encontrava-se organizado e a documentação passou a ser armazenada e acondicionada de forma adequada (em estantes e caixas polionda). Todas as atividades desenvolvidas pelo projeto contaram com recursos advindos do próprio projeto ou de inscrições em programas de incentivo à cultura, pois o MJDH não possui recursos financeiros para a compra de materiais de consumo e permanente, que foram necessários para a organização do acervo.

O presente estudo dá continuidade a pesquisas anteriores que elaboraram uma monografia de especialização realizada na Universidade Federal de Santa Maria, em 2012, intitulada **Descrição analítica: um estudo de caso da Subsérie Depoimentos e Testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH**; mais uma dissertação de mestrado realizada na Universidade Federal de Pelotas, em 2015, intitulada **Fotojornalismo e Memória no Prêmio**

Direitos Humanos de Jornalismo (1984 – 1990) – Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH).

Os movimentos sociais no Brasil ligados à defesa dos direitos humanos têm contribuído desde o fim da ditadura militar para a redemocratização do país e para a denúncia de violações cometidas contra os direitos civis e políticos. Essa contribuição recai sobretudo nos aspectos de identidade das comunidades alvo que, por sua vez, pautam-se nas memórias que o grupo vai construindo – e documentando – ao longo de sua existência.

Portanto, a temática que envolve esta tese está fundamentada em quatro pilares: a memória, a identidade, os arquivos (documentos) e os movimentos sociais. Os movimentos sociais, aqui representados pelo MJDH, mantenedor de um acervo arquivístico relacionado ao Movimento e suas atividades, que, ao ser analisado, pode representar uma instituição que participa na construção de uma memória coletiva, logo, contribuindo para a construção de uma identidade, individual ou coletiva (grupo) conforme afirma Pollak,

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 204)

E os arquivos, nas suas mais abrangentes áreas de atuação, podem e devem auxiliar no desenvolvimento de pesquisas nos diferentes campos de interesse científicos, culturais, sociais e históricos e, sobretudo, em seu aspecto da custódia e institucionalização de memória. Pesquisas que têm como foco políticas de salvaguarda e preservação desses documentos, além de promover o acesso à informação, favorecem a preservação e a garantia da fidedignidade e a autenticidade das informações contidas no acervo.

Partindo dessa contextualização e buscando aprofundar a reflexão sobre a temática de movimentos sociais, memória, identidade e arquivos, o presente estudo possui a seguinte questão norteadora: **Como os arquivos de movimentos sociais participam na defesa dos direitos humanos? Essa pergunta, do ponto de vista desta pesquisa, será respondida a partir da atuação do MJDH e do trabalho que desenvolveu ao longo de sua existência.**

Para responder a essa questão da tese, é preciso definir os objetivos da pesquisa. Assim, o **objetivo geral** desta pesquisa é reconhecer o caráter instrumental dos arquivos dos movimentos sociais na promoção da Justiça como fontes de informação para a construção da memória e das identidades de grupos e sujeitos. Esse reconhecimento pautar-se-á nos conteúdos

que esse arquivo constrói, procurando identificar as áreas de atuação que ajudam a construir essa memória. Esta pesquisa, portanto, problematiza os documentos arquivísticos com enfoque em memória social, pela relação entre memória e linguagem, por intermédio de estudos em análise de conteúdo, memória e identidade.

Para chegar a bom termo, elencamos os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Caracterizar o MJDH como um movimento social contemporâneo a partir da análise de sua história e de seu papel como organização coletiva pela defesa dos direitos humanos;
- b) Analisar, a partir dos relatórios anuais, as atividades do MJDH que fomentaram seu apoio aos grupos e pessoas que tiveram seus direitos subjugados e violados;
- c) Identificar, nos dados levantados, as marcas de memória e identidade dos grupos atendidos pelo MJDH.

Para compreender a construção da memória e da identidade do MJDH pelos relatórios anuais de atividades da instituição, partimos do pressuposto de que os conteúdos nos relatórios anuais de atividades permitem perceber os campos e contexto de atuação do MJDH como um movimento social, considerando sua criação ter ocorrido em um período que as discussões relacionadas aos direitos humanos eram vistas como à margem do *establishment* político, atuando em muitos casos como excluídos, esquecidos ou apagados. Apresenta-se a metodologia por intermédio da Análise de Conteúdo, por ser um método que nos permite analisar documentos com base em inferências extraídas de conteúdos de documentos, mais adequado, do ponto de vista desta pesquisa, para a compreensão das atividades desenvolvidas pelo MJDH, notadamente aquelas ligadas à promoção da Justiça de transição. O método é adequado à medida que se busca, por meio dos relatórios, construir categorias temáticas para análise e a partir dessas categorias, construir quadros comparativos visando evidenciar a memória desse Movimento.

Justifica-se este trabalho ao considerar a amplitude dos assuntos que contemplam o acervo do MJDH e a vasta gama de temas sociais que abrange. Temas sociais que incluem promoção e intervenção aos direitos humanos, discriminação social (gênero, racismo, indigenismo, nazismo, entre outros), condições de trabalho, terrorismo de estado durante a ditadura (Cone Sul), processo de redemocratização, entre diversos outros temas que incluem direitos humanos e sociais.

Percebe-se a importância do acervo do Movimento para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e, portanto, a relevância de qualificar esse conjunto documental presente no MJDH para que seja reconhecido como uma referência de construção de memórias e de identidade para aqueles que tiveram seus direitos subjugados e violados, como também esse conjunto documental seja reconhecido como um recurso para a justiça, um recurso para a verdade e, mais ainda, um recurso contra o esquecimento.

Portanto, esta pesquisa tem como foco uma reflexão sobre o acervo do MJDH reconhecido no contexto da compreensão da trajetória dos movimentos sociais nas últimas décadas. Entende-se, então, que o MJDH é um exemplo de resistência daqueles acontecimentos (repressão, censura, prisões ilegais, desaparecimentos e torturas) que ocorreram no passado e que, em alguns casos, ainda acontecem nos dias atuais. Pretendeu-se como resultados desta pesquisa, destacar a atuação e a trajetória do MJDH e o que ele representa na qualidade de lugar de apoio para a construção da memória e da identidade da sociedade no contexto do Cone Sul, com o intuito de fortalecer o seu papel e quiçá ajudá-lo a fortalecer o seu trabalho atual.

Consequentemente, a relevância dos temas movimentos sociais, direitos humanos e memória e identidade estão cada vez mais pertinentes em nossa sociedade, principalmente após a redemocratização do país, quando os movimentos sociais tiveram relevante papel na condução do processo para a consolidação das instituições democráticas e o Estado Democrático de Direito.

Sinaliza-se também que a presente pesquisa encontra-se plenamente interligada à linha de pesquisa Memória e Linguagem do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), cuja a ementa é:

Estudos sobre as **relações entre linguagem, representações sociais, identidade e memória. A produção, circulação e apropriação de sentidos em práticas de informação e discurso.** Discursos fundadores e a construção da identidade e da diferença. Os embates sócio-históricos nas construções discursivas. Os discursos na manutenção e nas transformações sociais, como *locus* de lutas dos sujeitos/instituições e projetos sócio-culturais. As representações sociais nos meios midiáticos, no contexto das novas configurações sociais e das inovações tecnológicas. (grifo nosso, 2019)

Trabalha-se com um movimento social cujas ações representam questões sensíveis no contexto dos direitos humanos, da identidade e da memória das ditaduras militares do Cone Sul. A análise é efetuada a partir dos relatórios de atividades anuais do Movimento, sinalizando o embasamento metodológico em questões de linguagem.

Para que o problema desta pesquisa fosse resolvido e os objetivos, alcançados, foi necessário traçar uma bibliografia que abrangesse a arquivologia, a relação de memória, identidade e movimentos sociais. Há outros assuntos trabalhados no referencial teórico, como o contexto da ditadura militar, por ser o período da criação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, local de guarda do acervo. Porém, aqui serão citados apenas os autores que fundamentaram a pesquisa. Dentro do campo da arquivologia foram utilizados alguns dos principais autores da área, pois é necessário abordar sobre arquivos, tendo em vista o local em que se encontra o acervo e pelas características intrínsecas que o compõem.

Sendo assim, para contemplar a arquivologia, foi utilizada a autora Heloísa L. Bellotto, por ser uma autora referência sobre arquivos permanentes, já que o acervo pesquisado tem por característica ser permanente. Outro autor citado foi o Bruno Delmas, que abordou questões sobre a utilidade social dos arquivos. Para relacionar a arquivologia com o tema principal da tese, ou seja, a memória, foi utilizada a autora Ludmila Catela que defende a ideia dos arquivos como lugares de memória.

Já no campo dos estudos de memória trabalha-se com conceitos de memória, identidade e esquecimento, por serem temas que se conectam, tendo como foco os movimentos sociais. Em relação ao contexto do acervo e seu campo de atuação, foram utilizados autores como Gohn, Bobbio, Nora, Pollak, González Quintana, Assmann e Huyssen. Assim, na seção dois é abordada a relação de memória, identidade, movimentos sociais e arquivos. Enfatiza-se a relação que esses campos têm em comum e como podem se auxiliar em diversos casos.

Na seção três encontra-se uma reflexão sobre o histórico do MJDH e algumas de suas ações ao longo desses 40 anos de atuação. Foram selecionadas algumas facetas de sua atuação que mais efetivamente ilustram a relação que aqui estabelecemos entre memória-identidade, movimentos sociais e arquivo. Essa seção é fundamental na medida em que concentra alguns dos principais casos em que o Movimento teve participação ativa como condutor principal do processo ou apenas como figurante.

Na seção quatro, é apresentada a metodologia de pesquisa utilizada nesta tese. Nessa seção, pode-se identificar a importância desse acervo como objeto de contextualização da memória e da identidade, características marcantes encontradas a partir da análise dos relatórios de atividades anuais do MJDH. Como metodologia definida para esta tese foi utilizada a Análise de Conteúdo, tendo como linha de pensamento o da autora Laurence Bardin. Portanto, fez-se uso dos seguintes procedimentos: seleção do corpus de análise, exploração do material, hipóteses e objetivos, indicadores para interpretação, categorias e variáveis.

Na seção cinco discutem-se os resultados da pesquisa, ou seja, a aplicação dos procedimentos metodológicos elaborados no capítulo quatro. A seção cinco foi dividida em duas subseções, a primeira corresponde ao contexto do acervo do MJDH e à pré-análise dos relatórios de atividades anuais; a segunda, à aplicação das categorias selecionadas na metodologia desta tese – 1) defesas em prol dos Direitos Humanos; 2) atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos); e 3) promoção e campanhas do MJDH.

Por fim, encontram-se as considerações finais desta tese. Após as referências estão os anexos, sendo o anexo A referente ao quadro de arranjo do MJDH, utilizado para a pré-análise dos documentos do acervo do Movimento; o anexo B corresponde a um boletim em comemoração ao primeiro ano de existência oficial do MJDH, nele são informadas as primeiras notícias e ações que até aquele momento o Movimento havia executado; o anexo C se refere ao Relatório da Comissão de Trabalhos Populares de 1980, foi o único relatório encontrado dessa comissão. Entendeu-se, a partir da leitura e análise dos relatórios de atividades que a Comissão Popular foi diluída nas atividades desenvolvidas pelo MJDH, portanto, não foi mais necessário elaborar um relatório especificamente para a Comissão. Os anexos D ao R são referentes aos Relatórios de Atividades Anuais do MJDH.

2 ENTRE MEMÓRIA, IDENTIDADE E DOCUMENTOS DE ARQUIVO

A memória e o esquecimento possuem um caráter social e cultural, sendo então vistos como ferramentas inseparáveis de construção do indivíduo e da sociedade da qual fazem parte. Porém, para entender melhor como a memória e o esquecimento se tornam ferramentas de construção mas, também, de desconstrução do indivíduo e da sociedade, é necessário trazer algumas discussões de autores que trabalham com esses temas.

Nesse embate entre memória e esquecimento, é importante pensar sobre os *lugares de memória* (Nora, 1993), que são os elementos que podem fazer a diferença na construção de culturas e identidades nacionais, assim como nas individuais, como é o caso do MJDH.

A curiosidade pelos lugares de memória onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 07)

Além disso, há lugares de memória que “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p. 21), ou seja, lugares ou espaços onde os indivíduos buscam rememorar ou reviver uma lembrança, uma memória, um acontecimento. Esses lugares podem ser monumentos, museus, parques, ruas, arquivos, bibliotecas, comemorações, entre outros, ou seja, marcos testemunhais que se remetem aos indivíduos, aos sujeitos de uma sociedade. Nesta tese, compreende-se o MJDH como um lugar de memória.

Essa nossa compreensão pauta-se tanto na perspectiva institucional de prova jurídica, portanto imbuído de um valor funcional, mas sobretudo por estar revestido de uma esfera simbólica evidente. Entende-se que o acervo do MJDH pode ser reconhecido como um lugar de recursos para a justiça, pois nele encontram-se testemunhos, processos, documentos que relatam acontecimentos de violação de direitos humanos. Pois essa documentação presente no acervo pode atuar como recurso para investigação judicial sobre as violações de direitos humanos (CRUZ, 2002), além disso, são registros que confrontam a memória e identidade tanto do grupo pertencente ao MJDH, como daquele em sua volta. É preciso destacar que quando

reconhecido como lugar de memória, o acervo do MJDH se torna uma estratégia contra o esquecimento.

Ainda, para esta tese entende-se que “o recurso à memória não é, portanto, um luxo inútil ou uma operação masoquista destinada a prolongar indefinidamente o sofrimento, mas, pelo contrário, a condição indispensável para tentar entender o desastre atual e orientar para um futuro menos terrível” (GROPPO, 2002, p. 188).

Discute-se nesta seção os seguintes temas: A) movimentos sociais, de forma panorâmica, tendo em vista que o objeto de estudo é um movimento social; B) memória e identidade, temas centrais desta pesquisa; e C) os arquivos (documentos) como um lugar de memória e testemunho.

2.1 Movimentos sociais no Brasil e seus acervos como lugares de memória e testemunho

Os movimentos por buscas de melhorias civis e sociais no Brasil tiveram seu início a partir de lutas no período colonial brasileiro (indígenas e africanos escravizados) mesmo que de forma mais sutil, tendo em vista o tamanho populacional da época, passando, posteriormente, às revoltas regionais durante o período imperial – entre 1822 e 1889, com os movimentos abolicionista e republicano. Já nos séculos XIX e XX, os movimentos foram marcados por lutas políticas e sociais (Guerra de Canudos, Greve Operária e as tentativas de golpe durante a Era Vargas) (MEDEIROS, 2015).

Sendo assim, esta subseção inicia-se com uma breve discussão dos movimentos sociais no Brasil, que tiveram uma intensificação durante a ditadura militar na década de 1970, tais como o Movimento dos Sem Terra, o Movimento Estudantil, o Movimento Feminista (empoderamento feminino). Nesse sentido, serão discutidas em duas categorias os movimentos sociais no Brasil: os que aconteceram no espaço urbano e os que aconteceram no espaço rural. Tais movimentos quando estudados evidenciam em suas estruturas que tiveram uma forte influência do marxismo, ideologia muito disseminada na década de 1960.

Os movimentos urbanos têm como característica comum a sua curta durabilidade, ou seja, começam e terminam muito rapidamente de acordo com a problemática mais marcante do período da sua existência, exceto alguns que ainda continuam lutando por seus direitos, como o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Movimentos dos Sem-Teto, alguns Movimentos Estudantis, e, recentemente, com maior destaque o Movimento Feminista.

Já os movimentos rurais têm seu vínculo relacionado à questão agrária, má distribuição de terras, que é um problema sempre presente em planos de governo. Os movimentos rurais são

aqueles que lutam pela terra, como o Movimento dos Sem Terra (MST), o movimento dos boias-frias, dos posseiros, dos pequenos proprietários de terra, as ligas camponesas, entre outros.

A essência dos dois espaços, o urbano e o rural, “é a mesma, estão em busca dos seus direitos, respeito e dignidade, portanto merecem reconhecimento como qualquer outro movimento” (FIALHO, 2010). Cada movimento tem sua característica específica. No entanto, todos expressam as contradições econômicas e sociais da sociedade brasileira, segundo Fleuri (2005):

Entretanto, o eixo conceitual em torno do qual se situam as questões e as reflexões emergentes neste campo, e que caracteriza os mais espinhosos problemas do nosso tempo, é o da possibilidade de *respeitar as diferenças e de integrá-las em uma interação que não anule*, mas que *ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos*. (FLEURI, 2005, p. 03, grifo do autor)

Diante do exposto, um dos desafios dos movimentos sociais está na articulação conjunta, resguardadas as diferenças para a elaboração de propostas que possam ir para além da globalização econômica, que avance na direção de uma globalização social (SOUZA, 2010). Portanto, entende-se que um movimento social é uma sociedade civil organizada, que tem por objetivo a busca por direitos e por políticas; nesse sentido, não deixa de ser uma forma organizada de articulação política, pois dentre suas atividades está o exercício da cidadania com uma maior participação efetiva dos cidadãos em decisões políticas que os afetam (MEDEIROS, 2015).

Para Gohn (1995) os “novos” movimentos:

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p. 44)

Pode-se dizer que os movimentos sociais, devido ao seu caráter de luta e dinamismo, surgiram desde reuniões de moradores, no período iniciado no final dos anos 70, foram talvez o esboço do que hoje se considera um movimento social, ampliando-se em reunião de moradores de comunidades, e assim por diante, até chegar ao exemplo de movimentos de classe

(estudantil, operária, entre outras). Durante a ditadura militar, na década de 1970, houve uma intensificação da criação de movimentos sociais fortalecendo a organização dos movimentos estudantis e da classe operária, sendo, então, conhecido como um “período propício para a efervescência dos movimentos sociais” (MEDEIROS, 2015, s/p).

Já no final dos anos 70 e início da década de 1980, quando da construção de "representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas" (GOHN, 2015, p. 15). Os movimentos sociais ligados a direitos humanos ou de oposição e contestação à ditadura militar se tornaram bastante evidentes e mais numerosos. Essa onda de representações simbólicas levou ao encaminhamento da anistia (1979), assim como à criação de encontros e movimentos sociais, inclusive à criação do MJDH. Em maio de 1975 houve a criação do Movimento Feminista pela Anistia em São Paulo e, após um mês do mesmo ano, foi criado o núcleo gaúcho do Movimento Feminino pela Anistia em Porto Alegre. Em fevereiro de 1978 cria-se o primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio de Janeiro e, em abril do mesmo ano, funda-se o mesmo comitê no Rio Grande do Sul. Entre outros acontecimentos, como no final de 1978, em novembro, quando ocorreu a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, conforme pode ser visto no quadro abaixo (QUADRO 1).

Quadro 1: Panorama de acontecimentos no período de 1975 a 1980 relacionados a manifestações sociais e atos governamentais.

Data	Acontecimento
24/10/1975	O jornalista Vladimir Herzog é executado no DOI-CODI de São Paulo
14/02/1978	Fundação do primeiro Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio de Janeiro
Abril/1978	Fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio Grande do Sul
08/06/1978	Fim da censura prévia à imprensa
07/09/1978	Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia – Salvador
15/11/1978	Greve dos metalúrgicos do ABC paulista
19/11/1978	Extinta a Comissão Geral de Investigação
01/01/1979	Extinção do Ato Institucional – 5
13/03/1979	Greve dos metalúrgicos do ABC paulista
15/03/1979	Posse do general João Baptista Figueiredo na Presidência da República
25/03/1979	Data oficial da criação do MJDH em Porto Alegre
27/06/1979	Dia Nacional da Luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita
27/06/1979	Entrega da versão final do projeto de Anistia do senador Teotônio Vilela ao presidente da República

28/08/1979	Decretada a Lei da Anistia nº 6.683
20/12/1979	Lei do pluripartidarismo – Lei nº 6.767
1980	Início do fim da ditadura militar no Brasil

Fonte: cronologia adaptada da Exposição “Anistia: um passado presente?” para esta tese. Orgs.: Ananda Simões Fernandes e Tatyana de Amaral Maia, 2019.

Portanto, entende-se que os movimentos sociais são resultados de uma ideologia coletiva de agrupamentos sociais, ou seja, nascem de uma necessidade social, como a busca de igualdade na efetividade de um direito civil ou social, ou de reconhecimento de uma política de inclusão social e de reparação das injustiças. Os movimentos sociais buscam mudanças na sociedade por meio de ações sociais, como o movimento dos sem terra, o movimento estudantil, o movimento feminino, e tanto outros movimentos que marcaram uma sociedade. Como afirma Alonso:

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, gerando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam a ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo. (ALONSO, 2009, p. 67)

A partir do cenário político que a sociedade vivia durante a ditadura militar no Brasil e somando-se à repressão, principalmente, da falta de democracia e da presença da censura, certos agrupamentos sociais perceberam a necessidade de criação de instituições que amparassem os excluídos na obtenção dos seus direitos. Então, foram criados diversos movimentos sociais e outras entidades com o objetivo de auxiliar as pessoas na busca da verdade e em prol dos direitos humanos, e em algumas vezes esses locais atuavam de forma clandestina tendo em vista a situação política em que se encontrava o País. É fato que os movimentos sociais contribuíram para a conquista de vários direitos sociais (GOHN, 2015) ao longo dos anos.

Antes de dar maior aprofundamento às temáticas da pesquisa, entende-se, nesta tese, por regimes autoritários aqueles que “privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas” (BOBBIO *et al*, 1998, p. 94). No caso do Brasil houve como primeiras medidas após o golpe de 1964, o fechamento do Congresso Nacional, o cancelamento dos mandatos parlamentares e a suspensão dos direitos políticos. Além do direcionamento de apenas dois partidos legalizados, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB),

sendo que o primeiro partido era aliado ao governo militar e o segundo fazia uma oposição branda ao governo. Demais partidos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), viviam na clandestinidade (WASSERMANN, 2009). Esse método político pode ser compreendido no seguinte pensamento,

Os regimes autoritários *burocrático-militares* são caracterizados por uma coalizão chefiada por oficiais e burocratas e por um baixo grau de participação política. Falta uma ideologia e um partido de massa; existe frequentemente um partido único, que tende a restringir a participação; às vezes existe pluralismo político, mas sem disputa eleitoral livre. (BOBBIO *et al*, 1998, p. 102, grifo do autor)

Por isso, para alcançar seus objetivos, “os Governos autoritários podem recorrer apenas aos instrumentos tradicionais do poder político: exército, polícia, magistratura e burocracia” (BOBBIO *et al*, 1998, p. 100). Esses quatro instrumentos foram amplamente utilizados durante a ditadura militar no Brasil, com características marcantes nos dois primeiros que se fizeram muito presentes na sociedade por meio da violência policial, da tortura e do desaparecimento de várias pessoas que muitas ainda os familiares não sabem do seu paradeiro, ou seja, se estão vivas ou mortas.

Já a palavra ditadura, “tende-se a designar toda classe dos regimes não-democráticos especificamente modernos, isto é, dos regimes não-democráticos existentes nos países modernos ou em vias de modernização” (BOBBIO *et al*, 1998, p. 372), como o Brasil. Ainda, seguindo o pensamento do mesmo autor,

A “Ditadura autoritária” (ou “simples”) baseia-se nos meios do poder coercitivo (**exército, polícia, burocracia e magistratura**), possuindo, por isso, escassa capacidade de propaganda e penetração direta nas instituições e nos grupos sociais, conseguindo apenas reprimir a oposição aberta e contentando-se com uma massa apolítica e com uma classe dirigente disposta a colaborar. (BOBBIO *et al*, 1998, p. 375, grifo nosso)

Esse trecho corrobora com o que foi dito anteriormente pelo mesmo autor, que para alcançar seus objetivos políticos, a ditadura militar recorreu ao uso dos instrumentos tradicionais do poder político, ou seja, a natureza do poder do regime era exercido pelo exército, pela polícia, pela burocracia e pela magistratura, ao lado da elite dominante que detinha o poder interno por apoiar esse tipo de regime. E no que diz respeito à ideologia, pode-se caracterizar esse regime pelo grau de elaboração ideológica, no caso das “Ditaduras simples”, são “caracterizadas por uma distância máxima entre regime e população, em que a elite dominante se mantém unida principalmente pelos interesses de exploração” (BOBBIO *et al*, 1998, p. 376).

Nesse exemplo, o período da ditadura militar brasileira se encaixa perfeitamente, ao fazer grande uso do aparato estatal e utilizando, de certa forma, algumas manobras liberais com o uso de anúncios ou de termos apelativos à população (propagandas), tais como: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil”, “Pra frente Brasil”, dentre outros. Essas formas de propagandas eram comuns serem vistas em adesivos de carros, músicas, hinos (durante a copa mundial de futebol, por exemplo), entre outros meios de comunicação. Isso era muito bem utilizado pelo governo da ditadura militar de forma a coagir as pessoas a “amarem incondicionalmente” a pátria brasileira a ponto de ficarem cegas às manobras políticas do governo.

Esse era o período em que se encontrava o governo brasileiro e o contexto em que foi criado o MJDH. Nesse sentido, os próximos parágrafos darão continuidade à temática proposta da tese. E no capítulo sobre o MJDH será melhor aprofundado o tema de direitos humanos.

A partir disso, compreende-se que a memória pode ser caracterizada conforme alguns critérios – primeiro, pelos acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo, pelos acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer (Pollak, 1992) – e isso demonstra que a memória é um fenômeno construído e passível de ser (re)construído, logo, a identidade também, já que ambas são dimensões do mesmo fenômeno.

O texto da autora Schindel (2009) defende a ideia de que a memória pode ser caracterizada pelos lugares, como os lugares de memória de Nora. Schindel afirma que há três tipos de lugares de memória a partir das ditaduras nas sociedades latino-americanas e que eles interagem entre si: a) locais de testemunho; b) monumentos, museus e memoriais; e, c) estratégias locais e performances como delimitadores de lugar de memória. Esses lugares de memória têm como objetivo principal fazer com que o passado não seja esquecido, neste caso, lembrar que a ditadura militar ocorrida na América Latina foi extensa e perversa.

Para esta tese, o MJDH é considerado um lugar de memória pelo seu atuante papel envolvendo as dimensões de testemunho, prova e fontes de memórias, conforme as categorias da autora Schindel.

Corroborando com Schindel, a autora Bauer (2015, p. 59) sugere que "alguns autores têm destacado que o século XX foi marcado, e deixou um legado, por um crescente interesse sobre questões relativas à memória, entre elas as comemorações e as lembranças, a ânsia por lembrar, traduzida no “dever de memória”, e na luta contra os esquecimentos induzidos com finalidades políticas". Considerando que constantemente precisamos narrar a história de determinados períodos para que não nos esqueçamos que aqueles fatos ocorreram, logo, precisamos guardar e preservar o passado para que ele não caia no esquecimento. Ou seja,

usamos da estratégia de separar, guardar e preservar para não esquecer de um fato, de um evento ocorrido.

Por isso, hoje, esses lugares de memória (como o MJDH) são mecanismos e lugares de registro, testemunho e memória do passado, pois muitos dos documentos desse período não existem mais em órgãos governamentais ou privados, por negligência ou interesse do Estado, como aponta o texto de Schindel.

Os atores sociais que assumiram a construção de uma memória coletiva adotaram estratégias variadas e o fizeram em várias frentes, que incluem a busca da verdade – e os restos mortais das vítimas no caso dos “desaparecidos” –, as tentativas de levar aos tribunais os responsáveis pelos crimes, a criação de espaços de atendimento e contenção às vítimas e os esforços para ampliar a consciência social sobre o tema. (SCHINDEL, 2009, p. 66, tradução nossa)

Daí a importância que esses lugares de memória têm na sociedade atual, pois refletem o ambiente em que foram contextualizados, permitindo desde a reparação judicial ao conhecimento sobre parentes desaparecidos, entre outros, conforme afirma a autora Jelin:

As informações que podem existir neles (arquivos) ou que podem ser encontradas são importantes para muita gente: as pessoas afetadas que estão procurando documentos que servem como provas jurídicas; as pessoas afetadas que querem algum tipo de reparação e precisam de documentos que provem seu sofrimento; as pessoas afetadas que buscam informações para conhecer o destino final de seus familiares, colegas ou amigos; as pessoas afetadas que desejam estabelecer a legitimidade de sua voz, mesmo que não haja benefícios econômicos ou instrumentais de imediato. (JELIN, 2002, p. 08, tradução nossa)

Nesse sentido, a memória possui concomitantemente um caráter social e cultural, sendo então vista como uma ferramenta de construção do indivíduo e da sociedade da qual ele faz parte. Conforme a autora Sylvania Rubert (2014) muito bem elucidada ao dizer que

As memórias são construídas a partir dos registros disponíveis sobre os respectivos períodos históricos. Em relação à ditadura civil-militar no Brasil, imediatamente pode-se associar os embates pela construção da memória aos embates pela abertura dos arquivos militares, que muito poderiam contribuir para a construção de panoramas mais fidedignos com o desenrolar dos acontecimentos do passado recente. É uma maneira de garantir *que nunca mais aconteça*. (RUBERT, 2014, p. 192, grifo da autora)

A memória social acaba por estabelecer vínculos e laços sociais espontâneos, conforme Davallon (2006, p. 10) “[...] a memória social – chamada também de memória cultural – pertence, evidentemente, ao registro da memória, no sentido em que ela tem a capacidade de dar continuidade à transmissão no seio de um grupo.” Logo, os indivíduos reconhecem que possuem um ponto em comum, seja pela busca de um direito ou por uma luta social.

Assim como o esquecimento é a contraparte da memória, pode-se dizer que a identidade é uma consequência da memória. Consequência como resultado da própria construção da identidade de um grupo ou de uma pessoa, pois ela seria o fator determinante da continuidade e coerência dessa construção da identidade do grupo ou pessoa. Segundo o autor Pollak (1992), a memória é caracterizada por elementos constitutivos, ou seja, primeiro os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo, os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Além disso, a memória é constituída por três dimensões acontecimentos, personagens e lugares (POLLAK, 1992, p. 201).

Esse conjunto de dimensões evidencia que a memória é um fenômeno construído, logo, a identidade também o é, já que está baseada na memória. Pollak (1992) define que a construção da identidade está ligada à psicologia social. Sendo que a mesma possui três elementos essenciais:

[...] unidade física – sentimento de ter fronteiras físicas ou fronteiras de pertencimento ao grupo (coletivo); continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; e sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. (POLLAK, 1992, p. 204)

A relação desses três elementos (sentimento de pertencimento ao grupo, continuidade no tempo e sentimento de coerência) mostra que a memória e a identidade podem ser valores disputados em conflitos sociais e intergrupais. A memória como objeto social, independentemente de estar no consciente de alguém ou registrada em algum suporte, ajuda a construir e reconstruir o passado e com isso reaviva lembranças esquecidas, auxiliando na construção daquilo que pertencia a um grupo.

Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência, como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. (POLLAK, 1989, p. 03)

A partir disso, entende-se que na contemporaneidade a identidade não está costurada à estrutura do sujeito e tem se tornado uma celebração móvel, logo o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos quando melhor lhe cabe, resultando num sujeito fragmentado na sociedade, conseqüentemente, essa fragmentação do sujeito se desdobra numa “crise de identidade” (HALL, 2006). Portanto, esse efeito traduz mudanças nas tradições e ao

mesmo tempo resulta num impacto na formação do indivíduo, que acaba não se encaixando na sociedade atual.

[...] a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204)

Portanto, o fenômeno social da memória está associado a acionamentos do passado com o presente. Isso significa dizer que voltar-se para o passado é sempre estimulado a partir de algo que irrompe no presente, logo, esse passado é construído a partir do presente. Este é o caso do MJDH que, por possuir um vasto acervo documental de relação muito estreita com o tema direitos humanos, se torna um ponto chave para a construção de memória e identidade de um grupo, ou mesmo de um só indivíduo, pois ele valoriza determinados acontecimentos, de modo a não deixá-los cair no esquecimento.

2.2 Lugares de memória: os arquivos

O que realmente faz de um arquivo um lugar de conhecimento, independente se público ou privado, é o que ele possui como acervo. E para que esse acervo esteja ao alcance de todos, ele precisa estar organizado e, principalmente, preservado e conservado, pois não basta ter a informação armazenada dentro de um arquivo, sem estar disponível (acessível) aos usuários.

Nota-se que a informação, materializa-se e institucionaliza-se por meio de lugares tais como os arquivos, as bibliotecas e os museus e por aparatos tecnológicos, ou seja, a informação do ponto de vista arquivístico, é a informação institucionalizada por quem a produziu. Ocupando do ponto de vista da atualidade lugares cada vez mais centrais na sociedade, conforme afirma o autor González Quintana (1999, p. 372, tradução nossa) “[...] os arquivos, bem organizados e a gestão feita por profissionais, são um elemento substancial na garantia dos direitos dos cidadãos. Paralelamente, os arquivistas devem reforçar o compromisso ético com a sociedade assumindo a responsabilidade em garantir esses direitos”.

Essa concepção de González Quintana nos leva a Jardim (1999), para quem a Arquivologia debruça-se em três dimensões que se integram: conhecimentos arquivísticos, os arquivos (acervos ou organizações) e o profissional arquivista. Sendo assim, a arquivologia é

um conjunto de princípios, conceitos e metodologias a serem observados na produção, organização, guarda, preservação, uso e destinação de documentos em arquivos. Para o desenvolvimento das funções arquivísticas, na Arquivologia há um conjunto de conhecimentos considerado o tronco da ciência. A classificação, a avaliação e a descrição são centrais.²

Assim, os arquivos atuam e demandam atividades que vão desde a restauração e recuperação de documentos; microfilmagem; classificação, avaliação e descrição de documentos; a elaboração de instrumentos de pesquisa e de gestão de documentos; estudos históricos; documentos eletrônicos; até ao atendimento de usuários. Tais atividades podem ser realizadas em qualquer arquivo, independente da sua natureza, pública ou privada.

A organicidade é um dos pontos essenciais para o entendimento das atividades e funções que uma instituição (pública ou privada) ou uma pessoa possui e é a partir desse entendimento que se pode realizar a construção de instrumentos de gestão, como o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, ambos são resultados, respectivamente, da classificação e da avaliação arquivística. Mas, o ponto essencial da citação da autora Bellotto reside na questão de que essa relação orgânica dos documentos (produção, uso, destinação, trâmite) forma um conjunto documental que é um fundo de arquivo, ou seja, “conjunto de documentos de uma mesma proveniência³” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 97).

Nesse sentido, compreende-se que o MJDH pode se enquadrar na definição de um fundo de arquivo a partir do momento que o mesmo é um conjunto de documentos, os quais possuem relação entre si, ou seja, relação orgânica, que foram reunidos em “razão de suas necessidades, formando, assim, um conjunto solidário e orgânico denominado fundo de arquivo, conservado para usos posteriores” (DELMAS, 2010, p. 56). Corroborando com Delmas, o autor González Quintana reforça a importância dos arquivos como lugares de memória e testemunho das atrocidades cometidas durante a ditadura militar.

Assim, as consequências que tão frequentemente derivam da democratização, como a anistia e a reparação às vítimas da repressão, a exigência de responsabilidades aos responsáveis pela violação dos direitos, ou a elaboração, em uma catarse coletiva, de um relatório objetivo sobre as atrocidades decorrentes da ausência de liberdade, depende diretamente da existência e disponibilidade dos documentos mantidos em arquivos. (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999, p. 373, tradução nossa)

² Sequência conhecida como algumas das sete funções da Arquivologia.

³ “Termo que serve para indicar a entidade coletiva, pessoa ou família produtora de arquivo” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 140).

Entende-se por princípio da proveniência o norte que rege a maioria das intervenções arquivísticas. O respeito deste princípio, na organização e no tratamento dos arquivos de qualquer natureza, idade ou suporte, garante a constituição e a plena existência da unidade de base em Arquivologia, ou seja, o fundo de arquivo. Portanto, conceitua-se fundo, a partir do princípio da proveniência, logo, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística o termo fundo é definido como o “conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo” (2005, p. 97), já o princípio da proveniência é definido como “princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (2005, p. 136).

Conseqüentemente, a partir dessas definições, entende-se que o MJDH contempla duas acepções de arquivo. Primeiro porque é um lugar de memória com a custódia de acervo com características arquivísticas. Segundo porque acumula e preserva um conjunto de documentos que se relacionam entre si e refletem as atividades da instituição. Ainda, destaca-se a importância desse tipo de arquivo, como é o acervo do MJDH:

De fato, no caso dos países envolvidos em processos de transição de regimes totalitários a sistemas políticos democráticos, a vinculação arquivos-direitos humanos adquire uma dimensão especial. Os arquivos, fundamentalmente os das instituições protagonistas na repressão ou na violação de direitos humanos, como fiel reflexo das realidades sociais em que foram produzidos, fornecem ou devem fornecer, informações de extraordinário valor social nos processos de transição para a democracia. (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999, p. 372, tradução nossa)

A relação de arquivo e memória, utilizando por base a definição de Catela (2002) adotada nesta tese que diz que os arquivos são como lugares de memória da representação do mundo, tendo em vista que esses lugares servem, muitas vezes, para reconstruir histórias que foram fragmentadas ou esquecidas.

Isso significa que cada documento, além de seu valor histórico ou judicial, condensa valor/memória e valor/identidade, o que acompanha e reforça a ação militante e o testemunho das vítimas. Esses documentos permitem, embora nem sempre, legitimar as lembranças feridas daqueles que sofreram perseguição, o cárcere em centros de detenção clandestinos, tortura, morte e desaparecimento. (CATELA, 2002, p. 210, tradução nossa)

Corroborando com Catela, o autor Bruno Delmas (2010) enfatiza que,

Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada. Quanto mais uma sociedade se desenvolve, mais as atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem

seus atos e assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos. (DELMAS, 2010, p. 19)

Por isso, considera-se que os arquivos podem apresentar-se como lugares de construção de memória, na medida em que acomodam um acervo documental, cujo teor registra um substrato de conteúdo que significa construir a memória a respeito de determinado momento histórico. Corroborando com Delmas, “na medida em que o arquivo, sendo a morada da história, se aproxima do cidadão, estará possibilitando que ele melhor conheça a sua identidade cultural. “A identidade cultural é um direito do homem e este direito do homem lhe é assegurado pela história e pela memória”” (BELLOTTO, 2014, p. 134, grifo da autora). Além disso, os arquivos podem ser considerados como instrumentos sociais para a construção de novas relações sociais de um grupo (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999).

Os arquivos influenciam decisivamente na vida dos povos e das pessoas. Nenhum exemplo ilustra da melhor maneira essa afirmação que os arquivos de documentos ao serviço da repressão. A imagem dos arquivos dos serviços de segurança do estado nos regimes repressivos são uma amostra gráfica em si da dimensão de sua transcendência. (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999, p. 377, tradução nossa)

Assim, compreende-se a importância que esses acervos arquivísticos custodiados em lugares de memória possuem como fundamental para a construção de narrativas a respeito da memória e da história desse período, pois os arquivos são instituições custodiadoras de documentos que relatam uma parcela da história do Brasil que permitem construir memória de um período tão autoritário para a sociedade brasileira. Lembrando que “para as vítimas, esses documentos funcionam como chaves da memória, já que permitem a reconstrução de um fragmento de suas vidas e, muitas vezes, recompõem as identidades quebradas pela situação extrema que viveram durante os anos de repressão política” (CATELA, 2002, p. 213, tradução nossa).

Além disso, esses lugares podem ser caracterizados como memórias vivas daqueles fatos que ocorreram no passado. Nesse sentido, Huyssen (2014) colabora no estabelecimento da relação entre os movimentos sociais e a memória:

[...] eu diria que os estudos contemporâneos da memória deveriam ligar-se de maneira mais robusta aos direitos humanos e à justiça, tanto em termos discursivos quanto práticos, para impedir que a memória, sobretudo a memória traumática, se torne um exercício vazio, que se alimente de si mesmo, de forma parasitária e estreita. (HUYSEN, 2014, p. 196)

Essa relação entre memória e direitos humanos deve ser praticada em conjunto, para que os dois se afirmem na atividade que irão defender. “Ambos querem reconhecer, se não corrigir, os erros ou injustiças do passado, e ambos projetam e imaginam um futuro melhor para o mundo” (HUYSEN, 2014, p. 196). Ainda o mesmo autor afirma que:

Para que a ascensão do discurso da memória se torne inteligível através da contextualização histórica e política, também precisamos compreender o movimento contemporâneo dos direitos humanos em sua evolução histórica e seu caráter politicamente mutável, pois ele é paralelo ao surgimento do discurso da memória. (HUYSEN, 2014, p. 197)

Essa afirmação de Huyssen com a ajuda de Aleida Assmann (2011), nos permite afirmar que existe uma relação estreita entre informação e memória, porque “o arquivo adquire um significado de destaque como memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras” (ASSMANN, 2011, p. 369), na medida em que o acervo dessas instituições são fontes informacionais fulcrais para essa construção sobre o passado.

Concomitantemente, entende-se que esses arquivos possuem grande influência na vida das pessoas, uma vez que, além de permitirem o exercício do direito individual daqueles que sofreram com a repressão, também contemplam o direito de coletivos sobre passado e futuro. “Não há dúvida de que a dimensão histórica é enormemente importante, mas o impacto social desses arquivos lhes é conferido ao se tornarem serviços públicos de primeira magnitude” (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999, p. 377, tradução nossa).

Logo, o arquivo se tornou um lugar de memória (individual ou coletiva) e passou, ao mesmo tempo, a ser uma herança info-cultural, pois é nele onde se buscam informações, já que, segundo Delmas (2010), os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se, mas há de se ter cuidado, pois os arquivos não falam, “provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social” (DELMAS, 2010, p. 21). Assim, entende-se que os

Arquivos são instrumentos para serem usados. Arquivos existem para que as ações administrativas, jurídicas, técnicas, científicas, etc. sejam conhecidas, sejam cumpridas se for o caso e, sobretudo, sejam provadas. Documentos de arquivo são provas. Nascem como provas, permanecem como testemunhos. (BELLOTTO, 2014, p. 179)

Porém, deve-se levar em conta que esse lugar (arquivo), muitas vezes, se não for organizado e passível de acesso, pode acabar se tornando um mero depósito de papeis, sem

conseguir deixar vir à luz o conteúdo histórico, probatório, jurídico e informativo de seu acervo. Corroborando com essa ideia, a autora Bellotto (2014) afirma que:

Todos os documentos, se atinentes ao passado, possibilitam a reconstituição histórica, o conhecimento e a explicação da sequência dos fenômenos, orientando os estudos da linha evolutiva de uma sociedade. Se atinentes ao presente, testemunham a vida em curso da sociedade que os produz, proporcionando ampla visão horizontal de como se inter-relacionam as pessoas, os fatos e os acontecimentos dentro dela. (BELLOTTO, 2014, p. 136)

Em vista disso, afirmamos a importância de qualificá-lo visando à construção de narrativas (testemunhos) a respeito da memória e da história, como é o caso do MJDH.

Pode-se dizer então que os arquivos são múltiplas construções sociais, que reúnem uma diversidade de instituições e agentes que viveram e preservaram papéis, fotos, imagens, de um tempo, um lugar, uma classe social, gêneros, etnias. São também a soma das vontades de preservação e de lutas pelo reconhecimento legítimo desses vestígios dotados de valor social e histórico em uma comunidade ou sociedade. (CATELA, 2002, p. 218, tradução nossa)

Além de servirem de prova e testemunho de vestígios do passado de uma sociedade, os arquivos são dotados de conhecimento essencial para o Homem identificar-se, pois é fundamental que as pessoas tenham o domínio de suas origens e compreendam seus passados para evitar possíveis danos no futuro. É nesse momento que os arquivos se evidenciam, pois são nesses lugares que serão transmitidos e encontrados os testemunhos, os simbolismos daquela sociedade, por meio dos documentos armazenados nesses lugares de memória. Portanto, “os arquivos são um desafio político. Disso decorre o seu poder e a necessidade de conservá-los, como também a sua rejeição, até sua destruição por parte daqueles que não querem que a verdade seja conhecida” (DELMAS, 2010, p. 53).

Consequentemente, compreende-se a importância, tanto dos acervos quanto das instituições que os custodiam e lhes dão acesso, possuem como valor informacional, testemunhal, cultural e social, pois preservam documentos que relatam uma parcela da história do Brasil; dessa forma, o passado pode ser construído e interpretado, evitando-se assim o esquecimento desse período, segundo os autores Viola e Pires:

As dificuldades para romper a herança histórica da dominação e do preconceito vinculam-se às dificuldades de romper o silêncio imposto ao passado, impedindo que a sociedade supere seus medos e desvende sua memória. O esquecimento do período ditatorial inclui-se nesse modelo de dominação, na medida em que pretende manter apagada toda a informação anteriormente censurada. O ato de apagar a memória está vinculado ao esquecimento, à confusão de vestígios e ao encobrimento da verdade. (VIOLA; PIRES, 2013, p. 336)

Além disso, esses dois temas (ditadura civil-militar na América Latina e direitos humanos) são atuais e são debatidos constantemente na (e pela) sociedade, pois a relevância dos temas movimentos sociais, direitos humanos, memória e identidade estão cada vez mais pertinentes, principalmente após a redemocratização do país, quando os movimentos sociais tiveram relevante papel na condução desse processo. Já os temas sobre direitos humanos, memória e identidade, até hoje frequentam a agenda pública em campanhas amplamente divulgadas nas redes sociais. Ainda, esses lugares de memória podem ser caracterizados como memórias vivas e testemunhos daqueles fatos que ocorreram no passado, pois impedem que a memória caia no esquecimento da sociedade.

E para auxiliar ainda mais nessa relação com o passado, compete à arquivologia, área do conhecimento que contribui para o acesso a informação, oferecer parâmetros para o processamento técnico dos documentos acumulados pelos arquivos em geral, e em especial aqui pelo MJDH. Todas as intervenções do arquivista devem ocorrer levando em consideração o princípio da proveniência e do reconhecimento do fundo de arquivo como unidade central das operações arquivísticas.

O uso do arquivo, o arquivo como instrumento, está diretamente ligado ao conceito de informação registrada, basicamente a de caráter administrativo e/ou jurídico. Os arquivos contêm informações em seu estado puro, original, seus documentos são provas, antes de serem informações. (BELLOTTO, 2014, p. 180)

Posto isso, esta pesquisa recorreu à arquivologia para melhor entendimento da dinâmica do acervo estudado. Pois a arquivologia aborda a informação orgânica, tendo por objetivo se tornar evidência, ou seja, fator de prova de que algum evento ocorreu. Além disso, tem como objeto de trabalho o conhecimento dos arquivos e dos princípios e técnicas a serem aplicados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização.

Pode-se enfatizar que os arquivos, nas suas mais abrangentes áreas de atuação, podem e devem auxiliar o desenvolvimento de várias pesquisas nos diferentes campos de interesse. E pesquisas que têm como foco políticas de salvaguarda e preservação desses documentos, além de promoverem o acesso à informação, favorecem a preservação e a garantia da fidedignidade e a autenticidade das informações contidas no acervo. Vale lembrar que

Todos os arquivos são resultado da ação do indivíduo ou do organismo que os produz, recebe e reúne ao longo de uma atividade, e tais documentos se revestem de caráter pessoal. Dizem respeito à “vida privada” de alguém ou de um organismo. Embora possam interessar indiretamente a várias outras pessoas, com as quais mantêm ligação mais ou menos importante. (DELMAS, 2010, p. 59)

Assim, o documento pode ser entendido como um suporte no qual se registram informações com o objetivo de testemunho ou prova, e ainda possui o caráter de ser único. No âmbito da arquivologia, a palavra documento é entendida como uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73).

Aprofundando-se um pouco mais sobre a palavra documento, o glossário *The Society of American Archivists (SAA)* traz uma definição mais abrangente sobre documento, que pode ser:

1. Um trabalho escrito ou impresso de natureza legal ou oficial que possa ser usado como prova; um documento. - 2. Dados ou informações que foram corrigidos em algum meio; que tem conteúdo, contexto e estrutura; e isso é usado como uma extensão da memória humana ou para demonstrar responsabilidade. - 3. Dados ou informações em uma forma fixa que é criada ou recebida no curso da atividade individual ou institucional e reservada (preservada) como evidência dessa atividade para referência futura. - 4. Um instrumento arquivado para aviso público (aviso construtivo); veja a gravação. - 5. Áudio: um registro fonográfico. - 6. Informática: uma coleção de elementos de dados relacionados e tratados como uma unidade, como os campos em uma linha em uma tabela de banco de dados [...]. (2019, p. 326, tradução nossa)

Nesse sentido, compreende-se que o acervo do MJDH se enquadra na definição de fundo de arquivo a partir do fato de ser um conjunto de documentos relacionados entre si, ou seja, possuem uma relação orgânica. E ainda, segundo Catela (2002, p. 20, tradução nossa), “a constituição de arquivos (pessoais, municipais, secretos, públicos, culturais) é uma das práticas que, nas sociedades modernas, indivíduos e grupos desenvolvem para codificar seu passado, criar classificações, inventar tradições, reunir identidades”.

A mesma autora enfatiza que é no arquivo que “[...] se “abriga” a história e a memória social, cultural e política, transformando os arquivos em lugares que funcionam como fontes de memória social, independentemente de pertencerem a espaços privados ou serem apropriados pela lógica de uma “memória oficial”” (CATELA, 2002, p. 20, grifos da autora, tradução nossa). Além disso, os documentos gerados durante o período da ditadura militar são importantes para a memória da nação, na medida em que são testemunhos insubstituíveis da repressão sofrida (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999).

O MJDH é um lugar de memória coletiva onde se acumulam diversas fontes de informação que possuem um conteúdo significativo, principalmente, quando são ou foram utilizadas para a construção da democracia, em datas comemorativas, para denúncias de torturas, desaparecimentos ou violação de direitos civis. Esse lugar de memória adquire, com o tempo, uma visibilidade para aqueles que não viveram nem presenciaram a ditadura militar (por exemplo), logo, os documentos podem ser interpretados como contadores dos fatos ocorridos.

Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida da instituição. Estão registradas nos arquivos as informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer de sua existência. Arquivos são capazes de demonstrar como decorrem – decorreram – as relações administrativas, políticas e sociais por elas mantidas, tanto no âmbito interno como no externo, seja com outras entidades de seu mesmo nível, ou com as que lhes são, hierarquicamente, superiores ou inferiores. (BELLOTTO, 2014, p. 306-307)

Nesse sentido, entende-se que os arquivos possuem uma estrutura que “[...] está disponível para o reativação, ressignificação e negociação de várias formas de memórias sociais. Nessa ativação-negociação, reside seu poder cultural e político, na medida em que possibilita a expressão de novas práticas e ações cidadãs” (CATELA, 2002, p. 69, tradução nossa).

Conclui-se que são nesses lugares de memória – MJDH – que a possibilidade de luta, de entendimento de que o passado possa ser compreendido como um lugar de recursos para a justiça, pois são nesses lugares que se encontram testemunhos, processos, documentos que relatam acontecimentos de violação de direitos humanos. Por isso,

A documentação, técnica de agrupar documentos com uma finalidade específica, permite tomar conhecimento rapidamente de um assunto e fazer estudos focalizados, úteis para a ação imediata. Em contrapartida, a manutenção da integridade do fundo oferece, ao final de longo procedimento científico, uma reserva inesgotável de objetos de estudos e de conhecimento, além de lhes proporcionar valor probatório. (DELMAS, 2010, p. 69)

Logo, entende-se que o arquivo é um lugar que disponibiliza informações e permite construções de memórias, na medida em que são lugares onde os documentos estão armazenados e onde os pesquisadores (usuários) têm o potencial de transformar esses lugares e as informações ali contidas em memórias a partir do momento que reconstroem a história com a ajuda de testemunhos, que muitas vezes são encontrados em arquivos.

Foi afirmado, em mais de uma ocasião, que os arquivos são a reflexão mais fiel da História dos povos e que constituem, portanto, a memória mais explícita das nações. Se tal afirmação é aceitável em geral, no caso de regimes totalitários ou ditatoriais, ou repressivos em geral, como preferimos neste estudo, é ainda mais inquestionável. Na falta de meios legais que reflitam a pluralidade de ideias e comportamentos, apenas os arquivos de tais regimes, e especialmente os de seus serviços de informações policiais e de controle populacional, refletirão mais ou menos o confronto social latente neles. (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999, p. 380, tradução nossa)

O exercício de direitos coletivos e individuais, a partir do uso de documentos preservados em arquivos, pode ser a expressão do vigor democrático de uma nação. Logo, a

transmissão da informação por meio dos arquivos, assim como a transmissão da memória por meio dos documentos presentes nesses arquivos, são uma utilidade social.

3 ONDE TUDO COMEÇOU: O MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DE PORTO ALEGRE, RS

Após essa discussão sobre memória, identidade e arquivos sendo o MJDH contextualizado como um lugar de memória e como uma instituição que participa na construção de uma memória coletiva, é preciso trazer um pouco da história do MJDH, assim como alguns casos em que atuou.

Embora só tendo sido criado em 1979, o embrião do que viria a se constituir já se preocupava, na década de 1960, em auxiliar pessoas perseguidas por regimes autoritários, não apenas pelos militares brasileiros, mas também pelas ditaduras militares dos países latino-americanos⁴, que viriam a se instalar mais tarde. Mesmo com o fim da ditadura militar no Brasil, ainda hoje continua a defender as minorias sociais e políticas, pois as perdas das chamadas minorias não foram totalmente resolvidas por nenhum governo ou quando resolvidas, outras necessidades surgem.

Além disso é uma instituição onde se encontra um vasto acervo contendo documentos (dossiês, processos, fotografias, fitas VHS, entre outros), que possui informações de conteúdos sociais e políticos, sendo que esses documentos também possuem o caráter de testemunho de fatos passados. Esse conjunto documental reflete no significado do MJDH para a sociedade, ou seja, uma instituição que preserva fontes para a construção de uma memória coletiva do passado e do presente, e que tem muito a contribuir para o presente e o futuro da sociedade.

Assim, em 1979, como relata Cunha (2008) em seu livro intitulado **Operação Condor. O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da Ditadura:**

Em 1979, enquanto o mundo discutia as mazelas das ditaduras do Cone Sul, ele (Jair Krischke) e um grupo de amigos e voluntários, alguns ainda do tempo da praça da legalidade, fundaram o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) de Porto Alegre. A primeira reunião foi numa sala emprestada, no centro da cidade, com três dezenas de cadeiras de bar. (CUNHA, 2008, p. 434)

O Movimento foi criado por um grupo de pessoas: advogados, professores, arquitetos e engenheiros, pessoas ligadas à classe média da época, além do apoio de setores da Igreja, Católica, Luterana, Metodista e Presbiteriana (VIOLA, 2005). O motivo de sua criação teve

⁴ Para se ter uma ideia cronológica, a ditadura militar no Brasil iniciou quase dez anos antes que seus países vizinhos, no Uruguai e Chile foi em 1973 e, na Argentina somente em 1976.

como princípio a proteção de perseguidos políticos da ditadura militar, como afirma o autor Solon Viola:

Nos primeiros tempos, as ações organizadas, mas não orgânicas, representavam uma possibilidade de luta contra a ditadura ou uma tentativa de movimento em defesa da redemocratização. Tratava-se prioritariamente de um engajamento na defesa e na proteção da vida e da integridade física dos perseguidos pelas ditaduras militares do Cone Sul; mais do que a participação formal nos movimentos engajados na confrontação com os governos militares, esses protagonistas sentiam-se no compromisso de assumir com clareza os riscos de exercer o *direito humano à rebelião contra a opressão e a tirania* (KRISCHKE, 2003). (VIOLA, 2005, p. 196-197, grifo do autor)

Atualmente, o MJDH possui a seguinte composição administrativa: Conselho Diretor (Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro), Conselho Fiscal e Assembleia Geral. O Conselho Diretor é eleito pela Assembleia Geral com mandato de dois anos podendo ser reeleito. Se reúne mensalmente ou quando chamado pelo Presidente. A Assembleia Geral é composta por associados ou simpatizantes pelo MJDH que pagam mensalmente ao fundo social do Movimento um valor fixado pelo Conselho Diretor. Além da mensalidade arrecadada, o Movimento aceita qualquer tipo de doação, exceto aquelas advindas de governos.

Sua sede é na capital do Rio Grande do Sul, cidade de Porto Alegre, situada na Av. Borges de Medeiros, nº 340, sala 22, mais conhecida por Esquina Democrática. O lugar atual possui três salas: a recepção, o arquivo e a sala de reunião (equipada com multimídia). Nesse local fica o presidente do Movimento, Jair Krischke, demais membros comparecem ao local quando há necessidade. Por não possuir recursos próprios além das mensalidades, o MJDH não possui recursos humanos, por isso, depende, basicamente, de voluntariado ou projetos com recursos externos. As despesas básicas (condomínio, luz, água, internet, etc.) são pagas pelas mensalidades dos associados.

O arquivo do MJDH foi constituído a partir desenvolvimento de suas atividades iniciadas em 1979, conforme pode ser visualizado pelo Quadro de Arranjo da instituição (ANEXO A), no qual a Série 01 corresponde à documentação da administração constitutiva do Movimento. Essa série contém documentos relacionados à fundação, à gestão administrativa, à gestão financeira e contábil e à gestão de recursos humanos, portanto inclui as mais variadas tipologias, tais como atas de reunião, listas de membros, estatuto e regimento do MJDH, registro notarial, relatórios de atividades, agendas de trabalho, boletim informativo, correspondências com meios de comunicação, declaração de imposto de renda, relatórios financeiros, registro de emprego, entre outros.

Ao contrário do que ocorreu em São Paulo, onde a resistência aos crimes contra os direitos humanos cometidos pela comunidade de informações foi construída desde a Arquidiocese com o incentivo e a participação direta de Dom Paulo Arns, no sul, a constituição do Movimento de Justiça e Direitos Humanos teve o apoio de setores da Igreja, mas não da hierarquia eclesiástica. Assim, quando o MJDH começava a superar a sua “fase catacumbica”, cresceu a aproximação entre os múltiplos humanistas não-organizados com uma corrente de militantes religiosos estruturados em setores de diferentes Igrejas cristãs, entre elas a Igreja Católica, a Luterana, a Presbiteriana e a Metodista, que passaram a fornecer uma base de apoio tanto de infraestrutura como de militância. Suas ações, que nas duas primeiras décadas da ditadura baseavam-se na solidariedade efetiva a perseguidos políticos, serviram para preparar o surgimento de um grupo ao qual se incorporaram outras forças sociais. (VIOLA, 2005, p. 198)

Portanto, o contexto de criação do MJDH se deu antes de 1979 e foi além dessa data, compreendendo um período que abrange de 1964 a 1985, quando o país foi presidido por um grupo de militares, momento da história do Brasil mais conhecido como Ditadura Militar. Foram 21 anos de lutas, falta de democracia, perseguição política, censura, supressão dos direitos constitucionais e repressão aos que eram contra ao regime governamental. A própria ditadura militar no Brasil se favoreceu das turbulências que vinham acontecendo nos governos anteriores ao golpe de 64:

O golpe de 1964 foi desferido supostamente contra o comunismo. Mas, além dos comunistas, alvos dos Estados Unidos e dos seus aliados no contexto da Guerra Fria, o golpe também foi desferido contra o governo de João Goulart e contra políticos que defendiam o projeto nacionalista, como o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cujo apoio a Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, era visto como inadmissível pelas forças conservadoras. (WASSERMAN, 2009, p. 05)

O período da ditadura militar foi marcado por várias tentativas de ampliação do poder, desde a aplicação dos Atos Inconstitucionais (AI), como o AI-1 que autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, até a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão durante dez anos, e ainda a eliminação do direito ao voto, entre outras cassações aos direitos dos cidadãos. Ou como o AI-5, decretado em 1968 que impunha mais repressão aos opositores do regime militar e ainda fechou o Congresso Nacional por quase um ano.

Nesse momento o Estado estava cada vez mais incontrolável e acontecimentos, como a Guerra Fria, colaboraram ainda mais com o ideal dos militares. Além disso, houve o desaparecimento e a morte de centenas de militantes, políticos e estudantes que eram contra o governo, ao mesmo tempo em que a liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação foi cerceada. Nessa época, segundo Reis (2012):

No contexto de crise e radicalização política e social da década de 1960, objetivo nacional das ditaduras era o combate ao “inimigo interno” identificado com o comunismo dirigido por Moscou. Nesse sentido, a doutrina (Doutrina da Segurança Nacional) justificava o combate aos “inimigos internos”, todos aqueles que não se enquadravam no sistema, fossem opositores explícitos ou críticos do governo; de modo geral eram identificados como subversivos ou comunistas. (REIS, 2012, p. 17)

Entretanto, mesmo após o decreto do AI-5 (emitido em 13 de dezembro de 1968), dois grupos de esquerda, o Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8) e a Ação Libertadora Nacional (ALN) sequestraram o embaixador dos Estados Unidos da América (EUA) como garantia para a libertação de 15 presos políticos, exigência que foi atendida com sucesso. No final do ano de 1969, o líder da ALN, Carlos Marighella, foi morto pelas forças de repressão em São Paulo. Com esse acontecimento e outros conseguintes, ficava cada vez mais evidente a oposição e a repressão da ditadura militar àqueles que eram contrários à sua atuação política.

Em 1969 é escolhido pela Junta Militar o novo presidente do Brasil, o general Emílio Garrastazu Médici. Seu governo é considerado o mais duro e repressivo do período, mais conhecido como "*Anos de Chumbo*"⁵. A repressão à luta armada cresce e uma severa política de censura é colocada em execução, jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística são censuradas. O Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) atuava como centro de investigação e repressão do governo militar em diversas áreas, inclusive no campo da guerrilha rural no Araguaia.

Uma das consequências da atuação do DOI-CODI foi a prisão de muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores, alguns deles foram investigados, torturados ou exilados do País. Esse terrorismo de estado permaneceu até o ano de 1985, no entanto, durante esse período o governo dos militares soube governar especificamente para uma classe da sociedade, ou seja, o governo entendia e sabia como deixar a classe média brasileira de mãos atadas sem ela ter esse conhecimento, como explica Dreifuss (1981):

Na atmosfera elitista do Brasil, as demandas das classes médias eram vistas como o ponto de referência para a identificação da legítima expressão popular. Em contraste, o apoio popular das classes trabalhadoras ao governo ou aos grupos e indivíduos políticos da esquerda e do trabalhismo era representado como o resultado do incitamento subversivo das massas pelo Executivo e o bloco nacional-reformista. (DREIFUSS, 1981, p. 291)

⁵ Período que compreende os anos de 1968 a 1974, teve início a partir da decretação do AI-5, durante o governo de Costa e Silva, estendendo-se até o fim do governo Médici. Período de maior utilização, sistematização e qualificação dos mecanismos repressivos.

É nesse processo que iniciou a abertura lenta e gradual da repressão e opressão do Estado, que segundo Reis (2012):

O fim do “milagre”, acelerado pela crise do petróleo (1973), e a estagnação econômica geraram descontentamentos sociais que forçaram o general Ernesto Geisel a anunciar uma “distensão” política. O objetivo da “distensão” era assegurar o afrouxamento da tensão sociopolítica através de uma maior, mas sempre controlada, participação política dos setores de oposição, no intuito de cooptá-lo. (REIS, 2012, p. 19)

Mesmo assim, no início da década de 1970, a integração das ditaduras do Cone Sul teve como alvo principal os movimentos populares de resistência, os sindicatos e os partidos políticos de oposição. Um acordo clandestino de cooperação entre os aparelhos de repressão do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai, criaram a “Operação Condor”. É nesse contexto que o MJDH começa sua atuação “não oficial”⁶. A Operação Condor levou esse nome em homenagem à ave comum da região do Chile, país precursor e idealizador da Operação, e por centralizar o sistema de informações, que segundo Mariano (2006) significava:

Esse sistema de troca de informações foi denominado Condortel. Os países-sócios comunicavam-se entre si por números: Condor Um (Chile), Condor Dois (Argentina), Condor Três (Uruguai), Condor Quatro (Paraguai) e Condor Cinco (Bolívia). O Brasil era o Condor Seis. Mais tarde, entraram Equador e Peru. Como o “Banco de Dados” ficou no Chile, que centralizava os serviços, este ganhou a primazia de ser o Condor Um. (MARIANO, 2006, p. 45)

Com o fim do AI-5 em março de 1979, esse mesmo grupo que lutava pelos direitos de liberdade de expressão, pela libertação de presos e contra a atuação ilegal de policiais, com base na urgente necessidade de prestar uma ajuda mais qualificada aos povos do Cone Sul – com a liderança de Jair Krischke, Celso Franco Geiger e o Padre Albano Trinks – resolve fundar oficialmente o Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

O MJDH começou, junto com outras entidades e movimentos sociais do Brasil e da América Latina, a organizar campanhas como a da Anistia⁷ pela libertação dos últimos presos políticos brasileiros e pelas Diretas Já. Desde 1979 que o MJDH vem atuando em prol dos Direitos Humanos, desde a liberdade de expressão por todos os grupos sociais, inclusive pelas

⁶ Entrevista de Jair Krischke, conselheiro do MJDH, concedida à autora em 09 de setembro de 2010, no MJDH, em Porto Alegre, RS.

⁷ “A Lei da Anistia, que abrange crimes políticos praticados entre 1961 a 1979, impede que os torturadores e assassinos possam ser imputados judicialmente, embora a tortura seja crime de lesa-humanidade. [...] A busca pelos corpos e as constantes idas e vindas de comissões estatais e de familiares rende poucos frutos, e o tempo urge. Poucas ainda são as mães vivas. A grande maioria faleceu sem obter as respostas, ainda aguardadas por filhos e demais familiares de desaparecidos políticos”. (RUBERT, 2014, p. 203)

lutas raciais e indígenas, e também de outros grupos sociais considerados menos favorecidos pela sociedade atual.

Além disso, não é apenas o pioneiro na luta pelos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, mas também é o propulsor de diversas outras entidades afins, por exemplo, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a primeira da história dos parlamentos brasileiros, em 25 de junho de 1980, por meio da Resolução nº 1.187⁸.

Mesmo após o fim da ditadura militar no Brasil, o MJDH não deixa de existir, apenas dá continuidade as suas atividades contra outras violências cometidas pelas autoridades policiais, governamentais, dentre outras⁹, ou seja, o MJDH continua atuando em outros setores da sociedade, sempre pensando em auxiliar aqueles que necessitam de ajuda, objetivo de sua criação.

Antes de elucidar algumas das ações que o MJDH realizou no passado, é preciso trazer nesta seção uma breve reflexão sobre direitos humanos – como nascem, sua importância e papel na sociedade, principalmente, naquelas que têm ou tiveram regimes ditatoriais. Essa prévia sobre direitos humanos será substancial para entendimento de algumas das ações do MJDH que estarão alguns parágrafos mais à frente.

Para dar início a essa reflexão sobre direitos humanos, é preciso abordar sobre os direitos do homem, pois é a partir desses últimos que nasceram os primeiros. Quando se discute sobre direitos humanos a primeira ideia que se vem em mente é sobre as obrigações que o Estado tem perante os cidadãos e, em alguns casos, esquece-se que há também os deveres que os cidadãos têm perante a sociedade. Apesar de se falar mais em direitos dos homens, há de se lembrar dos seus deveres. Não é possível discutir direitos humanos sem iniciar com a Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos, promulgada pela Revolução Francesa, em 1789, quando houve a separação dos poderes com a autonomia do judiciário e maior participação dos cidadãos com representantes próprios na política (BOBBIO *et al*, 1998).

Apesar do teor individualista da declaração, seu conteúdo foi transformado pelo princípio de igualdade, abrindo novas dimensões ao tema dos direitos humanos. Ou seja,

[...] pôs-se em evidência que o indivíduo não é uma mônada mas um ser social que vive num contexto preciso e para o qual a cidadania é um fato meramente formal em relação à substância de sua existência real; viu-se que o indivíduo não é tão livre e autônomo como o iluminismo pensava que fosse, mas é um ser frágil, indefeso e inseguro. (BOBBIO *et al*, 1998, p. 354)

⁸ Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/com/comissa.asp?id_comissao=46&id_comissaopai=&id_tipocomissao=1&id_comite_m=his> Acesso em: 19 Set. 2013.

⁹ Informações concedidas na entrevista realizada com Jair Krischke, Porto Alegre, 2010.

Isso fica evidente quando um grupo de indivíduos passa a pensar em melhorias das condições do homem em todas as esferas (sociais e civis) com o intuito de qualificar os ideais humanos e, ao mesmo tempo, assegurar de fato o respeito aos direitos humanos. Portanto, é a partir da Segunda Guerra Mundial que foi possível ser criada uma ação internacional com o objetivo de promover e tutelar o homem enquanto tal (BOBBIO *et al*, 1998). Somente em 10 de dezembro de 1948 que foi adotada e proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A declaração possui 30 artigos que preconizam o bem-estar social, a dignidade, os direitos iguais, a liberdade mais ampla, o respeito aos direitos humanos, entre outros ideais com o intuito de atingir nacional e internacionalmente todos os povos.

Porém, sua maior dificuldade, digamos assim, foi a questão jurídica, como declarar algo universal sendo que a realidade moral dos países é totalmente diferente, o que se justifica para um, não, necessariamente, é justificável para outro. Como bem exemplifica Bobbio *et al* (1998, p. 356) “a dificuldade em encontrar fórmulas aptas a exprimir os ideais humanitários comuns aos Estados signatários, conciliando as diferenças referentes a tradições jurídicas, sistemas políticos e fé religiosa, é muito notável”. Por isso, as Nações Unidas promoveram e ainda promovem as chamadas convenções e conferências que acabam gerando cartas econômico-sociais nos mais diversos ideais humanitários resguardando a tutela de valores da pessoa humana. É nesse sentido que o MJDH atua: o respeito a dignidade humana tanto no seu caráter social e econômico, como se poderá visualizar nos próximos parágrafos.

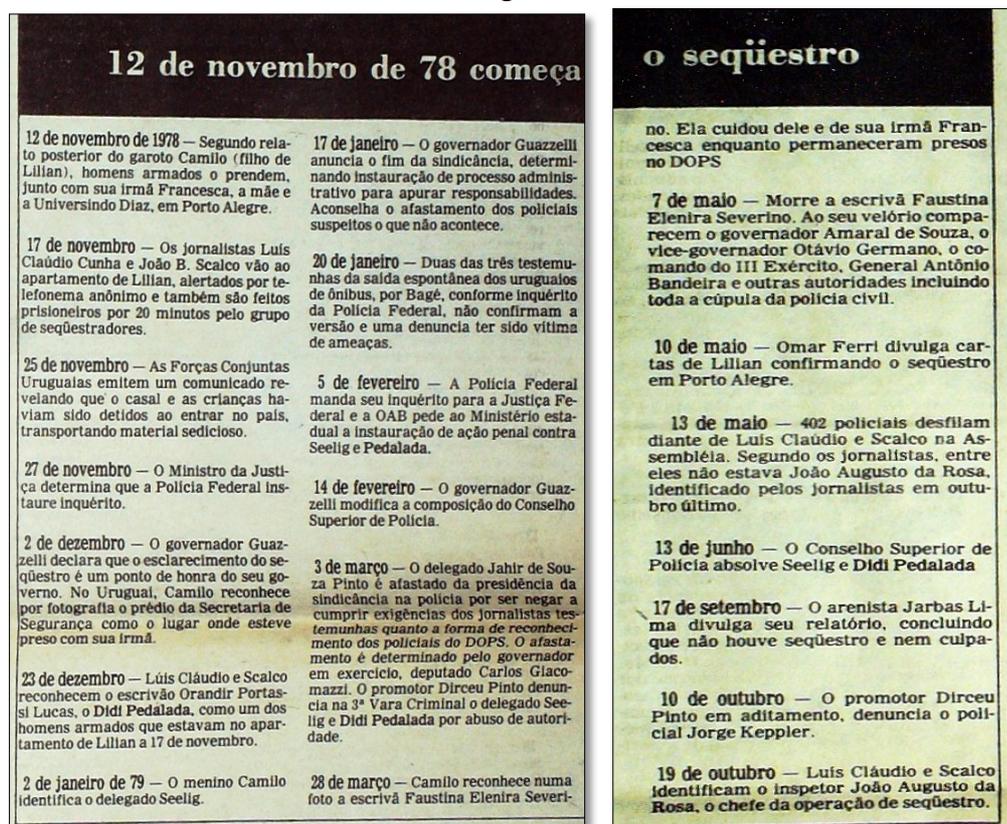
Uma das atuações mais famosas do MJDH foi sua participação ativa na defesa dos uruguaios pelo sequestro de Lílian Celiberti, seus dois filhos menores e Universindo Diaz, que ocorreu em Porto Alegre, no dia 12 de novembro de 1978, cujo histórico está ilustrado nas Figuras 1 e 2. O MJDH colaborou de diversas formas com as autoridades envolvidas, como na denúncia da ação ilegal, além de lutar pela condenação dos policiais envolvidos e pela libertação do casal. O caso teve repercussão internacional, pois foi o primeiro em que uma clássica ação da Operação Condor foi denunciada, investigada e levada até o final, com a condenação de seus responsáveis.

O sequestro dos uruguaios teve o apoio do Serviço Nacional de Informação (SNI), do Centro de Informações do Exército e dos agentes do Dops de Porto Alegre. Naquele episódio ficou evidenciada a forma promíscua adotada nas ações dos sistemas de informação das ditaduras do Cone Sul. (CONTREIRAS, 2010, apud RUBERT, 2014, p. 203)

Além desse caso, vale a pena destacar mais alguns outros casos defendidos pelo MJDH e que obtiveram o êxito do seu apoio, como o prestado às Mães da Praça de Maio, à Associação

de Familiares Uruguaios Desaparecidos; à fuga do cientista Cláudio Benech; à luta contra a editora neonazista Revisão; à denúncia do Caso Sandro Yost (Figura 3). Entre muitos outros apoios que foram oferecidos, sempre tendo como principal objetivo a defesa aos direitos humanos, independentemente da nacionalidade dos que participam do caso. Outras inúmeras circunstâncias vividas pelo MJDH estiveram relacionadas com a coleta de dados e depoimentos de familiares ou conhecidos próximos de mais de cinquenta pessoas desaparecidas.

Figuras 1 e 2: Recorte de jornal sobre a linha do tempo após um ano do sequestro dos Uruguaios.



Fonte: Jornal Zero Hora, 12/11/1979, p. 31-32. **Acervo:** MJDH.

Segundo Krischke, as Mães da Praça de Maio (Figura 4), lutaram para que conseguissem uma audiência com o Papa João Paulo II no ano de 1980. Depois de terem estado em Roma (Itália) e em Puebla (México), e não tendo logrado êxito em suas tentativas de se encontrarem com o Pontífice, não desistiram e decidiram se dirigir a Porto Alegre. Por intermediação de Jair Krischke, do então deputado Antenor Ferrari, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, e do Bispo Dom Antônio Cheuiche, foi conseguida uma entrevista com o Papa. Aproveitando a oportunidade e em solidariedade a Dona Lília Celiberti (mãe de Lillian), juntamente com os documentos relativos às pessoas desaparecidas na Argentina, o grupo entregou ao Papa um dossiê sobre o caso do sequestro de Lillian e Universindo.

Figura 3: Recorte de jornal sobre o caso Sandro Yost.

ZERO HORA 37

POLÍCIA

CASO SANDRO YOST

Brasileiro está há um ano preso no Uruguai

Jovem teria sido seqüestrado por policiais no Brasil

LUÍS EDUARDO AMARAL
Correspondente/Santana do Livramento

Pai de Sandro reclama das autoridades brasileiras

O pai de Sandro, Antonio Carlos Liforma, acusa as autoridades brasileiras de omissas. Ele conta que um órgão vinculado ao Ministério do Interior uruguaio realizou uma investigação sobre as condições em que seu filho foi preso, mas o resultado não foi informado, e o governo brasileiro não teria se preocupado em pedir tais informações.

— O seqüestro foi comprovado, mas assim mesmo o governo brasileiro não faz nada para reparar Sandro. Ele é mais respeitado no Cárcere como preso do que pelas autoridades brasileiras como cidadão — critica Liforma, que espera uma pressão por parte do governo federal para trazer Sandro ao país, onde responderia pelo homicídio ocorrido em 1998.

O advogado de defesa de Sandro em Rivera, Ruben Dario Rosano, explica que a Justiça uruguaia considera a prisão do brasileiro normal.

No processo, Sandro foi preso por policiais uruguaios em território uruguaio. Não existe, portanto, o crime de seqüestro. Rosano espera a conclusão do julgamento dos policiais em Livramento para ingressar na Justiça de Rivera com um pedido de liberdade condicional. O advogado destaca que o crime de seqüestro que teria ocorrido no Brasil é um processo distinto do homicídio pelo qual o brasileiro é acusado no Uruguai.

O brasileiro Sandro Liforma Yost, 20 anos, completa hoje um ano preso no Cárcere Departamental de Rivera, cidadão uruguaio que faz fronteira com Santana do Livramento, no Brasil.

Suspeito de ter assassinado um adolescente com um tiro em maio de 1998 em Rivera, Sandro teria sido retirado de casa, no Parque do Sol, por um policial brasileiro e por outro uruguaio no dia 25 de setembro do ano passado.

O Departamento de Polícia do Interior (DPI), na época dirigido pelo atual chefe de Polícia, José Antônio Araújo, indiciou cinco policiais civis de Livramento por participação no suposto seqüestro de Sandro. Entre eles, dois delegados. Os policiais continuam afastados de suas funções e sendo remunerados enquanto aguardam julgamento. Conforme a assessoria de imprensa do Ministério das Relações Exteriores, o governo brasileiro teria enviado uma cópia do inquérito para o Ministério do Interior uruguaio (equivalente ao Ministério da Justiça do Brasil), em dezembro, com o pedido de repatriamento do preso. De acordo com a assessoria da Embaixada do Brasil em Montevidéu, as autoridades uruguaias ainda não se pronunciaram sobre a solicitação.



No cárcere: Sandro está em Rivera

ENTENDA O CASO

Sandro é suspeito de ter cometido um homicídio em território uruguaio.

1999

- 25 de setembro — Sandro é preso por um policial uruguaio e por outro brasileiro em sua casa no Parque do Sol, conforme concluiu investigação policial
- 2 de outubro — O pai de Sandro, Antônio Carlos Liforma, denuncia a prisão de seu filho ao Ministério Público
- 21 de outubro — O Departamento de Polícia do Interior (DPI) assume a investigação do caso
- 5 de novembro — Cinco policiais civis são afastados preventivamente por suspeita de envolvimento no suposto seqüestro de Sandro
- 11 de novembro — Os cinco policiais ci-

vis, entre eles dois delegados, são indicados por envolvimento no caso

- 30 de novembro — Ministério Público denuncia os cinco policiais à 1ª Vara Criminal de Santana do Livramento
- Dezembro — Ministério das Relações Exteriores envia cópia do inquérito e um pedido de repatriamento de Sandro ao Ministério do Interior uruguaio (equivalente ao Ministério da Justiça no Brasil)

2000

- 25 de setembro — Sandro Yost completa um ano preso no Cárcere Departamental de Rivera, no Uruguai. Até o momento, nenhuma resposta do Ministério do Interior foi dada às autoridades brasileiras

ALTOS E BAIXOS

Caso Yost deu projeção a algumas pessoas e abalou a carreira de policiais:

- O advogado **Juliano Vallejo** foi lançado candidato a vice-prefeito pela Frente Popular em Santana do Livramento
- O então diretor do Departamento de Polícia do Interior (DPI), **delegado José Antônio de Araújo**, destacado para comandar as investigações, acabou promovido a chefe de Polícia
- O delegado **Inácio de Loyola Souto** e o inspetor **Antônio Augusto da Silva** foram afastados e indicados por seqüestro e privação de liberdade
- O escrivão **Ivan Brandão Rodrigues** foi afastado e citado por falso testemunho e por acobertar crime
- O inspetor **Heber Lucas de Mello** e o delegado **Adilson Carrazoni dos Reis** foram afastados e indicados por ameaça a testemunhas

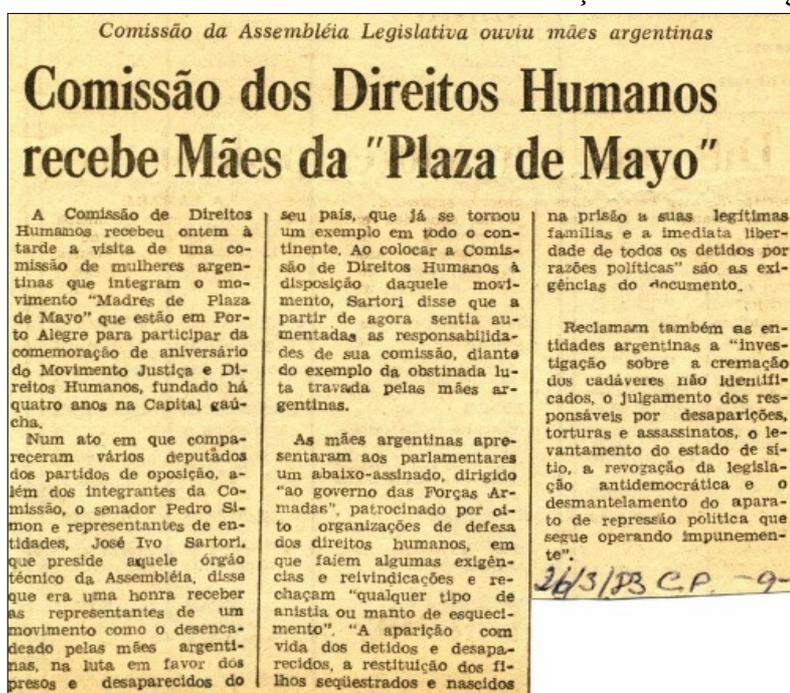
Fonte: Jornal Zero Hora, 15/09/2000, p. 37. Acervo: MJDH.

Esse caso se constituiu de forma tão grave e desumana que, à semelhança das iniciativas desenvolvidas pelas Mães da Praça de Maio, os parentes de uruguaios desaparecidos fundaram em Paris uma associação para tratar especificamente do assunto, sendo permanentes na Europa as denúncias por parte de emigrados. Esses casos somavam-se a milhares de situações semelhantes ocorridas no Paraguai, no Chile e, de modo especial, na Argentina. Tanto, que a Subcomissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, com sede em Genebra (Suíça), sensibilizada pelo vulto da questão e movida pelos apelos humanitários, em 29 de fevereiro de 1980, criou um grupo de trabalho especificamente encarregado de tratar de casos de pessoas desaparecidas.

O primeiro contato foi estabelecido com o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes, e, posteriormente, com o MJDH, em Porto Alegre, pois era de extrema importância que se colhessem os depoimentos das pessoas que tinham familiares desaparecidos. Porém, a distância entre Montevidéu e o Rio de Janeiro, bem como a impossibilidade de as pessoas serem ouvidas no território uruguaio, ficou decidido que

a melhor alternativa seria a tomada de seus depoimentos em Porto Alegre. Assim, em 27 de outubro de 1980, na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, sob a direção do Presidente Seabra Fagundes – presentes além de representantes do MJDH, Thierry Mignon, do Movimento Internacional de Juristas Católicos e Pax Romana, Willem Boogard, professor de Direito Penal da Universidade de Utrech, na Holanda, e da Seção Holandesa do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai, e de Belisário dos Santos Júnior, presidente da Associação Latino Americana de Advogados pelos Direitos Humanos, iniciou-se a tão esperada audiência.

Figura 4: Recorte de Jornal sobre as Mães da Praça de Maio – Argentina.



Fonte: Jornal Correio do Povo, 26/03/1983, p.09. Acervo: MJDH.

Os demais familiares de desaparecidos foram ouvidos em Porto Alegre, na presença das autoridades internacionais acima mencionadas, da diretoria do MJDH, além do desembargador Celso Franco Geiger e dos advogados Luiz Goulart, Mara Loguércio e Nora Tatsch. Após as oitivas, Jair Krischke, em nome do MJDH, fez a entrega de toda a documentação ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que a remeteu à Subcomissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Nessa época, Porto Alegre foi proclamada como a capital dos Direitos Humanos pelo jornal "Zero Hora", em reportagem assinada por Carlos Alberto Kolecza.

Além desse fato, é importante destacar outro episódio que certamente se constituiu como um capítulo significativo na história do Movimento. É o episódio que se relacionou com a fuga

da família Benech para o Brasil. Cláudio Benech foi um biofísico uruguaio de renome internacional, autor de várias obras publicadas e participante de inúmeros simpósios, inclusive alguns realizados no Brasil. Foi sequestrado, em meados de 1980, dentro de sua casa em Montevideú. E quase dois meses depois, sua mulher – a médica Graziela Gulla Benech – e seus sete filhos, ficaram sabendo que estava preso e incomunicável numa unidade militar uruguaia, no famoso 13º de Infantaria, também conhecido como *El Infierno*.

Com a ajuda do MJDH, sua prisão foi denunciada através da imprensa internacional, porém, a denúncia não teve um resultado de imediato, pois Cláudio foi transferido para a Companhia de Contra Informações, onde continuou sendo torturado. Quando na passagem do ano de 1980 para 1981, o MJDH organizou sua fuga para o Brasil, na qual Cláudio obteve o *status* de Refugiado Político da ONU, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Este foi mais um caso dentre outros que aconteceram nos países do Cone Sul que viviam sob ditaduras militares. Essas pessoas que foram presas e torturadas receberam a designação de refugiadas e posteriormente asiladas em países europeus pela ação do MJDH junto ao ACNUR.

Essas são apenas algumas das muitas ações que o MJDH já prestou para centenas de pessoas que recorreram e recorrem até hoje a seu auxílio, tanto jurídico quanto humanitário na defesa dos direitos humanos. Essa pequena lista de casos reforça que, em sua maior parte, a atuação cotidiana do Movimento destina-se a proteger cidadãos da opressão e da repressão de órgãos estatais, bem como buscar o fim da corrupção e injustiça que assola o País. Além disso, dentre outras atividades, inclui-se a criação de organizações e associações de “moradores de bairros pobres da Grande Porto Alegre, o MJDH ajudou a criar 132 associações” (VIOLA, 2005, p. 200).

Entre as ações planejadas pelo MJDH para reorganização da sociedade civil seu Estatuto destacava entre seus objetivos os de “promover a criação de núcleos do Movimento ou órgãos assemelhados em todo o Estado” (MJDH, 1980, p. 7). Foram criados núcleos nas cidades de São Leopoldo, Santa Maria, Caxias do Sul, Pelotas, Alvorada, Venâncio Aires, Cruz Alta, Passo Fundo e Novo Hamburgo. O Movimento participou, também, como coordenador, na criação de entidades na Região Sul, organizando seminários de formação e debate (MJDH, 1984, *apud* VIOLA, 2005, p. 200)

Além de criar parcerias com associações de jornalistas e a Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo, tendo como resultado dessa sociedade o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, que acontece anualmente desde 1984, premiando notícias de valor notório através

de um Prêmio que tem como enfoque valorizar a matéria do jornalista, sem lhe incumbir um valor financeiro.

Finalizando, “o MJDH tem disponibilizado seus arquivos, com documentos de toda América Latina, tanto para pesquisadores como para organismos dos governos nacionais que se comprometem com a recuperação da memória [...]” (VIOLA; PIRES, 2013, p. 338), tendo em vista que essa documentação presente no acervo do MJDH pode atuar como recurso para investigação judicial e testemunhal sobre as violações de direitos humanos.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Após essa contextualização dos temas abordados até o momento pela pesquisa, assim como dos possíveis conteúdos informacionais que estão no acervo do MJDH e que podem servir para pesquisas futuras em diversas áreas do conhecimento, será discutida nesta seção a metodologia de pesquisa.

A presente pesquisa é do tipo exploratória e de cunho qualitativo, tendo como abordagem o levantamento bibliográfico e documental. Por pesquisa exploratória, entende-se que a metodologia envolverá “o procedimento de levantamento da bibliografia e os documentos referentes ao problema da pesquisa. Pesquisas desse tipo podem servir de base para subsequentes pesquisas experimentais [...]” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 119). Existe um pressuposto para esse tipo de pesquisa, qual seja o de levar em consideração a interação do pesquisador com o objeto de estudo.

Nesse sentido, vale destacar, novamente, que a minha relação com o acervo teve início no ano de 2009, quando cursava a graduação em Arquivologia, que resultou num trabalho de conclusão de curso sobre o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo: o jornalismo nos arquivos. Dessa relação resultou mais dois trabalhos, um de uma monografia de especialização em 2012 (Descrição analítica: um estudo de caso da Subsérie Depoimentos e Testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH) e outro de uma dissertação de mestrado em 2015 (Fotojornalismo e Memória no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (1984 – 1990) – Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH)).

Já a pesquisa de caráter qualitativo “[...] é, em si mesma, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas. Em torno do termo pesquisa qualitativa, encontra-se uma família interligada e complexa de termos, conceitos e suposições” (DENZIN; LINCON, 2006, p. 16). Enquanto a pesquisa exploratória familiariza o pesquisador com o objeto de estudo, a pesquisa qualitativa aprofunda ainda mais o método de estudo utilizado pelo pesquisador com o *corpus* da pesquisa.

O pesquisador qualitativo pode assumir diversos campos sociais e pode ser entendido como um pesquisador multifacetado, pois necessita inserir-se na sociedade estudada, portanto, “[...] o pesquisador está marcado pela realidade social, toda observação está possuída de uma teoria, o texto não escapa a uma posição no contexto político e a objetividade está delimitada pelo comprometimento do sujeito com sua realidade circundante” (CHIZZOTTI, 2003, p. 230). Além disso, “os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da

realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação” (DENZIN; LINCON, 2006, p. 23).

Portanto, para esta pesquisa foi estabelecido como método para análise dos relatórios anuais de atividades do MJDH (ANEXOS D a R) a Análise de Conteúdo, tendo como base a linha de pensamento de Laurence Bardin. A partir desse método foi possível estabelecer alguns critérios para a construção da memória e identidade a partir da trajetória do Movimento. Por análise de conteúdo entende-se, segundo Bardin (2011), que se constitui de várias técnicas em que se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Ou seja, a partir da análise de conteúdo é possível representar a informação, por intermédio de procedimentos de transformação, com o objetivo de obter o máximo possível de conteúdo daquela informação. Nesta tese, o enfoque da transmissão está relacionado à transmissão da informação e da construção da memória como utilidade social dos arquivos.

Desse modo, a análise de conteúdo permite, sistematicamente, descrever um conteúdo, ou seja, o objeto da análise de conteúdo está diretamente ligado aos emissores identificáveis, que neste caso é a palavra (BARDIN, 2011). Logo, a análise de conteúdo tem como objetivo representar de outro modo a palavra, por intermédio de procedimentos metodológicos, obtendo assim as significações possíveis por meio de indicadores de análise de conteúdo (a temática e a frequência em que aparece no texto), ou seja, o conteúdo da informação.

Para que a informação seja acessível e manejável, é preciso tratá-la, de modo a chegarmos a representações condensadas (análise descritiva do conteúdo) e explicativas (análise de conteúdo, veiculando informações suplementares adequadas ao objetivo a que nos propusémos [...]). (BARDIN, 2011, p. 52)

Portanto, para se chegar à informação acessível e manejável, conforme citação acima, é preciso trabalhar em três etapas, que são as três fases da análise de conteúdo:

1) a pré-análise, que “tem por objectivo a organização, embora ela própria seja composta por actividades não estruturadas, “abertas”, por oposição à exploração sistemática dos documentos” (BARDIN, 2011, p. 126-127, grifo da autora);

2) a exploração do material; e

3) o tratamento dos resultados, com inferência e interpretação dos dados.

Essas três fases são fundamentais, pois a pré-análise ajuda na escolha dos documentos a serem submetidos à análise e, a partir da exploração do material, obtém-se a formulação dos

pressupostos e dos objetivos, assim como da elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final, ou seja, os resultados. Por pressuposto entende-se que é aquilo que se supõe antecipadamente. Já o objetivo é a finalidade geral a que se propõe, ou seja, o quadro geral no qual os resultados poderão ser alcançados (BARDIN, 2011). Nesta tese, os objetivos (geral e específicos) do *corpus* da pesquisa correspondem, respectivamente, a:

- reconhecer o caráter instrumental dos arquivos dos movimentos sociais, a partir do acervo do MJDH, na promoção da Justiça como fonte de informação para a construção da memória e das identidades de grupos e sujeitos;
- caracterizar o MJDH como um movimento social contemporâneo a partir da análise de sua história e de seu papel como organização coletiva pela defesa dos direitos humanos;
- analisar, a partir dos relatórios anuais do MJDH, as atividades do Movimento que fomentaram seu apoio aos grupos e sujeitos que tiveram seus direitos subjugados e violados;
- identificar, nos dados levantados, as marcas de memória e identidade dos grupos atendidos pelo MJDH.

Enquanto o problema da pesquisa, como foi enunciado na introdução, diz respeito a: **Qual é o papel dos arquivos de movimentos sociais na busca por direitos humanos? Essa resposta, do ponto de vista desta pesquisa, será respondida a partir da atuação do MJDH e do trabalho que desenvolveu.**

A figura a seguir exemplifica os procedimentos realizados no *corpus* desta pesquisa a partir da teoria de Análise de Conteúdo de Bardin (2011).

Figura 5: Procedimentos a serem aplicados no *corpus* da pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora e adaptado a partir da teoria de Análise de Conteúdo da autora Laurence Bardin (2011), 2019.

Portanto, a primeira etapa deste estudo foi identificar os documentos necessários para o aporte do *corpus* da pesquisa, sendo então encontrado o quadro de arranjo do MJDH (Anexo A) como elemento chave para a próxima etapa da pesquisa. O termo quadro de arranjo é definido, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, do Arquivo Nacional (2005, p. 141), como “esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo(1), a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes(2)”. Logo, o quadro de arranjo do MJDH foi elaborado visando identificar as atividades do Movimento levando-se em consideração o contexto dos documentos presentes no acervo, ou seja, sua formação orgânica e natural.

Com a identificação do quadro de arranjo, partiu-se para a análise com o intuito de identificar a trajetória do Movimento no que compete às atividades voltadas em prol dos direitos humanos. A partir dessa análise e identificação, pode-se delimitar o objeto da pesquisa, ou seja, definir o *corpus* da tese, que são os relatórios de atividades anuais do MJDH. Os relatórios de atividades anuais compreendem exatamente os objetivos desta tese, quando relatam as ações que o MJDH desenvolveu ou participou num determinado ano, portanto, são o registro anual de atividades que refletem o seu fomento no apoio a grupos e sujeitos que tiveram seus direitos violados e, também, caracterizam o Movimento como um movimento social contemporâneo devido às atividades que desempenha.

Após a escolha dos documentos, deu-se início a próxima etapa, que foi a exploração do material selecionado – os relatórios de atividades anuais do MJDH desde a sua fundação (1979) até 2015. A delimitação do *corpus* foi estabelecida pelo critério de maior abrangência dos documentos, ou seja, a intenção foi incluir o máximo de relatórios anuais de modo a ter material suficiente para fundamentar a análise e chegar aos resultados.

Inicialmente, a exploração do material abrangeu apenas o período dos relatórios impressos que foram encontrados no acervo, que correspondem aos anos de 1980, 1980-1981, 1982, 1983, 1984 e 2002. Posteriormente foi feito o levantamento dos relatórios que estão no drive/sistema do MJDH para abranger o período estabelecido pela tese. Foram encontrados os seguintes relatórios de atividades no drive/sistema do MJDH: 2003, 2004, 2005, 2006, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Ao total foram encontrados 15 relatórios de atividades que compreendem o *corpus* da pesquisa do período de 1979 a 2015.

Vale ressaltar que o MJDH é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, portanto, seus recursos financeiros são bastante escassos. E isso refletiu nas constantes mudanças de endereços e, também, na ausência de uma organização adequada nos padrões da

Arquivologia até o ano de 2009. Somando-se a falta de recursos financeiros e uma adequada organização do acervo, resultou na perda de documentos, incluindo os relatórios de atividades anuais. Isso não quer dizer que o Movimento deixou de realizar suas atividades, o que houve, foi a perda de alguns documentos. Logo, não é uma característica exclusiva do MJDH, faz parte da história dos arquivos a dispersão dos documentos produzidos e acumulados pelas instituições públicas ou privadas (HEREDIA HERRERA, 1991).

A partir da exploração dos relatórios de atividades anuais do MJDH, partiu-se para a terceira etapa, que são a elaboração dos pressupostos e dos objetivos. De acordo com Bardin (2011, p. 128), “objetivo é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância superior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados.”

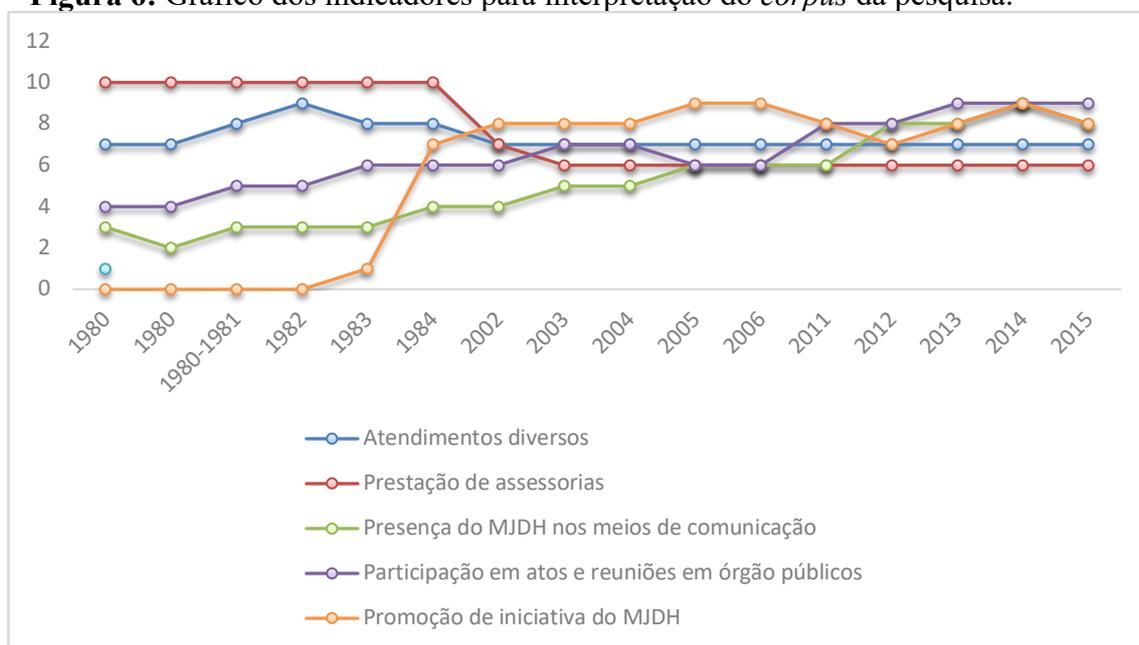
Nesse sentido, o primeiro pressuposto da tese é que o papel dos arquivos de movimentos sociais na busca por direitos humanos está, diretamente relacionado, na representatividade do próprio arquivo como um recurso para a justiça, um recurso para a verdade e um recurso contra o esquecimento. O segundo indica que o arquivo pode ser considerado um lugar de memória e os documentos como veículos de informação, já que o papel dos arquivos de movimentos sociais é a proteção da informação.

Os objetivos da tese que se propõem a partir da exploração do material são reconhecer o caráter instrumental dos arquivos dos movimentos sociais (acervo do MJDH), na promoção da Justiça, enquanto fontes de informação para a construção da memória e das identidades de grupos e sujeitos; assim como, caracterizar o MJDH como um movimento social contemporâneo a partir da análise de sua história e de seu papel como organização coletiva pela defesa dos direitos humanos; analisar, a partir dos relatórios anuais do MJDH, as atividades do Movimento que fomentaram seu apoio aos grupos e sujeitos que tiveram seus direitos subjugados e violados; e, por fim, identificar, nos dados, levantados, as marcas de memória e identidade dos grupos atendidos pelo MJDH.

Quanto aos indicadores para interpretação do *corpus* da pesquisa foi elaborado um índice que se encontra no gráfico abaixo (FIGURA 6). Os indicadores para interpretação correspondem à frequência relativa que a atividade aparece nos relatórios do *corpus* da pesquisa. Para fazer os indicadores foi necessário sistematizar as categorias das atividades dos relatórios. Exemplificando: para os indicadores delimitou-se a frequência (quantificou-se) que determinada atividade aparece nos relatórios, já para as categorias, delimitou-se a temática envolvida na atividade analisada. Segue abaixo gráfico com os indicadores da pesquisa.

Portanto, para os indicadores foram elencados os seguintes: 1- atendimentos diversos, 2 - prestação de assessoria, 3 - presença do MJDH nos meios de comunicação, 4 - participação em atos e reuniões em órgãos públicos ou privados e 5 - promoção de iniciativa do MJDH. Para quantificar esses indicadores foram analisadas as frequências em que apareciam nos relatórios de atividades. Como pode ser observado, o indicador promoção de iniciativa do MJDH só foi aparecer nos relatórios a partir de 1984, quando teve a primeira edição do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, por consequência o MJDH passou a promover mais iniciativas de atividades além daquelas comumente relatadas.

Figura 6: Gráfico dos indicadores para interpretação do *corpus* da pesquisa.



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Assim como se pode observar que o indicador prestação de assessoria iniciou no ápice, pois era através de assessorias a comunidades carentes que o Movimento começou suas atividades, portanto, é natural que esse indicador apareça no ponto máximo (10), porém com o passar dos anos suas ações nessa atividade foram diminuindo, isso não significa que o MJDH tenha deixado de prestar assessoria, apenas reduziu-a devido ao acréscimo de outras atividades, como a participação em atos e reuniões em órgãos públicos.

Após a elaboração dos indicadores deu-se início à etapa para definição das categorias. A categorização pode ser definida conforme Bardin:

A *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo gênero

(analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos. (BARDIN, 2011, p. 147, grifo da autora)

Quanto ao critério de categorização, o mesmo pode ser semântico (temática), sintático (verbo, adjetivo), léxico (palavra) e expressivo (BARDIN, 2011). Nesta tese, as categorias foram definidas a partir da unidade de registro relacionada ao acontecimento, à ação, que, conseqüentemente, levou ao tema daquela unidade de registro, portanto, semântico. Optou-se por esse critério de categorização tendo em vista a amplitude que um tema pode abranger. Mesmo porque, a análise de conteúdo permite que o objeto de estudo possa ser “submetido a uma ou várias *dimensões* de análise (BARDIN, 2011, p. 148, grifo da autora).

“A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 2011, p. 148-149). Portanto, a categorização auxilia na organização desses dados brutos. Ainda, para Bardin (2011, p. 149-150, grifos da autora), um conjunto de categorias boas deve possuir as seguintes qualidades:

- *a exclusão mútua*: esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. [...].
- *A homogeneidade*: [...]. Num mesmo conjunto categorial só pode funcionar com um registro e com uma dimensão de análise. [...].
- *A pertinência*: [...]. O sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou responder às características das mensagens.
- *A objetividade e a finalidade*: [...]. O organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria.
- *A produtividade*: [...]. Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

Para definir as categorias para o *corpus* da pesquisa, foi fundamental ter como parâmetro de definição as qualidades elencadas acima para a elaboração de categorias pertinentes à análise. A primeira categoria (defesas em prol dos Direitos Humanos) foi criada com a intenção de abranger a própria atuação do MJDH, ou seja, o tema de direitos humanos. Essa categoria é primordial, pois inclui a maioria das atividades que o Movimento desenvolve ou defende. A segunda categoria (outras atividades condicionadas a movimentos sociais, exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos) foi pensada pela nomeação do MJDH que é um movimento social e pela própria instituição que é o Movimento, logo possui atividades desenvolvidas em prol dos valores sociais e do exercício da cidadania, em defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos, etc. A última categoria (promoção e campanhas), reflete nas ações que o MJDH

realiza como forma de divulgação da instituição, nessa categoria incluem-se os projetos dos quais o Movimento faz parte e outras atividades relacionadas à publicidade e difusão do MJDH.

Para a criação das três categorias abaixo (Quadro 2) pensou-se exatamente nas qualidades que as categorias devem ter: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e finalidade, e produtividade. Durante a criação das categorias, pensou-se em duas a mais: ditadura militar e violência policial, porém, ambas podem ser englobadas pela primeira categoria – defesas em prol dos Direitos Humanos. Além disso, quando aplicada as qualidades de Bardin (2011), podem sofrer distorções quanto à subjetividade de interpretação, podendo ser categorizadas tanto na primeira categoria (defesas em prol dos Direitos Humanos) quanto na segunda (outras atividades condicionadas a movimentos sociais, exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos).

Essa margem de definição, só foi possível com um estudo árduo dos relatórios de atividades do MJDH e, conseqüentemente, com o método de análise de conteúdo de Bardin. Porém, vale ressaltar, como a própria autora Bardin (2011) afirmou, a análise de conteúdo permite diferentes dimensões de análise e isso vai depender de quem faz a análise.

Quadro 2: Categorias selecionadas para o *corpus* da pesquisa.

CATEGORIAS	Defesas em prol dos Direitos Humanos
	Outras atividades condicionadas a movimentos sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)
	Promoção e campanhas

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

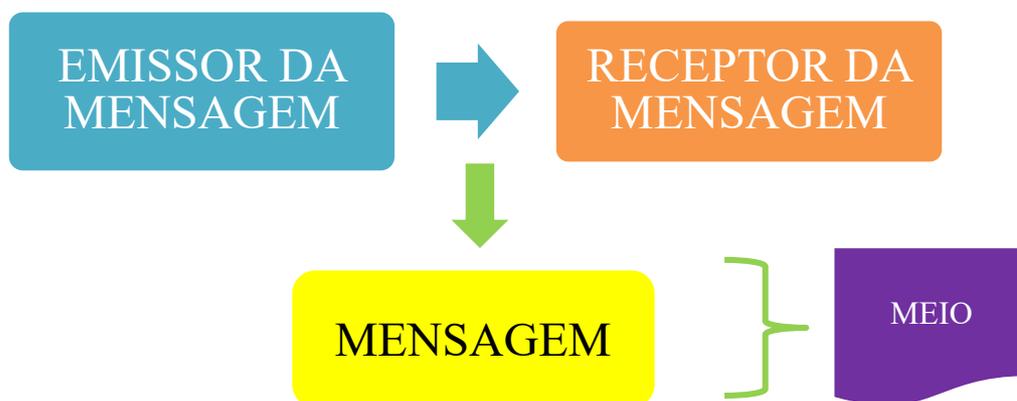
A construção dessas categorias de análise foi baseada na leitura prévia dos relatórios anuais de atividades do Movimento, tendo em vista as temáticas de atuação mais presentes do Movimento, ou seja, os maiores campos de atuação do MJDH, assim como as qualidades de categorias boas definidas pela autora Bardin (2011).

Após a definição das categorias, a próxima etapa é a escolha das variáveis de inferência, ou seja, utiliza-se da análise de conteúdo para se “investigar as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores; referências no texto) [...]” (BARDIN, 2011, p. 169). “Em outras palavras, trata-se de realizar uma análise de conteúdo sobre a análise de conteúdo!” (Idem).

Segundo Bardin (2011), a inferência pode ser entendida como um tipo de interpretação controlada. “A análise de conteúdo fornece informações suplementares ao leitor crítico de uma

mensagem [...], para saber mais sobre esse texto” (BARDIN, 2011, p. 165). Portanto, a própria análise de conteúdo disponibiliza mais elementos com objetivo de fornecer mais informações. Para isso, a análise de conteúdo faz uso dos polos de análise.

Figura 7: Esquema dos polos de análise.



Fonte: elaborado pela autora e adaptado a partir da teoria de Análise de Conteúdo da autora Laurence Bardin (2011), 2019.

O esquema dos polos de análise, representado na figura acima (FIGURA 7), traz os seguinte elementos, segundo Bardin (2011):

- emissor da mensagem: o emissor pode ser uma pessoa ou um grupo, é quem emitiu a mensagem ou quem a produziu. Nesta tese, o emissor é representado pelo MJDH.

- Receptor da mensagem: o receptor, também, pode ser uma pessoa ou um grupo de pessoas, que neste caso, são o público do MJDH, ou seja, aqueles que ajuda, assim como aqueles que fazem uso do seu acervo (pesquisadores, estudantes, advogados, etc).

- Mensagem: a mensagem “é o ponto de partida e o indicador sem o qual a análise de conteúdo não seria possível!” (BARDIN, 2011, p. 166). A mensagem é o por que se fez a análise de conteúdo, portanto, neste caso, são as atividades desenvolvidas pelo Movimento ao longo de sua existência. Esse polo de análise inclui dois níveis de análise, o código e a significação. O código pode ser entendido como um “indicador capaz de revelar realidades subjacentes” (BARDIN, 2011, p. 167), por exemplo, qual é a quantidade de atividades do MJDH? Quais as palavras mais utilizadas nos relatórios? Já a significação pode auxiliar a análise de conteúdo através das possíveis significações que a mensagem fornece, por exemplo, quais os temas presentes nas atividades do MJDH? Quais os conteúdos abordados nos relatórios de atividades anuais do MJDH? Conforme exemplifica a autora Bardin:

[...] os conteúdos encontrados estão ligados a outra coisa, ou seja, aos códigos que contêm, suportam e estruturam essa significação, ou então, às significações “segundas” que as primeiras escondem e que a análise, contudo, procura extrair: mitos, símbolos e valores, todos esses sentidos segundos que se movem com descrição e experiência sob o sentido primeiro. (BARDIN, 2011, p. 167)

- Meio: esse polo representa o suporte da mensagem, que nesta tese são os relatórios de atividades anuais do MJDH impressos e digitais (presentes no drive). Portanto, deve-se levar em conta não somente o suporte em si, mas como o processo de elaboração do relatório reflete na estrutura institucional do Movimento, ou seja, na sua própria trajetória como instituição em prol dos direitos humanos.

Nesta tese, as variáveis de inferência são as representações das atividades em prol dos direitos humanos e relacionadas a movimentos sociais que estão presentes no material analisado – relatórios de atividades anuais do MJDH, de 1979 a 2015. Para se chegar às variáveis de inferência, foi necessário passar por todos os procedimentos defendidos pela análise de conteúdo: escolha dos documentos, exploração do material, hipóteses e objetivos, indicadores de interpretação, categorias e variáveis. Destaca-se que os indicadores desta pesquisa estão relacionados às atividades desenvolvidas nos relatórios de atividades anuais do MJDH, tendo como condição a frequência em que aparecem nos relatórios.

Por fim, essas etapas foram realizadas uma a uma para que o problema desta tese seja respondido, como pode ser visto no próximo capítulo: os relatórios de atividades anuais do MJDH.

5 OS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH

Este capítulo está dividido em três partes: a primeira corresponde a uma breve contextualização de onde se encontram (arquivisticamente) os relatórios de atividades anuais do MJDH, por isso, foi necessário fazer uma pequena introdução sobre como se iniciou a organização do acervo do MJDH. A segunda parte é a análise das categorias selecionadas no capítulo da metodologia para o *corpus* desta pesquisa, ou seja, é a análise das categorias nos relatórios anuais de atividades. Cada relatório do *corpus* da pesquisa foi analisado individualmente. A terceira parte deste capítulo corresponde a interpretação e aplicação da análise aos dados para chegar aos objetivos da tese, tendo como ponto de partida o papel dos arquivos de movimentos sociais na busca por direitos humanos.

5.1 O contexto do acervo do MJDH

O acervo do MJDH foi organizado e ordenado arquivisticamente em 2009, pelo projeto de extensão coordenado por Jorge Enrique Vivar, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto finalizou em 2013 e resultou na publicação do livro **Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva**. Portanto, o acervo está organizado conforme a estrutura e as atividades desenvolvidas pelo MJDH, conforme pode ser visualizado no Anexo A – Quadro de Arranjo do MJDH. O Quadro de Arranjo do MJDH está definido por Séries e Subséries, assim definidas: 1 – Administração e Organização do MJDH: documentação constitutiva, gestão administrativa, gestão financeira e contábil, recursos humanos, política institucional; 2 – Promoção e intervenção na defesa dos direitos humanos: segurança pública, crianças e adolescentes, discriminação social, condições de trabalho, ações de cooperação, conflitos de posse, meio ambiente, violação de direitos humanos, educação, processos judiciais; 3 – Terrorismo de Estado no período da Ditadura – Cone Sul: repressão, prisão, tortura, sequestro – morte e desaparecimento de pessoas, organizações sociais, depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH, correspondências de vítimas e familiares ao MJDH, Operação Condor, intercâmbio organizações sociais, exílio e refúgio; 4 – Processo de Redemocratização no Cone Sul: distensão política no Brasil, repressão e violência, anistia, transição democrática, abertura dos arquivos, memórias/manifestos/entrevistas, reparação e indenização de vítimas; 5 – Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo: trabalhos

premiados, trabalhos apresentados não premiados; 6 – Recortes de Jornais; 7 – Estudo e publicações; 8 – Acervo fotográfico e audiovisual.

Os relatórios de atividades do MJDH estão localizados na Série 01, Subsérie 01.2 Gestão Administrativa, armazenados na caixa 02. Ao todo foram encontrados seis relatórios de atividades impressos (suporte em papel), somando-se aos impressos, também foram encontrados no drive/sistema (computador) do MJDH mais nove relatórios de atividades anuais, totalizando 15 relatórios de atividades anuais do Movimento (ANEXOS D a R), que compreendem os anos de 1979 até 2015, período de corte da pesquisa, conforme foi dito no capítulo anterior – Metodologia da pesquisa.

Sinaliza-se também que a seção ora apresentada trata de um delineamento do *corpus* de análise, sendo esta efetuada a partir dos arcabouços da Análise de Conteúdo, visando compreender o papel do MJDH em seu contexto. É perceptível a pluralidade de frentes de ação do Movimento e sua importância como instituição num primeiro momento de resistência às ditaduras militares do Brasil, Argentina e Uruguai. Com o reestabelecimento das democracias nestes países, atuou na reparação de ações para além das ditaduras. Instituições, como nosso objeto de estudo, são fundamentais para a lembrança e a memória de momentos trágicos da história de um país, assim como são importantes para que o passado não se repita.

5.2 As análises das categorias nos Relatórios de Atividades Anuais do MJDH: resultados da pesquisa

A análise dos relatórios de atividades anuais teve como método a Análise de Conteúdo da autora Laurence Bardin (2011). No capítulo da metodologia foram definidas três categorias para serem representadas pela informação (dados) dos relatórios de atividades anuais do MJDH que representam uma atividade ou um conjunto de atividades. Nesta tese, as categorias representam um conjunto de atividades, já que os relatórios são anuais. Portanto, as categorias foram analisadas em cada relatório do *corpus* desta pesquisa a fim de identificar a representatividade das atividades. Por exemplo, a categoria Promoção e campanhas pode ser representada, além de outras atividades, pela atividade Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, que ocorre anualmente desde 1984, evento promovido pelo MJDH e outras entidades de Porto Alegre.

Novamente, as categorias selecionadas foram as seguintes: 1 - defesas em prol dos Direitos Humanos; 2 – outras atividades condicionadas a movimentos sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos); e 3 - promoção e campanhas. A seguir estão as análises

das categorias nos relatórios de atividades anuais do MJDH a partir da metodologia de análise de conteúdo estabelecida no capítulo de metodologia desta tese.

5.2.1 Relatório de atividades do ano de 1980

O relatório de atividades anuais de 1980 (ANEXO D) possui duas páginas datilografadas. As atividades desenvolvidas pelo MJDH ao longo daquele ano estão no formato de uma listagem (QUADRO 3).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: ajuda a refugiados políticos (Argentina e Uruguai) encaminhando-os para o ACNUR no Rio de Janeiro. Registro de depoimentos de familiares de desaparecidos uruguaios. Tomada de depoimento do ex-policia uruguaio Hugo Garcia Rivas, participante do sequestro dos uruguaios – Lilian e Universindo. Atendimento às vítimas da arbitrariedade policial na grande Porto Alegre.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: organização e reivindicação de vilas em Porto Alegre e entorno.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: campanha contra a expulsão do Padre Vitor Miracapille. Protesto contra o Estatuto dos Estrangeiros. Participação na criação do Movimento Ecológico de Viamão. Campanha contra prisões, torturas e assassinatos de presos políticos. Manifestação de apoio e prestação de assessoria ao Colégio Anchieta. Manifestação de solidariedade à greve dos metalúrgicos do ABC paulista. Participação na campanha pela conquista de terra pelos colonos na fazenda Anoni de Sarandi. Campanha pela candidatura das Mães da Praça de Maio ao Prêmio Nobel da Paz. Realização de Simpósio sobre Êxodo Rural.

Quadro 3: Atividades do relatório anual de 1980.

<i>Relatório de atividades do ano de 1980</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Ajuda a refugiados políticos. Registro de depoimentos. Violência policial.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Organização e assessoria em comunidades carentes.
Promoção e campanhas	Participação em campanhas. Participação na criação de movimento; pela conquista de terra pelos colonos.

	Manifestação de apoio ao colégio Anchieta. Solidariedade à greve dos metalúrgicos do ABC paulista.
--	---

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.2 Relatório de atividades do ano de 1980-1981

O relatório de atividades anuais de 1980-1981 (ANEXO E) possui 11 páginas datilografadas com anotações à mão (à tinta). As atividades do MJDH estão divididas, num primeiro momento, em três áreas – jurídica, operária e ecológica, depois passa a registrar as atividades mensalmente, sem estarem, necessariamente, vinculadas às três primeiras áreas (QUADRO 4).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos Sociais** foram encontradas as seguintes atividades: assistência a agricultores sem terra – *habeas corpus* a colonos que invadiram Fazenda Anoni, em Sarandi. Luta em conjunto com as Mães da Praça de Maio para encontrar o Papa, evento que ocorreu no dia 4 de junho de 1980, quando as mães entregaram ao Papa um documento que informava as atrocidades cometidas na prisão de *Liberdad*, no Uruguai, contra os presos políticos, e sobre os desaparecidos políticos daquele país. Plantão na sede do MJDH em caso de prisão de manifestantes devido a visita do general Videla a Porto Alegre. Em 26 de outubro chegava a Porto Alegre o primeiro grupo de familiares de uruguaios desaparecidos para prestar depoimento à subcomissão de Direitos Humanos da ONU para Desaparecidos.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: ações em conjunto a moradores de vilas da grande Porto Alegre (registro de posse e criação de associações de bairro). Parceria com a Comissão Pastoral Operária e criação de grupos de oposição sindical. Assistência a movimentos evitando a construção de barragem (em Viamão) e assoreamento de rio (em Gravataí).

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: realização de oração ecumênica pelos metalúrgicos do ABC paulista em parceria com o Sindicato do Vestuário e outras entidades. Realização do Simpósio sobre êxodo rural. Manifesto de repúdio contra projeto de lei sobre o Estatuto do Estrangeiro. Campanhas em meios de comunicação com objetivo de informar sobre as injustiças ocorridas naquele ano. Oração ecumênica de solidariedade com o povo da Bolívia. Criação de grupo de estudos para a nova constituição do Brasil.

Quadro 4: Atividades do relatório anual de 1980-1981.

<i>Relatório de atividades dos anos de 1980-1981</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Assistência a agricultores sem terra – <i>habeas corpus</i> . Luta em conjunto com a Mães da Praça de Maio. Tomada de depoimentos.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Registros de posse de terra. Criação de associações de bairro. Criação de grupos de oposição sindical. Assistência a movimentos contra a construção de barragem.
Promoção e campanhas	Oração ecumênica pelos metalúrgicos do ABC paulista e para o povo da Bolívia. Simpósio Êxodo Rural. Manifesto de repúdio da Lei Estatuto do Estrangeiro. Campanhas em meios de informação. Grupo de estudos para a nova constituição do Brasil.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.3 Relatório de atividades dos anos de 1982

O relatório de atividades anuais de 1982 (ANEXO F) possui cinco páginas datilografadas. As atividades estão divididas por assuntos: I – Comissão de Trabalho Popular; II – Conjuntos habitacionais; III – Violência policial; IV – Refugiados políticos; V – Palestras; VI – Atividades conjuntas (QUADRO 5).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: intervenção na Secretaria da Justiça pelos maus tratos aos presidiários, inclusive estendidos aos familiares quando os visitam, tendo como resultado o estabelecimento de assessoria e, em seguida, criação da Associação de Familiares e Amigos de Presos (AFAP). Ajuizou quase 30 *habeas corpus* para operários presos sob suspeita de roubo de uma metralhadora na Base Aérea de Canoas. Encaminhou 77 casos ao ACNUR. Denúncia de vários casos de violência policial.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: acompanhamento junto à Associação de Moradores da Vila Campos Verdes, Vila Planetário, Beco do Resvalo, Vila São Carlos, Vila Mirim, Vila Barcelos, entre outras – atividade desempenhada pela Comissão de Trabalho Popular. Assessoria em algumas vilas de Porto Alegre contra a ordem de despejos, reconstrução de ponte desabada, reivindicação de luz elétrica. Criação de associações de bairro.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: integrou painéis e proferiu palestras em diversas localidades do Rio Grande do Sul. Participou da campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional. Articulação e atividades em conjunto com a Anistia Internacional, o ACNUR, a Frente Ampla (Uruguai), Convergência Democrática do Uruguai, Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (CLAMOR), *Madres de la Plaza de Mayo*, *Madres uruguayas*, entre outras entidades.

Quadro 5: Atividades do relatório anual de 1982.

<i>Relatório de atividades do ano de 1982</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Intervenção na Secretaria da Justiça. Criação da Associação de Familiares e Amigos de Presos. Elaboração de 30 <i>habeas corpus</i> . Encaminhou 77 casos ao ACNUR. Violência policial.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Assessoria em vilas de Porto Alegre.
Promoção e campanhas	Proferiu palestras. Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional. Participação em conjunto com outras entidades.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.4 Relatório de atividades do ano de 1983

O relatório de atividades anuais de 1983 (ANEXO G) possui cinco páginas datilografadas. As atividades estão divididas por assuntos: I – Trabalhos com estrangeiros; II – Trabalhos populares; III – Atividades conjuntas (QUADRO 6).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: encaminhou 26 refugiados políticos (principalmente uruguaios) ao ACNUR. Registrou cerca de 400 atendimentos a estrangeiros que vivem irregulares no País. Caso do Padre Adur (origem argentina e com radicação da França), desaparecido na fronteira entre o Brasil e a Argentina. Ações sobre o caso dos uruguaios desaparecidos – Lilian Celiberti e Universindo Díaz. Registro de depoimentos de familiares de presos e desaparecidos no Cone Sul. Violência policial.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: assessoramento a vilas de Porto Alegre – loteamento irregular, despejos clandestinos, falta de

infraestruturas (água, luz, esgoto, transporte, saúde e escolas). Assessoria e orientação a famílias quanto à invasão de terras; e a regularização dos lotes. Criação de associações e comitês. MJDH credenciado a oito comissões na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: encontros com políticos uruguaios, argentinos e organismos estrangeiros. Elaboração de cartilhas com o objetivo de informar e auxiliar sobre violência policial e posse urbana. Participação em diversos colóquios e eventos com a temática direitos humanos. Participação na Campanha pela Reforma Agrária. Instituição do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Participação na Greve dos Funcionários de Santa Casa de Porto Alegre e na Greve dos Estudantes da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Quadro 6: Atividades do relatório anual de 1983.

<i>Relatório de atividades do ano de 1983</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Encaminhou 26 casos ao ACNUR. Atendimento a 400 estrangeiros ilegais no Brasil. Apoio ao caso dos uruguaios; ao caso do Padre Adur. Tomada de depoimentos. Denúncia de violência policial.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Assessoria em vilas de Porto Alegre, posses de terra. Criação de associações de bairro. Participação em comissões na Assembleia do Estado.
Promoção e campanhas	Encontros com políticos do Cone Sul. Elaboração de cartilhas sobre Direitos Humanos. Campanha pela Reforma Agrária. Criação do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Apoio a greve da Santa Casa e dos estudantes da PUC-RS.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.5 Relatório de atividades do ano de 1984

O relatório de atividades anuais de 1984 (ANEXO H) possui sete páginas datilografadas. As atividades estão divididas por assuntos: a) Trabalhos populares; b) Trabalho com estrangeiros; c) Violência policial; d) atividades conjuntas com outras entidades; e) Promoções por iniciativa do MJDH (QUADRO 7).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: foi registrado em torno de 450 atendimentos a estrangeiros irregulares no País. Foram encaminhados 15 refugiados políticos ao ACNUR. Representação junto à justiça civil

do Uruguai contra militares uruguaios no caso do sequestro dos uruguaios Lilian e Universindo. Foram impetrados 58 *habeas corpus* durante o ano de 1984.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: atendimento em vilas em Porto Alegre, tendo como um dos motivos principais a questão da moradia, o que tem levado a invasão de lotes na periferia, além disso, há os loteamentos clandestinos (vendas enganosas), infraestrutura, informações e assistência jurídica, incentivos na criação de associações de moradores e organização popular. Tentativa de alteração da lei dos Estrangeiros com políticos do Estado.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: participação em encontros, viagens e debates envolvendo sempre a questão dos países vizinhos (Uruguai, Argentina, Paraguai e também o Chile). Participação como integrante da caravana *Mision de Buena Voluntad Latinoamericana*, que tem como objetivo solicitar a liberdade de todos os presos políticos na América Latina, a não extradição por razões políticas e a plena vigência dos Direitos Humanos, a caravana visitou os seguintes países: Argentina, Uruguai e Brasil. Participação na campanha pela Anistia no Uruguai. Participação na libertação de alguns presos políticos. Participação em conjunto com entidades uruguaias na campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Elaboração de um audiovisual intitulado “Violência – Quem começa?” com o objetivo de informar as associações de vilas, sindicatos e outras entidades interessadas. O MJDH participou dos seguintes eventos: Comitê de apoio aos países da América Central; Comitê de Desempregados; Campanha pelas eleições diretas no Brasil; Comitê de apoio ao Povo Chileno; Comitê de apoio aos Sem Terra; Semana pela Paz e Desarmamento; Congresso sobre Direitos Humanos em Vitória – ES; Campanha pelo não aumento da passagem do transporte coletivo em Porto Alegre – RS; Encontro de Jornalistas Uruguaios, Argentinos e Brasileiros em Porto Alegre – RS; Jornada de solidariedade ao Povo Paraguaio em Foz do Iguaçu – PR; Encontro Nacional do Comitê de apoio aos países da América Central – Piracicaba – SP; Campanha pela não extradição de Mário Firmenich; Encontro de Agentes de Direitos Humanos e Pastoral em Salvador – BA; Grito do Campo (movimento de protesto dos trabalhadores rurais); Encontro de Empregadas Domésticas em Porto Alegre – RS. O MJDH realizou as seguintes atividades em 1984: Encontro Estadual de Direitos Humanos; Encontro Nacional de Direitos Humanos; Caso Malikovski; Aniversário da Declaração dos Direitos do Homem; Primeira edição do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Quadro 7: Atividades do relatório anual de 1984.

<i>Relatório de atividades do ano de 1984</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Atendimento a 450 estrangeiros ilegais no Brasil. Encaminhou 15 casos ao ACNUR. Assistência junto ao caso do sequestro dos uruguaios. Elaboração de 58 <i>habeas corpus</i> .
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Assessoria em vilas de Porto Alegre. Criação de associações de moradores. Intervenção na Lei do Estrangeiro.
Promoção e campanhas	Encontros e debates com países do Cone Sul. Integrante de caravana. Campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Produção de audiovisual. Participação em eventos. Realização de eventos pelo MJDH. Primeira edição do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.6 Relatório de atividades do ano de 2002

O relatório de atividades anuais de 2002 (ANEXO I) possui duas páginas datilografadas. As atividades estão divididas por meses de maneira bem sucinta (QUADRO 8).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: tratativas com o Ministério da Justiça sobre o Programa de Proteção a Testemunha (caso Diógenes de Oliveira e PT estadual). Atuação junto a vereadores para não aprovação de Projeto de Lei de criação de Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Segurança.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: atuação do MJDH na Assembleia Legislativa do RS contra a aprovação do Projeto de Lei Vídeo Loterias. Reunião de apoio ao Hospital Espírita (problemas financeiros). Denúncia da jogatina “Toto Bola”. Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos – denúncia perturbação da ordem pública produzida pela Boate Liquid. Subcomissão de Constituição e Justiça – denúncia contra Diógenes Oliveira e setores do Governo do Estado. Procuradoria da República – audiência (rádios comunitárias).

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: participação na gravação do documentário “Anos de Chumbo” do cineasta Silvio Tendler. Palestra “Segurança Pública” na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. XIX Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Quadro 8: Atividades do relatório anual de 2002.

<i>Relatório de atividades do ano de 2002</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Tratativas de apoio junto ao Ministério da Justiça. Atuação junto a vereadores para barrar projeto de lei contra os direitos humanos.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Atuação na Assembleia do Estado. Reunião de apoio a hospital. Denúncia de jogatina. Denúncia de perturbação de ordem pública. Apoio a rádios comunitárias.
Promoção e campanhas	Gravação de documentário. Palestra em universidade. XIX edição do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.7 Relatório de atividades do ano de 2003

O relatório de atividades anuais de 2003 (ANEXO J) possui seis páginas no formato *Word*. As atividades estão divididas por dias. Atividades com destaque: Lanceiros Negros, neonazismo, violência policial, 40 anos do Golpe Militar (QUADRO 9).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: atendimento a casa de colombianos que necessitam do “status” de refugiados. Denúncia de racismo na prefeitura municipal de Taquara. Denúncia estrangeira de que Cuba exige exame de HIV negativo para conceder bolsa de estudos universitária. Tratativas no Consulado da Espanha para retorno ao Brasil de menor brasileira. Tratativas na Polícia Federal para encaminhar pedido de refúgio para família colombiana. Tradução da sentença da Corte Europeia de Direitos Humanos sobre o caso Roger Garody x França. Violência policial – brigadiano espanca jovem; Menino de 14 anos agredido por brigadiano perdeu um olho. Caso dos afegãos refugiados – ACNUR. Denúncia de estudante de jornalismo barrada no aeroporto de Londres. Denúncia de grupo de skinheads que pregam o nazismo.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: auxílio a militar da reserva com problemas de saúde. Reunião na Procuradoria da República para tratar sobre a “jogatina no RS” – Toto Bola. Reunião na Assembleia Legislativa com deputado Vieira Cunha – seminário 40 anos do Golpe Militar. Posse do novo ouvidor na Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado. Denúncia de ilicitudes cometidas pelo Ministério Público do RS – diferenças de salário durante a transição Unidade Real de Valor para Real (Plano Real). Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos – aumento da tarifa de água. Posse do

novo Coordenador da Comissão de Indenização da Vítimas da Ditadura. Audiência com Vice-Governador sobre a criação do Memorial Lanceiros Negros. Denúncia de loteamento clandestino. Lentidão nos processo de indenização das vítimas da ditadura militar (Secretário Nacional de Direitos Humanos). Apresentação do menor infrator à Ouvidoria da Justiça e da Segurança do Estado. Pedido de providências à Ouvidoria da Justiça e da Segurança do Estado – policiais feridos em serviço estão sem receber medicamento adequado. Situação dos imigrantes latino-americanos em conjunto com a Pastoral do Imigrante. Recolocação da placa “Rede da Legalidade”. Reunião com a Secretaria da Cultura e Fundação Palmares sobre o Memorial Lanceiros Negros. Câmara Municipal de Porto Alegre: reunião caso Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa) – 17 demissões; Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos (caso Procempa) – denúncia. Secretaria da Cultura do Estado: proposta de realização de seminário – 40 anos do Golpe Militar.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: campanha de solidariedade para os familiares e amigos das vítimas do atentado a Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), ocorrido em 18 de julho de 1994. Campanha pela Paz da Escola Artur Pereira de Vargas. Câmara Municipal de Porto Alegre – 08 de maio – dia dos Heróis e Mártires da Guerra contra o Nazifascismo. Palestra sobre Segurança Pública e Direitos Humanos na Faculdade de Direito da Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Recebimento do título “Visitante Ilustre” no Teatro *El Galpon* em Montevideu – Uruguai. Parainfo na *Universidad de La República* em Montevideu. Recebimento do título “Cidadão do Mundo”. Apresentação de Tese na faculdade de psicologia na *Universidad de La República* em Montevideu. Inauguração de exposição de fotografias de Luis Goulart Filho. Lançamento do livro “As Garras do Condor”. Palestra na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) sobre Pena de Morte na disciplina de Ética Geral. Lançamento do carimbo: Lanceiros Negros. Cerimônia de entrega do XX Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo no dia 10 de dezembro.

Quadro 9: Atividades do relatório anual de 2003.

<i>Relatório de atividades do ano de 2003</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Atendimento a refugiados colombianos. Denúncia de racismo. Caso dos afegãos ao ACNUR. Denúncia de grupo nazista. Violência policial.

Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)	Prestação de assessoria jurídica. Participação em reuniões na Assembleia Legislativa do Estado. Denúncia de irregularidade em demissões.
Promoção e campanhas	Participação em campanhas. Palestras em universidades. Lançamento de livros. Recebimento de honrarias. Cerimônia do XX Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.8 Relatório de atividades do ano de 2004

O relatório de atividades anuais de 2004 (ANEXO K) possui 13 páginas no formato *Word*. As atividades estão divididas por meses de forma sucinta. A maioria das atividades está relacionada a reuniões e comissões em que o MJDH participa, denúncias de violência policial e violação aos direitos humanos, assim como gravações e entrevistas realizadas, e CPI da jogatina. Há muitas chamadas jornalísticas relacionadas a direitos humanos e alguns casos em que o MJDH acompanhou ou participou, não sendo, portanto, todas atividades específicas do Movimento (QUADRO 10).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: consulado da Espanha – homenagem em memória às vítimas do atentado de Madri. Proposição de Ação Ordinária ao Município de Porto Alegre, ao Prefeito João Verle, à União Federal e à Fundação Nacional de Apoio ao Índio (FUNAI) – caso Morro do Osso.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: Denúncia sobre jogatina no RS e o envolvimento do PT estadual – máfia, lavagem de dinheiro e narcotráfico – Toto Bola. Fraude na proposta do Seminário sobre os 40 Anos do Golpe Militar – em protesto o MJDH se retirou da reunião. Entrevistas em rádios e TVs: assassinatos em série no RS; Reciprocidade: ingressos de brasileiros na União europeia e Estados Unidos da América; Favela da Rocinha e Segurança Pública; Morte de Brizola; Críticas à terceirização de presídios; Neonazistas – ataques a mendigos nas ruas de São Paulo; Segurança Pública; Caso argentino homicida que suicidou-se no presídio Central; Racismo; Abertura dos arquivos; 56º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem; Novos documentos da repressão. Denúncia de corrupção na campanha eleitoral. Reportagem: As feridas abertas da ditadura (Revista Extra Classe) e 40 anos do golpe militar (Revista Die Tageszeitung – Alemanha). Reunião com a Fundação Palmares – Quilombo do Morro Alto. Reintegração de posse no Morro do Osso aos

índios Kaingang. Reunião com os índios Kaingang – turbulência com a prefeitura municipal. Apoio aos índios Kaingang que foram despejados do Morro do Osso – compra de fraldas, alimentos, etc. Abertura dos Arquivos da Ditadura: audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. MJDH entrega ao Memorial do Rio Grande do Sul CD com 556 fotos do velório e enterro de Leonel Brizola.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: gravação de depoimento do presidente do MJDH à TV Cultura para o Arquivo Memória da Luta contra a Ditadura. Presidente do MJDH conquista a medalha Farrapa. Jantar em comemoração aos 25 anos do MJDH – entrega da medalha Mérito Farroupilha. Divulgação: Imaginário vivo: Guerra do Paraguai – 140 anos depois e lançamento do livro: Adesão Fatal – Guerra do Paraguai de Mauro Cesar Silveira. Debate sobre o estatuto do desarmamento. Lançamento e debate no Goethe Institut, e sessão de autógrafos na Feira do Livro de Porto Alegre: Ensaio sobre o Antissemitismo Contemporâneo: dos Mitos e da Crítica aos Tribunais. Homenagem do MJDH ao prefeito de Pinheiro Machado – caso Porongos, Memorial Lanceiros Negros. MJDH participa da campanha promovida pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul em prol do fortalecimento do Pacto Federativo. Cerimônia de entrega do XXI Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Quadro 10: Atividades do relatório anual de 2004.

<i>Relatório de atividades do ano de 2004</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Participação de homenagem a vítimas de atentado. Assessoria caso Morro do Osso.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Denúncia de jogatina envolvendo partido político. Entrevistas em rádios, revistas e TVs. Reunião com Fundação Palmares. Reintegração de posse – índios. Participação em audiência pública: abertura dos arquivos da ditadura. MJDH entrega dossiê de fotos sobre o funeral de Leonel Brizola.
Promoção e campanhas	Gravação de depoimento à TV Cultura. Recebimento de medalha e homenagens. Comemoração dos 25 anos do MJDH. Lançamento de livros. Participação em campanha. Cerimônia do XXI Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.9 Relatório de atividades do ano de 2005

O relatório de atividades anuais de 2005 (ANEXO L) possui 20 páginas no formato *Word*. As atividades estão divididas por assuntos e, conseqüentemente por dias – em forma de agenda – conforme acontece a reunião, a atividade, o evento ou a chamada jornalística. Assuntos: 1) Atendimentos diversos e prestação de assessorias; 2) Presença do MJDH nos meios de comunicação do Brasil e exterior; 3) Caso pedido de extradição para justiça Argentina do coronel Manuel Juan Cordero Piacentini (uruguaio); 4) Participação em atos e reuniões com autoridades e órgãos públicos; 5) Promoção ou participação em exposições, debates, mesas redondas, seminários, conferências e palestras; 6) Participação em atos, comitês, reuniões com outras entidades; 7) Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. A maioria das atividades está relacionada a reuniões e comissões em que o MJDH participa, denúncias de violência policial e violação aos direitos humanos, assim como gravações e entrevistas (rádio e TV) realizadas. Novamente há a atividade relacionada aos índios Kaingangs. Ao final do relatório encontra-se a lista dos premiados do XXII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (QUADRO 11).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: reunião no MJDH sobre agressões do secretário do Meio Ambiente aos índios Kaingangs no Morro do Osso. Comissão dos Mortos e Desaparecidos: tomada de depoimentos. Atendimento a familiares de jovem executado. Ação da Brigada Militar mata líder sindicalista em Sapiranga – violência policial.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: MJDH recebe a visita de Manuel Paez Monges – Paraguai. Reunião em Buenos Aires com o jornalista Fabián Kovacic sobre o caso de extradição do coronel Cordero. Reunião na Federação Israelita do RS: caso honorários. *Comunicación Participativa desde el Cone Sur* (COMCOSUR) – *Foro por la Memoria – Artículos y documentos* – entrevista MJDH: *Lula no quiere investigar las desapariciones*. Entrevista com presidente do MJDH no informe da *Regional Latinoamericana de la Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación y Afines* (Rel-UITA) sobre Direitos Humanos. Entrevistas em rádios e TVs: Violência no Pará; MJDH participa em debate sobre racismo; Pedido de porte de arma da Guarda Municipal à Polícia Federal; Ressocialização do apenado; Indenizações as vítimas da ditadura; Superlotação no Presídio Central e no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier; Caso dos skinheads que agrediram jovens judeus; caso Cordero (informe Rel-UITA); Situação dos índios no RS; Abertura dos arquivos da ditadura.

Programa da TV Justiça (AJURIS) sobre o tema Direitos Humanos. Entrevista Jornal Brecha – Montevideu: *Una crisis societal*.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: exposição fotográfica – Memorial do Rio Grande do Sul – Fotografia e Resistência; filme documentário – *A las cinco en punto*. Exibição e debate do filme: Cinzas da Guerra. Ciclo de palestras (A cidade que temos – a cidade que queremos) em Alvorada: Direitos Humanos e a realidade social das periferias. Entrevista para tese de doutorado sobre o MJDH. MJDH promove debate com o Deputado Federal Roberto Jefferson. XXII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Livro: *Tiempos de dictadura. 1973/1985. Hechos, voces, documentos. La represión y la resistencia día a día*.

Quadro 11: Atividades do relatório anual de 2005.

<i>Relatório de atividades do ano de 2005</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Reunião sobre agressão do Secretário do Meio Ambiente aos índios Kaingangs. Tomada de depoimentos: Comissão dos Mortos e Desaparecidos. Prestação de assessoria. Violência policial.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Reuniões em órgãos públicos e privados. Entrevistas em rádios, revistas e TVs.
Promoção e campanhas	Exposição fotográfica. Exibição e debate de filmes. Promoção de ciclo de palestras. Entrevista para pesquisadores. Lançamento de livro. Cerimônia do XXII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.10 Relatório de atividades do ano de 2006

O relatório de atividades anuais de 2006 (ANEXO M) possui 18 páginas no formato *Word*. As atividades estão divididas por assuntos e, conseqüentemente por dias conforme acontece a reunião, a atividade, o evento ou a chamada jornalística. Assuntos: 1) Presença do MJDH nos meios de comunicação do Brasil e exterior; 2) Atendimentos diversos e prestação de assessorias; 3) Participação em atos e reuniões com autoridades e órgãos públicos; 4) Promoção ou participação em exposições, debates, mesas redondas, seminários, conferências e palestras; 5) Participação em atos, comitês, reuniões com outras entidades; 6) Prêmio Direitos

Humanos de Jornalismo. A maioria das atividades está relacionada a reuniões e comissões em que o MJDH participa, denúncias de violência policial e violação aos direitos humanos, assim como gravações e entrevistas (rádio e TV) realizadas. Novamente o caso do coronel Cordero (uruguaio) aparece em entrevistas e notícias. Retomada dos temas: abertura dos arquivos da ditadura; Lanceiros Negros; grupos neonazistas. Ao final do relatório encontra-se a lista dos premiados do XXIII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (QUADRO 12).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: acompanhamento da superlotação do presídio feminino Madre Pelletier. Família de gaúcho (Eduardo Moreira) morto em Londres recorre ao apoio do MJDH. MJDH recebe visita de familiares cubanos presos nos EUA – campanha pela libertação dos cinco cubanos. Apoio a professora vítima de perseguição. Comissão de anistia – Caso Nélide Esther Parodi B. de Mintegui. Preconceito racial – dois jovens assassinados. Ato de apoio a Ação Declaratória contra o coronel Brilhante Ustra. Acompanhamento dos processos de Anistia no Plenarinho da Assembleia Legislativa – Movimento dos ex-presos políticos. Entrega formal de denúncias (caso Estância Velha) à Polícia Civil.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: entrevistas em rádios e TVs: caso de extradição do coronel Cordero; Caso do grupo neonazista que agrediram jovens judeus; Tráfico de mulheres; Racismo no futebol – caso Grêmio Football Porto Alegre; Abertura dos arquivos da ditadura – golpe militar e os arquivos; Direitos Humanos x Violência; Condenação dos neonazistas da Banda Zurzir; Editora nazista volta a atacar pela internet; Progressão de pena (caso Papagaio); Novos ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC); O PT persegue a imprensa. Entrevistas em revistas: Ditadura militar no Brasil e no Cone Sul; Trabalho escravo no Brasil. Criação da Associação dos Amigos da Capela Positivista em Porto Alegre. Reunião com a Força Sindical. atentado contra colunista do Jornal O Minuano. MJDH passa a integrar a Coordenação dos Movimentos Sociais na Assembleia Legislativa.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: lançamento do Concurso Público Nacional Monumento ao Memorial dos Lanceiros Negros. MJDH recebe jornalistas alemãs para entrevista sobre as atividades do Movimento. Palestra Direitos Humanos na Semana do Assistente Social na UNISINOS. Mesa redonda – Racismo no futebol com debates do MJDH. Palestra em Universidade Autónoma de Santo Domingo – República Dominicana – *Violencia en el Campo y en la Ciudad y los Derechos Humanos*. Seminário *Memoria y Derechos Humanos* em Montevideu. Participação na *II Conferencia de*

Defensa del Cono Sur (Montevideu). Participação na Comissão Especial de Segurança Pública na Assembleia Legislativa do Estado. Exposição “30 anos sem Jango”. Participação na *XIII Conferenza della Rel-UITA* – Globalização da solidariedade e luta sindical na América Latina, Jair Krischke. Livro: *Fuimos soldados – História secreta de la contraofensiva Montonera*. Documentário sobre a Operação Condor. Lançamento do livro – Vanguarda do atraso. Campanha “30 anos sem Jango”. Participação na posse do novo diretor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Sessão solene na Câmara Municipal de Porto Alegre – Homenagem Prêmio Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre. Cerimônia do XXIII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Quadro 12: Atividades do relatório anual de 2006.

<i>Relatório de atividades do ano de 2006</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Acompanhamento sobre a superlotação de presídio feminino. Assessoria à família de guacho morto em Londres. Apoio à libertação de cubanos presos nos EUA. Comissão de anistia – processos. Movimento dos ex-presos políticos. Preconceito racial. Ação declaratória contra o coronel Brillhante Ustra. Violência policial.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Caso extradição coronel Cordero. Entrevistas em rádios, revistas e TVs. Criação de associação Amigos da Capela Positivista. Reunião com a Força Sindical. Integrante da Coordenação de Movimentos Sociais na Assembleia do Estado.
Promoção e campanhas	Lançamento do concurso Monumento ao Memorial dos Lanceiros Negros. Palestras e mesas redondas em universidades. Exposição 30 anos sem Jango. Gravação de documentário. Sessão solene na Assembleia do Estado – homenagem ao MJDH. Cerimônia do XXIII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.11 Relatório de atividades do ano de 2011

O relatório de atividades anuais de 2011 (ANEXO N) possui nove páginas no formato *Word*. As atividades estão divididas por dias conforme acontece a reunião, a entrevista, o evento ou a chamada jornalística. A maioria das atividades está relacionada a reuniões e comissões em

que o MJDH participa, denúncias e violação aos direitos humanos, assim como gravações e entrevistas (rádio e TV) realizadas. Destaca-se o tema sobre a Comissão Nacional da Verdade e a Abertura dos Arquivos da Ditadura (QUADRO 13).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: orientação quanto ao pedido de anistia. Entrega da carta de Lilian Ruggia a presidente Dilma Rousseff – caso de desaparecimento no Brasil do irmão Enrique Ruggia. Denúncia de ameaças ao jornalista Roger Rodríguez na Argentina. Atendimento a haitiano com visto vencido. Auxílio no pedido de anistia. Registro de depoimentos no MJDH. Denúncia de violência policial em Farroupilha. Cooperação com o pedido de anistia e reparação de Camilo e Francesca Celiberti. MJDH auxilia mãe na busca de preso desaparecido. Caso Padre Jorge Adur. Auxílio sobre caso – deficientes x INSS.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: entrevistas em rádios e TVs: 60% dos homicídios não são apurados; Novo Governo e a Comissão da Verdade; Caso – morte de Jango; Sistema penitenciário; Operação Condor; Visita da presidente Dilma Rousseff à Argentina – Abertura dos arquivos e a Comissão da Verdade; Deputado Bolsonaro – racista e homofóbico; Caso skinheads; Homofobia no trânsito; Comissão Nacional da Verdade. Auxílio em pesquisa através dos arquivos do MJDH no caso Josef Mengele – o Anjo da morte. Reunião na prefeitura de Porto Alegre – V Congresso da Cidade. Atendimento a pesquisador solicitando documentos da polícia alemã. Visita no MJDH do Secretário Nacional de Direitos Humanos – interesse sobre memória. Reunião na OAB/RS – atuação da Comissão de Anistia. Atendimento sobre a Feira do Livro no Jardim Botânico em Porto Alegre. Reunião com a Companhia Carris – projetos sociais da empresa. Entrega de documentos sobre o exílio de Leonel Brizola ao Deputado Vieira da Cunha. Reunião ordinária da Comissão de Anistia. Nota oficial contra a censura imposta ao grupo RBS. Reunião com fotógrafo português – Operação Condor e a Ilha do Presídio.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: ato de apoio por *Verdad y Justicia* em Montevideu. Documentário sobre a *Ley de Caducidad* em Montevideu. Participação no *1º Encuentro por Memoria, Verdad y Justicia* em Buenos Aires. Palestra na faculdade de Direito da Universidade Ritter dos Reis – efetivação dos Direitos Humanos na atualidade. Debate sobre documentário no 5º Festival Internacional de Fotografia de Porto Alegre: Caçadores da alma. Teleconferência com *Memoria Abierta* (Argentina) – *Projeto Memoria*. Gravação de depoimento de Jair Krischke sobre a Legalidade. Participação no *2º Encuentro por Memoria, Verdad y Justicia* em Montevideu – livro: *Secuestro de los*

uruguayos. Documentário sobre o caso Benech – no MJDH. Gravação sobre Direitos Humanos com a Deputada Manuela D'Avila. Monumento Mãos Amarradas – Manoel Raimundo Soares. Reunião sobre o projeto Exposição – MJDH. Consulado da Argentina – Prêmio Direitos Humanos. Publicação da CPI caso Mãos Amarradas. Participação no 3º *Encuentro Latinoamericano Memoria, Verdad y Justicia* no Chile. Marcha 38 anos do Golpe – cemitério central – Santiago do Chile. Palestra Memória e Transição na UNISINOS. Projeto Marcas da Memória já em andamento. MJDH é registrado no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos. Palestra na Semana Acadêmica Integrada da Informação na FABICO – Memória, Verdade e Justiça: Abertura dos Arquivos. Palestra no 5º Seminário Latino Americano de Anistia e Direitos Humanos – Desafios para a Comissão Nacional da Verdade. Reunião para a Campanha Cumpra-se. Comentar filme: Oí Nóis Aqui Traveiz. Cerimônia de entrega do XXVIII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Quadro 13: Atividades do relatório anual de 2011.

<i>Relatório de atividades do ano de 2011</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Pedido de anistia. Caso de desaparecimento. Denúncia de ameaças à jornalista. Violência policial. Tomada de depoimentos. Assessoria jurídica.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Entrevistas em rádios e TVs. Atendimento a pesquisadores. Reunião em órgãos públicos e privados. Entrega de dossiê sobre exílio de Brizola.
Promoção e campanhas	Ato de apoio em Montevideú. Gravação de documentário. Participação em eventos. Palestras e debates em universidades. Inauguração de monumento – caso Mãos Amarradas. Projeto Exposição do MJDH. Projeto Marcas da Memória.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.12 Relatório de atividades do ano de 2012

O relatório de atividades anuais de 2012 (ANEXO O) possui seis páginas no formato *Word*. As atividades estão divididas por assuntos conforme acontece a reunião, a entrevista, o evento ou a chamada jornalística. Assuntos: 1) Presença do MJDH nos meios de comunicação do Brasil e exterior; 2) Participação em Livros e Documentários; 3) Atendimentos diversos e

prestação de assessorias; 4) Participação em atos e reuniões com autoridades e órgãos públicos; 5) Promoção ou participação em exposições, debates, mesas redondas, seminários, conferências e palestras; 6) Participação em atos, comitês, reuniões com outras entidades. A maioria das atividades está relacionada a reuniões e comissões em que o MJDH participa, denúncias e violação aos direitos humanos, assim como gravações e entrevistas (rádio e TV) realizadas. Destaca-se, novamente, o tema sobre a Comissão Nacional da Verdade (QUADRO 14).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: atendimento a vítimas (jovens africanos) de racismo. MJDH protocola no Ministério Público pedido de certidão à respeito do caso de proibição de transplantes de pulmão. Atendimento a mãe de apenado. Atendimento de pedido de anistia. Atendimento – caso de violência familiar. Atendimento médico deficiente a famílias de Campo Bom. Violência policial a família de Quintão. Andamento de processo de anistia. Entrevista e gravação de depoimento de desaparecimento de maratonista.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: pedido de tombamento da Ilha do Presídio. Reunião no Plenarinho da Assembleia Legislativa – Movimento dos ex-presos e perseguidos políticos (Assembleia Geral e Eleição Conselho). Reunião para tratativas de novo projeto com parceria dos Arquivistas Sem Fronteiras do Brasil. Entrevistas em rádios e TVs: situação carcerária no Rio Grande do Sul – presídios em situação calamitosa; Comissão Nacional da Verdade e Lei de Anistia; Neonazismo no RS; Processo Major Curió – Guerrilha do Araguaia; Jovem brasileiro morto em Londres; Projeto Marcas da Memória; 35 anos de *Las Madres de Plaza de Mayo*; Tráfico de mulheres no RS; Assassinato do coronel Julio Molinas Junior no DOI-CODI do Rio; Violência contra moradores de rua. Atendimento a pesquisadores. Reunião de preparação oitivas para a Comissão Nacional da Verdade. Atendimento sobre pensão para companheira de oficial do exército. Reunião no Rio de Janeiro com o Tortura Nunca Mais.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: participação em documentários: Teorias da Conspiração; Nazismo; Rede Condor; Dossiê Jango; O Inimigo Interno. Projeto Exposição do MJDH (livro). 57ª Caravana da Anistia – casos julgados. Projeto Marcas da Memória – Cais do Porto em Porto Alegre. Participação no 5º Encontro Latino americano Memória, Verdade e Justiça. Exposição com a ajuda do MJDH no Memorial do RS – *Arpilleras* da Resistência Política Chilena. Cerimônia de entrega do XXIX Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Palestra – GT Ações da Diversidade – Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. Participação na Marcha do Silêncio em Buenos Aires. Debate

sobre o livro Marighella na Feira do Livro de Porto Alegre. Projeto documentário da Ilha do Presídio. Participação no VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política – Memória Política, Movimentos Sociais, Educação e Esfera Pública.

Quadro 14: Atividades do relatório anual de 2012.

<i>Relatório de atividades do ano de 2012</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Atendimento vítimas de racismo. Intervenção junto ao Ministério Público. Pedido de anistia. Atendimentos diversos. Violência policial.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Pedido de tombamento Ilha do Presídio. Reuniões. Entrevistas em rádios e TVs. Atendimentos.
Promoção e campanhas	Participação em gravação de documentários. Projeto Exposição do MJDH. Projeto Marcas da Memória. Participação em eventos. Cerimônia do XXIX Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Palestras e debates em eventos. Gravação de documentário.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.13 Relatório de atividades do ano de 2013

O relatório de atividades anuais de 2013 (ANEXO P) possui três páginas no formato *Word*. As atividades estão divididas por assuntos de forma bastante sucinta. Assuntos: 1) Participação em atos e reuniões com autoridades e órgãos públicos; 2) Promoção ou participação em exposições, debates, mesas redondas, seminários, conferências e palestras; 3) Participação em atos, comitês, reuniões com outras entidades; 4) Denúncias de violações de Direitos Humanos, ações e atendimentos especiais e prestação de assessorias 5) Participação em conselhos e presença do MJDH nos meios de comunicação do Brasil e exterior. A maioria das atividades está relacionada a reuniões e comissões em que o MJDH participa, denúncias e violação aos direitos humanos, assim como gravações e entrevistas (rádio e TV) realizadas. Novamente, o tema sobre a Comissão Nacional da Verdade está em pauta com vários depoimentos sendo realizados na sede do MJDH. Outra pauta nas atividades é a libertação dos cinco cubanos presos nos EUA (QUADRO 15).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: tomada de depoimentos com gravação em vídeo para Comissão Nacional da

Verdade – vítimas da primeira Operação Condor documentada. Audiência com Secretário da Segurança do RS – violência policial (abuso de autoridade, invasão de domicílio). Reunião com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RS (cerimônia de posse da nova Comissão). Visita dos familiares dos cinco cubanos presos nos EUA (campanha pela libertação).

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: reunião no Ministério Público Federal – morte suspeita no Hospital da Aeronáutica na década de 1970. Reunião na Federação Nacional dos Trabalhadores Aquaviários e Afins – proteção aos trabalhadores brasileiros e segurança dos passageiros em navios de cruzeiros (adesão ao Convênio 2006). Tratativas da exumação do corpo de João Goulart. Entrevistas em rádios: caso coronel Cordero; Caso neonazistas.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: tratativas na Câmara Municipal de Porto Alegre sobre a Semana Nacional da Memória – 1º de abril – 49 anos no golpe. Audiência com prefeito de Porto Alegre sobre o projeto Marcas da Memória. Audiência com Secretária Municipal da Educação sobre Projeto Exposição – Onde a Esperança se Refugiou. Participação no Colóquio Internacional – *Les cicatrices dans l'Histoire: Frontières, Migrations, Desplacements* – Operação Condor. Participação na Câmara Municipal de Porto Alegre – Seminário Nacional da Memória.

Quadro 15: Atividades do relatório anual de 2013.

<i>Relatório de atividades do ano de 2013</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Tomada de depoimentos. Violência policial. Reunião Comissão Direitos Humanos OAB-RS. Atendimento a familiares cubanos.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Reuniões com órgãos públicos. Exumação do corpo de João Goulart. Entrevistas em rádios e TVs.
Promoção e campanhas	Tratativas da Semana Nacional da Memória. Audiência prefeito – Projeto Marcas da Memória. Projeto exposição – Onde a esperança se refugiou. Participação em Colóquio internacional. Participação na Semana Nacional da Memória.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.14 Relatório de atividades do ano de 2014

O relatório de atividades anuais de 2014 (ANEXO Q) possui duas páginas no formato *Word*. As atividades estão divididas por assuntos de forma bastante sucinta. Assuntos: 1) Presença do MJDH nos meios de comunicação do Brasil e exterior; 2) Participação/colaboração em Livros e Documentários; 3) Atendimentos diversos e prestação de assessorias; 4) Planejamento de atividades; 5) Participação em atos e reuniões com autoridades e órgãos públicos; 6) Promoção ou participação em exposições, debates, mesas redondas, seminários, conferências e palestras. A maioria das atividades está relacionada a reuniões e comissões em que o MJDH participa, denúncias e violação aos direitos humanos, assim como gravações e entrevistas (rádio e TV) realizadas (QUADRO 16).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: violência policial – ameaça de morte. Atendimento a mãe com problema de guarda do filho. Reunião com a Comissão de Anistia em Brasília.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: entrevistas em rádios e TVs: mudança do nome da Avenida Castelo Branco; Caso coronel Pedro Narbondo (agente Condor do Uruguai). Atendimento a pesquisadores. Reunião com setor de inteligência da Polícia Militar – caso Narbondo. Reunião com Ministério Público Federal – caso morte do presidente João Goulart. Reunião Câmara dos Deputados – Comissão Parlamentar da Verdade – documentos e arquivos.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: participação em documentários: Harald Edelstam; Ilha Presídio; Claudio Benech. Atualização do livro O Beijo da Morte – Carlos Heitor Cony e Anna Lee. Tratativas do evento: 50 Anos do golpe militar. Projeto Exposição do MJDH. Pedido de tombamento da Ilha do Presídio.

Quadro 16: Atividades do relatório anual de 2014.

<i>Relatório de atividades do ano de 2014</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Violência policial. Atendimento – assessoria jurídica. Reunião – Comissão de Anistia.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Entrevistas em rádios e TVs. Atendimento a pesquisadores. Reunião com órgãos públicos. Reunião Comissão Parlamentar da Verdade – documentos e arquivos.
Promoção e campanhas	Participação em documentários.

	Tratativas – 50 anos do golpe militar. Projeto de exposição do MJDH. Pedido tombamento da Ilha do Presídio.
--	---

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.15 Relatório de atividades do ano de 2015

O relatório de atividades anuais de 2015 (ANEXO R) possui duas páginas no formato *Word*. As atividades estão por dias, conforme vão ocorrendo, de forma bastante sucinta. A maioria das atividades está relacionada a reuniões e comissões em que o MJDH participa, denúncias e violação aos direitos humanos (QUADRO 17).

Na categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** foram encontradas as seguintes atividades: reunião no Ministério da Justiça – Comissão de Anistia (Operação Condor). Ministério Público Federal no Rio de Janeiro – consultoria sobre Operação Condor. Visita de apoio à ocupação dos Lanceiros Negros.

Na categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** foram encontradas as seguintes atividades: audiência com prefeito de Canoas – proposta de criação de praça. Andamento da criação da praça Harald Edelstam. Aprovação de projeto de lei que cria Praça Coronel Monteiro. Participação do lançamento da revista das apenadas em Santa Cruz do Sul – RS: A Flor da Pele. Audiência na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Riozinho – caso pedofilia. Inauguração da *Fundación Rosa de Luxemburgo* em Buenos Aires. Visita do filho de João Candido (o Almirante Negro) – tratativas de criação de fundação.

Na categoria **promoção e campanhas** foram encontradas as seguintes atividades: Projeto Marcas da Memória – colocação da placa: em frente ao DOPS (Palácio da Polícia) do Rio Grande do Sul; em frente ao Dopinho; em frente ao Centro de Atendimento Sócio Educativo (FASE). Defesa de dissertação de mestrado – Fotojornalismo e Memória no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (1984-1990) – Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Memorial da Resistência em São Paulo – palestra 50 anos da Guerrilha de Três Passos. Memorial da Assembleia Legislativa do RS – documentário: 36 anos do MJDH e 50 anos da Guerrilha de Três Passos. Arquivo Público do RS (Cinema no Arquivo) – comentário do filme *A memória que me contam*. Lançamento da campanha: um milhão de assinaturas pelo reconhecimento da República Árabe Saharaui Democrática (RASD) por parte do Governo brasileiro. Participação na *Marcha Patriótica y Cabildo abierto por la independencia Proceso Paz* na Colômbia. Participação no 2º Seminário de Direitos Humanos no Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia em Sapucaia do Sul – RS. Participação no III Colóquio Internacional de Direitos Humanos: Violência, Governo e Governança (UNISINOS) – Justiça Transicional y Plan Condor. Participação da II Consulta Pública em Brasília – *40 años del Plan Cóndor*. 2ª Semana da Diversidade – debate do filme: Mais Náufragos que Navegantes. Participação em Buenos Aires da abertura do Colóquio Regional *40 años del Plan Cóndor*. Palestra sobre *Ingerencias, impunidad y memoria*, no *Seminario de Derechos Humanos Ayer y Hoy*, em Buenos Aires. Cerimônia de entrega do XXXII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Quadro 17: Atividades do relatório anual de 2015.

<i>Relatório de atividades do ano de 2015</i>	
Categorias	Atividades
Defesas em prol do Direitos Humanos	Reunião – Comissão de Anistia. Consultoria – Operação Condor. Ocupação Lanceiros Negros.
Atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol do Direitos Humanos)	Audiência com prefeitura de Canoas. Proposta de criação de praça. Participação de lançamento de revista de apenadas. Audiência – caso de pedofilia. Tratativas de fundação – Almirante Negro.
Promoção e campanhas	Projeto Marcas da Memória – colocação de placa. Defesa de dissertação de mestrado. Palestra no Memorial da Resistência em São Paulo. Documentário – 36 anos do MJDH. Lançamento de campanhas. Participação em eventos. Debate de filmes. Cerimônia do XXXII Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.2.16 Reflexão sobre os relatórios de atividades anuais do MJDH

Nos primeiros relatórios de atividades anuais do MJDH, a participação decisiva do Movimento frente a atividades populares e comunitárias é evidente. Pois, tratava-se do início da criação do Movimento e a ditadura militar ainda assolava o país. Portanto, a forma de atuação de um movimento social era por instrução (informação) e auxílio nas comunidades mais carentes com a criação de associações, abertura de escolas e outras atividades comunitárias. Essas atividades de fundação de associações e assistência jurídica estão diretamente relacionadas com a mudança cultural que um movimento social, como o MJDH, pode desempenhar numa sociedade.

Com o passar dos anos, as atividades do MJDH ampliaram-se, bem como sua participação em diversos outros setores nacionais e internacionais. No ano de 1983, quando o Movimento teve participação ampla no caso do sequestro dos uruguaios (Lilian Celiberti e Universindo Dias), sua atuação passa a ter um papel de maior destaque na sociedade, principalmente na do Rio Grande do Sul e de países fronteiriços, como Argentina e Uruguai, sendo convocado diversas vezes para participação em audiências em tribunais, congressos e seminários, entrevistas à TV e a rádios. Ou seja, suas atividades se expandiram na luta e defesa pelos direitos humanos, sociais e civis, independentemente de partido, raça ou religião, como se pode ver nos resultados da análise dos relatórios.

Após a leitura e análise dos relatórios de atividades anuais do MJDH, do *corpus* da pesquisa (1979-2015), ficou evidente alguns pontos que serão discutidos a seguir. O primeiro ponto é que existem lacunas na sequência dos relatórios. Encontrou-se um hiato de 1985 a 2001, retomado em 2002, encerrado em 2006 e novamente retomado em 2011. Sabendo que se trata de uma instituição sem fins lucrativos e já que o MJDH nunca teve uma sede própria, e, conseqüentemente, ao longo dos anos teve que se mudar diversas vezes, é provável que durante essas mudanças tenham se perdido alguns documentos, pois não foram encontrados esses relatórios de atividades anuais, mesmo que o Movimento nunca tenha interrompido suas atividades. A última mudança de endereço do MJDH ocorreu em 2019.

O segundo ponto está relacionado à padronização do relatório de atividades. Identificou-se na análise que não houve uma padronização no formato do relatório. Durante um período as atividades dos relatórios estão divididas por meses ou datas e noutra estão divididas por assuntos (temas pertinentes às atividades do MJDH). Essa mudança é pertinente, na medida em que houve um aumento nas atividades desenvolvidas pelo Movimento, logo, isso se refletiu no formato dos relatórios de atividades. Novamente, o fato do MJDH ser uma instituição sem fins lucrativos e depender de recursos financeiros de outros que não dele próprio, geralmente, advindos de doações, isso acabou refletindo, sem má fé ou intenção por parte da instituição, no acervo e, conseqüentemente, na criação e guarda dos documentos.

Outra questão quanto à padronização foi a inclusão no final do relatório da lista de premiados do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo nos anos de 2005 e 2006. Sobre a cerimônia de premiação, pode-se encontrá-la desde 1984 na primeira edição do Prêmio até 2012, sendo que os anos de 2013 e 2014 o Prêmio não foi mencionado nos relatórios. Identificou-se, também, a inclusão (desde 2004) de pautas jornalísticas com temas relacionados a matérias de cunho social, casos de violência policial, dentre outras, algumas referem-se a uma ação em que o MJDH está acompanhando.

Ainda sobre esse ponto da padronização, identificou-se uma redução de páginas dos relatórios nos últimos três anos, o que antes não ocorria. Sobre essa redução de páginas, não significou que o Movimento deixou de prestar atendimento e apoio à sociedade, ao contrário, em alguns casos as pautas jornalísticas saíram do relatório, em outros casos a redução dos detalhes sobre a atividade, o que gerou uma economia de espaço.

Além disso, verificou-se nos últimos anos que houve uma breve redução na categoria *defesas em prol dos Direitos Humanos*, enquanto a categoria *promoção e campanhas* teve uma expansão considerável. Portanto, ficou evidente o aumento das atividades em que o MJDH foi se envolvendo ao longo dos anos. Com base na análise, o Movimento iniciou suas atividades com a criação e a fundação de associações de moradores, criação de associações comunitárias, reabertura de escolas, realização de Encontro de Moradores, manutenção e reintegração de posse; e com o passar do tempo novas atividades foram incluídas, como a participação em campanhas públicas (ex.: Constituinte e Diretas), gravação de documentários, tomada de depoimentos de vítimas e familiares de presos políticos, entre outras; ficando claro, portanto, que o MJDH foi abrangendo e incorporando novos discursos às suas atividades.

Esses novos discursos estão relacionados, por exemplo, com a participação ativa do Movimento nas casas legislativas do Estado, Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa, com a criação de Comissões de Direitos Humanos em ambas as casas. Outro discurso que teve destaque foi o sobre o racismo (cor e raça – nazismo); o MJDH tomou a frente em diversas situações, como o caso dos Lanceiros Negros (criação da organização e ocupação que fizeram em um prédio no centro histórico de Porto Alegre), e denunciou casos de nazismo na Grande Porto Alegre. Esses exemplos demonstram a mudança de pautas nas atividades do Movimento, assim como o aumento das atividades, resultado, dentre outras, da alteração de governo, ou seja, a sociedade não estava mais vivendo nos Anos de Chumbo.

Durante a coleta dos dados, encontrou-se o relatório da Comissão de Trabalhos Populares (ANEXO C), pode-se dizer que a Comissão possuía como meta desenvolver um trabalho de caráter organizativo e conscientizador junto às bases populares, com a participação dos moradores nas discussões, a fim de que as decisões tomadas obedecessem aos anseios da comunidade (MJDH, 1980). O relatório da Comissão de Trabalhos Populares não fez parte da análise, pois, a pesquisa está sancionada aos relatórios de atividades anuais e não especificamente a uma comissão. Esse relatório precisa ser mencionado – arquivisticamente, pois ele se encontra na mesma série e subsérie que os demais relatórios, inclusive na mesma pasta. Porém, como já foi dito anteriormente, após a leitura do relatório da Comissão e a análise

dos relatórios de atividades, entendeu-se que as atividades da Comissão foram incorporadas nos relatórios de atividades anuais.

Ainda como resultados da análise das categorias, foram elaborados três gráficos que representam os temas mais abordados em cada uma das categorias selecionadas para esta tese. Os gráficos correspondem exatamente ao *corpus* da pesquisa. O primeiro gráfico corresponde à categoria *defesas em prol dos Direitos Humanos* (FIGURA 8), o segundo gráfico corresponde à categoria *outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)* (FIGURA 9) e o terceiro gráfico corresponde à categoria *promoção e campanhas* (FIGURA 10).

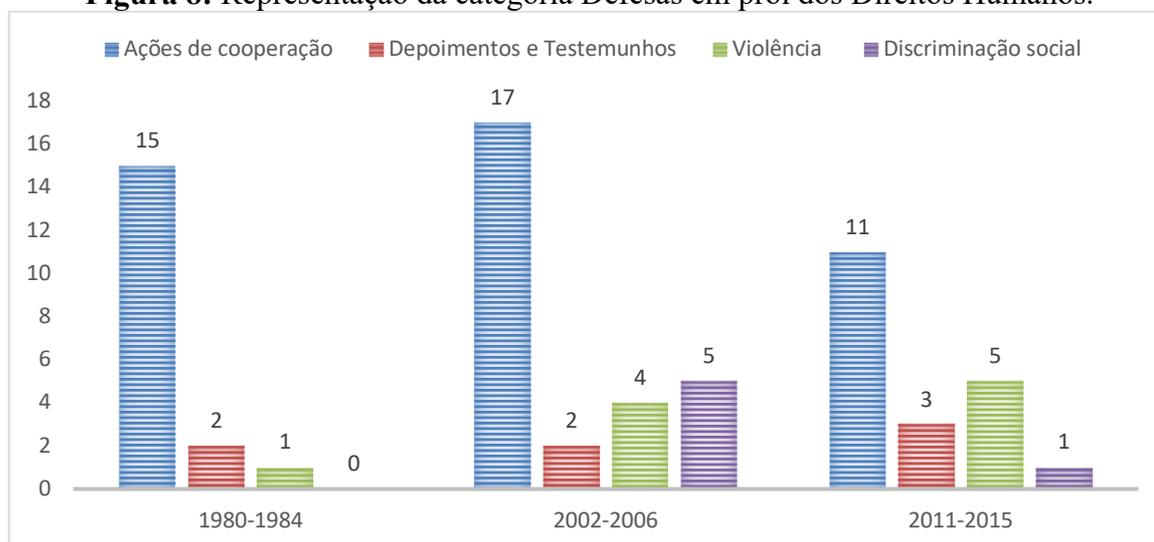
O período dos gráficos foram agrupados conforme o corpus da pesquisa, ou seja, o primeiro período corresponde de 1980 a 1984, o segundo de 2002 a 2006 e o terceiro de 2011 a 2015. Entendeu-se que ao agrupar os anos de cada fase analisada o resultado corresponderia melhor na visualização do gráfico. Além da agrupação cronológica, fez-se a agrupação temática, devido à diversificação que as atividades do MJDH foram se realizando com o passar dos anos. Para melhorar a quantificação, atribuiu-se o valor de 1 ponto para cada vez que o tema aparecesse no período determinado, ou seja, a incidência do termo durante o período. A seguir estão os três gráficos.

Para o gráfico da categoria **defesas em prol dos Direitos Humanos** (FIGURA 8) foram encontrados os seguintes temas: - Ações de cooperação; - Depoimentos e testemunhos; - Violência; e - Discriminação social. O tema ações de cooperação pode ser entendido quando o MJDH presta assistência jurídica (pedidos de anistia, *habeas corpus*, apoio político a refugiados ou outra natureza, reparação e indenização de vítimas). Já o tema depoimentos e testemunhos diz respeito ao registro dos depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares de ex-presos políticos ao MJDH, em alguns casos o Movimento encaminha esses dossiês ao ACNUR ou à Comissão Nacional da Verdade (a partir de 2011). No tema violência encontra-se casos de agressões por parte da polícia nas quais o MJDH intervém prestando queixa ou dando apoio às vítimas, assim como casos de violência familiar ou queixas de ameaças de morte. Por fim, o tema discriminação social aborda quanto ao gênero (homofobia), racial e ideologia (nazismo).

O gráfico a seguir (FIGURA 8) demonstra a quantidade de vezes que determinado tema apareceu no período estabelecido. Logo, o tema ações de cooperação manteve-se a frente dos demais temas, conforme pode ser visualizado no gráfico (FIGURA 8), assim como essas atividades (jurídica, anistia, refugiados políticos, reparação de danos e indenizações) se conservaram ao longo dos anos, mantendo-se quase que estáveis. Diferentemente do tema discriminação social, que no período de 1980 a 1984 não aparece entre a lista de assuntos nas

atividades do MJDH, aparece apenas no segundo período (2002 a 2006), e quase que sutilmente no terceiro período (2011 a 2015).

Figura 8: Representação da categoria Defesas em prol dos Direitos Humanos.



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

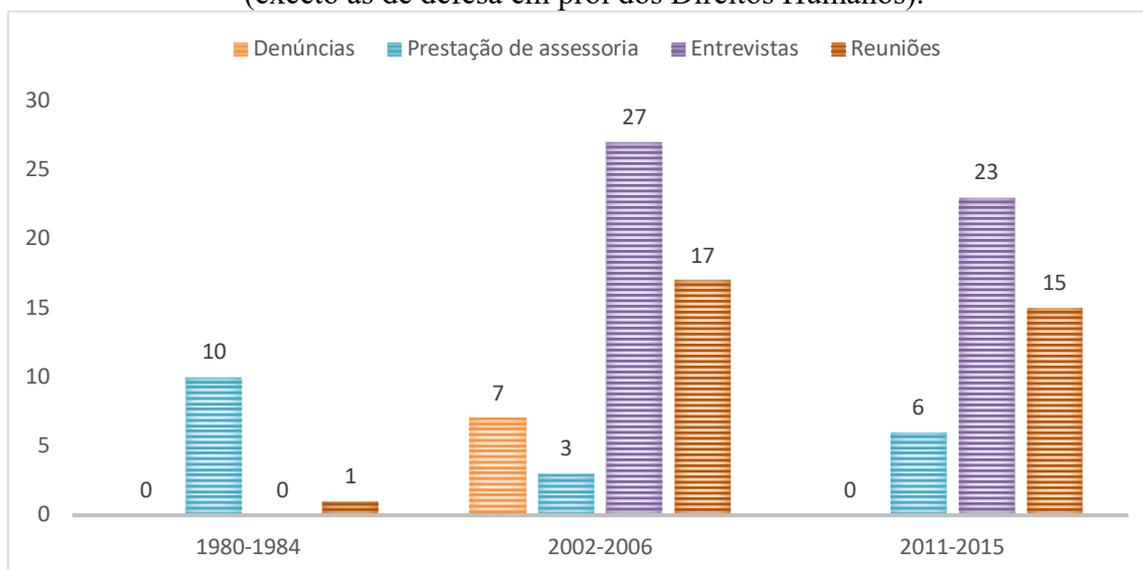
Enquanto o tema depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares de ex-presos políticos manteve-se quase que linearmente no gráfico, isso é resultado de uma das atividades mais relevantes para o Movimento: o registro de casos de tortura, desaparecimento e morte de pessoas no período das ditaduras do Cone Sul. Já o tema violência foi crescendo gradativamente ao longo dos períodos, podendo inferir como um caso de segurança pública.

Para o gráfico da categoria **outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos)** (FIGURA 9) foram encontrados os seguintes temas: - Denúncias; - Prestação de assessoria; - Entrevistas; e - Reuniões. O tema denúncias abrange questões que envolvem ações governamentais (principalmente corrupção), meio ambiente, atividades irregulares. O tema prestação de assessoria trata sobre a criação e fundação de associações em comunidades, bairros e vilas, auxiliando esses lugares com ferramentas capazes de solucionar os problemas que enfrentam. Enquanto o tema entrevistas inclui as entrevistas que o MJDH forneceu a rádios, TVs e algumas revistas. E o tema reuniões abrange a agenda de encontros que o Movimento teve com Comissões, Secretarias, órgãos públicos e audiências.

Em se tratando da categoria mais abrangente do MJDH por incluir diferentes assuntos e em maior número. No gráfico da página a seguir (FIGURA 9) há um tema que ganhou bastante destaque dentre as atividades quando o Movimento incluiu no seu cronograma as entrevistas.

Há nitidamente um aumento considerável dessa atividade se comparada com o período de 1980 a 1984 – período em que não apareceu em nenhum relatório, ou seja, o MJDH passou a ocupar e a ser chamado em outros lugares (rádio e TV, por exemplo).

Figura 9: Representação da categoria Outras atividades condicionadas a Movimentos Sociais (exceto as de defesa em prol dos Direitos Humanos).



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Outro tema que merece destaque é o de reuniões que também cresceu consideravelmente nos últimos anos. Isso demonstra um aumento na participação do MJDH em outros setores da sociedade, principalmente quando atua em Comissões na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal. Essas atividades refletem no próprio crescimento e amadurecimento do Movimento como uma entidade comprometida com o bem estar da sociedade, pois é uma voz a somar para aqueles que não podem participar desse tipo de reunião.

Quanto ao tema prestação de assessorias se manteve quase que estável, tendo apenas uma redução dessas atividades no período de 2002 a 2006, por outro lado, percebe-se que nesse mesmo período houve um aumento significativo das entrevistas. Já o tema denúncias iniciou sem atividades, aparecendo somente no segundo período (2002-2006), porém no terceiro período também não teve nenhum registro. Sobre o tema denúncias, esperava-se que, com o fim da ditadura militar, ele iria aumentar, já que anteriormente a opressão era constante tanto na mídia quanto na sociedade, pois as pessoas não denunciavam devido ao medo de serem reprimidas (presas) pelo regime.

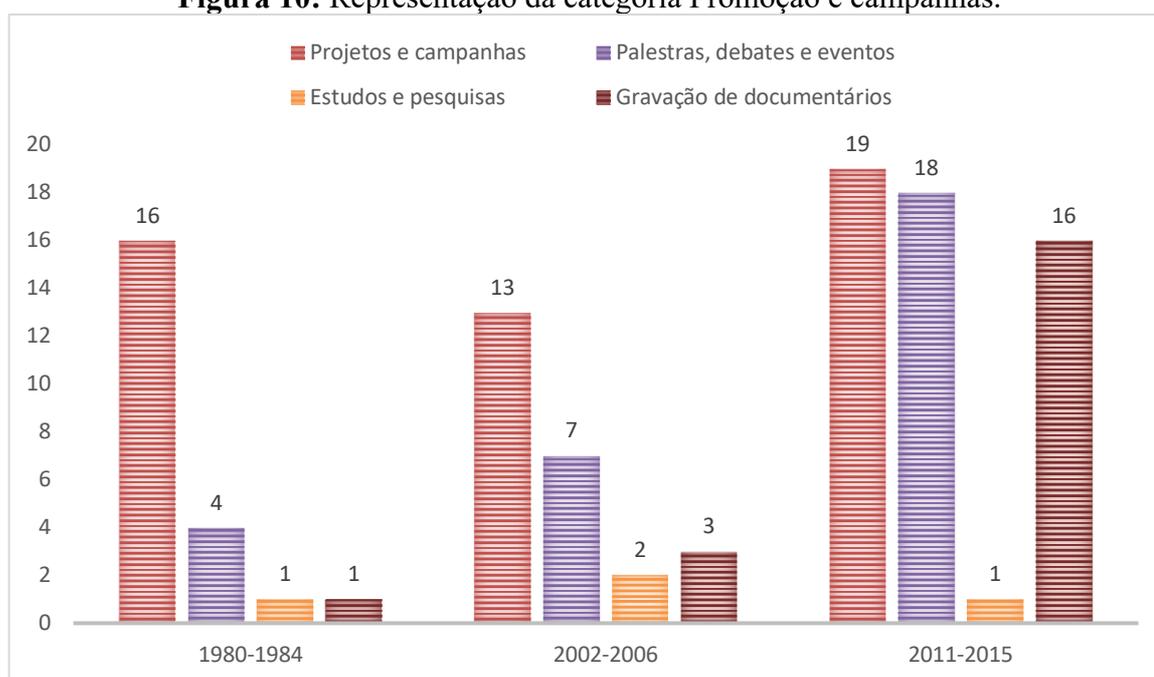
Para o gráfico da categoria **promoção e campanhas** (FIGURA 10) foram encontrados os seguintes temas que mais aparecem nas atividades: - Projetos e campanhas; - Palestras,

debates e eventos; - Estudos e pesquisas; e Gravação de documentários. O tema projetos e campanhas indica quando o MJDH criou ou participou em projetos, como o projeto de criação do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo e o projeto Marcas da Memória, assim como exposições, campanhas e manifestações que foram lideradas pelo MJDH. Já o tema palestras, debates e eventos seja o de maior número de atividades, pois inclui a participação e a realização de eventos, palestras em comunidades, debates em mesas redondas.

Enquanto o tema estudos e pesquisas abrange pesquisas em que o MJDH é o objeto de estudo (estudantes, professores) ou faça parte como complemento de alguma pesquisa. Ainda que essa tema tenha menor representatividade, acredito que ele tem potencial para crescer gradativamente com o passar dos anos. O tema gravação de documentários corresponde a participações do MJDH (presidente Jair Krischke) em documentários nacionais e internacionais, assim como a produção de documentários pelo próprio Movimento.

O gráfico a seguir (FIGURA 10) traz as atividades que mais cresceram desde a criação do MJDH. E ainda atuaram como propaganda para o Movimento no sentido de promover suas ações. Apesar do tema projetos e campanhas estarem sempre presentes nas atividades do MJDH, já que correspondem a atividades quase que tradicionais de um movimento social: liderar campanhas e manifestações, propor projetos e exposições. Logo, esse tema se manteve bastante estável nos três períodos, tendo apenas uma baixa no período de 2002 a 2006.

Figura 10: Representação da categoria Promoção e campanhas.



Fonte: elaborado pela autora, 2020.

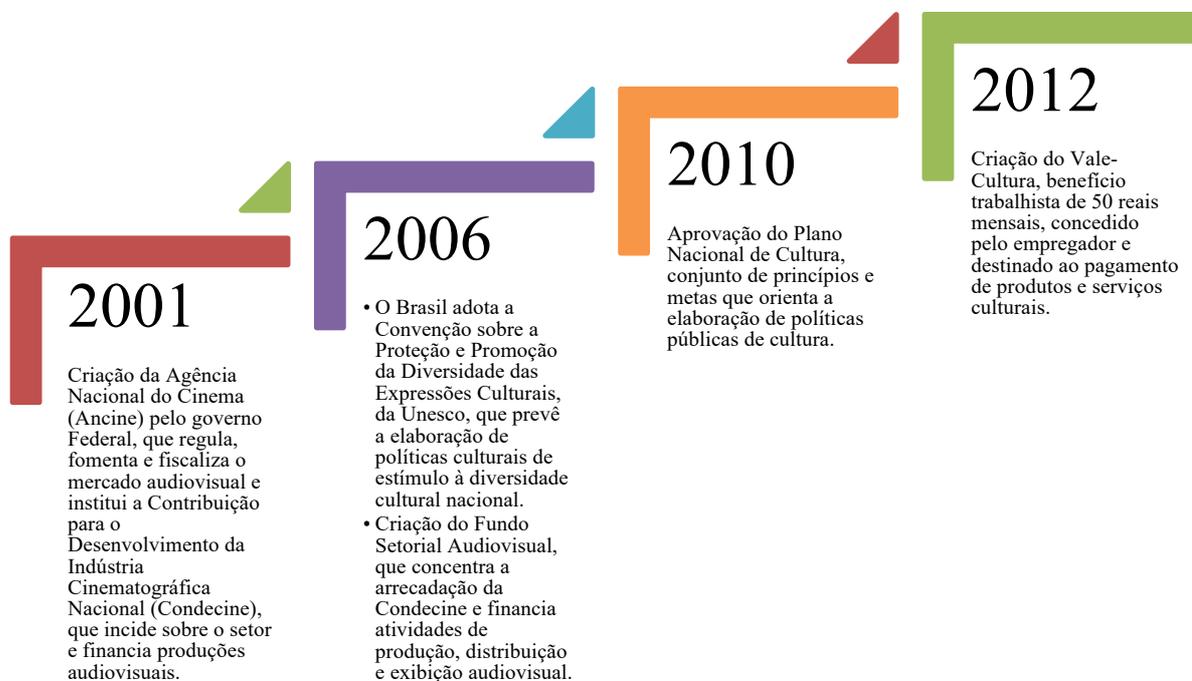
Já o tema palestras e debates teve um aumento considerável. Esse aumento dessas atividades demonstra como o MJDH passou a ser reconhecido pela sociedade devido ao grande número de participações em eventos (seminários, congressos, colóquios) e debates, ou seja, o Movimento pode ser considerado como um instrumento e formador de opinião na sociedade em que ele atua. Enquanto o tema estudos e pesquisas ainda se encontra retraído em comparação às demais atividades. O resultado da análise desse tema é, talvez, inesperado, tendo em vista a infinidade de possíveis pesquisas que poderiam ser realizadas com o acervo do MJDH.

Por fim o tema gravação de documentários inclui os documentários em que o Movimento participou dando entrevistas e os documentários que o Movimento produziu. Pelo gráfico nota-se que houve um crescimento expressivo dessas atividades, parte desse aumento se deve ao outro tema que também teve uma expansão nas atividades – projetos e campanhas. Talvez um tenha promovido o outro, tendo em vista que a procura de realizar uma entrevista para um documentário tenha a ver com o acervo que o MJDH possui, assim como o valor em conteúdo informacional que esse acervo tem para a sociedade. Esse aumento considerável da produção de documentários pode ter relação estreita com o aumento do apoio e do fomento à cultura audiovisual feita pelos últimos governos federais, como pode ser visto na figura da próxima página (FIGURA 11). A criação de uma agência específica que regula, fomenta e fiscaliza a produção do mercado audiovisual no país coincide com o crescimento dessa atividade junto ao MJDH.

Cabe destacar que nem todas as atividades foram tratadas nos gráficos, mas sim as que mais apareceram nos relatórios de 1980 a 2015. Isso não significa que as atividades que não foram discutidas nesta seção são menos importantes, como por exemplo, a participação na inauguração de outras entidades, visitas de apoio a outros movimentos, pedidos de tombamento de locais que foram usados como campos de tortura ou prisões durante a ditadura militar no Brasil, recebimento de homenagens (medalhas e honrarias), entre outras. Todas são atividades relevantes para o Movimento; apenas não fizeram parte de todos os relatórios, ou seja, apareceram apenas uma única vez num relatório, por isso não foram contempladas nos gráficos.

Por meio da análise das categorias ficou evidente a quantidade de temas e assuntos que abrangem as atividades do MJDH, assim como as possíveis pesquisas que podem ser realizadas nesse acervo. Além disso, mostra com clareza a trajetória do MJDH em defesa aos direitos humanos desde a sua fundação, assim como, os temas que evoluíram ao longo dos anos e aqueles que foram incorporados a sua trajetória de um movimento social em busca pela defesa dos direitos humanos.

Figura 11: Linha do tempo (2001 a 2012) sobre o apoio e o fomento à cultura nacional.



Fonte: elaborado pela autora e adaptado da matéria jornalística **Setor da Cultura precisa diversificar suas fontes de financiamento**, Eduardo Sombini, Caderno Seminários da Folha, jornal Folha de São Paulo, 25 de agosto de 2019.

Consequentemente, além da identificação da trajetória do MJDH pela defesa dos direitos humanos, também foi possível identificar sua forte relação com a memória, com a memória daqueles que foram violentados pelo Estado, pelo governo, pela sociedade. A memória do Movimento pode ser representada pelas atividades que estão registradas nos relatórios, já que podem ser considerados testemunhos da violência, da discriminação, da ausência do Estado, da própria participação do Movimento como representante dos direitos humanos em eventos, em Comissões, em audiências, em processos, em manifestações. Esse conjunto de documentos deve estar à disposição da população para contribuir para a construção de sua memória coletiva (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999).

Além disso, entende-se que esses documentos podem ser utilizados como ferramentas para reconstrução da memória, logo podem ser instrumentos para a rememoração de um grupo. Já que os registros feitos nos relatórios de atividades do MJDH incluem os mais diversos assuntos, desde denúncias políticas, violência policial, criação de associações, depoimentos e testemunhos de ex-presos políticos, entrevistas em jornais e rádios, gravação de documentários,

Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, palestras em evento e universidades, entre outras atividades que o Movimento realizou e realiza todos os anos. Todos esses documentos registrados refletem a pluralidade da memória e da identidade do próprio MJDH, assim como do grupo que ele representa, na medida em que são testemunhos insubstituíveis das atividades de que participou ou ainda participa.

O acervo (documental, fotográfico e audiovisual) que se encontra no MJDH pode ser considerado como uma reafirmação democrática, pois exercem os direitos coletivos e individuais do grupo que ele representa como um movimento social, assim como a sociedade no seu entorno. Pois, o acervo, reflete o modo de operação da produção dos acontecimentos dos quais o Movimento participou, querendo ou não, o acervo possui uma linearidade dos fatos e isso permite a transmissão desses acontecimentos ao longo do tempo. Como afirma a autora Catela (2002):

A passagem do tempo confere aos documentos um valor e um poder diferente de sua origem. Dá-lhes valor histórico, o que os torna objetos desejados por pesquisadores e colecionadores, bem como por indivíduos em geral. Também lhes dá um valor de identidade, permitindo que indivíduos e instituições configurem memórias fragmentadas ou violentadas. (CATELA, 2002, p. 202 e 203, tradução nossa)

E essa transmissão de acontecimentos por meio dos documentos possui uma significação social, já que os documentos presentes nesse acervo refletem a pluralidade da memória e da identidade do MJDH, podendo, inclusive, serem dispositivos de memória de um acontecimento passado, pois podem reconstruir o que estava fragmentado. Portanto, entende-se que o acervo do MJDH funciona como um conjunto de símbolos para a memória e que este conjunto fornece evidências de um acontecimento, conseqüentemente são fontes de investigação, além de fornecer fontes de pesquisas quanto à tortura e prisão, aos direitos humanos, à violência policial, à denúncias políticas, à discriminação racial e social, a todos os assuntos que foram abordados na análise dos relatórios de atividades anuais do Movimento.

Sendo assim, pode-se dizer que o acervo do MJDH é resultado da vontade de preservação do passado, logo possui valor social e de memória de lutas e defesas em prol dos direitos humanos de um grupo social. Ainda, cabe dizer que nada do que se preserva é neutro, o acervo do MJDH traz como assinatura da instituição a representatividade de um grupo por meio de símbolos.

Um arquivo pode parecer obscuro, onde pouco acontece até que um evento difuso revele o significado mais profundo de sua existência. A comunicação de significados que canalizam os arquivos tem implicações diretas nas formas de reconstrução das

memórias e na afirmação das identidades sociais, coletivas, nacionais e municipais. Mas os sentidos que condensam não são atemporais ou se manifestam a qualquer momento e diante de qualquer observador. (CATELA, 2002, p. 215, tradução nossa)

Esses sentidos, esses símbolos de que a autora fala são capazes de alterar o rumo da história, mas para isso, necessitam do desejo de um grupo (ou de uma pessoa/observador) que queira dar um significado, uma interpretação àqueles símbolos. Nesta tese, o grupo está sendo representado pelo MJDH, o qual representa um movimento social em busca pelos direitos humanos e luta por essa causa desde a década de 1970. A própria trajetória do Movimento é uma representação da memória.

Assim, por meio da análise dos relatórios de atividades anuais do MJDH foram identificadas as seguintes marcas de memória e identidade dos grupos atendidos pelo Movimento:

- marcas de memória e identidade relacionadas à ditadura militar;
- marcas de memória e identidade relacionadas à redemocracia;
- marcas de memória e identidade relacionadas à discriminação étnica-racial;
- marcas de memória e identidade relacionadas ao associativismo;
- marcas de memória e identidade relacionadas ao MJDH;

São marcas de memória e identidade que representam um grupo ou mais de um grupo que foi atendido ou ainda é atendido pelo Movimento. Esses grupos possuem como pautas de discussão assuntos pertinentes à marca de memória e identidade que o representa. Por exemplo, as marcas de memória e identidade relacionadas à ditadura compreendem os grupos de ex-presos políticos, de familiares de presos políticos, de refugiados políticos, de mortos e desaparecidos e de organizações sociais. Nesses grupos o assunto violência do período de Terrorismo de Estado é bastante frequente, sendo comum encontrar documentos relacionados à repressão, tortura, prisão e sequestro de pessoas, mas também documentos que dizem respeito a depoimentos e testemunhos do período da ditadura militar.

Nas marcas de memória e identidade relacionadas à redemocratização incluem os grupos de anistia, de transição democrática, de abertura de arquivos e de vítimas da ditadura militar. As pautas que representam esses grupos são desde campanhas (Anistia, Diretas Já, Constituinte), ações de cooperação, reparação e indenização de vítimas da ditadura militar, acesso à informação, acesso aos arquivos da ditadura militar.

As marcas de memória e identidade relacionadas à discriminação étnico-racial incluem os grupos de racismo, de índios, de xenofobismo. Encontram-se nesses grupos assuntos que dizem respeito à discriminação, conflitos de posse, violência policial, neonazismo, feminismo.

As marcas de memória e identidade relacionadas ao associativismo compreendem os grupos de moradores de vilas, de sem-terra, de fundações. Nesses grupos os assuntos mais frequentes são criação de associações, segurança pública, condições de trabalho, meio ambiente, educação, acesso à infraestrutura, entre outros.

Por fim, as marcas de memória e identidade relacionadas ao MJDH compreende o grupo de direitos humanos. As pautas que representam esse grupo são as seguintes: denúncias de violação de direitos humanos, criação de premiações, parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, participação em comissões de direitos humanos, criação de projetos socioeducativos. Conseqüentemente, essa é a bandeira do Movimento, é o que ele defende e luta desde que foi criado como um movimento social.

Portanto, a partir dessa identificação das marcas de memória e identidade do MJDH compreende-se a estrutura desse movimento social e sua atuação na sociedade. Um lugar como esse deveria ter um reconhecimento mais representativo de um modo geral (social e governamental), já que desempenha atividades em diversos setores governamentais, como as Comissões na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores, as criações de associações, as denúncias de violência e violação aos direitos humanos, as ações de cooperação com outras entidades, entre outras atividades que foram citadas durante a análise. Isso sem mencionar o acervo que preserva e ainda disponibiliza para pesquisas, como pode ser visto anteriormente nas categorias acima.

A próxima seção discutirá melhor a reflexão após a análise dos relatórios de atividades anuais do MJDH, tendo-o como exemplo de um lugar de memória e de justiça, já que a maioria dos documentos ali preservados dizem respeito à defesa pelos direitos humanos.

5.2.17 O papel dos arquivos de movimentos sociais na defesa por direitos humanos: o caso do MJDH

A partir das análises dos relatórios de atividade anuais do MJDH pode-se resumir a atuação do Movimento por meio das temáticas que ele representa em suas atividades. A importância desses documentos para a memória da população é insubstituível na medida em que são testemunhos e representam, em grande parte, a busca e defesa por direitos humanos.

No próprio estatuto do Movimento (2009), há o artigo 2º que traz especificamente os objetivos dessa instituição, sendo então:

Objetivos do MJDH atuar como **órgão de promoção e de defesa aos direitos humanos**, entendidos estes como direitos individuais, sociais, dos povos, transindividuais, proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e outros tantos que assim o sejam considerados no futuro, tudo com o intuito de defesa da pessoa humana; bem como:

- a) encaminhar aos poderes e órgãos do Estado, recomendações e proposições que entender oportunas e convenientes para a consecução de seus objetivos;
- b) estabelecer cooperação com instituições, fundações, universidades e organismos interessados nacionais e internacionais, nos mesmos objetivos;
- c) denunciar, publicamente, inclusive pelos meios de comunicação, tudo o que pode lesar a Justiça e os Direitos Humanos;
- d) participar no esforço comum pela libertação integral do Ser Humano, particularmente dos oprimidos;
- e) coligir, interpretar e divulgar os dados e informações a respeito de problemas sócio-político-econômico-culturais do país, e, especialmente, do Rio Grande do Sul;
- f) adotar as medidas e providências que entender necessárias à realização de seus objetivos, inclusive judiciais. (MJDH, 2009, p. 01-02, grifo nosso)

Assim, o MJDH exerce um papel fundamental na sociedade a qual ele representa, tanto para os direitos à memória e à verdade, à justiça e à reparação, e também aos direitos humanos. Todos esses objetivos que foram listados no artigo 2º do estatuto do MJDH foram identificados nos relatórios de atividades anuais analisados nesta tese. De fato, entende-se papel do Movimento como um lugar de memória, já que seu arquivo é uma peça chave no cenário de arquivos da repressão, ou seja, o acervo do MJDH possui documentos de valor mais que informacional, mas que possuem valor de prova e de testemunho. Portanto, esse acervo exerce um papel tanto para direitos individuais quanto para direitos coletivos, justamente pelo conteúdo que esse documentos possuem, sendo de grande influência na vida das pessoas. Como bem trabalha sobre essa relação entre arquivos e direitos humanos, o autor Antonio González Quintana (1999), sobre direitos coletivos:

1. O direito de povos e nações ao eleger sua própria transição política está seriamente condicionado pela existência dos documentos. Sem arquivos não há plena liberdade de escolha.
2. O direito à integridade da memória escrita dos povos deve ser irrenunciável. As nações têm o direito e a obrigação de preservar sua memória, a qual é testemunho essencial armazenado em seus arquivos.
3. O direito à verdade. Verdade “objetiva” que se faz pública através de um relatório. Ex.: Comissão da Verdade.
4. Direito a conhecer os responsáveis dos crimes contra os direitos humanos. [...] na democracia os povos devem conhecer o nome dos responsáveis de tais atrocidades, evitando-se sua possível promoção política amparada no anonimato dos crimes contra os direitos humanos. (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999, p. 383-384, grifo do autor, tradução nossa)

Mais do que nunca essa citação tem um alcance atemporal, pois se faz valer tanto para o período de repressão da ditadura militar no Cone Sul, como também, para os dias de hoje quando ainda tentam de várias maneiras apagar esse período da história brasileira. No momento em que há negação da ditadura militar, pode-se falar que há vontade de esquecimento com intuito de promover determinado grupo social – que pode ser representado pelo governo, pelos militares, por uma classe social.

E quando uma sociedade possui como recurso um acervo constituído de documentos – testemunhos dos protagonistas que viveram aquele período – e que atestam as atrocidades cometidas por governos anteriores, é fundamental e necessário que esse acervo se torne de amplo conhecimento. Todos os direitos coletivos elencados por González Quintana somente são possíveis de serem defendidos e reconhecidos com a existência de um arquivo, como é o caso do MJDH e como pode ser visto nos resultados da análise dos relatórios de atividades anuais desta tese.

Assim, para os direitos individuais, o autor traz os seguintes:

1. Direito de saber o paradeiro de familiares desaparecidos no período repressivo.
2. Direito ao conhecimento dos dados existentes sobre qualquer pessoa nos arquivos repressivos – *Habeas Data*.
3. Direito à investigação histórica e científica.
4. Direito à anistia para presos e represálias políticas.
5. Direito à indenização e reparação por danos sofridos pelas vítimas da repressão.
6. Direito à restituição de bens confiscados. (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999, p. 383-384, grifo do autor, tradução nossa)

Tanto os direitos coletivos como os individuais se complementam e em alguns casos quando um avança no reconhecimento como direito, com certeza incluirá outros direitos. Como é o caso do direito à verdade, o qual pode-se incluir o direito de reconhecer os responsáveis pelos crimes cometidos, assim como o direito de se saber os paradesiros dos desaparecidos. Da mesma maneira que ocorre com o direito à integridade da memória escrita dos povos e com o direito de se conhecer os dados existentes nos arquivos. Ou seja, um direito leva a outro direito, é como se os direitos coletivos e individuais formassem uma aliança. E isso só se torna possível com a existência de arquivos, de arquivos que guardam e preservam esse tipo de documentação, como os arquivos de movimentos sociais, neste caso o do MJDH.

Por meio desses arquivos é possível fazer a reconstrução da história a partir dos testemunhos que ali estão preservados (GONZÁLEZ QUINTANA, 1999). Além disso, esses documentos devem estar à disposição de qualquer pessoa, principalmente daquelas que sofreram violação aos seus direitos sociais e civis. Daí a importância de se promover arquivos

dessa abrangência, pois, muitas vezes, é neles que se encontra salvaguardados os direitos individuais e coletivos dos cidadãos. Portanto, esses documentos podem reconstruir a memória perdida, a memória ausente e essa reconstrução afasta o esquecimento. Logo ressignifica o direito de conhecer o passado, o direito à privacidade, o direito à verdade, portanto, o direito à identidade nacional, à construção e transmissão da história e o direito ao respeito da pluralidade de memórias.

CONCLUSÃO

Destaca-se que a pluralidade de atividades encontradas nos relatórios de atividades anuais do MJDH demonstram sua autonomia na sociedade e nas atividades que desempenha, ou seja, o Movimento possui uma grande articulação na sociedade em que atua, ficando evidente sua força e representatividade no caso do sequestro dos uruguaios, na mediação entre as Mães da Praça de Maio com o Papa, na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS, na Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Anistia, Projeto Marcas da Memória, entre outros casos que podem ser identificados pelos relatórios de atividades anuais. Essa articulação do MJDH pode repercutir nos seus discursos de memória, da ditadura militar, dos direitos humanos, de solidariedade, dentre outros que podem ser encontrados ao longo da sua trajetória.

Consequentemente, os assuntos encontrados nos relatórios de atividades anuais se identificam através dos discursos representados pelo Movimento, como o discurso de memória pode ser refletido nos assuntos Depoimentos e testemunhos, Gravação de documentários ou Estudos e pesquisas, são assuntos que promovem um registro em prol da memória. Outro exemplo é o discurso de ditadura militar que pode ser simbolizado pelos assuntos Ações de cooperação ou Palestras e debates, os quais possuem temáticas como anistia, assistência jurídica a refugiados políticos e ex-presos políticos, reparação e indenização de vítimas, palestras e debates com o tema ditadura militar (Operação Condor, Anos de Chumbo, entre outros).

Enquanto o discurso de direitos humanos pode ser representado pelos assuntos Violência policial, Discriminação social ou Denúncias, os quais incluem várias temáticas, como intervenção e apoio do MJDH contra a violência, denúncias de racismo e gênero, denúncia política e de ações irregulares. Quanto ao discurso de solidariedade pode ser retratado pelos assuntos Prestação de assessoria, Entrevistas, Reuniões ou Projetos, os quais são atividades que incluem criação e fundação de associações em comunidades, entrevistas em rádios e TVs, reuniões com Secretários, órgãos governamentais, audiências, criação e participação em projetos, campanhas, protestos e manifestações.

Portanto, todos os discursos que o MJDH representa como um movimento social estão conectados direta ou indiretamente com suas atividades registradas nos relatórios de atividades anuais, ou seja, isso categoriza o acervo do Movimento como de utilidade social e como uma organização coletiva pela defesa dos direitos humanos. Por consequência, os documentos presentes nesse acervo são como porta-vozes da memória de diversos grupos sociais, já que,

além de transmitirem informação, carregam a trajetória simbólica de grupos e sujeitos. Uma memória como recurso para a justiça e para a verdade, como símbolo para a memória ausente, para o esquecimento.

Por isso, nesta tese tratei de discutir os assuntos sobre memória, identidade e arquivos, como foram abordados na seção 2 – Entre memória, identidade e documentos de arquivo. Além disso, foi necessário elaborar uma seção específica (seção 3) para tratar sobre a história do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, pois é nesse local que se encontra o acervo e, especificamente os relatórios de atividades anuais. Não contextualizar algumas das ações do MJDH com a temática da pesquisa seria um erro, que, provavelmente, comprometeria a proposta desta tese.

Consequentemente, a partir desse histórico, deu-se início aos resultados da análise dos relatórios de atividades anuais no período de 1979 a 2015 na seção 5 (Os relatórios de atividades anuais do MJDH), portanto, acredito que esses resultados atingiram os objetivos propostos desta tese e responderem ao problema da pesquisa, assim como as pressuposições foram confirmadas, por isso, farei uma retomada desses elementos (pressuposições, objetivos e problema) procurando recuperar e dialogar com os resultados alcançados por esta tese, e sempre tendo como o foco o papel do MJDH enquanto um movimento social defensor dos direitos humanos.

Foram elaboradas duas pressuposições para esta tese, as quais tiveram a intenção de confirmar no que já se acreditava a partir da análise dos relatórios de atividades anuais. Ambas as pressuposições recorreram aos procedimentos de análise aplicados nesta pesquisa. A primeira pressuposição diz respeito ao papel dos arquivos de movimentos sociais na busca por direitos humanos está, diretamente relacionado, na representatividade do próprio arquivo como um recurso para a justiça, um recurso para a verdade e um recurso contra o esquecimento. Essa afirmação foi comprovada por meio dos resultados obtidos pela análise dos relatórios de atividades anuais do MJDH, como também pela contextualização da história do Movimento.

Verificou-se pelas categorias analisadas que o MJDH atua diretamente pela defesa dos direitos humanos prestando assistência jurídica, elaboração de *habeas corpus*, acompanhamento de processos de anistia e de reparação e indenização de vítimas, auxílio a refugiados políticos, denúncias de violência policial e de abuso estatal e ambiental, entre outras que estão na seção 5 desta tese. Com o propósito de auxiliar ao leitor maior visibilidade dos resultados da pesquisa, inclui na subseção 5.2.16 três gráficos que representam e quantificam os temas que mais foram trabalhados dentro das categorias selecionadas pela pesquisa durante o período de 1979 a 2015 (*corpus* da pesquisa).

Enquanto a segunda pressuposição afirmava que se o papel dos arquivos de movimentos sociais é a proteção da informação, então o arquivo pode ser considerado um lugar de memória e os documentos como veículos de informação. Essa declaração também foi considerada afirmativa com os resultados alcançados na seção 5 – Os relatórios de atividades anuais do MJDH. Em se tratando do conteúdo informacional que os documentos presentes no acervo do Movimento possuem em si e somando-se a trajetória do MJDH como uma organização coletiva e contemporânea que preserva documentos de amplo conteúdo, como promoção e intervenção na defesa dos direitos humanos, Terrorismo de Estado no período da ditadura militar – repressão, prisão, tortura, sequestro e morte de desaparecidos, depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares, exílio e refúgio, transição democrática –, Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, manifestos, entrevistas e tantos outros, tratei esses documentos como provas e testemunhos na construção da memória do próprio MJDH, assim como de grupos e sujeitos representados por esse movimento social.

O objetivo geral desta tese foi reconhecer o caráter instrumental dos arquivos de movimentos sociais, a partir do acervo do MJDH, na promoção da Justiça como fonte de informação para a construção da memória e das identidades de grupos e sujeitos. Este objetivo foi alcançado por meio dos resultados obtidos da análise das categorias dos relatórios de atividades anuais do MJDH. Com esses resultados abordei a finalidade de um arquivo de um movimento social, que, além de ser um instrumento de informação na promoção da justiça e da verdade, é também um lugar de memória com o propósito de construção e ressignificação de uma memória e das identidades de grupos e sujeitos que são representados pelo Movimento, fazendo com que a memória não seja ausente, logo, esse processo se torna um recurso contra o esquecimento.

Como demonstrei por meio dos resultados da análise, o MJDH está presente em todos os espaços da sociedade, ou seja, está numa manifestação, num debate na universidade, numa comissão de justiça ou de direitos humanos na Assembleia Legislativa ou outro órgão governamental, numa audiência, na criação de uma associação, numa greve, numa exposição, isto é, está representando todos os grupos sociais independentemente do gênero, cor ou religião. Essa representatividade do Movimento condiz exatamente em promover e defender a justiça a todos. Logo, foi necessário transcorrer o campo discursivo do arquivo do MJDH, já que, como foi debatido nesta tese, pode ser utilizado como recurso para a justiça, daí a necessidade de se preservar e de se proteger essa documentação, já que o Movimento é um lugar de memória.

O primeiro objetivo específico desta tese contemplava a questão em caracterizar o MJDH como um movimento social contemporâneo a partir da análise de sua trajetória e de seu

papel como organização coletiva pela defesa dos direitos humanos. Esse objetivo foi alcançado na medida em que realizei a contextualização da história do Movimento somando-se aos resultados da análise das categorias dos relatórios de atividades anuais. Portanto, por meio da contextualização do período de criação do MJDH mais atividades da categoria *Defesas em prol dos direitos humanos* foram encontradas as seguintes atividades: ações de cooperação, prestação de assistência jurídica, auxílio com processos de anistia, assistência a refugiados políticos, auxílio em processo de reparação e indenização de vítimas, registro de depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares de ex-presos políticos, denúncias e acompanhamentos de violência policial, abusos de poder do governo, discriminação social (gênero, cor, xenofobia), entre outras atividades encontradas a partir dos resultados da análise. Logo, os resultados que encontrei fortalecem e ratificam o status do MJDH ser um movimento social contemporâneo e o seu papel de organização coletiva pela defesa dos direitos humanos.

O segundo objetivo específico tinha como principal foco analisar, a partir dos relatórios de atividades anuais do MJDH, as atividades do Movimento que fomentaram seu apoio aos grupos e sujeitos que tiveram seus direitos subjugados e violados. A partir dos resultados da análise dos relatórios de atividades anuais que identifiquei os grupos e sujeitos que o MJDH apoiou direta e indiretamente. As atividades de maior repercussão e o que o Movimento esteve envolvido foram as seguintes: apoio as Mães da Praça de Maio da Argentina, apoio aos Lanceiros Negros, auxílio no caso dos uruguaios Lilian e Universindo Diaz, intervenção na intervenção de célula nazista, gravação de depoimentos e testemunhos de vítimas e ex-presos políticos encaminhados ao ACNUR, promoção da Campanha pelas Diretas já, participação na Comissão Nacional da Verdade, apoio aos índios Kaingangs, apoio a sindicatos, e tantos outros apoios que foram fundamentais em diversos casos. Essas atividades proporcionaram ao MJDH lutar por objetivos comuns ao coletivo, como a liberdade e a democracia, assim como preservar as lutas daqueles que eram individuais.

Em quase na sua totalidade, as ações do MJDH fomentam apoio a grupos e sujeitos que tiveram seus direitos subjugados ou violados. Além disso, duas atividades de promoção tiveram maior destaque, ambas foram criadas pelo Movimento com parceria com a OAB/RS e outras entidades, e repercutem em diversas outras ações, inclusive incentivando o conhecimento por meio da transmissão da informação sobre a violação de direitos individuais ou coletivos. Uma dessas atividades é o Projeto Marcas da Memória que tem por objetivo identificar com placas os locais que foram utilizados como prisões e lugares de tortura durante a ditadura militar no Brasil.

A outra atividade é o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo que tem por objetivo premiar matérias jornalísticas que tiveram destaque em determinado ano, sempre levando em consideração o tema direitos humanos. A premiação ocorre todos anos e em cada ano há uma temática como categoria especial, como Meio ambiente, Vida e obra de Leonel Brizola, Violência no campo, Trabalho Escravo, 70 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, Futuro ameaçado, entre tantos outros. O prêmio não envolve premiação em dinheiro, ou seja, ao primeiro lugar é entregue um troféu e aos segundo e terceiro lugar um diploma. Essas duas atividades, além de promoverem o MJDH, promovem e fomentam ações de direitos humanos, principalmente em apoio aqueles grupos e sujeitos que foram violados.

O terceiro objetivo específico tratava em identificar, nos dados levantados, as marcas de memória e identidade dos grupos atendidos pelo MJDH. Como pode ser visto no item 5.2.16 sobre a reflexão da análise dos relatórios de atividades anuais do MJDH. Foram identificadas as seguintes marcas de memória e identidade relacionadas à ditadura militar, à redemocracia, à discriminação étnico-racial, ao associativismo e ao MJDH. E os grupos atendidos abrangem todos os setores da sociedade desde presos políticos, vítimas da ditadura militar, moradores de vilas, sem terra, índios, negros, direitos humanos e tantos outros que foram citados no item 5.2.16. As pautas que esses grupos levantam, defendem e discutem, representam as marcas de memória e identidade, portanto, refletindo a luta e defesa aos direitos humanos.

Por fim, a questão norteadora desta tese estabelecia como os arquivos de movimentos participam na defesa dos Direitos Humanos? Essa pergunta, do ponto de vista desta pesquisa, foi respondida a partir da atuação do Movimento e do trabalho que desenvolveu ao longo de sua existência. Portanto, a questão norteadora foi respondida por meio dos resultados dos objetivos desta pesquisa, os quais incluem a análise dos relatórios de atividades anuais. Isto é, o papel dos arquivos de movimentos sociais, aqui representados pelo MJDH, são primordiais na função de instituições que participam na construção de uma memória coletiva, assim como na função de veículos de informação por meio dos documentos preservados nesses lugares. Como pode ser visto no decorrer desta tese e nos resultados trabalhados a partir da análise dos relatórios, sem a existência do Movimento muitos dos processos que participou, muitas das assistências que prestou, muitas das assessorias que realizou, entre tantas outras atividades, talvez nem existiriam ou teriam tido outro destino, provavelmente um fim trágico.

Procurei demonstrar nesta tese a importância de salvaguardar um arquivo que diz respeito aos direitos individuais e coletivos representados pelos direitos humanos (item 5.2.17), direitos esses que não foram respeitados durante muito tempo e ainda hoje constantemente são violados. Não foi apenas durante a ditadura militar no Brasil, mas, infelizmente, nos dias atuais

muitas pessoas têm seus direitos ignorados. Por isso, as ações do MJDH refletem na luta pela preservação, respeito e defesa dos direitos humanos.

Portanto, essa documentação presente no acervo do MJDH faz desse lugar uma ferramenta social e uma fonte de dados e de resguardo da verdade por documentos que tem o caráter de testemunho e de prova de que aqueles fatos ocorreram. Além de ser um instrumento social, o arquivo do Movimento é um lugar que mantém em exercício a memória, evitando que a mesma se torne ausente e, conseqüentemente, se torne esquecimento. Logo, os arquivos representam, por meio da informação que preservam, uma memória de resistência de um determinado grupo ou sujeito, permitindo o respeito à pluralidade de memória e de identidades.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 2009, n.76, p. 49-86.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal. Edições 70, LDA, 2011.

BAUER, Caroline Silveira. Um lugar de memória no esquecimento: o monumento aos mortos e desaparecidos políticos em Porto Alegre. **Revista Memória em Rede**, v.7, n.13, jul/dez, 2015, p. 58-68.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudo e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BOBBIO, Norberto; MATYEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CATELA, Ludmila da Silva. Territorios de memoria política. In: Ludmila da Silva Catela; Elizabeth Jelin. **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdade**. Madri: Siglo Veintiuno de España editores, 2002, p. 15-84.

CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: Ludmila da Silva Catela; Elizabeth Jelin. **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdade**. Madri: Siglo Veintiuno de España editores, 2002, p. 195-221.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, n.16, v. 3, 2003, p. 221-236.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor. O sequestro dos uruguaios:** uma reportagem dos tempos da ditadura. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

CRUZ, María Angélica. Silencios, contingencias y desafíos: el archivo de la Vicaría de la Solidaridad em Chile. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Comps.). **Los archivos de la represión:** Documentos, memoria y verdad. Espanha: Siglo Veintiuno, 2002, p. 137-178.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, Cécile e DODEBEI, Vera (Orgs.). **Memória e Novos Patrimônios.** Marseille: OpenEdition Press, 2015.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?:** textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DENZIN, N., LINCOLN, Y. Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N., Lincoln, Y. (Orgs) **O Planejamento da pesquisa qualitativa. Teoria e abordagens.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2006, 15-41.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FIALHO, Joseane M. **Breves considerações sobre os Movimentos Sociais no Brasil.** Disponível em: <www.cptl.ufms.br/revista-geo/joziane.doc> Acesso em: 18 mai. 2013.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura, Educação e Movimentos Sociais no Brasil.** Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/Textos/fleuri_2005_recife_resumo_e_texto_completo.pdf> Acesso em: 19 mai. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Seminários da Folha. Setor da Cultura precisa diversificar suas fontes de financiamento. Eduardo Sombini. 25 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/08/setor-da-cultura-precisa-diversificar-suas-fontes-de-financiamento.shtml>> Acesso em: 10 jan. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil.** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: Maria da Glória Gohn (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

GROPPO, Bruno. Las políticas de la memoria. **Sociohistórica**, v. 11-12, 2002, p. 187-198. Disponível em: <<https://www.sociohistorica.fahce.unlp.edu.ar/article/view/SHn11-12a09>> Acesso em: 30 jun. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General: teoría y práctica**. 5 ed. Sevilla: Gráficas del Sur, 1991.

HUYSEN, Andrea. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1999.

JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. In: Ludmila da Silva Catela; Elizabeth Jelin. **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdade**. Madri: Siglo Veintiuno de España editores, 2002, p. 01-14.

MARIANO, Nilson. Operação Condor: a internacional repressiva. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org). **As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2006, p. 44-51.

MEDEIROS, Roberta Pinto. Fotojornalismo e memória no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (1984-1990) – Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH). 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

MEDEIROS, Roberta Pinto. Descrição analítica: um estudo de caso da Subsérie Depoimentos e Testemunhos de vítimas e familiares ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH). 2012. 85 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Breve história dos movimentos sociais no Brasil**. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/breve-historia-dos-movimentos-sociais-no-brasil/>> Acesso em: 10 ago. 2018.

MJDH, Movimento de Justiça e Direitos Humanos. **Relatório Anual (1980)**. Porto Alegre, RS: 1980. Mimeografado.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, v. 10, n.2, p. 07-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e sofrimento. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1989. v.2, n.3, p. 03-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1992. v.5, n.10, p. 200-212.

REIS, Ramiro José dos. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaiois nas ruas de um porto não muito alegre**. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56074/000856961.pdf?sequence=1>> Acesso em: 01 nov. de 2018.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. Archivos y Derechos Humanos. **Boletín de la ANABAD**, Tomo 49, no 3-4. Espanha, 1999, p. 371-389. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=50027>> Acesso em: 10 mar. 2019.

RUBERT, Sylvania. Para reconciliar é preciso esquecer?: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In: **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 191-210.

THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: The Society of American Archivists. Disponível em: <<http://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2019.

SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. **Revista Política y Cultura**, n. 31, 2009, p. 65-87.

SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas.** Disponível em:
<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaAntoniaSouza.pdf>> Acesso em: 19 set. 2013.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos Humanos e democracia no Brasil. 2005. 343 f. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2005.

VIOLA, Solon Eduardo Annes; PIRES, Thiago Vieira. Movimento de Justiça e Direitos Humanos e reorganização da sociedade civil. **Revista Sociedade e Cultura**, v.16, n.2, jul/dez, p. 329-339, 2013.

WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, “celeiro” do Brasil. In: **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória.** PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence (Orgs.). Porto Alegre: CORAG, 2009. v.1.

ANEXOS

ANEXO A – QUADRO DE ARRANJO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DE PORTO ALEGRE



QUADRO DE ARRANJO – MJDH

Código	TÍTULO	Nível	CAIXA
01	ADMINISTRAÇÃO & ORGANIZAÇÃO – MJDH	SÉRIE	
			Cx.01
01.1	Documentação Constitutiva	Subsérie	
01.1.1	Dossiê Fundacional		
01.1.2	Atas de Reuniões		
01.1.2.1	Convocatórias		
01.1.3	Estatutos, regimentos, regulamentos		
01.1.4	Registro (notarial, CIC, CNPJ, sindicais, indústria e outros)		Cx.01
01.2	Gestão Administrativa	Subsérie	Cx.02
01.2.1	Adesão e desligamentos		
01.2.2	Listas de membros		
01.2.3	Eleições		
01.2.4	Relatórios de atividades		Cx.02
01.2.5	Agendas de trabalho (Jair, MJDH)		Cx.02/ Cx.03
	Boletim informativos		
	Correspondência com meios de comunicação		
01.3	Gestão Financeiro e Contável	Subsérie	Cx.04
01.3.1	Captação de recursos e financiamento		
01.3.1.1	Contribuições de membros		
01.3.2	Documentação financeira contável		

01.3.3	Contratos e documentos - Imóveis		
01.3.4	Declarações Impostos de renda		Cx.04
01.3.5	Relatórios financeiros anuais 1997 – 2006		Cx.05
01.4	Recursos Humanos (registros emprego)	Subsérie	Cx.06
	Gestão Administrativa		
01.5	Política Institucional	Subsérie	Cx.06
01.5.1	Homenagens, congratulações, manifestações		
02	PROMOÇÃO E INTERVENÇÃO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	SÉRIE	
02.1	Segurança Pública	Subsérie	Cx.01
02.1.1	Violência e omissão policial (Federal, Brigada Militar, Civil)		
	Caso Maria Edi; Caso Sandro Yost; Estrangeiros;		
02.1.1.1	Manifestações		
02.1.1.2	Repressão e perseguição à agentes da segurança pública		
02.1.2	Corrupção Policial		Cx.01-02
02.1.2.0	Serviço de tomada de contas da BM; Documentação alterada		Cx.02
02.1.2.1	Espionagem policial		
02.1.3	Violência civil (criminalidade)		
02.1.3.1	Caso Konrad		
02.1.4	Sistema Prisional / Penitenciário		
02.1.4.1	Violência no sistema prisional		
02.1.4.1.1	Correspondência - Presos denúncias		Cx. 02
02.1.4.1.2	Caso Ledur		Cx. 03
02.1.4.2	Propostas, projetos e discussões		
02.1.5	Políticas		
02.1.5.1	Projetos e legislação		
02.1.5.2	Estudos e debates		
02.1.6	Eventos		Cx.03

02.2	Setor público e privado	Subsérie	Cx.04
02.2.1	Corrupção e omissão em organismos públicos		
02.2.1.1	Saúde pública		
02.2.1.2	Máfia do Lixo		
02.2.1.3	Assalto a Prefeitura de Estância Velha		Cx.04
02.2.1.4	Judiciário		Cx.05
02.2.2	Irregularidades em organismos privados		
02.2.2.1	Caso Britto/Colombo		
02.2.3	Políticas		
02.2.4	Estudos, debates e manifestos		Cx.05
02.3	Crianças e Adolescentes	Subsérie	
02.3.1	Políticas		
02.3.2	Casos específicos		
	Caso Iruan Ergui Wu – criança detida em Taiwan		
	Caso Jaqueline Cozza Okdi (sequestrado no Líbano)		
02.3.2.1	Caso FEBEM		Cx.05
02.4	Discriminação Social	Subsérie	Cx.06
02.4.1	Gênero		
02.4.1.1	Homossexualismo		
02.4.1.2	Violência contra mulher		
02.4.2	Xenofobia		
02.4.2.1	Caso Aisur Ignacio Agudo Padron		
02.4.2.2	Políticas		
02.4.3	Indígenas		Cx.06
02.4.3.1	Caso Morro do Osso		
02.4.4	Racismo		Cx.07
02.4.4.1	Caso do “Homem Errado”		
02.4.4.2	Caso “Lanceiros Negros”		
02.4.4.3	Políticas		

02.4.5	Separatismo do Rio Grande do Sul		
02.4.5.1	Caso Irton Marx / Movimento Pátria Livre / República dos Pampas		
02.4.6	Nazismo		
02.4.6.1	Caso Josef Mengele		
02.4.6.2	Lembrança dos Mártires e Heróis da Luta contra o Nazi-fascismo		Cx.07
02.4.7	Neonazismo		Cx.08
02.4.7.1	Políticas		
02.4.7.2	Caso Skinheads		
02.4.7.3	Caso Raquel Toba Spritzer vs. MOPAR		
02.4.7.3.1	Processo judicial		
02.4.7.3.2	Correspondência		Cx.08
02.4.7.4	Caso Lindon La Rouche		Cx.09
02.4.7.4.1	Documentação judicial		
02.4.7.4.2	Propaganda (pró-La Rouche)		
02.4.7.4.3	Estudos e correspondências		
02.4.7.5	Caso Sigfried Ellwanger (S.E. Castan)		
02.4.7.5.1	Documentação judicial		
02.4.7.5.1.1	Krischke vs. Ellwanger		Cx.09
02.4.7.5.1.2	MOPAR vs. Ellwanger		Cx.10
02.4.7.5.1.3	Outros		Cx.10
02.4.7.5.2	Declaração de “persona non grata”		Cx.11
02.4.7.5.3	Ações de colaboração e intercâmbio anti-nazismo		
02.4.7.5.4	Propaganda pró-nazismo		Cx.11
02.4.7.5.5	Recortes de jornais e revistas (ver Série Hemeroteca)		NÃO
02.5	Condições de Trabalho	Subsérie	Cx.12
02.5.1	Casos específicos		
02.5.1.1	Navios de bandeira		
02.5.1.2	Trabalhadores de fronteira		
02.5.2	UITA		
02.5.3	Políticas (estudos, projetos)		

02.6	Ações de Cooperação e Intercâmbio	Subsérie	Cx.13
02.6.1	Igreja		
02.6.2	Movimentos sociais nacionais		
02.6.3	Movimentos sociais internacionais		Cx.13
02.7	Conflitos pela “Posse”	Subsérie	Cx.14
02.7.1	Agrários		
02.7.1.1	Casos Específicos:		
02.7.1.1.1	Fazenda Annoni		
02.7.1.1.2	Fazenda Encruzilhada Natalino		
02.7.1.1.3	Fazenda Nova Esperança		
02.7.1.1.4	Fazenda Sarandi		
02.7.1.1.5	Fazenda Tarumã		
02.7.1.1.6	Confronto Praça da Matriz (1980)		
02.7.1.1.7	Confronto Praça da Matriz (1990) (Caso PM Valdeci)		Cx.14
02.7.1.1.8	Disputas em Goiás		Cx.15
02.7.1.1.9	Fronteira Brasil/Paraguai		
02.7.1.2	Colaboração e intercambio com Organiz. Sociais posseiros		
02.7.1.3	Políticas públicas, eventos manifestações		
02.7.2	Urbanos		
02.7.2.1	Casos específicos:		
02.7.2.1.1	Mutuários do BNH		
02.7.2.1.2	Conjunto Habitacional Guajuviras		Cx.15
02.7.2.1.3	Jardim Amazônia/Chacara dos Bancos		Cx.16
02.7.2.1.4	Sambódromo		
02.7.2.1.5	Outros casos		
02.7.2.1.6	Cristian Kinzle vs. CEEE		
02.7.2.1.7	DEMHAB/Caixa Econômica		
02.7.2.2	Colaboração e intercâmbio com org. sociais posseiros (FRACAB)		
02.7.2.3	Políticas públicas		Cx.16

02.8	Meio Ambiente	Subsérie	Cx.17
02.8.1	Casos específicos		
02.8.2	Políticas (manifestos, estudos, projetos)		
02.9	Violação de Direitos Humanos no Exterior	Subsérie	Cx.17
02.9.1	América Latina		
02.9.1.1	Colômbia		
02.9.1.2	El Salvador		
02.9.1.3	Nicarágua		
02.9.2	Outros países		
02.9.2.1	Caso Eduardo Iglesias Moreira		
02.10	Educação	Subsérie	Cx.18
02.10.1	Casos específicos		
02.10.2	CPERS		
02.10.3	Políticas (estudos, projetos, análises)		
02.10.4	Projeto Educar para os Direitos Humanos		
02.11	Direitos Humanos em Geral	Subsérie	Cx.19
02.11.1	Eventos		
02.11.1.1	Brasil		
02.11.1.1.1	Promovidos pelo MJDH		
02.11.1.2	Exterior		Cx.19
02.11.1.3	Convites		Cx.20
02.11.1.4	Subsídios e textos		
02.11.2	Políticas		
02.11.3	Homenagens e congratulações ao MJDH		
02.11.3.1	Menções e homenagens a Jair Krischke		Cx.20
02.12	Processos Judiciais	Subsérie	Cx.21
02.12.1	Testemunhos à Justiça de Jair Krischke/MJDH		

02.12.2	Intervenções do MJDH		
02.12.2.1	Caso “Propaganda ilegal em <i>Zero Hora</i> ”		
02.12.2.2	Caso “Associação de vítimas da violência”		
02.12.2.3	Caso “Chácara do Banco”		
02.12.2.4	Caso Luiz Milman		
02.12.2.5	Caso Bernardi vs. Estado do RGS		Cx.21
02.12.2.6	Caso Toto Bola		
02.12.3	Contra o MJDH		Cx.22
02.12.3.1	Caso Zachia		
02.12.3.2	Caso Sambódromo		
02.12.3.3	Caso Carlos Neher		Cx.22

03	<i>TERRORISMO DE ESTADO NO PERÍODO DA DITADURA – CONE SUL</i>	SÉRIE	
03.1	Repressão/ Prisão /Tortura	Subsérie	Cx.01
03.1.1	Repressão		
03.1.1.1	<i>Órgãos e conexão repressiva no Cone Sul (Conferências de inteligência, exércitos America Lat.Vol 01 e 02)</i>		
03.1.1.1.1	SNI/ABIN – Brasil (Diagramas e sistemas da estrutura de inteligência, análise)		
03.1.1.1.2	Atividades de colaboração e coordenação repressiva		
03.1.1.1.3	Projetos de derrogação do DOPS RS		
	DINA (Chile – Criação Operação Condor)		
	Policia de La Capital Dpto.Investigaciones – Direccion Politica Afins – Paraguai		
	Policia Buenos Aires		
03.1.1.1.4	Cartas apócrifas dos órgãos de repressão ao MJDH e falsas denúncias		
03.1.1.2	<i>Análises da Repressão no Cone Sul (Argentina, Uruguai)</i>		Cx.01
03.1.1.3	Censura		Cx.02
03.1.1.4	Repressores – Brasil		
03.1.1.5	Casos de repressão específicos (???)		
03.1.1.6	Repressores no Cone Sul		Cx.02
03.1.1.6.1	Caso Cordero		Cx.03
03.1.1.6.1.1	Correspondência		

03.1.1.6.1.2	Documentação Jurídica		
03.1.1.6.1.3	Abaixo assinados campanha extradição		
03.1.1.6.1.4	Relatório/Parecer extradição		
03.1.1.6.1.5	Testemunhos		
03.1.1.6.1.6	Acompanhamento da Imprensa		
03.1.1.6.1.7	Doc. Eletrônicos		
03.1.1.6.2	Seita MOON (referenciar com Relações de trabalho – 2.8)		Cx.04
	Ações de denúncia da repressão e violação dos DDHH (atividades “político-subversivas”)		
03.1.1.7	<i>Acompanhamento e perseguição de militantes políticos no Cone Sul</i>		
03.1.1.7.1	Brasil		
03.1.1.7.1.1	Informes da inteligência – Embaixada do Brasil no Uruguai: Uruguai/Argentina/Paraguai		
03.1.1.7.1.1.1	Caso Leonel Brizola		Cx.04
03.1.1.7.1.2	Informes de inteligência de Brasileiros		Cx.05
03.1.1.7.1.3	Informes de inteligência de Estrangeiros no Brasil		
03.1.1.7.1.4	Informes de serviços de inteligência no Rio Grande do Sul (DOPS, Exército)		
03.1.1.7.1.4.1	Wilson Ferreira Aldunate (visita à POA)		
03.1.1.7.1.5	Informes de brasileiros exiliados e banidos a outros países (Chile , México)		
03.1.1.7.2	Argentina – Informes inteligência		Cx.05
03.1.1.7.3	Uruguai – Informes inteligência		Cx.06
03.1.1.7.4	Paraguai – Informes inteligência		
03.1.2	Prisão		
03.1.2.1	<i>Centro de detenção no Cone Sul</i>		
03.1.2.1.1	Penal La Libertad/Punta Rieles – Uruguai		
03.1.2.1.2	ESMA – Olimpo outros – Argentina		
03.1.2.2	<i>Presos no Brasil</i>		Cx.06
03.1.2.3	<i>Brasileiros presos no exterior - Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai)</i>		Cx.07
	Caso Antonio Pires da Silva		
03.1.2.3.1	Caso Flávia Schiling		
03.1.2.3.2	Caso Flávio Koutzi		
03.1.2.4	<i>Estrangeiros presos no Brasil</i>		

03.1.2.4.1	Caso Fernando Vaca Navaja		
03.1.2.4.2	Caso Remigio Giménez		Cx.07
03.1.2.4.3	Caso Mario Firmenich		Cx.08
03.1.2.4.3.1	Julgamento		
03.1.2.4.3.2	Defesa		Cx.08
03.1.2.5	<i>Presos no Uruguai</i>		Cx.09
03.1.2.5.1	Caso José Luis Massera		
03.1.2.5.2	Caso Claudio Benech		Cx.09
03.1.2.5.3	Militares presos		Cx.10
03.1.2.6	<i>Presos na Argentina</i>		
03.1.2.7	<i>Presos no Chile</i>		
03.1.2.8	<i>Presos no Paraguai</i>		
03.1.2.9			
03.1.3	Repressão, prisão de Religiosos Presos no Brasil e Cone Sul (antes 03.1.2.9)		
03.1.4	Tortura		Cx.10

03.2	Sequestro – Morte e Desaparecimento de Pessoas	Subsérie	Cx.11
03.2.1	Sequestro		
03.2.1.1	<i>Caso dos Uruguaios (Lilian Celiberti e Universindo Díaz)</i>		
03.2.1.1.1	Documentação MJDH (Omar Ferri)		
03.2.1.1.2	Informes da Embaixada Uruguaia no Brasil		
03.2.1.1.3	Documentação judicial		
03.2.1.1.4	CPI ALRGS		
03.2.1.1.5	Comissão de representação da ALRGS (viagem ao Uruguai)		
03.2.1.1.6	Atos públicos – convites e convocatórias		
03.2.1.1.7	Vários		Cx.11
03.2.1.2	<i>Crianças</i>		Cx.12
	Caso Simón Riquelo		
	Caso Mariana Zaffaroni		

03.2.1.3	<i>Correspondência</i>		
03.2.2	Mortos e Desaparecidos		
03.2.2.1	<i>Argentina</i>		
03.2.2.1.1	Brasileiros na Argentina		
03.2.2.2	<i>Brasil</i>		
03.2.2.2.1	Caso Mãos Amarradas		
03.2.2.2.2	Argentinos no Brasil		
03.2.2.2.3	Caso Ítalo-argentinos		Cx.12
03.2.2.2.4	Listas		Cx.13
03.2.2.3	<i>Chile</i>		
03.2.2.3.1	Listas		
03.2.2.4	<i>Paraguai</i>		
03.2.2.4.1	Listas		
03.2.2.5	<i>Uruguai</i>		
03.2.2.5.1	Listas		
03.2.2.6	<i>América Latina</i>		
03.2.2.6.1	Listas de conexões repressivas		Cx.13
03.2.2.7	<i>Investigação morte de João Goulart</i>		Cx.14
03.2.2.7.1	Processo judicial		
03.2.2.7.2	Informes da Inteligência do Uruguai		
03.2.2.7.3	Informes da CIA		
03.2.2.7.4	Depoimentos e testemunhos – (Neira Barreira – Jose Rubens)		Cx.14
03.2.2.7.5	Vários		Cx.15
03.2.2.7.6	Publicações		
03.2.2.7.7	Cobertura da imprensa		
03.2.2.7.8	Documentos Eletrônicos		Cx.15
03.2.3	Voos da Morte		Cx.16
	<i>Uruguai</i>		
	<i>Brasil</i>		
03.2.4	Organizações Sociais – Mortos e desaparecidos		

03.2.4.1	<i>Argentina</i>		
	Madres Plaza de Mayo (Visita do Papa) (Ver 03.6.1.2)		
	Abuelas		
03.2.4.2	<i>Brasil</i>		
	MJDH-OAB/RS (Comitê de familiares de desaparecidos)		
	Centro de Defesa dos Direitos Humanos (Ponta Grossa – PR)		
03.2.4.3	<i>Uruguai</i>		
03.2.4.3.1	Madres de Uruguaios Desaparecidos		
03.2.4.3.1.1	Cartas e correspondência		
	Familiares de presos políticos uruguaios		
	a.f.u.de. – Agrupación de Familiares de Uruguayos Desparecidos		
03.2.4.4	<i>Na America Latina</i>		
03.2.5	Atos de repúdio, manifestos e abaixo-assinados		Cx.16
03.3	Depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH	Subsérie	Cx.17
03.3.1	<i>Argentinos</i>		
03.3.2	<i>Brasileiros</i>		
03.3.3	<i>Chilenos</i>		
03.3.4	<i>Uruguaios</i>		Cx.17
03.3.5	<i>Oitiva de uruguaios à ONU/MJDH/OAB</i>		Cx.18
03.4	Correspondência de vítimas e familiares ao MJDH	Subsérie	
03.4.1	<i>Uruguaios</i>		
03.4.1.1	Exilados/refugiados no Brasil		
03.4.1.2	Exilados na Argentina		
03.4.1.3	Refugiados na Europa, Oceania etc.		
03.4.2	<i>Brasileiros no exterior</i>		
03.4.3	<i>Argentinos no exterior</i>		
03.4.4	<i>Paraguaios no exterior</i>		
03.4.5	<i>Notas com senha de identificação encaminhada</i>		

03.4.5.1	Carta lideres guerrilheiros ao MJDH		
03.5	Operação Condor	Subsérie	
03.5.1	<i>Informes Agências de Inteligência (National Archives Security, desclassificada do Depto. de Estado dos EUA)</i>		
03.5.2	<i>Publicações, matérias e outros</i>		Cx.18
03.6	Intercâmbio / colaboração/participação – com organizações sociais	Subsérie	Cx.19
03.6.1	<i>Argentina (03.6.1 -03.6.2.2)</i>		
03.6.1.1	Correspondência Montoneros e militantes políticos		
03.6.1.2	Madres de Mayo		
03.6.1.2.1	Visita do Papa João Paulo II		
03.6.1.2.2	Caso Placa Videla – Praça Argentina		
03.6.2	<i>Brasil</i>		
03.6.2.1	Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – ALRGS		
03.6.2.2	Movimento de Ex presos políticos do Rio Grande do Sul – MEPPP/RS		
03.6.2.3	Comitê de Solidariedade aos Povos de América Latina		
03.6.3	<i>Chile</i>		
	Correspondência e manifestos		
03.6.4	<i>Uruguai</i>		
03.6.4.1	Correspondência SERPAJ (fechamento) e militantes políticos		
03.6.4.2	PRESSUR – Boletins de prensa		
03.6.4.3	Misión de Buena Voluntad latinoamerica		
03.6.5	<i>Paraguai</i>		
03.6.6	<i>Igreja e movimentos religiosos</i>		
03.6.7	<i>Internacionais</i>		
03.6.8	<i>Manifestos</i>		Cx.19
03.7	Exílio e Refúgio	Subsérie	Cx.20
03.7.1	<i>Proteção de refugiados e exilados políticos</i>		
03.7.1.1	Encaminhamentos de exiliados ao ACNUR pelo MJDH		

03.7.1.2	Encaminhamentos gerais		
03.7.2	<i>Assistência e proteção a estrangeiros</i>		
03.7.3	<i>Assistência (econômica) a refugiados</i>		Cx.20
03.7.4	<i>Pedidos Exílio Brasileiros ao Uruguai</i>		Cx.21
	(1963-1968)		
	(1969-1970)		
	(1971-1973)		Cx.22
	(1974-1976)		
	(1977-1980)		
03.7.4.1	Caso Tarso Genro		
03.7.4.2	Caso Vitor Ramos		Cx.22
04	<i>PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO CONE SUL</i>	SÉRIE	Cx.23
04.1	<i>Distensão política no Brasil</i>	Subsérie	
04.1.1	<i>Repressão e violência</i>		
04.1.2	<i>Greves</i>		
04.1.3	<i>Campanhas</i>		
04.1.3.1	Campanha pelo fim da Lei de Estrangeiros (1980)		
04.1.3.2	Campanha de Luta contra a Carestia (1980)		
04.1.3.3	Campanha Diretas Já! (1983)		
04.1.3.4	Campanha pelo fim da Lei de Segurança Nacional (1983)		
04.2	<i>Repressão e violência</i>	Subsérie	
04.2.1	<i>Argentina</i>		
04.2.1.1	La Tablada		
04.2.2	<i>Brasil</i>		
04.2.2.1	Caso Collor		
04.2.2.2	Caso Doge (Antonio Clovis Lima dos Santos)		
04.2.3	<i>Uruguai</i>		
04.2.3.1	Caso Hugo Cores		Cx.23
04.3	<i>Anistia</i>	Subsérie	Cx.24

04.3.1	<i>Brasil</i>		
04.3.1.1	Legislação		
04.3.1.2	Atividades proselitistas		
04.3.1.3	Requerimentos, indenização e reparação		
04.3.2	<i>Paraguai</i>		
04.3.3	<i>Uruguai</i>		
04.3.3.1	Legislação		
04.3.3.2	Atividades proselitistas		
04.4	Transição democrática	Subsérie	
04.4.1	<i>Constituinte brasileira</i>		
04.4.2	<i>Justiça transicional</i>		
04.4.3	<i>Plebiscitos e referendos no Uruguai</i>		
04.4.3.1	Plebiscito 1981 / Campanha pró-referendum (“Yo firmo!”, 1987)		Cx.24
04.5	Abertura dos arquivos	Subsérie	Cx.25
04.6	Memórias, manifestos, entrevistas e análises	Subsérie	
04.6.1	Homenagens		
04.7	Reparação e indenização de vítimas	Subsérie	
04.7.1	Pedidos		Cx.25
04.7.2	Ações contra repressores		
05	<i>PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO DO MJDH</i>	SÉRIE	
05.1	Trabalhos premiados	Subsérie	
05.1.1	Acadêmico (estudantes em jornalismo)		Cx.01-A e 01-B
05.1.2	Charge		Cx.02
05.1.3	Crônica		Cx.03

05.1.4	Fotografia		Cx.04-A e 04-B
05.1.5	Jornalismo na Web		Cx.05
05.1.6	Imagem		Cx.06-A e 06-B
05.1.7	Radio		Cx.07-A e 07-B
05.1.8	Reportagem? Jornais?		Cx.8 (A,B,C,D, E)
05.1.9	Televisão		Cx.09 (A,B,C,D, E,F)
05.2	Trabalhos apresentados não premiados	Subsérie	
05.2.1	Acadêmico (estudantes em jornalismo)		
05.2.2	Charge		
05.2.3	Crônica		
05.2.4	Fotografia		
05.2.5	Jornalismo na Web		
05.2.6	Imagem		
05.2.7	Radio		
05.2.8	Reportagem? Jornais?		
05.2.9	Televisão		
06	RECORTES DE JORNAIS	SÉRIE	
06.1	Administração & Organização – MJDH	Subsérie	
06.1.1	Documentação Constitutiva		
06.1.2	Gestão Administrativa		
06.1.3	Gestão Financeiro e Contável		
06.1.4	Recursos Humanos		

06.1.5	Política Institucional		
06.2	Promoção e Intervenção na Defesa dos Direitos Humanos	Subsérie	
06.2.1	Segurança Pública		
06.2.2	Setor público e privado		
06.2.3	Crianças e Adolescentes		
06.2.4	Discriminação Social		
06.2.5	Condições de Trabalho		
06.2.6	Ações de Cooperação e Intercâmbio		
06.2.7	Conflitos pela “Posse”		
06.2.8	Meio Ambiente		
06.2.9	Violação de Direitos Humanos no Exterior		
06.2.10	Educação		
06.2.11	Direitos Humanos em Geral		
06.2.12	Processos Judiciais		
06.3	Terrorismo de Estado no Período da Ditadura – Cone Sul	Subsérie	
06.3.1	Repressão/ Prisão /Tortura		
06.3.2	Sequestro - Morte e Desaparecimento de Pessoas		
06.3.3	Depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH		
06.3.4	Correspondência de vítimas e familiares ao MJDH		
06.3.5	Operação Condor		
06.3.6	Intercâmbio / colaboração/participação - com organizações sociais		
06.3.7	Exílio e Refúgio		
06.4	Processo de Redemocratização no Cone Sul	Subsérie	
06.4.1	Distensão política no Brasil		
06.4.2	Repressão e violência		
06.4.3	Anistia		
06.4.4	Transição democrática		
06.4.5	Abertura dos arquivos		

06.4.6	Memórias, manifestos, entrevistas e análises		
06.4.7	Reparação e indenização de vítimas		
07	ESTUDOS E PUBLICAÇÕES	SÉRIE	
08	ACERVO FOTOGRÁFICO E AUDIVISUAL	SÉRIE	

ANEXO B - BOLETIM INFORMATIVO DO MJDH 01/1980

Em 7 de julho de 1979, contamos com a presença do Frei Betto em Porto Alegre, que veio proferir palestra sobre Comunidades Eclesiais de Base, a convite do Movimento.

No decorrer de 79, foi celebrado culto ecumênico no Plenário da Assembléia Legislativa, por ocasião do primeiro ano do seqüestro de Liliam Celiberti e Univerindo Diaz, ocorrido em Porto Alegre em 78. Representantes do clero católico, da Igreja Episcopal e da Igreja Presbiteriana, unidos a parlamentares, estudantes, jornalistas e inúmeras pessoas do povo, com o Plenário e as galerias lotadas, participaram do culto, que contou ainda com a presença dos pais de Liliam Celiberti.

Aos metalúrgicos de São Paulo e ao bispo de Santo André foi enviada correspondência de apoio; além disso, celebrou-se culto ecumênico em intenção dos trabalhadores em greve, com participação do Movimento. Com grande número de pessoas e um clima de fé e respeito, o culto foi realizado no Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, visto que, por ordem do Arcebispo de Porto Alegre, sua realização fora proibida na Igreja Nossa Senhora da Pompéia.

Como não poderia deixar de ser, além das dificuldades comuns a movimentos que se dispõem a abraçar a causa dos pobres (opção preferencial feita pela Igreja Latino-americana em Puebla), há os perigos da pobreza da própria entidade, obrigada a enfrentar os custos da sede própria, com atendente, material de impressão, equipamento, tarifas postais, etc. Vai daqui um apelo aqueles que acreditam na validade do nosso trabalho no sentido de nos darem o seu decidido apoio.

UM APELO DO MOVIMENTO O Movimento não tem rendas próprias. Subsiste às custas de contribuições espontâneas de seus associados, o que torna difícil dar conta dos gastos crescentes. Por isso o nosso apelo ao leitor para que dê a sua contribuição mensal e procure reajustá-la periodicamente.

MJDH - Rua dos Andradas, 1234, conj. 2º - POA

MJDH

BOLETIM
INFORMATIVO
01/80

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

UM ANO DE LUTA Ao término do seu primeiro ano de existência, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos convocou uma Assembléia Geral. Os participantes não foram numerosos, porém dispostos a prosseguir na sua opção concreta pelos pobres, como decorrência do seu compromisso cristão.

Resultado da imagem pública do nosso Movimento e da seriedade da sua ação, há uma crescente procura dos serviços que o mesmo vem prestando. O problema social agudiza-se em proporção geométrica e precisamos de adesões mais numerosas de pessoas que se proponham a abraçar a luta pelos que não tem vez e voz, numa sociedade brutalmente competitiva.

NOTÍCIAS As reuniões da diretoria continuaram a ser realizadas na sede, à Rua dos Andradas, 1234, sala 2209 (22º andar), Edifício Santa Cruz, todas as quartas-feiras, às 20h.

Na Área Operária, verificou-se o apoio às seguintes greves: da construção civil, dos motoristas e cobradores de transporte coletivo, dos vigilantes, dos trabalhadores da indústria do vestuário, da construção civil de Pelotas e a dos bancários. Quanto a esta última, houve visita ao cardeal Scherer, acompanhando a esposa de Olívio Dutra e a mãe de Felipe, líderes sindicais presos. Houve apoio também à greve do magistério.

Participou o Movimento de Ato Público do Sindicato dos Jornalistas.

Na Área dos Marginalizados constataram-se dificuldades, em parte minoradas pela ajuda de companhias

ANEXO C – RELATÓRIO COMISSÃO DE TRABALHOS POPULARES – ANO 1980

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE TRABALHOS POPULARES, DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, REALIZAÇÕES EM 1980.

Assembléia Geral 30 de março de 1981

1. A Comissão tem como meta, fundamentalmente, desenvolver trabalho de caráter organizativo e conscientizador junto às bases populares. Em todos os locais onde mantém uma atuação, tem procurado desenvolver uma metodologia que assegure a real participação dos moradores nas discussões a fim de que as decisões tomadas obedçam os anseios e aspirações do povo.

2. A Comissão realizou, durante o ano de 1980, trabalhos nas seguintes localidades:

2.1 - Viamão

- Parque São Jorge/Espigão:

- . Orientação e acompanhamento na fundação da Associação (Dr. Amir)
- . Diversos contatos com os moradores da localidade, através da Presidente da Associação, no sentido de insentivar a participação na Associação. Destes contatos constaram:
 - participação no chá promovido pela Associação (Jair, Nora, Rose, Seminaristas)
 - visitas às famílias da região (Luis Inácio, Dorilda, Rose, Iran, Itamar)
 - Participação na promoção natalina para as crianças da região (Dorilda, Iran, Rose)
 - Acompanhamento na luta pela reabertura da escola, mantendo contatos com os moradores, União dos Moradores das Vilas de Viamão, Prefeito, Secretário da Educação de Viamão, SEC. Destes contatos todos, resultou no funcionamento, em 16 de março de 1981, da escola no Parque São Jorge, que está funcionando, mesmo precariamente, na casa da Dona Berta. Segue-se dando assessoramento e acompanhando os trabalhos realizados na escola. (Dorilda, Rose, Itamar)

- Vila São Lucas:

. Acompanhamento e registro da Associação (Dr. Amir e Jair)

- I Encontro dos Moradores das Vilas de Viamão:

. Em 10/6/80: Reunião, na sede do Movimento, com os presidentes das Associações Vila São Luca, São Pedro (da Lomba do Pinheiro), Parque São Jorge/Espigão, Vila Santa Isabel e Vila Paraíso.

O objetivo primordial da reunião foi acertar alguns pontos sobre a participação dos líderes das vilas no programa radiofônico da Tânia Carvalho. Durante a conversa, procurou-se desenvolver a idéia da criação de uma União de Vilas de Viamão, uma vez que todas as vilas viviam os mesmos problemas básicos.

. (Membros da então Comissão dos Marginalizados, Nora, Dr. Amir, Jair e alguns Seminaristas de Viamão).

. Em 12/6/80: Participação no programa Tânia Carvalho, onde os líderes das vilas acima iniciaram a divulgação das necessidades * por que passam em Viamão. (Dr. Amir).

. Em 22/6/80: Primeiro encontro de diversos líderes de Associações de Viamão, no Seminário, para discutir que medidas deveriam ser adotadas pelos moradores das vilas para fazer frente aos problemas e necessidades enfrentados por eles. Nesse encontro surgiu a idéia da realização de um congresso ou encontro que congregasse a luta de todas as vilas de Viamão e que proporcionasse a união e conhecimento inter-vilas. Foi formada uma comissão que teve o encargo de levar adiante a idéia. Em reunião subsequente (dia 6/7/80) foi decidido que no dia 24 de agosto seria realizado o I Encontro Comunitário das Vilas de Viamão, Foi tirada uma comissão para preparar o Encontro, sendo o Movimento um dos integrantes da comissão.

. Diversas reuniões preparatórias do Encontro, realizadas semanalmente, contando sempre com a presença do Movimento. Nestas reuniões todos os pontos relativos ao Encontro foram discutidos e decididos pelo pessoal, desde o tipo de participação que o povo teria no Encontro, até programa de trabalhos, critérios para a participação de outros elementos não ligados às vilas, etc.,

3.

até a elaboração do Regimento Interno para o Encontro.

(Nestes trabalhos participaram: Jair, Luis Inácio, Rose, César e os Seminaristas)

- . Em 24/08/80: Realização do I Encontro dos Moradores das Vilas de Viamão. Das 137 vilas de Viamão fizeram-se representar 25. Nesse encontro foram debatidos as causas dos principais problemas vividos pelos moradores, e foram feitas propostas para solucioná-los, ou fazer-lhes frente. No encontro foi garantida a não participação dos vereadores de Viamão e do Prefeito, o que propiciou a ampla participação do povo sem interferências políticas. Dentre as decisões do Encontro, foi elaborado um documento contendo as questões debatidas para ser entregue ao Prefeito a â imprensa, e foi decidido que a continuidade do encontro se da ria com a formação da UNIÃO DOS MORADORES DAS VILAS DE VIAMÃO, que congregaria as lutas comuns sugeridas no Encontro.

(Participaram: Jair, Rose, Luis Inácio, Cesar e Seminaristas)

- . Assessoramento na cobertura da imprensa, não só do encontro em si, mas na divulgação do mesmo. Os líderes de Viamão mantiveram diversos contatos com a imprensa e entrevistas coletivas, acompanhados por membros do Movimento. (Jair, Rose)

- Participação e Acompanhamento na UNIÃO DOS MORADORES DAS V. VIAMÃO;

- . Participação semanal das reuniões da União, sendo que o Movimento tem direito a voto. (Luis Inácio, Rose, Cesar, Itamar)
- . Participação nos encontros mensais com o Prefeito de Viamão (Rose, Dorilda)
- . Participação na Luta pelos transportes coletivos (Luis Inácio, Rose) - distribuição de panfletos convocando para reunião, Ato Público, etc.

X - Movimento Ecológico Viamonense:

- . Participação no Ato Público de fundação (Jair, Tarcisio, Rose)
- . Assessoramento técnico, quando solicitado, sobre o tipo de indús trias que podem se instalar em Viamão, sem graves riscos de polui ção (Tarcisio)

2.2 - Alvorada:

- Vila Campos Verdes:

- . Acompanhamento para formação e registro da Associação Comunitária (Amir, Jair)
- . Acompanhamento na luta pela obtenção do perdão da dívida que a CORSAN apresentou à Associação e religamento da água (Jair, Afonso) - o que resultou com o parcelamento e diminuição da dívida, religamento das 4 bicas existentes e promessa da instalação de novas bicas.
- . Revitalização da Associação, assumida pelas mulheres da vila (que já estavam conduzindo a luta pela água). Acompanhamento da nova eleição da diretoria (composta somente de mulheres) e assessoramento nas suas lutas (Jair, Ana Julieta, Rose? Cirlei)
- . Acompanhamento a assessoramento com relação à imprensa (Jair)
- . Promoção natalina para as crianças (Ana Julieta, Cirlei)
- . Acompanhamento e participação mais sistemática nas reuniões da Associação (Cirlei, Liris)

2.3 - Canoas

- Vila União dos Operários:

- . Orientação para fundação da Associação; Processo na justiça para manutenção de posse (Amir e Jacques Alfonsin)
- . Processo na justiça, de manutenção de posse, de 4 (quatro) famílias que, quando da invasão e demarcação feita com cerca da invasão, ficaram fora da cerca.

- Vila Santo Operário:

- . Orientação para a fundação da Associação e processo na justiça de manutenção de posse (Jacuques Alfonsin e Amir)

2.4 - Sapucaia do Sul

- Vila Jardim:

- . Orientação de posse - como realizar uma invasão (Dr. Amir e Jair):

2.5 - Porto Alegre

- Beco do Resvalo:

- . Orientação de como proceder frente a uma ação de despejo - manutenção de posse: o que significa. Levantamento, com tomada de dados, dos moradores, para se saber quantos tem direito à manutenção de posse e quantos tem direito a usucapião. Diversas reuniões de orientação com os moradores, quando foi se insentivando a idéia da criação de uma associação dos moradores. (Jair, Rose, Amir, Nora)
- . Acompanhamento e orientação para a fundação da Associação Comunitária do Beco do Resvalo. Providências legais (estatutos, atas, etc) e permanente participação nas reuniões dos moradores, quando a idéia ia se alicerçando. Acompanhamento na eleição da 1ª Diretoria da Associação e participação das Assembléias dos moradores - de 15 em 15 dias. (Mariza, Ricardo, Rose).
- . Contatos mais próximos com os moradores da vila, através de visitas às famílias (Marisa, Ricardo, Rose).

- Vila Maria da Conceição (Maria Degolada):

- . Acompanhamento processo de manutenção de posse na justiça (Amir e Jacques Alfonsin) Contato do Movimento na Vila: Léa Debiase.
- . Acompanhamento e orientação à escola de 1º grau (Dorilda)

- Vila Cruzeiro (Arapeí):

- . Acompanhamento processo de manutenção de posse na justiça. (Dr. Amir e Jacques Alfonsin)
- Contato do Movimento na vila: Irmão Deonísio

- Vila Brasília:

- . Retomada das atividades da Associação e participação na eleição da nova diretoria. (Dr. Amir)

- Vila dos Herdeiros:

- . Atendimento e orientação para manter a posse das terras. (Dr. Amir e Rejane Filipi). *Moradores continuam em contato e Rejane. A terra onde se localizam os lotes está sendo negociada com o DEMHAB*

- Vila Bom Jesus:

- . Revigoração da Associação. Dr. Amir - atual presidente. Trabalho de avaliação e análise das atividades desenvolvidas pela Associação, e proposta de novos caminhos. (Jair, Dr. Amir)

- Vila Nossa Senhora de Fátima:* (Divinéia)

- . Orientação para fundação da Associação; contatos constantes com os membros da associação ou moradores; participação nas lutas. (Dr. Amir, Jair)

- Vila Mirim II:

- . Orientação para manutenção de posse e processo de usucapião na justiça. (Dr. Amir, Jair): Contato do Movimento na vila: Irmã Agendi

- Vila do Fúmil

Sustenta ação de reintegração de posse e a Prefeitura se propõe a cogitar a desapropriação do área (Rejane)

- Vila Cananéia:

. Pesquisa sobre propriedade da área. (Dr. Amir, Jair)

- Vila Embratel:

. Quando do processo de despejo da vila, o Movimento acompanhou os moradores à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, para que fossem encaminhados ao Dr. Schiavon. (Dr. Amir, Jair)

- Beco do Adelar:

. Orientação sobre manutenção de posse e usucapião (Mara)
. Trabalho junto à recreação da vila, objetivando um contato mais direto com as mulheres, para fazer um trabalho mais com elas (Rose)

- Vila Pinto:

. Contato com os moradores da vila, através de um elemento da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, a fim de fazer trabalho junto à Associação. Face a dificuldades de manter contatos com líderes e agentes da vila, não foi dado continuidade ao trabalho. (Ana Julieta, Cirlei)

2.6 - Novo Hamburgo:

- Vila Sanga Funda - ou 2 de Setembro:

. Trabalho de manutenção de posse; contatos com a Prefeitura local para encontrar uma alternativa para o problema (loteamento do terreno) - (Mara)

2.7 - São Leopoldo: + recentemente participaram nas reuniões - encontro em q se pretende formar uma linha de Vila de São Leopoldo (Rose, Fran, A. Pedro)

ANEXO D – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 1980

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21-9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1980

- Participação nas organizações e reivindicações das vilas de Porto Alegre e Grande Porto Alegre.
- Ajuda aos refugiados políticos, especialmente da Argentina e Uruguai, encaminhando-os para o Alto Comissariado das Nações Unidas, com Sede no Rio de Janeiro.
- Integração na Campanha contra a expulsão do Padre Vitor Miracapillo.
- Denúncias e protestos contra o Estatuto dos Estrangeiros, lutando para sua revogação.
- Campanhas contra prisões, torturas e assassinatos de presos políticos, juntamente com outros organismos internacionais e nacionais, no Cone Sul.
- Manifestação de apoio e solidariedade e prestação de assessoria ao Colégio Anchieta, em 1980, quando da campanha promovida por pais e de alunos inconformados com a Educação libertadora daquele educandário.
- Tomada de depoimentos de familiares de desaparecidos uruguaios com a participação da OAB e representantes de organismos internacionais, i.é, Comissão Internacional de Juristas, Federação dos Direitos Humanos, a "Pax Romana", Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai.
- Manifestação de solidariedade às greves dos metalúrgicos do ABC Paulista
- Participação na Criação do Movimento Ecológico de Viamão.
- Atendimento às vítimas da arbitrariedade policial na Grande Porto Alegre, denunciando-as na imprensa.
- Participação na Campanha pela conquista de terra para os colonos de Fazenda Anoni de Sarandi.
- Participação na Campanha pela candidatura das Mães da Praça de Maio ao Prêmio Nobel da Paz.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21-9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

- Realização de Simpósio sobre Êxodo Rural
- Tomada de depoimento do ex-policia! uruguaio, Hugo Garcia Rivas, participante do seqüestro de Lilian e Universindo. O depoimento foi enviado à Justiça, tornando-se peça fundamental no processo que condenou a polícia brasileira.
- O Movimento, ainda gestionou, juntamente com o Dep. Antenor Ferrari, o encontro das Madres da Praça de Maio com o Papa quando da sua vinda à Porto Alegre, em 1980.

ANEXO E - RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH - ANO 1980/1981

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DURANTE O PERÍODO DE 1980 A 1981 DE 1980-1981

sob coordenação de Dr. Antônio S. Allegretti
Na área jurídica, o Movimento desenvolveu intensa atividade junto a moradores das vilas da periferia da Grande Porto Alegre, em especial no que concerne a manutenção de posse e orientação e registro de associações de bairros ~~pobres~~. Também aos agricultores sem terra foi dada assistência, sendo de salientar o habeas-corpus impetrado contra prisão ~~ilícita~~ de colonos que invadiram a fazenda Anoni, em Sarandi. Foi feita campanha contra a violência policial nas vilas populares, prisões arbitrárias, torturas e outras formas de injustiça. Grande número de habeas-corpus foram impetrados, ~~relativos a tais fatos, em geral com êxito, pelo companheiro Dr. Luiz Goulart. Constatou-se que a raiz da violência em causa se encontra no sistema imperante, preocupado em autopreservar-se e perpetuar-se.~~

~~Maximamente~~ No setor operário, sob coordenação do companheiro Jairo Carneiro, deu-se forte apoio a grupos de oposição sindical, envolvidos na luta por ~~um~~ um sindicalismo autêntico. Desenvolveu-se trabalho visando a preencher a lacuna de uma CPO ~~entre nós. (Comitê de Pastoral Operária) entre nós.~~

Na área ecológica, coordenada pela Dra. Nora Tatsch, registrou-se a presença de representantes do Movimento na concentração de Bom Será, sendo evitada a construção de barragem que teria atingido dezenas de famílias de agricultores. Participou o Movimento, na Paróquia de Vista Alegre, no município de Cachoeirinha, de reunião preparatória da "Proclamação Ecológica ~~em~~ preservação do rio Gravataí", ~~seriamente ameaçado pelo assoreamento de suas vertentes. Na Câmara de Vereadores de Viamão, em 24 de maio de 1980, houve reunião motivadora ~~da~~ da mesma campanha. Nessa oportunidade nasceu a idéia de criação do Movimento Ecológico Viamonense, com a presença da Dra. Nora, e do Dr. ~~Tarcísio~~ *e da Rose* Tarcísio. No dia 29, várias entidades, no Seminário de Viamão, trabalharam com o mesmo objetivo. Em 3 de junho, Dia do Meio Ambiente, na sede do Movimento, as entidades AGAPAN e ADFG uniram-se ~~a nós~~ *a nós* numa entrevista coletiva para a imprensa, objetivando a~~

divulgação de carta remetida ao Governador do Estado e ao Secretário da Saúde e Meio Ambiente ^{denunciando} a situação ~~existente~~ face à anunciada política governamental para o meio ambiente. Em 8 de junho, o Movimento participou, com cartazes e numerosa presença de associados e familiares, da "Procissão Ecológica^{XX} do Rio Gravataí", que contou com a participação de cerca de seis mil pessoas.

Em 21 de setembro, na Praça Central de Viamão, lançava-se oficialmente o Movimento Ecológico Viamonense. Usou da palavra o Dr. Tarcísio Isaia, que ali fez entrega de estudo sobre "indústrias poluentes e indústrias menos poluentes", que fora solicitado ao Movimento.

No que respeita a atividades gerais, releva registrar ~~que o Movimento se reuniu~~ que a Diretoria do Movimento se reuniu, em caráter de emergência, em 19 de abril, para tratar da ~~prisão~~ prisão do Prof. Dr. Dalmo Dallari e do Dr. José ~~de~~ ^{Luiz} Dias, respectivamente, integrante ~~de~~ ^{de} presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Contra o ato arbitrário foi enviado telegrama ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça e telegrama de solidariedade aos detidos, a Dom Paulo Evaristo Arnês e a Dom Cláudio Hummes.

Em 24 de abril, às 20 h, no Sindicato do Vestuário, realizou-se a "Oração Ecomênica pelos Metalúrgicos do ABC de São Paulo". Houve grande participação, ~~inclusive de sacerdotes,~~ ^{superintendente do sindicato,} pastores, religiosos e religiosas. O local foi cedido pelo Sindicato com deslocamento de reunião própria, por ter sido negado espaço na Igreja N. Sra. da Pompéia, após ~~ser~~ ^{com} cedido, por determinação de Dom Vicente ~~de~~ Scherer. A promoção foi iniciativa das CEB's, do MJDH, da IECLB, da Intersindical, da FRACAB (Departamento Ecomênico) e do MCC (*Movimento contra a Censura*).

Em 27 de abril, no Colégio do Rosário, o Movimento, a FAG e a CJP/CNBB SUL 3 ^{→ CPT-RS} realizaram o "Simpósio sobre Êxodo Rural". Além de numerosas delegações de agricultores, participaram do conclave, como convidados especiais, o Prof. Ivo Poletto, Secretário-Geral da CPT Nacional, o Prof. Dinarte Belato, as

FIDENE, e o Economista João Pedro Steidle, da CPT-RS. Estiveram presentes também o Presidente da Comissão de Justiça e Paz de Porto Alegre, Dr. Rui Azambuja, e Dom Edmundo Kunz e Dom Urbanos Allmayer, Bispos Auxiliares de Porto Alegre, bem como o companheiro Pastor Weber, acompanhado pelo Reitor do Instituto Teológico de São Leopoldo.

Em 16 de junho deu-se início à campanha contra o Projeto de Lei nº 09/80, + NOVO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO, com a presença do Jornalista Paulo Schilling. Foi lançado manifesto de repúdio a dispositivos do Projeto, distribuído à imprensa e enviado à Representação Gaúcha nas duas Casas do Congresso Nacional, aos Presidentes da ARENA e do MDB e aos líderes das respectivas bancadas e respectivos Presidentes.

Foi realizada intensa campanha pelos meios de comunicação social, na tentativa de sensibilizar os responsáveis pela negata iniciativa, eivada de graves injustiças.

Em 22 de maio deu-se publicidade a uma carta que o Movimento endereçara ao Santo Padre o Papa, a qual continha ponderações acerca da sua próxima visita ao Brasil. Cópias foram enviadas ao Núncio Apostólico no Brasil, aos Bispos, entidades religiosas e CEB,s. Para os membros do Movimento e as CEB,s foi feita uma palestra pelo Prof. Luiz Eduardo Vanderlei sobre o tema "Movimento Popular e Realidade Brasileira Frente aos Partidos Políticos".

Em 1º de julho, às 15 h, registrou-se a chegada das "Mães da Praça de Maio" à frente da Igreja Catedral de Porto Alegre, com faixa alusiva a sua luta, depois retirada por policiais militares. A partir desse dia iniciava-se verdadeira batalha pela concretização de um encontro dessas Mães com o Papa. Participou ativamente da luta o Deputado Antenor Ferrari. No dia 2, às 20 h, na sede do Movimento, realizou-se singela recepção às Mães. Em 4 de julho, na sede da CNBB, às 9 h, Dom Antônio Cheuiche recebeu as Mães e prometeu gestionar no

Palestra: Dr. Omar Forni
Soc. Acad. Científica do Rio de Janeiro
Tema: Estatutos dos Estrangeiros

sentido do encontro. Finalmente, às 23 h, com grande emoção, foi obtida a resposta afirmativa. E, no dia 4, no Grantinho, às 13 h, quebrou-se a resistência policial, ~~ex~~ ostensivamente oposta à aproximação da Mães do local em que se encontrava o Santo Padre. Isto aconteceu no momento em que o Papa declarou que queria ver as Mães de Maio.

Por solicitação nossa, as mães fizeram entrega, ao Santo Padre, de documento em que se denunciavam atrocidades ~~contra~~ cometidas na prisão Libertad, no Uruguai, contra pres^{os} políticos e sobre os desaparecidos naquele país.

*Artigos James
- compilação -
do livro de
Frank White
para o livro
e de Paulo Figueira
em Uruguay*

Em 10 de julho, no Plenário da Assembléia Legislativa, efetuou-se ato público de tríplice finalidade: Protesto contra o Projeto de Lei nº 09/80 (Estatuto dos Estrangeiros); lançamento da candidatura das Mães do Praça de Maio ao Prêmio Nobel da Paz; campanha para a libertação de Lillian Celiberti e de Universindo Dias. Ao ato ~~est~~ compareceram cinco Mães de Maio e a Sra. Lillia Celiberti, mãe de Lillian.

Em 29 de julho, no Plenário da Assembléia, às 20 h, foi realizada "Oração Ecumênica de Solidariedade ~~com~~ Povo da Bolívia", promovida pelo Movimento, pelas CEB,s, entidades estudantis, a FRACAB, Sindicatos e Partidos Políticos da Oposição. ~~Em 19 de agosto~~

Em 19 de agosto, o Dr. Celso Gaiger proⁿunciou palestra sobre "Problemas Fundiários do Brasil Central", para ~~os~~ membros do Movimento.

Por ocasião da visita do General Videla a Porto Alegre, advogados do Movimento realizaram plantão na sede, nos dias 21, 22 e 23 de abril, a fim de atender a eventuais casos ~~de~~ prisão de manifestantes. *ou questionários residentes no Rb.*

Em 9 de setembro reuniu-se o grupo de estudos do Movimento encarregado de examinar pistas e sugestões para uma nova Constituição ~~para~~ do Brasil.

Em 1º de outubro endereçou-se ofício ao Ministro

da Justiça, protestando contra o processo de expulsão do Pe. Vito Miracapillo do país. Iniciou-se campanha no mesmo sentido em nível de imprensa, com cartas ao Núncio Apostólico e à CNBB.

Em 10 de outubro foi denunciada a prisão de agricultores que haviam invadido a Fazenda Anoni e impetrado habeas-corpus em favor dos mesmos. No mesmo dia refletiu-se sobre a atuação do Movimento e o compromisso de seus integrantes com o mesmo. Coordenou a reflexão o Pe. Albano Trinks S.J.

No dia 26 de outubro chegava a Porto Alegre o primeiro grupo de familiares de uruguaios desaparecidos, que prestariam depoimentos ~~na~~ ^a serem enviadas à Subcomissão de Direitos Humanos da ONU para Desaparecidos, com sede em Genebra, conforme compromisso de apoio por nós firmado em março de 1980 com organismo internacional. Em 27 de outubro, o Dr. Ferri, acompanhado da Sra. Maria del Carmem Quinteros (Totta) e ~~mais~~ mais duas mães uruguaias, foram ao Rio de Janeiro para iniciar, na OAB, a tomada de depoimentos. Regressaram acompanhados pelo Dr. Thierry Mingon, da Federação dos Direitos Humanos, da "Pax Romana" e da Comissão Internacional de ~~Justiças~~ ^{Justiças}; pelo Dr. ~~Willien~~ Willien Bogaard, Professor da Universidade de Utrecht e representante da SIJAU (Secretariado Internacional de ~~Justiças~~ ^{Justiças} pela Anistia no Uruguai), Holanda; pelo Dr. Belizário dos Santos Júnior, Presidente da Comissão Latino-Americana da SIJAU, Brasil. Realizada reunião com os depoentes, iniciou-se, em 28 de outubro, na Casa Pe. Jorge, às 9 h, a tomada dos depoimentos, com encerramento às 23 h, tendo sido tomados também os depoimentos de três familiares de brasileiros desaparecidos. ~~Expos~~ O dossiê desses depoimentos foi entregue, no dia 30, na sede do Movimento, ao Dr. Seabra Fagundes, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, acompanhado ~~por~~ do Dr. Justino Vasconcellos, Presidente do OAB, Seção RS, ~~Dr. Roberto~~ ^{Dr. Celsy Gaijen da} ~~Comissão de Justiça e Paz de Porto Alegre,~~ ^{Dr. Roberto Cambúsia, Presidente da} Comissão de Justiça e Paz de Porto Alegre, ~~Dr. Luiz Goulart,~~ ^{Dr. Luiz Goulart,} Luiz Goulart, Antonio E. Allgayer e a Sra. Maria del Carmem Quinteros (Totta).

Em 17 de novembro, segundo ano do seqüestro de

de Lillian Celiberti e Universindo Dias, efetuou-se, na Plenário da ~~Assembleia Legislativa~~ Câmara de Vereadores, ato público a que compareceram os pais de Lillian.

Em 10 de dezembro, na sede, comemorou-se o Dia Internacional dos Direitos ~~MMMMMM~~ do Homem. Foi feita avaliação dos trabalhos com vistas ao planejamento para 1981.

Em 16 de fevereiro de 1981 a imprensa do país divulgou carta nossa de solidariedade ao Jornalista Boris Casoy, editor da "Folha de São Paulo", contra o qual se promove ação por ter publicado declarações de um deputado federal, consideradas ofensivas ao sistema governo.

Em 11 de março, na sede do Movimento, o Dr. José Pedro Cardoso, Presidente do Partido Socialista do Uruguai, pronunciou palestra para os membros do Movimento sobre "Perspectivas Democráticas no Uruguai". Viera agradecer ao Movimento a ~~denúncia~~ denúncia feita ~~pelos~~ pela entidade, por ocasião de sua prisão, tendo sido posto em liberdade após sofrer infarto do miocárdio, aos 49 anos de idade.

O Movimento, no decorrer de 1980, participou, ainda, ~~de~~ como convidado, de ~~diversas~~ de múltiplas atividades, sendo de realçar ~~as~~ as ~~seguintes~~ adiante reenumeradas. Debates sobre o Projeto STAS e FUNAI para os índios do RS, dos quais participaram as entidades CIMI, ANAI, IECLB, FIDENE, Sindicato dos Jornalistas, STAS e Museu Antropológico. Na PUC integrou painel sobre "Criminalidade, Esquadrão da Morte e Prisão Cautelar", com a ~~participação~~ presença do Dr. Hélio Bicudo, da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, do Dr. Ferri e do Deputado Cicero Viana. Esteve representado na Festa do Produto de Piratuba, Torres, RS, pela Dra. Nora e pelo Dr. Caio Justosa. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uruguaiana, o Dr. Ferri falou sobre "Direitos Humanos no Cone Sul". No auditório da Faculdade De Filosofia da PUC, ~~tratou-se~~ tratou-se de Índios, Projeto STAS-FUNAI, com debates com o Cel. Zanoni. A Dra. Mara Leguercio representou o Movimento no Dia do Agricultor, em Ronda Alta.

Em 28 de ~~agosto~~ agosto, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o Movimento integrou a mesa dos trabalhos e fizeram pronunciamento o Sr. Jair e o Dr. Ferri em "Ato de Solidariedade aos Jornais da Imprensa Alternativa e aos Donos de Bancas" contra os atentados violentos sofridos por ~~elas~~ essas organizações. Na mesma data, na sede da OAB, Seção RS, participou o Movimento de ato público de repúdio ao atentado contra a OAB, com pronunciamento do Dr. Ferri e a presença dos Drs. Caio, Rejane e Júlio Marcos. Também houve participação em ato público "Pró-Eleições 1980," com a presença do companheiro Dr. Amir Abianna. Na UNISINOS foi composto painel sobre o "Cone Sul". O Dr. Ferri e a ~~Sra.~~ ^{Sra.} Lilia Celiberti ~~compareceram~~ ^{participaram} ao mesmo.

O Movimento participou da mesa numa reunião em favor de uma Constituinte, ~~na~~ realizada no ~~Plenário~~ ^{Fizeram} da Assembléia Legislativa. ~~Faz~~ palestra sobre o "Cone Sul" o Sr. Jair e o Dr. Ferri, na IPV.

O Dr. ~~Júlio~~ ^{Júlio} ~~Marques~~ ^{Marques} Marcos participou de debates sobre a Constituinte na Câmara de Vereadores de Cachoeirinha. Representado pelo Dr. Ferri, o Movimento participou de ato público pela libertação de Lillian Celiberti e de Universindo Dias, efetuado no Sindicato de Jornalistas de São Paulo, promovido pelo CBSPA (Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos), com participação da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, da CBA, ~~SIAM~~ CLAMOR, AFUDE, e D. Lilia Celiberti. Efetuou-se ~~palestra~~ ^{palestra} sobre o "Cone Sul," sob orientação de Sr. Jair e da Dra. Nora, em ~~encarregado~~ ^{encarregado} ao Instituto de Pastoral da Juventude, nos dias 12 e 2 de janeiro de 1981.

Em 13 de janeiro deste ano, no ~~Plenarinho~~ ^{Plenarinho} da Assembléia, realizou-se ato público de solidariedade aos Metalúrgicos do ABC de São Paulo enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Usou a palavra o companheiro Jairo Carneiro. ~~Várias~~

Várias denúncias fez o Movimento, entre as quais merecem ~~as~~ destaque as seguintes: Contra a situação da penitenciária Libertad do Uruguai, com solicitação do afastamento dos dirigentes Ten Cel. Fausto Gonçalves e do Major Mauro Mauriño;

contra o desaparecimento do Pe. Jorge Oscar Adur; contra a prisão do Dr. José Pedro Cardoso, já referida, e seus companheiros, no Uruguai; contra a detenção do Pe. ^{Luis Escobar} ~~José Pedro~~ Monjas, denúncia formulada também junto ao Embaixador da Espanha no Brasil; e enviada ainda à ONU, à Anistia Internacional, ao Conselho Mundial de Igrejas, à Cruz Vermelha Internacional e ao Papa, motivada pelo agravamento da situação dos presos na penitenciária "Libertad"; contra a morte violenta de Gladis Yanes na penitenciária de Punta Rieles, no Uruguai; contra a morte violenta, na Libertad, do ex-campeão de nataçãõ Jorge Dabo; contra a prisão de familiares de presos políticos, inclusive da Dra. Teresa Gomes de Vuituret e do Dr. Guillermo Dermitt, e, ainda, de Hugo Dermitt; contra a entrega de facas às presidiárias de Punta Rielès, com o cruel intento de que as usem para suicídio ou homicídio ou provocação de situações de massacre; relativas ao caso ^{de Luis} Molfino, o grupo argentino que foi à ~~Elixivix~~ Bolívia.

???

Digno de registro é ainda a entrega, por solicitação do Juiz de julgamento dos seqüestradores locais de Lilian e Universindo, do depoimento de Hugo Garcia Rivas, tomado pelo Movimento, ~~que se refere aos seqüestradores locais de Lilian e Universindo~~ Hugo, ~~que se refere aos seqüestradores locais de Lilian e Universindo~~ ^{seu} foi um dos seqüestradores e confessou tudo na sede do Movimento, depois de fugir do ~~Uruguai~~ Uruguai, ~~apresentando~~ O Presidente do Movimento também foi chamado e prestou depoimento sobre o caso na ~~Justiça de Porto Alegre~~ Justiça de Porto Alegre no Juízo de Porto Alegre.

O Movimento vem de solicitar ao Ministro da Justiça que se dê ao caso Lilian e Universindo igual tratamento ao que se deu ao ~~criminoso~~ caso do seqüestro do criminoso comum ^{Ronald} Biggs.

~~A Comissão de Trabalho e Proteção~~
 Merece referência especial a fuga do bispo uruguayo Cláudio Benesh e de seus familiares, acolhidos, no fronteira com o Uruguai, por integrantes do Movimento. Encontra-se atualmente sob a tutela do Comissariado da ONU para Refugiados Políticos. O Movimento denunciara sua prisão na ~~penitenciária~~ "El Infierno".

ANEXO F – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 1982

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua dos Andradas, 1234 - Conj. 2209 - 22.º andar
90000 - Porto Alegre - RS

RELATÓRIOS DE ATIVIDADES - Jun/82 - Jan/83

I - ATENDIMENTO E ACESSORIA A ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E VILAS

1.1 ATIVIDADES DA COMISSÃO DE TRABALHO POPULAR:

1.1.1 Vila Campos Verdes: há mais de três a CTP realiza u
ma tarefa de acompanhamento ami
úde junto à Associação de Moradores da Vila Campos Verdes de
Alvorada.

Nesse ano que passou intensificaram-se as ameaças de despe
jo aos moradores daquela área de invasão, a fim de ser implan-
tado um gigantesco conjunto habitacional da COHAB, que prevê ca
sas e blocos de apartamentos para a classe média.

Não se deixando intimidar, a comunidade daquela área de in
vasão, assessorada pela CTP, tratou de ativar a mobilização po
pular a fim de neutralizar a ação governamental.

Um trabalho de participação lado a lado do MJDH com a Dire
toria da Associação, a promoção de um Curso de Lideranças na
vila, a adoção de reuniões regulares com os demais moradores,
etc. produziram resultados políticos bastante significativos -
luz, água encanada em cada uma das 600 moradias -, culminando,
finalmente, com um enorme movimento popular que arrebatou da
Prefeitura Municipal um Decreto declarando a área de "Utilidade
Pública para fins de assentamento dos posseiros ali instalados."

Negociatas ilegais entre o prefeito da cidade e o Estado
com relação àquela área de Utilidade Pública criaram um clima
de confusão e insegurança entre os vileiros. Neste ínterim, a
COHAB, aproveitando-se da situação de tumulto propositalmente
obtida, voltou à carga com a finalidade de conseguir implantar
seu projeto habitacional. Os vileiros, pressionados por todos
os lados (duas grandes construtoras também estavam envolvidas
na execução do projeto), resistiram, fizeram passeatas, foram
em massa ao Palácio Piratini e a outros órgãos estatais e deci-
diram, ao final, pela negociação direta com a COHAB.

O saldo pode ser considerado positivo: das casas e edifíci

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua dos Andradas, 1234 - Conj. 2209 - 22.º andar
90000 - Porto Alegre - RS

os constantes no planejamento oficial do governo não restou nada. O povo exigiu e obteve da COHAB um projeto totalmente novo, apenas com lotes urbanizados, nas dimensões determinadas pelos próprios viliários e com financiamento cuja prestação não ultrapasse 10% do salário mínimo.

1.1.2 Associação de Familiares e Amigos de Presos: em março de 1982

o MJDH foi procurado por um grupo de familiares e amigos de presos, devido às más condições dos presidiários e ao mau tratamento dispensado aos próprios familiares, quando das suas visitas semanais aos presídios.

Foram então feitos contatos de reivindicação à Secretaria da Justiça e outras entidades ligadas ao sistema carcerário, nos quais o MJDH tomou parte acompanhando e assessorando.

Posteriormente, criou-se a AFAP - Associação de Familiares e Amigos de Presos -, com o objetivo principal de conseguir melhores condições aos presidiários, proporcionando assim a sua recuperação, e denunciar as frequentes arbitrariedades de que os mesmos são vítimas.

A participação do MJDH junto à AFAP abrangeu os seguintes aspectos:

- cedência das dependências para as reuniões semanais
- assistência jurídica a familiares de presos
- acompanhamento e assessoria no planejamento e execução das atividades
- divulgação da existência da Associação e na campanha "Dê Calor a um Preso", através de visitas, palestras e entidades e grupos e notícia à imprensa escrita e falada.
- encerramento da Campanha, com a entrega dos donativos aos presidiários, no Presídio Central e na Penitenciária Estadual do Jacuí.

1.2 OUTROS ATENDIMENTOS E ASSESSORIAS:

1.2.1 Vila Planetário: ameaçada de despejo. Realizamos diversas reuniões, organizando a comunidade para resistir à ameaça. Além de denunciar os problemas pela imprensa, encaminhou-se uma comissão de moradores ao presidente da Câmara Municipal, conseguindo assim, a suspensão temporária do despejo.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua dos Andradas, 1234 - Conj. 2209 - 22.º andar
90000 - Porto Alegre - RS

1.2.2 Beco do Resvalo: foi socorrida quando um oficial de Justiça, com ordem de despejo para a penas uma família, sob proteção da Brigada Militar, despejou 17 famílias.

1.2.3 Vila São Carlos: despejada pela prefeitura para a construção de um terminal de ônibus. O Movimento acompanhou as reivindicações de transferência para um local escolhido pelos moradores, bem como as exigências de uma infra-estrutura completa.

1.2.4 Vila Mirim: nos procurou em vista de uma ponte que havia sido quebrada por um caminhão da prefeitura, isolando parte dos moradores. A reconstrução da ponte aconteceu depois da ida de 200 pessoas à prefeitura.

1.2.5 Vila Barcelos: o Movimento auxiliou na reivindicação pela luz elétrica. Organizaram-se várias idas à CEEE, conseguindo assim a instalação.

1.2.6 Ainda foi prestada assessoria e outros atendimentos nas vilas Maria da Conceição, Vila da Pedreira, Vila Eucaliptos, Vila Augusta e Vila Nossa Esperança.

II - CONJUNTOS HABITACIONAIS

O MJDH desenvolveu um trabalho junto aos moradores de dois conjuntos habitacionais: Cidade Verde, em Guaíba e Jardim Nossa Senhora Aparecida, em Alvorada.

Na Cidade Verde, após discussões com os moradores, reorganizou-se a Associação. Também entramos com uma queixa crime contra o proprietário do loteamento, pela água contaminada que servia, pela falta de infra-estrutura e pela má qualidade das casas, além de outras irregularidades que foram denunciadas pela imprensa.

Em Alvorada, auxiliamos na organização da Associação de Moradores e denunciemos irregularidades, como a construção das casas fora do regulamento, a divisão dos lotes e a falsificação de carteiras profissionais para comprovar rendas exigidas. O Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região, em função das denúncias e de informações recebidas do MJDH, abriu inquérito para punir os corretores que agiram ilegalmente.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua dos Andradas, 1234 - Conj. 2209 - 22.º andar
90000 - Porto Alegre - RS

III - VIOLÊNCIA POLICIAL

Merece destaque nessa área o caso da Base Aérea de Canoas. Fomos procurados por familiares de oito operários que foram presos como suspeitos de terem participado no roubo de uma metralhadora. Além desse caso, que começou em outubro de 82 e ainda permanece na justiça, o Movimento impetrou cerca de trinta Habeas-corpus e denunciou vários casos de violência.

IV - REFUGIADOS POLÍTICOS

Como nos anos anteriores, o Movimento segue recebendo um significativo número de refugiados uruguaios e argentinos, os quais são encaminhados ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados Políticos. No ano de 82 encaminhamos 77 casos.

Continuamos, também, recebendo constantes denúncias de prisões e desaparecimentos que sempre são divulgados na imprensa local: *e Nacional*.

Um fato que devemos ressaltar foi a ida à fronteira da Argentina de um grupo de pessoas do MJDH e de um jornalista, possibilitando a saída de duas pessoas que haviam sido vítimas do regime militar daquele país. O fato é de significativa importância, pois tratavam-se da esposa e do filho de respeitado líder opositor e por isso, sujeitas a desaparecerem como tantas outras pessoas.

V - PALESTRAS

O MJDH foi solicitado a integrar painéis e proferir palestras nos seguintes eventos:

- encontro de jovens em Minas de Butiã
- Semana Comunitária de Alvorada
- Encontro Latino-americano - Movimento de Renovação Cristã
- Semana do Advogado - Faculdade de Direito da Unisinos
- Curso de Extensão Universitária - Diretório Acadêmico do Instituto de Teologia da PUC-RS
- Semana do Sindicalismo - IESP-PUC
- Semana do Sociólogo - Associação dos Sociólogos

VI - ATIVIDADES CONJUNTAS

O MJDH participou de diversas atividades conjuntas no decor-

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua dos Andradas, 1234 - Conj. 2209 - 22.º andar
90000 - Porto Alegre - RS

rer do ano. Cabe ressaltar as seguintes:

- assessoria à União das Associações de Moradores de Alvorada (UAMA), desde a sua fundação.
- participação na coordenação do Comitê de Apoio aos Sem-Terra, principalmente no início do ano, quando se registrava uma ameaça de desmobilização do acampamento de colonos na Encruzilhada Natalino. Em vista da ameaça, formou-se uma comissão de membros da OAB, MJDH e deputados, que permaneceu três dias no acampamento.
- tomada de depoimento de um sentinela da Base Aérea de Canoas, envolvido no roubo da metralhadora. Esse depoimento foi tomado pela OAB, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia e MJDH.
- atividades conjuntas com a FRACAB e a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, como a ida ao Secretário de Segurança, exigindo o fim das invasões em casas e prisões arbitrárias ocorridas na Vila Cruzeiro do Sul.
- participação nos debates e denúncias sobre a implantação do III Pólo Petroquímico e a livre comercialização de agrotóxicos.
- participação com outras entidades da Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional.
- coordenação da organização de um movimento de apoio e solidariedade ao CPEERS, em vista da ameaça de intervenção federal nesse Centro de Professores. O movimento incluiu a realização de um ato público.
- frequentes contatos e articulações com as seguintes entidades: Anistia Internacional, SIJAU, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados Políticos (ACNUR), Frente Ampla (Uruguai), Convergência Democrática do Uruguai, Madres de la Plaza de Mayo, Madres uruguayas, CLAMOR, Serviço Paz e Justicia e Convención Nacional de Trabajadores (CNT).
- participação em dois encontros ecumênicos de entidades de defesa dos direitos humanos, a nível nacional. Ao todo são 60 entidades com as quais mantemos intercâmbio.

ANEXO G – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 1983

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21-9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

JANEIRO/83 a DEZEMBRO/83

Não pretendemos, neste relatório, descrever minuciosamente cada atividade realizada. Faremos apenas uma abordagem genérica das atividades desenvolvidas, algumas das quais constam no "dos siê" de reportagens anexo.

Dividiremos o relatório em 3 partes:

- I - TRABALHO COM ESTRANGEIROS
- II - TRABALHOS POPULARES.
- III - ATIVIDADES CONJUNTAS

I - TRABALHO COM ESTRANGEIROS

No decorrer de 1983 o MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (MJDH) encaminhou ao Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados (ACNUR) 26 refugiados políticos provenientes dos países do Cone Sul, especialmente, do Uruguai.

Registramos cerca de 400 atendimentos a estrangeiros que vivem irregularmente em nosso país. Segundo dados do (Governo), apenas 29 mil dos 700 mil estrangeiros que se encontram no Brasil tem sua permanência regular, (o que bem comprova a deficiência e os interesses obscuros que a Lei dos Estrangeiros encerra).

Em vista dessa situação o MJDH tem mantido constantes contatos com os setores políticos, gestionando alterações na Lei a fim de propiciar a regulamentação do maior número de estrangeiros' possível.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21-9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

Outra atividade na área dos estrangeiros, diz respeito a ajuda prestada às famílias argentinas, possibilitando o retorno ao seu país, após a posse do Governo Raul Alfonsin.

Por diversas vezes o MJDH colaborou na realização de encontros promovidos por políticos uruguaios, argentinos e outros organismos estrangeiros.

De outra parte, atendemos casos específicos como o do Padre Adur, desaparecido na fronteira da Argentina com Brasil. Padre Adur é argentino, com radicação na França. Por ocasião da vinda do Papa ao Brasil em 1980 ele veio da França com o objetivo de promover um encontro das "Madres da Praça de Maio" (argentinas) com o Papa. As investigações e coleta de dados durante 3 anos, nos levaram a certeza de que o sacerdote desapareceu na divisa Argentina/Brasil, mais especificamente, na cidade argentina, PASSO DE LOS LIBRES.

Por último, lembramos o episódio da família uruguaia, Lilian Celiberte e Universindo Diaz e seus dois filhos, seqüestrados em Porto Alegre, em novembro de 1978. Todo episódio e atuação do MJDH está documentada nas reportagens anexas.

encontro das Madres na cone. Emil

II - TRABALHOS POPULARES

15 vilas solicitaram assessoria do MJDH no decorrer do ano de 1983.

Os problemas que motivaram a solicitação da ajuda do MJDH são da ordem assim diversa: loteamentos irregulares, clandestinos despejos, falta de infraestrutura, (água, luz, esgoto, transportes, escolas, creches, etc) e violência policial.

No que concerne ao problema da terra, há duas situações distintas: Uma se relaciona com as áreas invadidas por famílias que não tem condições de adquirir um lote ou pagar aluguéis. Ali convivem com a insegurança, a ameaça de despejo que mais cedo ou mais

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21-9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

tarde se transforma numa cruel realidade de expulsão da terra.

Em tais circunstâncias o Movimento de Justiça e Direitos Humanos tem prestado em diversas vilas, assessoria, tentando sustar despejos, orientando os posseiros quanto aos seus direitos e sua organização para reivindicar soluções dos Poderes públicos.

A segunda situação se refere aos loteamentos irregulares feitos ao arrepio das leis que regulam o parcelamento e uso do solo urbano. Desorientados, inúmeros moradores compram terrenos de pretensos proprietários, pagando prestações com dinheiro que a rigor deveriam destinar ao atendimento de outras necessidades básicas. Neste sentido o MJDH está prestando assistência jurídica a três vilas, anulando contratos e notas promissórias ou buscando a regularização destes loteamentos através dos órgãos públicos.

No que diz respeito à infra-estrutura, temos igualmente acompanhado várias Associações nas suas reivindicações pela implantação de sistemas cloacais, redes de água, luz, postos de saúde, escolas, etc.

Ao lado dos inúmeros problemas de ordem econômica e social os vileiros enfrentam, continuamente o arbítrio policial. Seguidamente trabalhadores são presos e submetidos à torturas selvagens como meros suspeitos de assaltos e outros crimes. Na tentativa de frear esta onda de violência, temos nos empenhado para denunciar publicamente todos os casos que chegam ao MJDH, encaminhando-os posteriormente à Coordenadoria das Promotorias Criminais. Além disso impetramos 43 Habeas-Corpus no decorrer do ano que passou.

Visando um aprofundamento maior na discussão e orientação dos problemas que as Associações enfrentam, elaboramos duas Cartilhas: Uma sobre violência policial e outra sobre a posse urbana que serão enviadas às Associações e Entidades .

De outra parte, temos tido sempre a preocupação de evitar meras assistências e paternalismos, fomentando a partir de problemas concretos a organização comunitária. Deste modo incentivamos e acompanhamos em diversas vilas a criação de Associações, visan

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21.9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

13. Schow dos Presos:

Trata-se de 4 argentinos que estão presos em Porto Alegre, e que formaram um conjunto musical. A pedido dos mesmos, algumas entidades entre as quais organizaram um show cuja arrecadação revertiria aos apenados. Mas não só. Com o show os presos pretendam mostrar ao público que ~~o~~ preso quase sempre está atrás das grades não por culpa própria, mas por que a sociedade o coloca lá. Veja material anexo.

14. Instituição do Prêmio DIREITOS HUMANOS

Veja Regulamento anexo.

15. O MDJH está credenciado junto a oito (8) comissões técnicas da Assembléia Legislativa do Estado.

16. Por fim, mencionamos duas greves nas quais o MDJH teve ampla participação: Greve dos Funcionários da Santa Casa de Porto Alegre e a Greve dos Estudantes da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ANEXO H – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 1984

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21-9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 1984.

O MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DE PORTO ALEGRE-RS, tendo sempre como objetivo a defesa e preservação dos Direitos das pessoas, realizou atividades no decorrer do ano de 1984, abrangendo, entre outras, as seguintes áreas:

- a) TRABALHOS POPULARES;
- b) TRABALHO COM ESTRANGEIROS;
- c) VIOLÊNCIA POLICIAL;
- d) ATIVIDADES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES;
- e) PROMOÇÕES POR INICIATIVA DO MJDH.

a) TRABALHOS POPULARES:

Durante o ano de 1984, nove (9) Vilas solicitaram assessoria do MJDH, motivadas por problemas ligados à:

- Posse da Terra - uma vez que a questão da moradia agrava-se cada vez mais em nosso Estado, levando à invasão, principalmente na Capital, onde crescem, na periferia, a miséria e as dificuldades.
- Loteamentos Clandestinos - feitos sem base na lei e vendidos enganosamente.
- Infra-Estrutura - falta de água, luz, rede de esgotos, escolas, posto de saúde, etc.
- Informações e Assistência Jurídica - quando o caso requer.
- Incentivo e Assessoria - para a criação de associações visando a uma maior organização popular e a uma maior visão política.

VILAS ATENDIDAS:

- Santa Rita;
- Chácara do Banco
- Jardim Amazônia;
- Vila dos Sargentos;
- Vila Campos Verdes;
- Jardim Leopoldina II;
- Vila São Lucas;
- Vila Pinto;
- Vila Cruzeiro do Sul.

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21.9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

b) TRABALHO COM ESTRANGEIROS:

Com respeito ao trabalho com estrangeiros, durante o ano de 1984, o MJDH registrou em torno de 450 atendimentos a estrangeiros, irregulares em nosso país. Em função deste problema, manteve-se contatos permanentes com políticos, na tentativa de alterações na Lei dos Estrangeiros, com a finalidade de facilitar a regulamentação dos inúmeros casos existentes, principalmente em nosso Estado, dada a proximidade com os países de origem destes estrangeiros.

Durante o ano de 1984, registramos também o encaminhamento de 15 refugiados políticos ao Alto Comissariado das Nações Unidas, vindos de países do Cone Sul.

Ainda neste item, registramos a ajuda à famílias estrangeiras também vindas dos países do Cone Sul.

Participamos de encontros, viagens e debates envolvendo sempre a questão dos países vizinhos Uruguai, Argentina, Paraguai e também do Chile.

Em fevereiro de 1984 o Presidente do MJDH viajou ao Uruguai levando material que, através de Advogado Uruguio, entrou com a primeira representação junto à justiça civil contra militares do Uruguai, em função do seqüestro de Lilian e Universindo ocorrido em Porto Alegre.

O MJDH, na pessoa de seu Presidente, foi convidado a integrar a "MISION DE BUENA VOLUNTAD LATINOAMERICANA" em visita à Argentina, Uruguai e Brasil. Participaram da caravana representantes políticos e entidades do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Panamá, Chile, Uruguai, Venezuela, Haiti, México e Argentina que teve como objetivo solicitar a liberdade de todos os presos políticos na América Latina, a não extradição por razões políticas, e a plena vigência dos Direitos Humanos.

A caravana seguiu para Montevidéu-Uruguai e lá participou de atividades junto a familiares de presos políticos, desaparecidos, exilados, partidos políticos e entidades sindicais, bem como junto ao Colégio de Advogados.

A seguir, a caravana veio até ao Brasil, em Brasília, onde reivindicou a não extradição de Mário Firmenich.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

3

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21-9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

Participação da campanha pela Anistia no Uruguai a través de atos e atividades realizadas em Porto Alegre e em Montevideú.

Ainda tivemos casos específicos como a libertação de Antonio Pires da Silva Júnior, atividade realizada juntamente com Belizário dos Santos Júnior e as campanhas para libertação do Prof. Massera e Wilson Ferreira Aldunate.

Cabe ressaltar neste item ■ trabalho em prol do de sexílio a Uruguaios, durante o processo de redemocratização nesse país tão próximo a nós e que por isto tanto nos mobilizou durante a época da repressão. Acreditamos que nossa colaboração foi muito importante para o povo uruguaio, principalmente na medi da em que daqui denunciávamos e divulgávamos os acontecimentos como torturas, prisões, etc., o que lá não podiam fazê-lo. N o presente momento, estamos trabalhando junto com entidades uruguaias na campanha pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita.

c) VIOLÊNCIA POLICIAL:

A repressão e a violência policial são formas de arbítrio que sofrem, principalmente os moradores das vilas e periferias da cidade, ao serem acusados, presos e na maioria das vezes torturados, sob simples suspeição.

A par dos atendimentos dados pelo Movimento, preocupamo-nos em denunciar estes absurdos e orientar as pessoas sobre seus direitos de segurança e de défesa.

Referente a esta questão, impetramos 58 Habeas Cor pus durante o ano de 1984.

Cabe ressaltar, neste item de Violência Policial, a produção por parte do MJDH, de um Audio-Visual sob o título: "VIOLÊNCIA - QUEM COMEÇA?" O referido material narra a história de um vileiro, trabalhador simples, da construção civil, que foi preso arbitrariamente por não portar documentos - caso comum que acontece nô dia-a-dia dos vileiros.

Nosso objetivo com este material é orientar as pes soas que mãis sofrem este tipo de violência, através de projeções e debates junto às Associações de vilas, sindicatos e outras entidades interessadas.

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21.9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

d) ATIVIDADES CONJUNTAS COM OUTRAS ENTIDADES:

- Junto ao Comitê de apoio aos países da América Central o MJDH participou ativamente em campanhas, abaixo-assinados, atos públicos, encontros, reuniões e debates, especialmente em solidariedade à Nicarágua.
- Comitê de Desempregados - Em vista do grande número de desempregados em nosso País, a exemplo de outros estados foi formado o comitê dos Desempregados no RS, do qual o MJDH toma parte. Este Comitê realizou campanhas em prol de passagens gratuitas para os desempregados, campanhas de alimentação para suas famílias, atos públicos, reivindicações às autoridades juntamente com a FRACAB e representantes dos sindicatos e partidos políticos.
- Campanha pelas eleições diretas no Brasil contou com a participação de entidades entre as quais o MJDH, que foi integrante do Comitê Unitário pelas Diretas, tendo participado de reuniões, debates, atos públicos e do grande comício realizado em Porto Alegre, no dia 13 de abril de 1984.
- Comitê de Apoio ao Povo Chileno - O MJDH participou ativamente, tendo sido uma das entidades fundadoras do comitê o qual realizou atos públicos e campanhas de protesto à repressão, prisão, torturas e mortes de chilenos que lutam pela democracia em seu país. O Movimento participa também, cedendo sua sede para as reuniões do comitê.
- Comitê de Apoio aos Sem Terra - O problema dos Sem Terra em nosso Estado agrava-se sempre mais. A expulsão do trabalhador rural é constante, motivada por desapropriação para construção de barragens, aumento dos grandes latifúndios que pressionam a venda das pequenas propriedades e tantos outros que colaboram para que o colono, que só sabe trabalhar na terra, sinta-se sem meios de subsistência. Tivemos este ano mais uma invasão de terra por colonos oriundos das zonas de barragens, os quais encontram-se atualmente na área invadida em Erval Seco-RS. Formou-se então o Comitê de Apoio do qual o MJDH faz parte, juntamente com a Comissão de Agricultura da Assembléia

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

5

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21-9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

Legislativa e outras entidades, com a finalidade de discutir e pressionar, juntamente com os colonos, as autoridades para que seja encontrada uma solução para este grande problema social.

- Semana pela Paz e Desarmamento - Participação do MJDH através de palestra e painel sobre Violência contra o Indivíduo, dentro da programação da semana realizada na Assembléia Legislativa.
- Congresso sobre Direitos Humanos - Em Vitória-ES - que ocorre uma vez por ano, a nível nacional.
- Campanha pelo não aumento das passagens em Porto Alegre - participação do MJDH em debates e atos públicos, uma vez que esta Capital tem a passagem mais cara do Brasil, dificultando aos trabalhadores o uso dos transportes coletivos.
- Encontro de Jornalistas Uruguaios, Argentinos e Brasileiros em Porto Alegre - realizado na Assembléia Legislativa, que contou com a participação de grande número de jornalistas dos países do Cone Sul, principalmente do Uruguai, os quais ainda sofriam a repressão do regime militar. Houve teses e debates, discutindo-se especialmente o problema da imprensa e seus limites em regimes autoritários.
- Jornada de solidariedade ao Povo Paraguaio - realizada em Foz do Iguaçu. Participação de entidades e representantes do Paraguai, Brasil e Argentina.
- Encontro Nacional de Comitês de apoio aos Países da América Central - Piracicaba-SP - Movimento compareceu uma vez que participa do Comitê de PA. Nesse Encontro realizou-se avaliação das atividades e programou-se atividades para o próximo semestre, em especial campanhas de solidariedade à Nicarágua e pela não intervenção naquele país.
- Campanha pela não extradição de Mário Firmenich, com outras entidades, contatos e viagem a Brasília do Presidente do MJDH.
- Participação no Encontro de Agentes de Direitos Humanos e Pastoral - realizado em Salvador-BA, promovido pelas Igrejas Católica, Lutera e Metodista.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

6

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21.9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

- Grito do Campo - Movimento de protesto dos trabalhadores rurais, realizado em Porto Alegre.
- Encontro de Empregadas Domésticas - Para debater o problema da legislação que não ampara este tipo de trabalho, realizado na Assembléia Legislativa.

e) PROMOÇÕES POR INICIATIVA DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - PA-RS

Registramos, neste item, as atividades mais importantes que o Movimento realizou por iniciativa própria, no decorrer do ano de 1984:

• ENCONTRO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

Realizou-se em 31 de março e 1º de abril de 1984, em Porto Alegre, e contou com a presença de representantes de Municípios do interior do Estado, que contam com entidades de defesa dos direitos humanos.

O Encontro teve a finalidade de debater as questões referentes aos Direitos Humanos em nosso Estado, problemas mais frequentes, troca de experiência, discutir estratégias e lutas comuns e propor sugestões para o Encontro Regional a realizar-se em Joinville-SC. Compareceram os Municípios de: Porto Alegre, Alvorada, São Leopoldo, Santa Maria, Venâncio Aires, Caxias do Sul, Cruz Alta, Passo Fundo, Novo Hamburgo.

• ENCONTRO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS

O Regional Sul II de Entidades de Direitos Humanos faz parte de uma organização nacional de Direitos Humanos e é composto pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O MJDH é a entidade coordenadora dos três Estados e nesta qualidade coordenou o II Encontro realizado na cidade de Joinville-SC, no mês de julho/84, além de manter uma constante assessoria junto às entidades e grupos que integram o Regional.

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rua General Andrade Neves, 100 - Sala 1.304 - 13.º andar
Fone: (0512) 21-9130 - 90000 - Porto Alegre - RS

7

• CASO MALIKOVSKI

Rubens Malikovski é um dos brasileiros que se encontra preso no Uruguai há 14 anos. O MJDH desenvolveu ampla campanha pela sua libertação, promovendo visitas de seus familiares na prisão. Tudo indica que o mesmo deverá ser posto em liberdade quando da posse do novo governo naquele país.

• ANIVERSÁRIO DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM

Uma das maiores atividades realizadas pelo MJDH foi por ocasião do 36º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, transcorrido no dia 10.12.84. Na oportunidade promovemos a vinda de um dos integrantes do comitê de Defesa dos Direitos do Povo de Santiago do Chile, que proferiu uma palestra sobre a violação dos direitos humanos naquele país, ora sob estado de sítio. No mesmo dia foi feita a entrega, pela primeira vez, do "Prêmio Direitos Humanos" a jornalistas e fotógrafos que se destacaram no decorrer do ano de 1984 com matérias referentes a Direitos Humanos. Por último realizamos a projeção de estréia de um audio-visual sobre violência policial, que constitui grave problema em nosso país.

Toda a programação realizada no dia 10.12, bem como as demais atividades realizadas no decorrer do ano de 1984, estão registradas pela imprensa cujos recortes enviamos em anexo.

ANEXO I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2002

MJDH - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2002

JANEIRO:

Gravação de nossa participação no documentário “Anos de Chumbo”, do cineasta Silvio Tendler.

FEVEREIRO:

Morte (20/fev) do Pastor Bertholdo Weber, um dos fundadores do MJDH.

ABRIL:

Atuação do MJDH, junto a Deputados, na Assembléia Legislativa, contra a aprovação do PL VIDEO LOTERIAS - **Rejeitado**

MAIO:

Câmara Municipal > Tribuna Popular > 08 de maio “Dia dos Heróis e Mártires da Guerra contra o nazifacismo”.

JUNHO:

E-21, reunião de apoio ao Hospital Espírita, em dificuldades financeiras.

Tratativas com o Ministério da Justiça, “Programa de Proteção a Testemunha” + Polícia Federal: proteção à Maria Ângela Fachini.

Em 11/06, acompanhamento à Maria Ângela Fachini, em seu depoimento ao Ministério Público > denuncia documentada contra Diógenes de Oliveira e a direção estadual do PT.

JULHO;

Ministério Público Federal, c/ Procurador da República Dr. Valdir Alves > denúncia da jogatina estabelecida p/Decreto ~~Do~~ Estadual nº40.593 de 16 de janeiro de 2001, em especial o TOTO-BOLA.

Rompimento com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio Grande do Sul, devido a seu comprometimento com a perseguição e censura a jornalistas, promovidas pelo Governo gaúcho.

AGOSTO:

Palestra: "Segurança Pública", na UFRGS
Câmara Municipal – Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos > Denúncia: Moradores da rua João Telles, contra a perturbação da ordem pública produzida p/Boate Liquid.

SETEMBRO:

Assembléia Legislativa – Sub-Comissão de Constituição e Justiça:
oitava de Maria Ângela Fachini > confirma suas denúncias contra Diógenes de Oliveira e setores do Governo do Estado.

NOVEMBRO:

Procuradoria da República: Audiência > Rádios Comunitárias.

DEZEMBRO:

Câmara Municipal: Tribuna Popular
XIXº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo + Lei Racista e seu Regulamento inconstitucional.

XIXº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo + Homenagem aos Jornalistas perseguidos p/Governo Olívio Dutra

Câmara Municipal - Atuação do MJDH junto a Vereadores p/ não aprovação do Projeto de Lei criando a Secretária Municipal de Direitos Humanos e Segurança Pública – **foi aprovado.**

ANEXO J – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2003

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2003

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos, ao longo do ano de 2005, desenvolveu várias atividades elencadas na forma a seguir descrita:

14/01 – MJDH – Recebemos visita do Senhor Secretário de Justiça e da segurança/RS, acompanhado do Chefe de Polícia, Deleg. Dr. Leote e do Comandante da Brigada Militar, Coronel Pafiadache.

05/02 – Militar (reserva), Comando Militar do Sul, com problemas de saúde e, sendo indevidamente (fraude) interdito p/ esposa. Acompanhamento para providências junto ao Comando e, posterior encaminhamento ao Escritório de Advocacia p/o qual contribui mensalmente.

Atendimento a casal (c/uma filha menor), colombianos que, em razão de graves ameaças, necessita do “status” de refugiados. Ele médico forense, ela dentista.

Racismo na Prefeitura Municipal de Taquara.
Vítima: Dr. Ricardo Emilio Saraiva Nunes (negro), farmacêutico.

06/02 – Denúncia: Cuba exige exame HIV, c/resultado negativo, para o fim de conceder bolsa de estudos em nível universitário.

11/02 – Campanha de solidariedade para com os familiares e amigos das vítimas do atentado da AMIA.

18/02 – Procuradoria da República – MP Federal – reunião para tratar do tema “jogatina no RS”, c/Procurador Federal Waldir Alves, especialmente do “Totobola”.

19/02 – Assembleia Legislativa – Reunião c/ Dep. Vieira da Cunha

24/02 – Câmara Municipal de Taquara – Tribuna Popular.
Denúncia de racismo na Prefeitura Municipal.

07/03 – Câmara Municipal de Porto Alegre
Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos
Aumento de 30% na tarifa da água.

11/03 – Secretária da Justiça e da Segurança/RS
Posse do novo “Ouvidor”, Dr. Jayme Eduardo Machado

13/03 – Governo do Estado – Palácio Piratini – c/ Ibsen Pinheiro

Denúncia das ilicitudes cometidas p/ Ministério Público do RS.
Plano Real >>> transição URV p/ o Real: diferenças salariais.

Presidência da Assembleia Legislativa.
Denúncia das ilicitudes cometidas p/ Ministério Público do RS.
Plano Real >>> transição URV p/ o Real: diferenças salariais.

- 19/03 – Jovem Alexandre Wagner Cunha de Ávila, espancado p/BM,
9º BPM, encaminhado p/abertura de IPM.
- 21/03 – Governo do Estado – Palácio Piratini – Casa Civil
Posse do novo Coord. da Comissão de Indenização das Vítimas
da Ditadura.
- Consulado da Espanha – com Senhor Cônsul
Tratativas para retorno ao Brasil, da menor brasileira
Naiara Oliveira Bettanzos, de Rio Grande/RS que, vítima de
maus tratos se encontra no momento, albergada em
instituição em Palma de Mayorca – Espanha.
- 24/03 – Audiência c/ o Vice-Governador – Palacinho
Criação do “Memorial dos Lanceiros Negros”
- 28/03 – Memorial dos Lanceiros Negros
Tratativas c/ Voltaire Schilling, Moacyr Sclair, Décio Freitas e Moacyr Flores.
- 02/04 – Memorial dos Lanceiros Negros
Almoço Rest. Monte Polino
Vice-Governador Antônio Holfeldth
Secretário de Cultura Roque Jacobi
Prefeito de Pinheiro Machado
Sérgio Bittencourt – MJDH
Luiz Francisco Corrêa Barbosa
Jair Kruschke – MJDH
Valdemar “Pernambuco” – Mov. Quilombista
- Câmara Municipal de Porto Alegre
Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos
Denúncia: Loteamento clandestino: Coop. Manchester
Várias famílias lesadas.
- 14/04 – Polícia Federal
Tratativas para encaminhar pedido de REFÚGIO para família colombiana.
- 23/04 – Polícia Federal
Encaminhamento do pedido de refúgio p/família colombiana.
- 06/05 – Vereadora Etna Borkert (PMDB)
Câmara Municipal de Canoas
Campanha pela Paz – entrega de cartas escritas por alunos

Da Escola Artur Pereira de Vargas – Cinco Colônias

- 07/05 – 09:30 hs – Aeroporto Salgado Filho – voo 8721
Chegada menor Naiara Oliveira Bettanzos procedente de
Palma de Mayorca – Espanha
- 12/05 – 15 horas – Auditório da Assembleia Legislativa/RS
Nilmário Miranda - Secretário Nacional de Direitos Humanos.
Pedido de “Refugio” de família colombiana;
Lentidão nos processos de indenização das vítimas da ditadura Militar.
- 14/05 – Câmara Municipal de Porto Alegre
Tribuna Popular
“08 de maio – Dia dos Heróis e Mártires da Guerra Contra o Nazifascismo”
- 16/05 – Ouvidoria da Justiça e da Segurança
Dr. Jaime Eduardo Machado
Tratativas p/apresentação, no Gabinete do Secretário da Justiça
e da Segurança, José Otavio Germano, do menor Everton, autor
da morte do cunhado do Comandante da Brigada Militar.
- 19/05 – Ouvidoria da Justiça e da Segurança
Prosseguimento das tratativas acima.
- 20/05 – Gabinete do Secretário da Justiça e da Segurança
Apresentação do menor infrator Everton com a presença da Imprensa.
- 11/06 – Faculdade de Direito – URCAMP – São Gabriel/RS
Palestra: Segurança Pública e Direitos Humanos
- 19/06 – Teatro “El Galpon“ – Montevideu
Mayoria
- 20/06 – 15 horas – Intendência Municipal de Montevideu
recebimento do título “Visitante Ilustre”
- 19 horas – Universidad de La República – Paraninfo
Montevideu
recebimento do título “Cidadão do Mundo”
- 21/06 – Faculdade de Psicologia – Universidad de La República
Montevideu
Apresentação de Tese
- 26/05 – Jantar p/obtenção de fundos para o MJDH
- 07/07 – Na sede do MJDH – Inauguração de fotografia de nosso
companheiro Luis Goulart Filho.
- 12/07 – Recebimento de denúncia >>> Violência neonazista

Grupo de Skinheads agridem a Punks e pregam o nazismo
Banda Zurzir

- 16/07 – Departamento de Polícia Metropolitana – Del. Jardim
Notícia de Crime >>> Skinheads nazistas agridem Punk e fazem
Propaganda neonazista – Banda Zurzir.
- 19/07 – Recebimento de denúncia – caso assassinato p/BM do Personal
Training Gustavo Burchardt.
- 06/08 – Ouvidoria da Justiça e da Segurança
Pedido de providências: policiais feridos em serviço estão sem
receber medicamentos a que tem direito.
- 08/08 – Corregedoria da Brigada Militar
Acompanhamento de vítima: invasão de domicílio e
agressões – Alvorada/RS.
- 20/08 – Faculdade de Direito Ritter dos Reis
Palestra; Polícia Militar e Direitos Humanos
- 27/08 – Palácio Piratini – com Secretário Ibsen Pinheiro
TV Educativa – despartidarização.
- 28/08 – OAB/RS – Reunião com o Presidente Dr. Valmir Batista
Tratativas: XXº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo
- 29/08 – Igreja da Pompéia – Pastoral do Migrante
Situação dos imigrantes latino-americanos no Brasil.
- 02/09 – Câmara Municipal de Porto Alegre
Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos
Por proposta do MJDH – Inauguração da Sala + Foto >>>>
Dr. Luis Goulart Filho
- 04/09 – Secretária da Cultura/RS
Reunião “Memorial dos Lanceiros Negros”
- 11/09 – Lançamento do livro “As Garras do Condor” – Nilson Mariano
- 16/09 – Secretária da Cultura/RS
Reunião “Memorial dos Lanceiros Negros”
- 18/09 – Palácio Piratini – Porão
Recolocação da Placa “Rede da Legalidade”
- 19/09 – Secretária da Cultura/RS
Reunião “Memorial dos Lanceiros Negros”
- 02/10 – Secretária da Cultura/RS

Reunião “Memorial dos Lanceiros Negros”
C/presença da Dr^a Maria Bernadete da Silva
Fundação Palmares

- 06/10 – Câmara Municipal de Porto Alegre
Caso Procempa >>>> 17 demissões
C/Ver. Clênia Maranhão e Ver. Nereu D’Avila
- 07/10 – Câmara Municipal de Porto Alegre
Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos
Caso Procempa – denúncia: 17 demissões
- 14/10 – Câmara Municipal de Porto Alegre
Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos
Denúncia caso Procempa.
- 15/10 – Secretária da Cultura/RS
Reunião “Memorial dos Lanceiros Negros”
Proposta de realização de Seminário:
“40 Anos do Golpe Militar”
- 17/10 – Ministério Público Federal
Reunião: situação legal dos imigrantes latino-americanos
- 21/10 – Câmara Municipal de Porto Alegre
Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos
Denúncia caso Procempa.
- 22/10 – Secretária da Cultura/RS
Reunião “Memorial dos Lanceiros Negros”
- 25/10 – Memorial dos Lanceiros Negros
Viagem a Pinheiro Machado – Cerro dos Porongos
Sérgio Bittencourt / Luiz Francisco Corrêa Barbosa
- 29/10 – Secretária da Cultura/RS
Reunião “Memorial dos Lanceiros Negros”
- 30/10 – Secretária da Cultura/RS
Reunião “Memorial dos Lanceiros Negros”
C/ Fundação Palmares
- 04/11 – Unisinos – Disciplina: Ética Geral
Palestra: Pena de Morte
- 05/11 – MJDH
Reunião c/ Maria Éster
Tradução da sentença da Corte Europeia de Direitos Humanos
Caso Roger Garody X França

- 10/11 – MJDH
Reunião c/Ver. Sebastião Mello
Caso Afegãos refugiados – sem assistência p/ACNUR
- Secretária da Cultura/RS
Reunião “Memorial dos Lanceiros Negros”
- 14/11 – Cerro dos Porongos – Pinheiro Machado
Memorial dos Lanceiros Negros
Assinatura do Protocolo de Intenções
- 20/11 – Palácio Piratini – c/Secretário Ibsen Pinheiro
Seminário “40 Anos do Golpe Militar”
- 20/11 – Secretária da Cultura
c/Secretário Roque Jacobi
Seminário “40 Anos do Golpe Militar”
- 21/11 – Memorial do Rio Grande do Sul
Lançamento do carimbo: Lanceiros Negros
- 24/11 – Palácio Piratini
Seminário “40 Anos do Golpe Militar”
- 25/11 – Secretária da Cultura/RS
Seminário “40 Anos do Golpe Militar”
- 26/11 – Assembleia Legislativa/RS
c/Dep. Vieira da Cunha
Seminário “40 Anos do Golpe Militar”
- Secretária da Cultura/RS
Reunião “Memorial dos Lanceiros Negros”
- 01/12 – CONARE concede o “status” de Refugiados a família colombiana
- Foro Central – 3º Juizado Criminal Especial
Caso Skinheads neonazistas – condenados
Julgamento do XXº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo
- 10/12 – Cerimônia de entrega do XXº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo
Auditório da OAB/RS
- 15/12 – Caso Ten. Alfaro – Exército continua dificultando o atendimento médico.
- 16/12 – Estudante de jornalismo, Fernanda Natasha Marques barrada no aeroporto de Londres>>>> denúncia

Caso menino (14 anos) Jonas Ferreira de Almeida, agredido por PM do 9º BPM: denuncia>>>perdeu um olho.

ANEXO K – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2004

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO ATIVIDADES 2004

JANEIRO

- 30 – Estúdio da TV-Educativa
Arquivo Memória da Luta Contra a Ditadura
Gravação de Depoimento de Jair Krischke

FEVEREIRO

- 13 – Coluna “Opinião Livre” – Diego Casagrande
“Ligação de petistas com bicheiros já foi denunciada no RS”
- 15 – O Estado de São Paulo – pág. C 5
“A história de Iruan”
- Zero Hora – Chamada de Capa + págs. 4 e 5
“Caso Iruan: A história que não foi contada”.
- 16 – Folha de São Paulo – pág. A 5
“Bicheiro venceu licitação do PT gaúcho”
- 17 – Jornal do Brasil – pág. A 4
“Planalto em Crise”
Olívio Dutra: Denúncia Arquivada”
- Zero Hora – pág. 3
“Os arquivos de Jair”
Entrega de documentos ao Dep. Bernardo de Souza.
- Às 17 horas – Reunião com Dep. Bernardo de Souza:
Entrega documentos sobre jogatina no RS.
- 18 – Folha de São Paulo – pág.
“Olívio divulga nota sobre suposto envolvimento com bicheiros”
- 19 – Assembleia Legislativa – Diretoria de Assuntos Institucionais
Reunião – às 10hs.
“Seminário: 40 anos do golpe militar”
(em protesto, nos retiramos!)
- 21 – TV-Globo – Fantástico
Caso Fraude Sorteio do Toto Bola: gravação de entrevista.
- 22 – TV-Globo – Fantástico
Caso Fraude Sorteio do Toto Bola: gravação de entrevista.

25 – TV-Bandeirantes – Entrevista – Nacional e Regional
Jogatina: Máfia, lavagem de dinheiro do narcotráfico

Às 17 horas – Assembleia Legislativa
Gabinete do Dep. Elmar Schneider
Proposta: CPI da jogatina

26 – Coluna de Polibio Braga – Por trás da Notícia
Jogatina: MJDH entregou documentos ao Dep. Bernardo de Souza.

27 – 10 horas – Reunião com Celso Bernardi – pres. do PP
Proposta: CPI da jogatina.

12 horas – almoço c/ Dep. Vieira da Cunha
Seminário: 40 anos do golpe militar – BOLO !

TV-Educativa – Entrevista – Tema: Jogatina no Brasil e no RS

MARÇO

01 – 09:30hs. Sede do PMDB Estadual
Sen. Pedro Simon, Dep. Elmar Schneider, Dep. Postal,
Ver. Sebastião Melo e Rospide Neto
Tema: Proposta de CPI sobre a jogatina

14hs – Rádio Bandeirantes AM – Entrevista
Assassinatos em série no RS

14hs – Rádio Gaúcha – Entrevista
Jogatina: Confirmação da denúncia de ligação do
Governo Olívio Dutra com a Máfia Internacional
(Grupo Ortiz)

16hs – Assembleia Legislativa
Reunião Presidência – CPI Jogatina

02 – 16hs – Audiência c/ Secretário de Cultura do Estado
“Seminário: 40 anos do golpe militar”

03 – Jornal Já Porto Alegre – entrevista
Memorial Lanceiros Negros

04 – Assembleia Legislativa – Gabinete da Presidência
Audiência c/ Pres. Dep. Vieira da Cunha
Tema: Fraude em Empresa de Segurança que serve a casa.

05 – 09:30hs – Assembleia Legislativa – Gabinete do Dep. Jair Soares
Proposta: CPI da jogatina.

09 – Agência de Notícias da Assembleia Legislativa

- “Mesa concede Mérito Farroupilha a ex-presidente do MJDH”
- 10 – Correio do Povo – pág. 17
“Krischke conquista a medalha Farrapa”
- 12 – Consulado de Espanha – Homenagem à memória das vítimas do atentado de Madri.
- 15 – Uni-TV – PUC – Entrevista
“Reciprocidade > ingresso de brasileiros na Comunidade Europeia e Estados Unidos”
- 17 – Memorial do Rio Grande do Sul
Lançamento de Projeto “Memorial dos Lanceiros Negros”
- 18 – Assembleia Legislativa – Plenarinho
Depoimento de José Vicente Brizola – denúncia de corrupção na Campanha eleitoral.
- 22 – Jornal do Comércio – Começo de Conversa - pág. 3
“Trágica realidade” – moradores de rua.
- Palácio Piratini – reunião - Tema: Seminário: 40 anos do Golpe.
c/ Ibsen Pinheiro, Afonso Licks e Paulo Dias*
- Procuradoria da República – reunião
– Tema: Quilombo Morro Grande.
- 25 – 14hs - Câmara Municipal – Grande Expediente: 25 anos do MJDH.
- 17hs – Assembleia Legislativa – Presidência
25 anos do MJDH
Entrega da Medalha Mérito Farroupilha
21hs – Jantar Comemorativo: 25 Anos do MJDH
- 26 – Zero Hora – pág. 21
“Assembleia Legislativa Concede Medalha a Krischke”
- O Sul – pág. 6
“Medalha Mérito Farroupilha”
- 28 – Diário Popular – Pelotas
“Estado: Jair Krischke é condecorado com a Medalha do Mérito Farroupilha”
- 29 – Revista Extra Classe – pág. 4
“As feridas abertas da ditadura”
- “Die Tageszeitung” – Alemanha – Jorn. Gerhard Dilger
“40 anos do golpe militar”
- 30 – As. Legislativa do Rio de Janeiro – Dep. Paulo Ramos – Líder PDT

Pedido de informações sobre jogatina.

Rádio Pampa – Entrevista – 40 anos do golpe militar

TV-SBT – Entrevista – 40 anos do golpe militar.

31 – TV-Assembleia – Programa de debates: 40 anos do golpe militar

TV-Educativa – Exibição do programa “40 anos do golpe militar”

ABRIL

01 – Assembleia Legislativa – Inauguração da “Tribuna Popular”
“40 Anos do Golpe Militar” – Sérgio Bittencourt – Pres. do MJDH

02 – Zero Hora – pág. 14
“MJDH ressalta papel da Assembleia”

14hs. Procuradoria da República
Depoimento de Carlos Zicavo – denúncia de fraudes no sorteio
do Toto Bola.

06 – Reunião no MJDH c/ Dr^a Bernadete – Fundação Palmares
Quilombo do Morro Alto

07 – Memorial do Rio Grande do Sul – Reunião c/ Diretor
Lançamento do livro “Adesão Fatal” – Guerra do Paraguai
de Mauro César Silveira.

13 – Zero Hora – Capa: “Índios procuram solo sagrado na Capital”
pág. 32 – “Prefeitura pede reintegração de posse do Morro do Osso”

14:30hs – Câmara Municipal – Com. De Direitos Humanos
Kaingangs no Morro do Osso.

14 – Rádio França Internacional – Entrevista
“Favela da Rocinha e Segurança Pública”

15 – Memorial do RS – Reunião: lançamento do Livro “Adesão Fatal”

10hs – Reunião conjunta das Comissões de Direitos Humanos e
Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto
Alegre com índios Kaingangs – Morro do Osso.

18:30hs – Reunião c/ índios Kaingangs

16 – Notificação ao Prefeito Municipal de Porto Alegre para abster-se
de turbar a posse de área indígena imemorial no Morro do Osso
e dos membros da Comunidade Kaingang e seus rituais;
16hs – Prefeitura Municipal efetuou o despejo dos índios Kaingangs

- do Morro do Osso. (20 homens+20 mulheres+35 crianças)
- 20hs. – visita de apoio aos índios – Sérgio Bittencourt + Barbosa
compra de fraldas, alimentos, leite etc etc
- 17 – Zero hora – pág. 31
“Índios são despejados na Capital”
- Correio do Povo – pág. 15
“Índios deixam o Morro do Osso”
- 14hs. – visita de apoio aos índios.
- 18 – visita de apoio aos índios
- 19 – Correio do Povo – pág. 7
“Kaingangs pedem apoio ao Legislativo”
- Zero Hora – pág. 33
“Índios dizem que voltarão ao parque”
- 11hs. – Presidência da As. Legislativa – Dep. Vieira da Cunha
recebe índios Kaingangs do Morro do Osso
Tenta intermediar audiência c/ Prefeito Verle – ã consegue
Cobertura de imprensa – Rádios: Gaúcha, Guaíba, Band AM
TV-Band, Zero Hora, Correio do Povo e J. do Comércio.
- 14hs. Palácio Piratini – Governador Rigotto recebe índios Kaingangs
- 16hs. Morro do Osso – Cerimônia Kaingang
Cobertura de Imprensa: Rádios: Gaúcha, Guaíba, Band AM
RBS- TV, TV-Educativa, Zero Hora, Correio do Povo e Jornal do Comércio.
- 20 – Correio do Povo – pág. 6
“Kaingangs buscam apoio político”
“Índios visitam Palácio Piratini”
- Zero hora – pág. 29
“Kaingangs não desistem da posse do morro do Osso”
- 21 – Jornal do Comércio – pág. 21
“Kaingangs protestam no Morro do Osso”
- 25 – TV-Globo – Fantástico
“O Jogo das Bolinhas Marcadas”
- 26 – Zero Hora – pág. 6
“Ministério Público investiga sorteios do Toto Bola”
- 20hs. – Ministério Público Federal

Acompanhando depoimento de João Geraldo Carvalho.

27 – Zero Hora – pág. 6

“Fazenda irá fiscalizar sorteio do Toto Bola”

10:30hs – Dep. José Otavio Germano, Sec. Justiça e Segurança
solicita reunião urgente > caso Toto Bola

14hs. – Secretária da Justiça e da Segurança RS
Reunião c/ Secretário + Séc Substituto + Secretário da
Fazenda + Chefe de Polícia + Diretor DEIC
Tema: Fraude sorteios do Toto Bola

16:30hs – Depoimentos no Palácio da Polícia.

28 – Correio do Povo – pág. 8

“Deputado questiona a Lotergs”

“Toto Bola nega adulteração”

Zero Hora – pág. 8

“Toto Bola não descarta venda de cartelas após sorteio”

14:30hs. – Procuradoria da República
c/ Procurador Chefe – Morro do Osso, Quilombo do
Morro Alto (proteção de testemunha), Toto Bola.

29 – Diário Gaúcho – pág. 22

“Ação Policial Fecha Toto Bola”

Zero Hora – pág. 6

“Apreensão de máquinas fecha Toto Bola no Estado”

O Sul – pág. 22

“Polícia apreende máquinas do Toto Bola em Porto Alegre”

30 – Zero Hora – pág. 12

“Lotéricas devolvem R\$ 1 de apostas no Toto Bola”

Zero Hora – pág. 50

“Índios recebem pertences” .

MAIO

02 – Zero Hora – pág. 16

“Bingueira nunca foi periciada pela Fazenda”

04 – Zero Hora – pág. 16

“Kater aguarda perícia no Toto Bola”.

05 – Tribunal de Justiça – Caso PT x Jair – VITÓRIA !

- 11 – 10hs – Comissão de Direitos Humanos As. Legislativa
Kaingangs do Morro do Osso – c/Sérgio Bittencourt
- 14:30hs. – Visita ao Morro do Osso – c/ Sérgio Bittencourt
Comissão de Saúde e Meio Ambiente
Câmara Municipal de Porto Alegre
- 12 – Zero Hora – pág. 6
“Perícia mostra que Toto Bola pode ser fraudado”
- Zero Hora – pág. 55 – Coluna Paulo Sant’Ana
“Uma fraude revoltante”
- Proposição de Ação Ordinária ao Município de Porto Alegre, ao
Prefeito João Verle, à União Federal e à Fundação Nacional de
Apoio ao Índio – FUNAI.
- 13 – Zero Hora – pág. 5
“MJDH protesta contra cancelamento de visto do jornalista
Larry Rohter”
- 20 – Zero Hora – pág. 39
“Estudantes trocam socos e pedradas pelo DCE da PUC”
- 16hs. – DPM – Denúncia formal dos estudantes vítimas de
agressão no Campus da PUC.
- 22 – Zero Hora – Caderno de Cultura
Lançamento do livro “Adesão Fatal”
- 24 – Correio do Povo – pág. 19
“Imaginário Vivo: A Guerra do Paraguai 140 anos depois”
- 16:30hs – Rádio Gaúcha – Programa Gaúcha Entrevista
Lançamento do livro “Adesão Fatal “
Mauro César Silveira + Sérgio Bittencourt
- 18:30hs – Auditório do Memorial do Rio Grande do Sul
Imaginário Vivo: Guerra do Paraguai 140 anos Depois.
Lançamento do livro “Adesão Fatal”
- 26 – Zero Hora – pág. 46
“A Guerra Grande e seus 140 Anos”

JUNHO

- 02 – 14:30hs. – Procuradoria da República – Audiência
Kaingangs no Morro do Osso
- 03 – Câmara Municipal – Tribuna Livre – Estudantes da PUC

“DCE- Fraude eleitoral e violência no Campus”

05 – Zero Hora – pág. 36

“Índios Kaingangs permanecem no local”

“Morro do Osso reabre amanhã”

10:30hs – Palácio da Polícia – Posse do novo Chefe de Polícia

17 – 14:30hs. – Procuradoria da República – Audiência
Kaingangs no Morro do Osso

19 – Zero Hora – pág. 38

“Kaingangs mantém acampamento em parque”

20 – Folha de São Paulo – pág. A 9

“Brasileiros e paraguaias casaram após a guerra”

21 – Rádio Guaíba – Entrevista: “Morte de Brizola”

27 – Jornal do Brasil – pág. A 4

“Perseguição política em tempos de democracia”

“Caso Vânia Amoretty Abrantes”

JULHO

12 – 15:30hs – Secretária do Trabalho e Ação Social –
Departamento de Cidadania

Audiência c/Sonia Santos – Conselho Estadual do Negro

16:30hs – Audiência c/ Dep. Alceu Collares

Entrega CD c/556 fotos do velório e enterro de Brizola

15 – 15hs – Memorial do Rio Grande do Sul

Entrega de CD c/556 fotos velório e enterro de Brizola

17 – Jornal do Brasil

“A luta inglória”

“Adesão Fatal: Participação Portuguesa na Guerra do Paraguai”

22 – Zero Hora – pág. 10

“Homenagem nos 30 dias da morte de Brizola”

No Rio, a Gov. Rosinha recebeu ontem um acervo com 550 fotos
do velório e enterro de Brizola.

Zero Hora – pág. 43

“Estatuto do desarmamento”

Debate sobre o tema estimulou gaúchos a entregarem armas.

AGOSTO

- 02 – Ofício ao Presidente da Câmara de Deputados
Dep. João Paulo Cunha, encaminhando o CD c/ 556 fotos do
Velório e enterro do Gov. Leonel Brizola, através do Dep. Alceu Collares.
- 09 – 14:30hs – Secretária da Justiça e da Segurança
Audiência c/Secretario Substituto
Protege – testemunha sob risco
- 12 – Correio do Povo – Capa
“Brizola em mostra do Memorial do RS”
Fotos cedidas p/MJDH
- 18hs – Memorial do Rio Grande do Sul
Inauguração da Exposição Fotográfica
Leonel Brizola
- 13 – 16hs – Audiência c/ Sen. Sérgio Zambiazzi
Memorial dos Lanceiros Negros
- 18hs – Audiência c/ Pres. da Assembleia Legislativa
Dep. Vieira da Cunha – entrega de CD c/556 fotos do
Velório e enterro de Leonel Brizola.
- 16 – TV-Bandeirantes – Entrevista: Projeto presídios terceirizados.
- 17 – Correio do Povo – pág. 3
“Críticas à terceirização de presídios”
- Zero Hora – pág. 5
“Juiz alerta para risco de novas tragédias”
- 20 – Ofício ao Presidente da Guatemala – Oscar Berger
Protestando contra repressão a Confederação de Trabajadores del Campo.
- 22 – Rádio Guaíba – Entrevista: Progressão de Pena de Dilonei Melara.
- 24 – Jornal do Comércio – pág. 8
“Milman publica ensaio sobre antissemitismo”
- Zero Hora – pág. 29
“Valhala é investigado há um ano”
- Rádio Gaúcha – Entrevista: Neonazistas – Ataques a mendigos
nas ruas de São Paulo.
- Rádio França Internacional – Entrevista: Ataque a mendigos nas
ruas de São Paulo.
- 19:30hs – Goethe Institut
Lançamento c/ Debates do livro: “Ensaio sobre o Antissemitismo”

Contemporâneo: dos Mitos e da Crítica aos Tribunais”

Debatedores: Prof. José Antônio Giusti Tavares

Jornalista Prof. Jayme Brener

Jair Krischke

Prof. Dr. Luis Milman

26 – Zero Hora – pág. 40

“TJ suspende saída de Melara da PASC”

Tribunal de Justiça – Savi x Jair Krischke – Vitória !

31 – Procuradoria da República – Audiência c/ Procurador Chefe

Caso Protege – testemunha ameaçada.

SETEMBRO

01 – Rádio Guaíba – Entrevista: 25 anos da Anistia

TV-Educativa – Entrevista: 25 anos da Anistia

02 – 19:30hs - Faculdade de Comunicação e Artes do SENAC

Lançamento com debates do livro

“Ensaio sobre o Antissemitismo Contemporâneo:
dos Mitos e da Crítica aos Tribunais”

09 – 19hs – Goethe Institut – Curitiba

Lançamento com debates do livro: “Ensaio sobre o Antissemitismo
Contemporâneo: dos Mitos e da Crítica aos Tribunais”

10 – Gazeta do Povo – Curitiba

“Preconceito cordial”

12 – Zero Hora – pág. 34

“A vida dos brasileiros nas prisões estrangeiras”

14 – Comissão Municipal de Meio Ambiente

Indicação de Conselheiro: Daniel Bittencourt

27 – Zero Hora – pág. 31

“Capital já é vigiada do alto”

29 – UniTV – Ritter – Entrevista: Segurança Pública”

OUTUBRO

03 – Zero Hora – págs. 38 e 39

“Os dois lados dos Direitos Humanos”

05 – Zero Hora – pág. 32

“Permanência de índios no Morro do Osso gera atritos”

- 15 – O Globo – pág. 10
“Assessores de Moroni podem ser investigados”
- 20 – Rádio Pampa – Entrevista: Caso argentino homicida.

Rádio Bandeirantes AM – Entrevista: Caso argentino homicida.
- 21 – TV-Bandeirantes – Entrevista: Caso argentino homicida que
suicidou-se no Presídio Central
- 27 – Zero Hora – pág. 29
“Movimento lança Prêmio”
- 30 – 20hs. Feira do Livro – Autógrafos
: “Ensaios sobre o Antissemitismo Contemporâneo: dos Mitos
e da Crítica aos Tribunais”

NOVEMBRO

- 05 – 14hs – Audiência c/Dep. Alceu Collares
Abertura dos Arquivos da Ditadura
Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da
Câmara de Deputados.
- 10 – Rádio Guaíba – Entrevista: Racismo
- 11 – TV-Bandeirantes – Entrevista: Racismo
- 12 – TV-Bandeirantes – Entrevista: Continuação – Racismo
- 14 – Pinheiro Machado – Porongos – Memorial dos Lanceiros Negros
Homenagem do MJDH ao Prefeito Carlos Ernesto Betiollo
- 19 – Zero Hora – pág. 64
“MP questiona cotas de abordagem”
- 20 – Rádio França Internacional – Entrevista:
Brasil – Abertura dos Arquivos
- 23 – Rádio Bandeirantes AM – Entrevista: Caso Toto Bola

14:30hs – Câmara Municipal de Porto Alegre
Audiência Pública: Índios Kaingangs no Morro do Osso
- 24 – Zero Hora – pág. 46
“Discussão na Câmara revela impasse sobre Morro do Osso”

Contra Capa
Foto e legenda: “Morro da Discórdia”

DEZEMBRO

- 01 – Zero hora – pág. 4
“Polícia gaúcha caça Dilonei Malara”
“Progressão de regime é questionada”
- 07 – La República – Montevideu – Contra Capa
“Proibido olvidar”
- 08 – 09hs. AJURIS – Participação na campanha pelo fortalecimento do Pacto Federativo.

Zero Hora – pág. 43
“Prêmio Direitos Humanos anuncia vencedores 2004”

Jornal do Comércio – Contra Capa
“Prêmio Direitos Humanos”
- 10 – Rádio Pampa – Entrevista: Câmara de vídeo vigiando as ruas”

Rádio Guaíba – Entrevista: 56º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem”

20hs. Auditório da OAB/RS
Cerimônia de entrega do XXIº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.
- 11 – Zero Hora – pág. 32
“Prêmio Direitos Humanos – Jornalistas premiados”
- 13 – RBS -TV – Entrevista: Novos documentos da repressão.

Rádio Gaúcha – Entrevista: Novos documentos da repressão.
- 14 – Repórter Social
“Internet propaga inúmeras violações aos Direitos Humanos e discriminação”

Correio Braziliense – Mundo – Chile
“Seis anos de cerco ao general”
“Brasil atrasado”
- 15 – Folha de São Paulo
“Lula indenizará famílias de argentinos desaparecidos no Brasil”.

20hs. – Jantar alusivo ao encerramento dos atos comemorativos aos 25 anos do Movimento de Justiça e Direitos Humanos Churrascaria Giovanaz.
- 16 – Folha de São Paulo – pág. A 4
“Famílias de argentinos vão ser indenizadas”

Vide Versus

“Só os políticos Alceu Collares e João Bosco prestigiaram os Direitos Humanos”

La Capital – Argentina

“El Gobierno de Lula Indemnizará a Argentinos Desaparecidos”

17 – Página 12 – Buenos Aires

“Reparando a los argentinos”

Zero Hora – págs. 6 e 8

“Memória do regime será preservada”

“Documentos devem ir para o Arquivo Nacional”

18 – Zero Hora – pág. 8

“Acordo determina transferência de arquivos”

O Dia – Rio de Janeiro

“Prêmio Direitos Humanos no Sul”

20 – PEACELINK – Itália

“Diritti umani”

“Brasile: Operazione Condor, il governo riconosce la sua responsabilita per due desaparecidos”

26 – O Dia – Rio de Janeiro

“Fotos vencedoras no Prêmio Esso”

27 – Jornal da AJURIS

“O jogo pernicioso entre Executivo e Congresso”

ANEXO L – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2005

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2005

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos, ao longo do ano de 2005, desenvolveu várias atividades elencadas na forma a seguir descrita:

ATENDIMENTOS DIVERSOS E PRESTAÇÃO DE ASSESSORIAS.

- 15/02 – Recebemos visita de Manuel Paez Monges –
“Defensor del Pueblo” do Paraguai.
- 26/02 – Em Buenos Aires
Reunião com o jornalista Fabián Kovacic: caso Extradução Cel. Cordero
- 09/03 – Recebemos doutoranda Patrícia de Angelis
Entrevista > defesa de tese: Movimento de Justiça e Direitos Humanos.
- 31/05 – Estudante Wanessa – Universidade Ritter dos Reis
Desaparecidos Políticos.
- 04/06 – Morro do Osso – Secretario Municipal do Meio Ambiente agride índias.
- 06/06 – Reunião no MJDH – Agressões do Secretário do Meio Ambiente.
Índios Kaingangs do Morro do Osso + CIMI
- 06/10 – Em colaboração com a Comissão dos Mortos e Desaparecidos
Tomada de depoimento do Cel. Dr. Maildes Alves Mello.
Caso: morte do Capitão PM. Darcy José dos Santos Mariante.
- 10/10 – Recebemos doutoranda Patrícia De Angelis
entrevista> defesa de tese: Movimento de Justiça e Direitos Humanos.
- 13/10 – Em colaboração com a Comissão dos Mortos e Desaparecidos
Tomada de depoimento do Cel. José Ângelo Lucas Dutra.
Caso: morte do Capitão PM. Darcy José dos Santos Mariante.
- 18/10 – Em colaboração com a Comissão dos Mortos e Desaparecidos
Tomada de depoimento do Cel. Itaborai Pedro Barcellos.
Caso: morte do Capitão PM. Darcy José dos Santos Mariante.
- 24/10 – Atendimento aos familiares de Rodrigo Alves: provavelmente executado no CPA.
- 27/12 – Reunião na Federação Israelita do RS – Caso honorários.

PRESENÇA DO MJDH NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL E EXTERIOR

- 02/01 – Zero Hora – pág. 52 - Morre ex-jogador Didi Pedalada, condenado por participar no sequestro de Lilian e Universindo.
- 06/01 – Zero Hora – pág. 37 – Entrevista: Revista íntima deve voltar aos presídios gaúchos ?
- 07/01 – Zero Hora – pág. 44 – Sistema prisional :Volta da revista provoca mal-estar (reação a entrevista - item anterior).
- 12/01 – Zero Hora – capa + págs. 04 e 05 – Racismo no vestibular
Entrevista: Abordagem polêmica
Vestibulandos negros Barrados por PMs.
O Estado de São Paulo – Polícia investiga gastos do Fórum Social.
- 20/01 – Zero Hora – pág. 10 – Retorno a Porto Alegre – Universindo Diaz.
- 22/01 – TV-Brasil + RádioBras – Entrevista: Direitos Humanos no Cone Sul
Para toda América Latina e Europa.
- 23/01 – O Estado de São Paulo – Entrevista: Fórum Social Mundial
“Disneylândia ideológica gera lucros e antipatias”.
- 26/01 – COMCOSUR – Agência Pulsar – Entrevista:
El quinto Foro Social Mundial Comienza Bajo Sospecha de Corrupción
– COMCOSUR – Agência Informativa Pulsar – Fórum Social Mundial
Entrevista: Lula no quiere investigar las desapariciones.
– Revista Isto É – págs. 40/41 – Sob Suspeita – Investigação de contratos
marca abertura do Fórum Social Mundial.
- 26/01 – Coletiva de Imprensa – Memorial do Rio Grande do Sul
EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA:
“Fotografia e Resistência” – Aurélio González
FILME DOCUMENTÁRIO:
“A Las Cinco en Punto” – Universindo Rodriguez Diaz
Pedro Charlo
- 27/01 – Comcosur – Notas de viaje II – Uruguayos presentes.
- Muestra fotográfica “Fotografía y Resistência”
fotógrafo Aurélio Gonzáles.
- Estreno Internacional del documental
“A Las Cinco en Punto”, realizado por:
Universindo Rodríguez Diaz y
José Pedro Charlo – Memoria y Sociedad.
- 03/02 – Entrevista a Jair Krischke: Lula no quiere investigar las desapariciones.
Foro por la Memoria – Articulos y Documentos
Rebelión – El Caballero de la Esperanza
Também publicaram a entrevista acima:
Comcosur – Adital / Notícias de Pulsar – La Fogata – Viva Paraguay
Poesia.org Venezuela – Colectivo octubre 8

News Letter – VideVersus Edição nº 0139: Jair Krischke Denuncia:
“Lula não quer investigar os desaparecidos Políticos”

- 04/02 – Revista Caras y Caretas – Montevideo Capa + págs. 8 à 12:
Caso Cel. Cordero - “Lobo suelto, Cordero atado”
- 05/02 – La República – Montevideo: pág. 03 - “El Consulado Uruguayo en
Santana do Livramento detecta en enero a Cordero”
pág. 10 – Cordero y sus cómplices en el Estado”.
- 06/02 – La República – Montevideo: pág. 03 – Cordero tiene plazo hasta el
jueves para presentarse ante el Consulado Livramento”.
- 08/02 – La República – Montevideo: pág. 02 – Consul uruguayo en Santana do
Livramento desmentió “Gestión” del
gobierno electo por Cordero”.
- 09/02 – Zero Hora – pág. 08 – Suspeito de tortura mora em Livramento.
- 10/02 – Zero Hora – pág. 09 – Militar uruguaio tenta permanecer no Estado.
Um agente da “Operação Condor”
- 11/02 – O Globo – pág. 27 - Repressor uruguaio vive em cidade gaúcha.
- Brecha – Montevideo: pág. 09 – Cordero a dos cuadras de la frontera
mas allá de la Justicia.
- 12/02 – Zero Hora – pág. 06 – Suspeito de tortura obtém documento.
La República – Montevideo: pág. 09 – Fernández Lecchinti dejó ayer
sin efecto captura en Brasil del Cel.(R) Cordero.
- 14/02 – Folha de São Paulo – pág. A 13 – Uruguaio acusado de tortura vive no Brasil.
Zero Hora – pág. 06 – Anos de chumbo: Extradicação do Cel. Cordero
Uruguaio poderá ser preso hoje.
- 15/02 – Folha de São Paulo– Acusado de tortura no Uruguai quer asilo no Brasil
- 16/02 – Zero Hora – pág. 16– Advogado pede proteção para coronel uruguaio.
O Globo – pág. 31 – Coronel pede status de refugiado.
- 17/02 – Zero Hora – pág. 11 – Juiz argentino pediu captura.
Caso Cordero chega ao Itamaraty.
- 18/02 – Zero Hora – pág. 18 – Uruguaios farão ato público.
- 21/02 – Adital Agência de Notícias: Argentina quer prisão de torturador
uruguaio refugiado no Brasil.
– Rádio França Internacional – Entrevista c/Jair Krischke
Violência no Pará.
- 22/02 – Zero Hora – pág. 11 – Pedido de extradição de Cordero está em Brasília.

- 25/02 – O Sul – Caderno Colunistas – pág. 02 – Diego Casagrande
 “Discriminação na PUC”
 Caso Promotora Dr^a Sandra Ruwel.
- 27/02 – Zero Hora – pág. 11 – Militar uruguaio depõe à PF nesta segunda-feira.
- 28/02 – La República – Montevideo: pág. 08 – Cordero se presenta hoy en
 Livramento ante Policía Federal.
- 01/03 – Zero Hora – pág. 33 – Entrevista – Direitos Humanos: Relatório dos
 EUA aponta violações no Estado.
 Correio do Povo – pág. 08 – Entrevista: EUA aponta violações no país.
 La República – pág. 12 – Cordero no se presento a formalizar el pedido
 de asilo político en Brasil.
- 03/03 – A Platéia – Livramento – pág. 08 – Brasileiro luta pelo que o passado
 lhe deve. (Antonio Pires da Silva Jr)
 La República – Montevideo – pág. 21 – El coronel Cordero declaró tres
 horas ante la Policia Federal de Livramento.
 El País – Montevideo – pág. 02 – Cordero pidió asilo político.
 Zero Hora – pág. - Suspeito de tortura presta depoimento na PF.
- 04/03 – La República – Montevideo- pág. 06 – Cordero niega su responsabilidad
 en los asesinatos de Michelini y Gutierrez Ruiz
- 05/03 – A Platéia - Livramento – pág. 07 – Ex-torturado quer indenização para
 poder se sustentar. (Antonio Pires da Silva Jr)
- 09/03 – Zero Hora – pág. 08 – Pedido de captura é devolvido à Argentina.
 (caso extradição Cel. Cordero)
- 11/03 – Zero Hora – pág. 13 – Suspeito de tortura afirma ser inocente. (Cordero)
- 24/03 – La República – Montevideo – pág. 03 – Comienzan en Brasil campaña
 contra “asilo” pedido por el coronel Cordero.
- 30/03 – Correio do Povo – pág. 07 – Morro do Osso:
 Funai apoia retirada de índios.
- 07/04 – News Letter – VideVersus Edição nº183 – Gestão do PT deu sumiço
 em documento na Câmara Municipal de Porto Alegre.
- 09/04 – RBS-TV – Festa 1º Ano recuperação do Morro do Osso p/Kaingangs
 Entrevista: Dr. Luiz Francisco Corrêa Barbosa.
- 14/04 – Informe Rel-UITA: Direitos Humanos > com Jair Krischke
 O mundo deve conhecer nossa trágica realidade.
 A violência no campo e a ausência do Estado.
 Em português e espanhol.
 Publicado também em: Comcosur > “Por la voz de Múmia Abu Jamal”

Por todos los DD.HH. en todo el mundo.

- 18/04 – Rádio Pampa – Programa: Conexão Pampa
Debate: Racismo – c/ Dep. Fed. Collares, Dep. Est.
Portilho, ex-jogador Escurinho e Jair Krischke.
- 23/04 – Rádio Gaúcha – Entrevista: Guarda Municipal pede autorização à PF
para portar arma.>> Receberiam treinamento da BM
- 25/04 – Zero Hora – pág. 35 – Entrevista: Guarda Municipal terá armas não-letais.
- 27/04 – Rádio Band-AM – Ressocialização do apenado é possível ?
- 28/04 – TV Justiça – Programa: Sala de Audiência – AJURIS
Tema: Direitos Humanos
- 29/04 – Rádio Gaúcha – Entrevista: ex-conscritos denunciam que foram
obrigados a torturar durante a ditadura militar.
Na Justiça Federal movem ação p/danos morais.
- 09/05 – O Sul – pág. 09 – Porto Alegre comemora os 60 anos do fim da Segunda
Guerra Mundial com homenagem aos veteranos.
- 13/05 – Rádio Pampa – Programa: Conexão Pampa
Tema: Indenizações as vítimas da ditadura.
- 14/05 – Diário Gaúcho – chamada capa + página 44 – Fanáticos atacam jovens
na Cidade Baixa: Nazistas presos por agressão.
- Correio do Povo – chamada capa + pág. 19 –
Presos neonazistas acusados de ataque a judeus.
Neonazistas queriam matar jovens.
- O Sul– pág.17 – Presos neonazistas que agrediram jovens em Porto Alegre.
- Zero Hora – chamada contra-capa + pág. 28:
Skinheads são presos na Capital
Skinheads presos por suspeita de racismo.
- Folha de São Paulo – Detidos no RS acusados de agredir judeus.
- 16/05 – Zero Hora – pág. 33 – Ofensiva neonazista mira estudantes.
- TV Record – noticiário nacional – Entrevista: Skinheads nazis
envolvidos em tentativa de homicídio.
- 17/05 – TV Record – noticiário nacional: Fala Brasil>>>caso skinheads nazis.
Rádio Jai – Buenos Aires – Arrestan en Porto Alegre a skinheads
acusados de brutal ataque contra jovens judios.
- 18/05 – Rádio UNISINOS FM – Caso skinheads nazis: tentativa de homicídio.
Sérgio Bittencourt–Proc. Fed. Dr. Paulo Leivas
- 22/05 – Zero Hora – pág. 12 – Editoriais: Racismo -A ameaça da intolerância.

- 26/05 – Zero Hora – pág. 06 – Polícia Civil indícia sócios do Toto Bola.
 Zero Hora – pág. 29 – Polícia de Caxias investiga dois grupos neonazistas
 - Mais um skinhead é preso na Capital.
 TV Bandeirantes – Entrevista: Superlotação do Presídio Central e Madre Pelletier
- 27/05 – Zero Hora – pág. 03 – Opinião ZH: Neonazistas > Radicalismo que assusta.
 RBS-TV – Entrevista: caso skinheads agressores de jovens judeus.
- 28/05 – Zero Hora – pág. 28 – Quatro skinheads são indiciados.
- 29/05 – TV Globo – Programa Fantástico – Grupo neonazista é investigado em
 Porto Alegre.
 - La República – Montevideo – chamada capa + pág. 2, 3, 4 e 6
 El represor Manuel Cordero solicita oficialmente que
 Brasil lo reconozca como “refugiado político”.
- 30/05 – Folha de São Paulo – Polícia indícia quatro supostos skinheads por
 agressão de judeus no RS.
- 31/05 – Zero Hora – pág. 15 – Artigos: “Manifestações intolerantes”, J. E. Möller.
 Neonazismo.
- 01/06 – Zero Hora – pág. 40 – Justiça desarma Guarda da Capital.
 Rádio Gaúcha – Entrevista: Uso de armas pela Guarda Municipal.
 RBS-TV – Entrevista: Uso de armas pela Guarda Municipal.
- 02/06 – Zero Hora – pág. 52 – Sem armas, Guarda sai dos parques.
 Folha de São Paulo – Polícia usa site de relacionamentos para
 Investigar neonazistas.
 Rádio Universidade – Skinheads nazis
 Sérgio Bittencourt e Luis Milman
- 03/06 – Folha de São Paulo – pág. C 5 – Polícia acha autor de grupo racista no Orkut.
- 06/06 – Zero Hora – pág. 43 – Prefeitura da Capital quer a Guarda nos parques.
 Zero Hora – chamada capa >>> Índios x Secretário
 “A intenção deles era me matar”
 pág. 36 – Índios agridem secretário na Capital.
- 07/06 – Zero Hora – pág. 03 – Opinião ZH – Selvageria inadmissível.
 pág. 36 – Moradores criticam vizinhança de índios.
 Correio do Povo – pág. 06 – Moesch pedirá o apoio de Brasília.
 Procurador: remoção requer ordem judicial
 TV-SBT – Índias Kaingangs denunciam agressões p/secretário do Meio
 Ambiente, Beto Moesch..
 Rádios Gaúcha – Guaíba – Band AM:
 Índias Kaingangs denunciam agressões p/secretário
 Municipal do Meio Ambiente, Beto Moesch.
- 08/06 – Folha de São Paulo – Faculdade investiga aluno por ofensa a judeu.

- Zero Hora – chamada capa > UFRGS apura suspeita de neonazismo.
pág. 41 – UFRGS apura suspeita de antissemitismo na Universidade.
- Zero Hora – Segundo Caderno – pág. 9 – Quadrinhos: Tira-Teima
Rekern – Morro do Osso – Índios kaingangs.
- TV Bandeirantes – Entrevista: Local e Nacional caso aluno neonazista da UFRGS.

- 09/06 – Zero Hora – pág. 44 – Apuradas suspeitas de nazismo na UFRGS.
pág. 16 – Juíza absolve Diógenes de falsidade ideológica.
- Zero Hora – Segundo Caderno – pág. 9 – Quadrinhos: Tira-Teima
Rekern – Morro do Osso – Índios kaingangs
- Zero Hora – Segundo Caderno – pág. 6 = Lembranças do holocausto:
Exibição do filme: “Cinzas da Guerra”
c/debates: Prof. Dr. Luis Milman
Dr. Luiz Gustavo Guilhermano
- Rádio Gaúcha – Programa: Gaúcha Repórter: divulgação do evento acima

- 10/06 – Zero Hora – pág. 58 – Órgãos federais apoiam retirada de kaingangs.
- Zero Hora – Segundo Caderno – pág. 14 – Quadrinhos: Tira-Teima
Rekern – Morro do Osso – Índios kaingangs
- Brecha – Montevideo – pág. 11 – Argentina trás torturadores uruguayos
➤ caso Cel. Cordero

- 11/06 – Zero Hora – Segundo Caderno – pág. 9 – Quadrinhos: Tira-Teima
Rekern – Morro do Osso – Índios Kaingangs.

- 13/06 – Zero Hora – contra-capas com foto: De braços dados pelo Morro do Osso
pág. 33 – Morro do Osso recebe abraço.
La República – Montevideo – capa + pág. 2, 3, 4, 5 e 7
Operación Condor – Caso nora do poeta Juan Gelman.

- 14/06 – TV-Educativa – Morro do Osso: Visita da Comissão de Direitos
Humanos da Câmara Municipal.
Rádio Guaíba – Morro do Osso: Visita da Comissão de Direitos
Humanos da Câmara Municipal.

- 15/06 – Correio do Povo – pág. 07 – Indícios de índios no Morro do Osso.
Rádio Canção Nova – São Paulo – Entrevista:
Situação dos presídios no Brasil – Recupera ?
TV SBT – Entrevista: Presos acorrentados no Hospital Vila Nova.

- 16/06 – Zero Hora – pág. 24 – Anos de Chumbo: La Polaca – Paso de Los Libres
Casa argentina pode esconder cadáveres brasileiros

- 17/06 – Diário Gaúcho – pág. 31 – denúncia: Detentos acorrentados em hospital.
Zero Hora – pág. 46 – Entidades criticam atendimento médico a presos.

- 18/06 – TV Bandeirantes – Entrevista: Apenados enfermos, são acorrentados no
Hospital Vila Nova – denúncia junto OEA e ONU

- 20/06 – Zero Hora – pág. 40 – Simers alerta para falta de atendimento a presos.

- Zero Hora – pág.26 – La Polaca: Argentina investiga fazenda do horror.
- 22/06 – La República de Corrientes – chamada capa – Prefectura admitió que halló dos cuerpos en el 81 flotando cerca de La Polaca.
pág 04 – Hoy llegan los brasileños para ser testigos de la causa La Polaca
Momarandu – Paso de Los Libres – Declaran que La Polaca fue una base de operaciones entre represores de Argentina e Brasil
- 23/06 – Momarandu –Paso de Los Libres: Presentaron seis nuevas querellas por desapariciones en Paso de Los Libres
Rádio Charrua – Uruguaiana/RS: Entrevista: Jorn. Francisco Alves
Caso La Polaca.
- 23/06 – Zero Hora – pág. 31 – Viúva visita estância do horror na Argentina.
- 24/06 – Cidade – Uruguaiana: La Polaca recebe visita de familiares de desaparecidos.
- 25/06 – Jornal Diário da Fronteira – Uruguaiana: La Polaca a estância do pavor.
- 29/06 – La República – Montevideo - págs.2, 3, 4: Cel Cordero - Militares y policía implicados em “Caso Gelman” no podran abandonar el país.
- 30/06 – Zero Hora – pág. 51 – Caso Geovane Konrad: Júri popular na Serra decide amanhã o futuro de sete PMs.
- 01/07 – Zero Hora – pág. 52 – Caso Giovane Konrad: Sete PMs vão hoje a júri.
- 02/07 – Zero Hora – pág. 34 – Caso Konrad: PMs mantêm em júri versão de legitima defesa.
- 03/07 – Zero Hora – pág. 53 – Caso Konrad: Quatro PMs são condenados.
La República – Montevideo – Capa + pág. 2: Será uma afronta a Uruguay si la Justicia de Brasil le otorga a Cordero el status de refugiado.
- 06/07 – Zero Hora – pág. 27: La Polaca - Evidências de tortura na fronteira com o RS.
- 09/07 – Zero Hora – pág. 27 – Anos de Chumbo: Ex-ditadores na mira da Justiça italiana.
- 13/07 – Informe Rel-UITA – Seria vergonzoso que Brasil le consediera refugio a este criminal. > Cel. Cordero.
- 14/07 – Púlsar Agencia Informativa – Torturador Cordero a un paso de la impunidad en Brasil.
- 19/07 – Rádio AM Libre – Montevideo – Programa Primera Voz > Sonia Bridi
Caso pedido de refugio Cel. Cordero.

- 20/07 – Púlsar Agencia Informativa – Montevideo: Brasil niega refugio a represor Manuel Cordero.
 La República – Capa + pág. 2: Fracaso ayer el pedido de refugio en Brasil del torturador Cordero; Puede ser apresado.
- 21/07 – Zero Hora – pág. 15: Negado pedido de refugio para Coronel Cordero.
 Informe Rel-UITA – Direitos Humanos > c/;Jair Krischke
 El caso Manuel Cordero: Un paso más contra la impunidad
 Correio Dinâmico – Alvorada/RS – Anuncio: Ciclo de Palestras
 A Cidade Que Temos – A Cidade Que Queremos
 Direitos Humanos e a Realidade Social das Periferias
 Jair Krischke – MJDH – dia 17 de agosto.
- 27/07 – Correio Dinâmico –Alvorada/RS – Capa – Promove o Ciclo de Palestras
 A Cidade Que Temos – A Cidade Que Queremos
- 29/07 – Jornal do Comércio – pág.24: Morro do Osso – Índios aceitam tirar casa de dentro do parque.
 Zero Hora – pág. 54: Índios devem retirar casa do Morro do Osso.
- 30/07 –Zero Hora-pág.38-Morro do Osso: Prefeitura oferece área a Kaingangs
- 01/08 – TV Bandeirantes – Entrevista: Homem matava e comia cachorros.
- 02/08 – Zero Hora – pág. 28: Homem que comia cães é internado
 Zero Hora – pág. 38: Índios rejeitam deixar o Morro do Osso
 Kaingangs desmontam casa.
 Correio do Povo – pág. 07: Índios retiram casa pacificamente.
- 03/08 – Zero Hora – pág. 46: Prefeitura avaliará danos no Morro do Osso.
- 05/08 – Zero Hora – pág. 35 – Anos e Chumbo: Caso Lorenzo Ismael Viñas
 Brasil indenizará família de desaparecido argentino
- 09/08 – Rádio Guaíba – Entrevista: MJDH promove Palestra/Debate com
 Dep. Roberto Jefferson
 Jornal do Comércio – pág. 03 – Começo de Conversa
 Debate c/Dep. Roberto Jefferson
 O grande debate I
 O grande debate II
 Correio do Povo – pág. 02 – Debate c/Dep. Roberto Jefferson
 Vereadores rejeitam presença.
 Zero Hora – pág. 09: Debate c/Dep. Roberto Jefferson
 Em Porto Alegre outra vez
 Coletiva e mais debates
 Pacote de denúncias
- 10/08 – Zero Hora – pág. 11 – Coluna Página 10 – Rosane Oliveira
 Jefferson não vem.

- 10/08 – Momarandu – Paso de Los Libres: Brasil indemnizará a família de desaparecido argentino.
- 11/08 – Jornal Já Porto Alegre – chamada capa: Vítima inocente skinheads presos págs. 3, 4 e 5 – Jovem atacado na Cidade Baixa por neonazistas diz que prisões foram para acalmar comunidade judaica.
Correio Dinâmico – Alvorada – capa: Direitos Humanos e Realidade Social das Periferias encerra Ciclo de Palestras.
Jornal do Comércio – pág. 03 - Começo de Conversa
Debate c/Dep. Roberto Jefferson
Fim de caso
- 15/08 – TV Universitária – Vídeo PUC – Programa: TV Foca
Tema: Neonazismo
- 18/08 – Folha de São Paulo – pág. A 19 – Forças Armadas decidem assumir os crimes da ditadura no Uruguai.
- 19/08 – Folha de São Paulo – pág. A 4 – Família de argentino será indenizada.
- 23/08 – Zero Hora – pág. 37: UFRGS pune aluno suspeito de racismo.
Rádio Band AM – Entrevista: Aluno nazi punido p/UFRGS.
- 25/08 – Rádio Band AM – Programa:
Tema: Abordagens levadas a efeito p/BM.
- 26/08 – Zero Hora – págs. 48 e 49: Caso Skinheads agressores dia 08/05
Jovens confundidos com agressores são libertados.
- 05/09 – Opinião Livre – Coluna do Diego Casagrande
Violência sexual contra menina de 5 anos em igreja evangélica.
- 13/09 – RS Virtual: União é condenada a pagar pensão e indenizar viúva de sargento morto em torturas no início da ditadura.
- 16/09 – Jornal Já Porto Alegre – págs. 14 e 15: Lanceiros Negros.
- 17/09 – Zero Hora – Segundo Caderno – capa – Epopéia Farroupilha:
Outros Olhares
págs. 04 e 05: Lanceiros Negros: Condenados pela cor da pele.
- 19/09 – Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ
pág. 08- Caso Cel. Cordero: Brasil recusa asilo para torturador uruguaio.
- 23/09 – La República – Montevideo – pág. 04: Organización Internacional reconoció trayectoria de periodista Roger Rodriguez.
- 24/09 – Zero Hora – pág. 11: Justiça bloqueia fortuna do Toto Bola.
- 25/09 – Clarín – Buenos Aires – pág. 03: La Polaca – Represión ilegal:

Sospechas sobre jefe de la Gendarmería.

- 25/09 – La Juventud – Montevideo – pág. 14: Reconocido luchador brasileño por los DD.HH. cuestionó acuerdos de Lula y el PT con militares.
- 25/09 – La República – capa : Neonazis buscan infiltrarse entre los militares, policías, fiscales y jueces de la región, denunció el activista por los DDHH, Jair Krischke.
- 26/09 – El Observador – Montevideo – pág. 24: En Brasil el tema desaparecidos fracasó.
- 27/09 – Boletim Asa – Rio de Janeiro – págs. 03 e 04: Entrevista
Ataque de skinheads nazis à jovens judeus.
Rádio Gaúcha – Giovane Grizotti – Entrevista: Caso Carina
Crítica: Cel. Edson Ferreira Alves no Comando Policiamento da Capital
- 30/09 – Brecha – Montevideo – pág. 08: El reconocimiento al periodista Roger Rodriguez – Cuando el ninguneo no desmoraliza.
Brecha – Montevideo – pág. 34: Con el brasileño Jair Krischke
Una crisis societal.
- 30/09 – Rádio Gaúcha – Entrevista: Violência da BM – Morte de líder sindical dos sapateiros em Sapiranga.
- 01/10 – Zero Hora – pág. 22: Sindicalista morre em confronto com a PM
Ativistas criticam a Brigada Militar.
- 03/10 – TV UNISINOS – Programa: Unisinos News
Violências praticadas pela Brigada Militar
Casos: Sapiranga e Beira-Rio
- 03/10 – La Fogata – Latinoamerica: Entrevista com Jair Krischke
“Lula queria crear um PRI brasileiro”
Publicado também em:
Desde abajo – Prensa independiente de Colômbia
Médios Comunitários
La Jornada – México
Lê Monde Diplomatic – Colômbia
Cabichui – Paraguai
Rebelión – El Caballero de la Esperanza
Jandri
Páginadigital – Notícias/Artículos/Actualidad/Argentina
Sarriko Solidário
Volteire – Red de Prensa no Alineados
Rádio Mundo Real – Montevideo
- 04/10 – Rádio Band AM – Entrevista: Violência praticada p/Brigada Militar.
- 06/10 – TV Assembleia – Entrevista: Violência da Brigada Militar.
Informe UITA –Derechos Humanos > con Jair Krischke

Asesinato de Jair Antonio da Costa
“La existencia de una Policía Militar es inadmisibile”

- 07/10 – Zero Hora – pág. 50: Morro do Osso:
Justiça dá prazo a prefeitura e índios.
- 09/10 – Zero Hora – capa: Referendo do Desarmamento: O dilema de um País.
pág. 04 e 05: Fogo cruzado: SIM e NÃO.
- 12/10 – Zero Hora – pág. 34: Imprensa – Prêmio Direitos Humanos
Inscrições para prêmio começam sábado.
- 15/10 – Zero Hora – Sapiranga: Caso morte de dirigente sindical dos sapateiros
pág. 27: Inquérito militar indicia quatro PMs por morte.
- 16/10 – La República – Montevideo – pág 02
Denúncia contra Cônsul em Livramento.
- 18/10 – Zero Hora – pág. 34: MP denuncia 12 PMs pela morte de sindicalista.
pág. 38: Índios devem deixar morro em 30 dias.
- 19/10 – Zero Hora – pág. 26: Presos seis PMs pela morte de sindicalista.
- 21/10 – O Sul – Entrevista - Referendo das Armas:
Favoráveis ao “NÃO” acusam de inconstitucional proposta de proibição.
Jornal do Comércio – pág. 03 – Começo de Conversa
XXIIº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.
Rádio Band AM – Entrevista: Situação dos Índios no RS.
- 23/10 – Rádio Gaúcha – Entrevista: Referendo sobre comércio de armas
A vitória do NÃO.
- 25/10 – O Globo – Rio de Janeiro – Entrevista: Referendo das armas.
Eleitores viram referendo como imposição.
TV-Educativa – Programa: Cidadania
“30 anos da morte de Vladmir Herzog”
- 27/10 – Zero Hora – pág. 19: Dono do Toto Bola confessa evasão de divisas.
- 03/11 – Jornal Já Porto Alegre – pág. 08: Pesquisa rastreia Porongos.
- 06/11 – TV Globo – Programa Fantástico – Entrevista: Lavagem de dinheiro
Bingos e Máquinas Caça-Níqueis.
- 07/11 – RBS TV – Entrevista: BM – Oficiais em comando réus na Justiça.
- 17/11 – La República – Montevideo – pág. 06: Brasil denegó Hábeas-Corpus a
Cordero y habilita su extradición.
- 18/11 – Zero Hora – pág. 14 – Anos de Chumbo: STF nega *habeas* a coronel uruguaio.

- 20/11 – Rádio Gaúcha – Entrevista: Abertura dos Arquivos da ditadura
- 28/11 – Associazione Itália-Nicaragua; Premio giornalistico a Giorgio Trucchi.
- 05/12 – Rádio Gaúcha – Entrevista: Caso skinheads nazistas.
- 07/12 – Jornal “O Dia” – Rio de Janeiro – pág. 04 – Prêmio Direitos Humanos
Vitória para foto do DIA
Imagem que mostra flagrante de garoto fingindo dar
tiros em favela venceu prêmio de Direitos Humanos.
– Zero Hora – pág. 41 – Prêmio Direitos Humanos – Os Vencedores
Prêmio destaca cinco trabalhos de Zero Hora.
- 08/12 – Jornal Extra – Rio de Janeiro – pág. 11 – Prêmio Direitos Humanos
Reportagem do Extra é premiada.
- 13/12 – Zero Hora – pág. 39 – Prêmio Direitos Humanos
Jornalismo premiado.
- 14/12 – Jornal do Comércio – pág. 25 – Trabalhadores da Nicarágua pedem indenização.
O Sul – Caderno Colunistas – Wanderley Soares
“Da crítica ao Judiciário aos poderes da Deusa Themis”
Apoio ao jornalista Jayme Copstein.
- 17/12 – Zero Hora – pág. 42 – BM Sistema de cotas não serve p/aferir eficiência
no policiamento > O PM do ano.
- 27/12 – Rádio Gaúcha – Entrevista: Pessoas físicas e jurídicas doam recursos
p/polícias > É privatização ?
- 29/12 – Zero Hora págs. 24 e 25 – Prêmios conquistados p/veículos da RBS.
XXIIº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Livro: Tiempos de dictadura.

1973 / 1985. Hechos, vocês, documentos.

La represión y la resistencia día a día.

Autora: Virginia Martínez

Ediciones de la Banda Oriental.

**CASO PEDIDO DE EXTRADIÇÃO P/JUSTIÇA ARGENTINA DO
CORONEL MANUEL JUAN CORDERO PIACENTINI (Uruguay)**

- 06/01 – Consulado da República Argentina em Porto Alegre
c/ Cônsul Jorge A Biglione- tratativas p/ extradição Cel. Cordero
- 04/02 – Revista Caras y Caretas – Año IV nº182 – Montevideo
Caso Cel. Cordero – Encontramos a Manuel Cordero en Brasil
“Lobo suelto, Cordero atado”
- 05/02 – La República – Montevideo: página 03 – “El Consulado Uruguayo en

Santana do Livramento detecta en enero a Cordero”
Página 10 – Cordero y sus cómplices en el Estado”.

- 06/02 – La República – Montevideo: página 03 – Cordero tiene plazo hasta el jueves para presentarse ante el Consulado en Livramento”.
- 08/02 – La República – Montevideo: página 02 – Consul uruguayo en Santana do Livramento desmentió “Gestión” del gobierno electo por Cordero”.
- 09/02 – Zero Hora – página 08 – Suspeito de tortura mora em Livramento.
- 10/02 – Zero Hora – página 09 – Militar uruguaio tenta permanecer no Estado.
Um agente da “Operação Condor”
- Consulado da República Argentina em Porto Alegre
c/ Cônsul Jorge A Biglione – tratativas p/ extradição Cel. Cordero.
Declaração formal p/Justiça Federal da Argentina – Causa nº13.445/99.
- 11/02 – O Globo – página 27 – Repressor uruguaio vive em cidade gaúcha.
- 11/02 – Brecha – Montevideo: pág. 09 – Cordero a dos cuadras de la frontera mas allá de la Justicia.
- 12/02 – Zero Hora – página 06 – Suspeito de tortura obtém documento.
La República – Montevideo: pág. 09 – Fernández Lecchinti dejó ayer sin efecto captura en Brasil del Cel.(R) Cordero.
- 14/02 – Folha de são Paulo – pág. A 13 – Uruguaio acusado de tortura vive no Brasil.
Zero Hora – página 06 – Anos de chumbo: Uruguaio poderá ser preso hoje.
- 15/02 – O Estado de São Paulo– Acusado de tortura no Uruguai quer asilo no Brasil
- 16/02 – Zero Hora – página 16– Advogado pede proteção para coronel uruguaio.
O Globo – página 31 – Coronel pede status de refugiado.
- 17/02 – Zero Hora – página 11 – Juiz argentino pediu captura.
Caso Cordero chega ao Itamaraty.
- 18/02 – Zero Hora – página 18 – Uruguaios farão ato público.
Brecha – Montevideo pág.10 – Cordero al sol
- 21/02 – Adital Agência de Notícias: Argentina quer prisão de torturador uruguaio refugiado no Brasil.
- 22/02 – Zero Hora – página 11 – Pedido de extradição de Cordero está em Brasília.
- 25/02 – Em Buenos Aires
Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nº7 a cargo del Sr. Juez Dr. Guillermo Montenegro – Secretaria nº 14, a cargo del Dr.

Daniel Presti – Caso extradição do Coronel Manuel Juan Cordero Piacentini (uruguaio): depoimento e entrega de documentos sobre a localização do mesmo, em Santana do Livramento/RS – Brasil.

26/02 – Em Buenos Aires

Reunião com o jornalista Fabián Kovacic: caso extradição do Coronel Manuel Juan Cordero Piacentini

27/02 – Zero Hora – página 11 – Caso extradição Cel. Cordero

Militar uruguaio depõe à PF nesta segunda-feira.

28/02 – La República – Montevideo: pág. 08 – Cordero se presenta hoy en Livramento ante Policía Federal.

UITA – Montevideo – Reunião: Extradição Cel. Cordero.

01/03 – La República – pág. 12 – Cordero no se presento a formalizar el pedido de asilo político en Brasil.

03/03 – Em Montevideo

Ministério de Relaciones Exteriores – R. O del Uruguay

c/ Vice-Ministra de Relaciones Exteriores, Belela Herrera

– caso extradição p/Argentina, do Cel. Manuel Juan Cordero Piacentini

– La República – Montevideo – pág. 21 – El coronel Cordero declaró tres horas ante la Policía Federal de Livramento.

El País – Montevideo – pág. 02 – Cordero pidió asilo político.

Zero Hora – pág. – Suspeito de tortura presta depoimento na PF.

04/03 – Em Montevideo

Embaixada da República Argentina.

c/Embaxador D. Hernan Patiño Mayer:

Caso extradição do Coronel Manuel Juan Cordero Piacentini

La República – Montevideo - pág. 06:

Cordero niega su responsabilidad en los asesinatos de en los asesinatos de Michelini y Gutierrez Ruiz.

09/03 – Zero Hora – pág. 08 – Pedido de captura é devolvido à Argentina.

(caso extradição Cel. Cordero)

11/03 – Zero Hora – pág. 13 – Suspeito de tortura afirma ser inocente.(Cordero)

19/03 – Polícia Federal/RS

c/Del. Dr. Stocher – caso extradição do repressor uruguaio

Coronel Manuel Juan Cordero Piacentini.

24/03 – La República – Montevideo – pág. 03 – Comienzan en Brasil campaña contra “asilo” pedido por el coronel Cordero.

29/03 – Brasília/DF – Audiência no Ministério da Justiça

Para manifestar nossa contrariedade ao pedido refugio do Coronel Manuel Juan Cordero Piacentini.

- 29/05 – La República – Montevideo – chamada capa + pág. 2, 3, 4 e 6
El represor Manuel Cordero solicitó oficialmente que Brasil lo reconozca como “refugiado político”.
- 10/06 – Brecha – Montevideo – pág. 11 – Argentina tras torturadores uruguayos
➤ caso Cel. Cordero
- 13/06 – La República – Montevideo – capa + pág. 2, 3, 4, 5 e 7
Caso nora do poeta Juan Gelman. > Cel. Cordero
- 29/06 – La República – Montevideo – págs.2, 3, 4: Cel Cordero – Militares y policía implicados em “Caso Gelman” no podran abandonar el país.
- 03/07 – La República – Montevideo – Capa + pág. 2: Será uma afronta a Uruguay si la Justicia de Brasil le otorga a Cordero el status de refugiado.
- 13/07 – Informe Rel-UITA – Derechos Humanos: c/Jair Krischke
Seria vergonzoso que Brasil le consediera refugio a este criminal > Cel. Cordero.
- 14/07 – Púlsar Agencia Informativa – Torturador Cordero a un paso de la impunidad en Brasil.
- 16/07 – Agencia Informativa Pulsar – Montevideo: Torturador Cordero a un paso de la impunidad en Brasil
- 19/07 – Rádio AM Libre – Montevideo – Programa Primera Voz > Sonia Bridi
Cel. Manuel Juan Cordero Piacentini pede refugio e, lhe é negado pelas autoridades brasileiras.
- 20/07 – Púlsar Agencia Informativa – Montevideo: Brasil niega refugio a represor Manuel Cordero.
La República – Capa + pág. 2: Fracaso ayer el pedido de refugio en Brasil del torturador Cordero; Puede ser apresado.
- 21/07 – Zero Hora – pág. 15: Negado pedido de refugio para Coronel Cordero.
Informe Rel-UITA – Direitos Humanos > c;/Jair Krischke
El caso Manuel Cordero: Un paso más contra la impunidad
- 19/09 – Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ
pág. 08- Caso Cel. Cordero: Brasil recusa asilo para torturador uruguaio.
- 17/11 – La República – Montevideo – pág. 06: Brasil denegó Hábeas-Corpus a Cordero y habilita su extradición.
- 18/11 – Zero Hora – pág. 14 – Anos de Chumbo: STF nega *habeas* a coronel uruguaio.

PARTICIPAÇÃO EM ATOS E REUNIÕES COM AUTORIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS.

- 06/01 – Gabinete do Chefe de Polícia/RS
 c/Chefe de Polícia, Del. Dr. Acelino Marchisio
 Solidariedade ao Del. Dr. R. Pimentel – caso IP. Fórum Social Mundial
 Consulado da República Argentina em Porto Alegre
 c/ Cônsul Jorge A Biglione - tratativas p/extradição do Cel. Cordero
- 10/02 – Consulado da República Argentina em Porto Alegre
 c/ Cônsul Jorge A Biglione - tratativas p/ extradição Cel. Cordero.
 Declaração formal p/Justiça Federal da Argentina – Causa nº13.445/99.
- 25/02 – Em Buenos Aires
 Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nº7 a cargo del
 Sr. Juez Dr. Guillermo Montenegro – Secretaria nº 14, a cargo Del Dr.
 Daniel Presti - Caso extradição do Coronel Manuel Juan Cordero
 Piacentini (uruguaio): - depoimento e entrega de documentos sobre a
 localização do mesmo, em Santana do Livramento/RS – Brasil.
- 26/02 – Em Buenos Aires
 Reunião com o jornalista Fabián Kovacic: caso extradição do Coronel.
 Manuel Juan Cordero Piacentini
- 01/03 – Em Montevideo
 Parlamento da República Oriental do Uruguay
 Palácio de Las Layes – Congresso Nacional
 Cerimônia de posse do Presidente Tabaré Vasquez
- 03/03 – Em Montevideo
 Ministério de Relaciones Exteriores – R. O del Uruguay
 c/ Vice-Ministra de Relaciones Exteriores, Belela Herrera
 – caso extradição p/Argentina, do Cel. Manuel Juan Cordero Piacentini
- 04/03 – Em Montevideo
 Embaixada da República Argentina.
 c/Embaixador D. Hernan Patiño Mayer
 – caso extradição do Coronel Manuel Juan Cordero Piacentini
- 14/03 – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
 Audiência com Prefeito José Fogaça – solicitando cumprimento da Lei
 Nº8.148 - “Dia da Lembrança dos Heróis e Mártires da Guerra Contra o
 Nazi-Fascismo”.
- 19/03 – Polícia Federal/RS
 c/Del. Dr. Stocher – caso extradição do Coronel Manuel Juan Cordero
 Piacentini.
- 29/03 – Brasília/DF – Audiência no Ministério da Justiça
 Para manifestar nossa contrariedade ao pedido refúgio do
 Coronel Manuel Juan Cordero Piacentini.
- 07/04 – Câmara Municipal de Porto Alegre

- c/ Presidente, Ver. Eloy Guimarães – Denúncia
Venda terreno CEEE para Pref. POA, sem autorização da Câmara.
- 26/04 – Consulado da Itália em Porto Alegre.
Entrega de documentos para serem enviados ao Tribunal Penal de Roma, para o Juiz Dr. Giancarlo Capaldo.
Caso “Operação Condor”, referentes às vítimas ítalo-argentinas: Lorenzo Ismael Viñas e Horacio Domingo Campiglia.
Responsabilidade: de militares brasileiros e, ex-Delegado do DOPS/RS.
- 27/04 – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
com Dep. César Buzatto – Secretário Municipal
Tratativas p/comemoração do “Dia da Lembrança dos Heróis e Mártires da Guerra conta o Nazifascismo”.
- 02/05 – Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Reunião
Tratativas p/comemoração do “Dia da Lembrança dos Heróis e Mártires da Guerra conta o Nazifascismo”.
- 08/05 – Dia dos Heróis e Mártires da Guerra Contra o Nazifascismo
Cerimônia de colocação, no Monumento aos Pracinhas, da placa em Homenagem ao “Dia da Lembrança dos Heróis e Mártires da Guerra Conta o Nazifascismo”, conforme a Lei 8.148/1998.
- 13/05 – Palácio da Polícia – Departamento de Polícia Metropolitana.
C/Del. Dr. Paulo César Jardim:
identificação dos skinheads que agrediram jovens judeus no dia 08/05.
- 23/05 – Palácio da Polícia – Departamento de Polícia Metropolitana
c/Del. Dr. Paulo César Jardim: caso skinheads.
- 25/05 – Procuradoria Federal Regional
c/Procurador Federal Dr. Paulo Leivas
Nossas preocupações c/atuação de grupos de skinheads no RS e no Brasil.
- 01/06 – Câmara Municipal de Porto Alegre – Tribuna Popular
Finalmente cumprida a Lei Municipal nº8.148
“Dia da Lembrança dos Heróis e Mártires da Guerra Contra o Nazifascismo”.
- 07/06 – Câmara Municipal de Porto Alegre – Comissão de Direitos Humanos
Denúncia: Morro do Osso – Índias kaingangs que foram agredidas p/Secretário do Meio Ambiente, Ver. Beto Moesch.
- 10/06 – Câmara Municipal – Comissão de Direitos Humanos
Tratativas: Caso Kaingangs do Morro do Osso.
- 14/06 – Câmara Municipal – Comissão de Direitos Humanos
Visita ao Morro do Osso.

- 22/06 – Pasos de Los Libres – República Argentina
 Depoimento prestado na Justiça Federal Argentina, ante Juiz Dr. Juan Angel Oliva, assistido pelo Secretário Autorizante, Dr. José Luis Mora y Araújo: Caso desaparecidos Lorenzo Ismael Viñas e Pe. Jorge Oscar Adur que, possivelmente tenham passado por “La Polaca”.
- 05/08 – Palácio da Polícia – Departamento de Polícia Metropolitana
 c/Del. Dr. Paulo César Jardim – caso skinheads nazistas.
- 12/08 – Palácio da Polícia – Departamento de Polícia Metropolitana
 c/Del. Dr. Paulo César Jardim – caso skinheads nazistas.
- 16/09 – Reunião com Dep. Federal Alceu Collares:
 Ante-Projeto Lei: Novo Estatuto dos estrangeiros.
- 29/09 – Ministério Público Federal – Regional c/ Dr. Paulo Leivas e Dr. Weber
 Ante-Projeto de Lei: Novo Estatuto dos Estrangeiros
 - Palácio da Polícia - Departamento de Polícia Metropolitana
 c/Del. Dr. Paulo César Jardim: caso skinheads.
- 11/10 – Corregedoria da Polícia Civil: Depoimento
 Caso Del. Jardim > denunciado por abuso de autoridade.
- 27/10 – Palácio da Polícia - Departamento de Polícia Metropolitana
 c/Del. Dr. Paulo César Jardim: caso morte do apenado Rodrigo Alves
- 07/11 – Secretaria Estadual da Cultura:
 Memorial dos Lanceiros Negros.
- 07/11 – Polícia Federal – Regularizar presença no Brasil de Guadalupe Maribel
 López Thambourindeguy – cidadã Argentina.

**PROMOÇÃO OU PARTICIPAÇÃO EM EXPOSIÇÕES, DEBATES, MESAS
 REDONAS, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E PALESTRAS.**

- 24/01 – Memorial do Rio Grande do Sul
 Organizar fotos para exposição: “Fotografia e Resistência”
 Fotógrafo uruguaio Aurélio González
- 27/01 – Inauguração da Exposição Fotográfica – c/palestra
 “Fotografia e Resistência”
 Aurélio González – Chefe de fotografia do diário “El Popular”
 Promoção: Movimento de Justiça e Direitos Humanos
 Rel- UITA
 Secretaria de Estado da Cultura/RS
 Memorial do Rio Grande do Sul
- 28/01 – Estréia do filme: “A Las Cinco en Punto” – c/palestra
 Universindo Rodriguez Diaz – Pedro Charlo
 Promoção: Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Rel- UITA
Secretaria de Estado da Cultura/RS
Memorial do Rio Grande do Sul

- 29/01 – Exibição do filme: “A Las Cinco en Punto”
Memorial do Rio Grande do Sul.
- 09/04 – Morro do Osso – Festa 1º Ano Recuperação p/índios Kaingang
- 18/05 – Memorial do Rio Grande do Sul
Tratativas c/Pres. Voltaire Schilling + R. Gusmão
Exibição com debate, do filme “Cinzas da Guerra” no dia 09/07, às 19,00hs
- 20/05 – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
c/Fernando> tratativas: exibição c/debate do filme: “Cinzas da Guerra”
- 09/06 – Memorial do Rio Grande do Sul
Exibição do filme: “Cinzas da Guerra” – c/debates;
Prof. Dr. Luis Milmam
Dr. Luiz Gustavo Guilhermano
- 11/07 – Colégio Israelita – Painel: Intolerância: Sofremos deste mal ?
(Caso skinheads nazistas)
Prof. Guershon Kwasniewski
Del. Dr. Paulo César Jardim
Jair Krischke
- 22/06 – República Argentina – Província de Corrientes – Paso de Los Libres
Colégio de Abogados – Palestra: Operação Condor y La Polaca.
- 02/09 – UNISINOS – IVº Congresso Internacional da Educação
Tema Geral: Educação da Fronteira do Humano
Tema da Palestra: Direitos Humanos e Educação
Conselheiro Prof. Dani Rudnicki
- 23/12 – Memorial do Rio Grande do Sul
Lançamento Concurso Nacional de Projetos
Memorial dos Lanceiros Negros

PARTICIPAÇÃO EM ATOS, COMITÊS, REUNIÕES COM OUTRAS ENTIDADES

- 05/05 – Federação Israelita do Rio Grande do Sul.
Cemitério Israelita – Cerimônia Ashoa.
- 09/05 – AJURIS – Lançamento do Prêmio Direitos Humanos.
- 20/05 – Sinagoga c/ Rabino Rubén caso skinheads.
- 15/09 – Reunião c/OAB/RS – Dr. Mazzardo e Elisa
Tratativas para o XXIIº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo

- 24/05 – Sinagoga
Palestra: Neonazismo em Porto Alegre.
Del. Dr. Paulo César Jardim – Jair Krischke
- 22/06 – Paso de Los Libres – Prov. de Corrientes – República Argentina
Com a direção do Colégio de Abogados e Claudia Allegrini, visita
a Estância La Polaca, provável local utilizado p/Operação Condor.
- 17/08 – Câmara Municipal de Alvorada/RS
Palestra: Direitos Humanos e Realidade Social das Periferias.
- 27/10 – Reunião c/OAB/RS – Dr. Mazzardo e Elisa
Tratativas para o XXIIº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.
- 14/11 – Pinheiro Machado
Memorial dos Lanceiros Negros
- 24/11 – Reunião no OAB/RS – Memorial dos Lanceiros Negros.

XXIIº PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO

Promotores:

Movimento de Justiça e Direitos Humanos

Ordem dos Advogados do Brasil

Associação do Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do RS

UITA- Regional Latino-americana

União Internacional dos Trabalhadores na Alimentação

Lançamento do Prêmio

Julgamento dos Trabalhos inscritos

- 12/12 – Auditório da OAB/RS – Cerimônia de entrega do Prêmios

ANEXO M – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2006

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2006

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos, ao longo do ano de 2006, desenvolveu várias atividades elencadas na forma a seguir descrita:

PRESENÇA DO MJDH NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL E EXTERIOR

- 02/01 – La República (Montevideu) – pág. 03 – Sospechan que el prófugo Cordero huyó de Brasil.
- 03/01 – Rádio AM Libre (Montevideu) – Entrevista > Extradición Cel. Cordero.
La República (Montevideu) – pág. 07 – Presunta huida de Cordero dejó al descubierto.
- 04/01 – La República (Montevideu) – pág. 10 – Abogado desmiente fuga de Cordero, pero no dice dónde está.
- 08/01 – Rádio Band AM – Programa Hora Israelita – Entrevista: Caso grupo de neonazistas agresores de jovens judeus em 08/05/05.
- 09/01 – Lançamento do Concurso Público Nacional “Memorial dos Lanceiros Negros” + Monumento em Porto Alegre.
Correio do Povo – pág. 16 / O Sul – pág. 05 / Jornal das Cidades pág. 06
Jornal do Comércio – págs. 02 e 24.
- 10/01 – Correio do Povo – pág. 20 – Concurso Nacional de arquitetura Memorial Lanceiros Negros.
- 17/01 – Rádio Band AM – Programa: Manhã Bandeirantes
Tema: Caso menino morto em tiroteio.
- 20/01 – Rádio Band AM – Entrevista – Tráfico de mulheres.
- 22/01 – La República (Montevideu) – pág. – Los torturadores son gerentes en el verano de Punta del Este.
Boletim “Compañero” do Partido por la Victoria del Pueblo > Idem
- 26/01 – Zero Hora – pág. 51 – PF entrega inquérito sobre ação de cartel de empresas de segurança privada..
Coletiva de imprensa: Cartel de empresas de segurança privada ameaçam de morte aos denunciantes.
RBS-TV + Rádio Gaúcha + Zero Hora.
- 30/01 – Rádio Band AM – Entrevista – Superlotação no presídio feminino

“Madre Pelletier”.

- 09/02 – Entrevista com duas jornalistas alemãs sobre o trabalho do Movimento de Justiça e Direitos Humanos – acompanhadas p/ Caroline + Rosina
- 10/02 – Jornal Já – pág. 18 – Lançamento do Concurso Nacional Memorial dos Lanceiros Negros.
- 18/02 – La República (Montevideú) pág. 07 – Archivo fotografico El Popular
La historia gráfica de la izquierda fue rescatada en una “tumba clandestina”.
- 22/02 – RBS-TV – Entrevista > Corregedoria da Brigada Militar.
- 28/02 – La República (Montevideú) – pág 06 – El prófugo Cel. Cordero.....
- 07/03 – RBS-TV – Entrevista: Racismo no futebol > Juventude X Grêmio
Vítima: atleta Jeovânio Rocha Nascimento do Grêmio Football Porto Alegrense.
- 08/03 – Coletiva: Documentos desclassificados Ministério de Relações Exteriores (Uruguai)> Casos Flávia Schilling – Flávio Tavares Sequestro Lílian / Universindo – Monitoramento da imprensa Brasileira pela repressão uruguaia.
RBS-TV, TV Com, TV-Band, Zero Hora, Correio do Povo, Rádio Gaúcha
- 09/03 – Zero Hora – pág. 17 – Uruguai libera documentos sobre ditadura.

Correio do Povo – pág. 03 – Uruguai doa acervo sobre regime militar.
- 10/03 – Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ – pág. 06 – Estado brasileiro reconhece mortos pela ditadura.
pág. 07 – Arquivos abertos ? Que arquivos ?
- 13/03 – TV-Band. – Entrevista: Caso policial denunciado por matar menino.
- 16/03 – Rádio Band AM – Programa: Manhã Bandeirantes
Tema: Exército ocupa favelas no Rio de Janeiro.
- 17/03 – TV-Assembleia – Entrevista > Racismo no futebol.
- 24/03 – Informativo Sirel – Direitos Humanos – UITA
La dictadura más cruel y brutal de la región > Argentina.
- 28/03 – Zero Hora – pág. 30 – Carlos Lamarca, de volta ao Colégio Militar.
- 29/03 – TV-PUC – Entrevista: Golpe militar e os arquivos da repressão.
- 01/04 – Zero Hora – pág. 40 – Preto, azul e branco contra o racismo.
Folha de São Paulo – Racismo preocupa o Grêmio.....

- 02/04 – O Estado de São Paulo – pág. A 14 – Começa divulgação de arquivos....
- 03/04 – O Estado de São Paulo – pág. A 10 – Documento revela como SNI....
- Zero Hora – ZH Esportes – pág. 06 – Grêmio + MJDH contra racismo.
- 04/04 – O Estado de São Paulo – pág. A 12 - Na volta ao país, exilados eram vigiados de perto pela repressão.
- 06/04 – Jornal da Universidade (UFRGS) – pág. 05 – Fundamentalismo, um fenômeno mundial.
- 11/04 – Rádio Pampa – Programa: Conexão Pampa
Tema: Ditadura Militar
- 18/04 – RBS-TV – Entrevista: MST > Denúncias de cárcere privado, drogas etc.
- 19/04 – Jornal Momarandu – Prov. de Corrientes – Argentina
La Polaca: Se postergo declaración de ex-policía Julio “Turco” Simon.
- 28/04 – Zero Hora – pág. 37 – Apoio gaúcho a prisioneiros cubanos.
- 29/04 – Zero Hora – Segundo Caderno – Contracapa – Lanceiros Negros
IAB/RS divulgará os premiados do Concurso Nacional.
- 04/05 – Jornal da Universidade (UFRGS) – pág. 10 – Brasil não queria receber refugiados.
- 08/05 – Rádio Gaúcha – Início da Série de 15 reportagens: Nazistas Sulinos.
Zero Hora – pág. 03 – Nazistas no Sul.
- 10/05 – Jornal Já – pág. 11 – No rastro de Porongos.....Lanceiros Negros.
- 14/05 – Rádio Band AM – Programa: Hora Israelita > Entrevista
Tema: Neonazismo e Antissemitismo no Sul.
Zero Hora – pág. 38 – Polícia gaúcha segue rastro dos nazistas.
- 16/05 – La República (Montevideu) – II Conferencia de Defensa del Cono Sur.
Entrevista: “Comissão Especial da Segurança Pública”
da Assembleia Legislativa do RS.
Rádio Band-AM / Rádio Web / Rádio As. Legislativa // TV-SBT
- 17/05 – La República (Montevideu) – pág. 03 -aporto testimonio y pruebas al juez Norberto Oyarbide.
- 22/05 – TV Assembleia – Canal 16 – Programa: Confraria Castro Alves
Tema: Lanceiros Negros.
Rádio Gaúcha – Entrevista: Documentos secretos do Ex-Ministro da Educação, Tarso Dutra.

- 27/05 – Zero Hora – capa + págs. 6 e 7 – Prédio do Tribunal de Justiça.
Mural elege faces do Rio Grande.
- 28/05 – Rádio Band AM – Programa: Hora Israelita > Entrevista.
Tema: Skinheads na condição de réus na Vara do Júri.
- 30/05 – Zero Hora – pág. 14 – Livro contesta homenagem a guerrilheiro Sobrosa
- 01/06 – Site + Rádio – Assembleia Legislativa RS
MJDH defende proposta p/Segurança Pública.
- 03/06 – Zero Hora – Caderno Cultura – pág. 07 – Em defesa de uma ausência.
- 08/06 – Rádio Universidade (UFRGS) – Programa: Entrevista Coletiva
Tema: Direitos Humanos X Violência.
Rádio França Internacional – Entrevista: Invasão e violência no
Congresso Nacional.
- 12/06 – TV-SBT – Entrevista: Exposição > “30 Anos Sem Jango”
- 13/06 – Zero Hora – Caderno Cultura – pág. 06 – Título: Livro do mês. Em PS
de Luís Augusto Fischer > Mural Palácio da Justiça.
- 16/06 – Site do Tribunal de Justiça: TJRS confirma condenação de neonazistas.
- 19/06 – TV-SBT – Entrevista: Mantida p/TJRS, condenação dos neonazistas da
da Banda Zurzir.
- 21/06 – TV-Band – Entrevista: Progressão de Pena > Caso Papagaio.
- 23/06 – Zero Hora – Palavra do Leitor: Apoio ao Mural do TJRS.
TV-Record – Programa: Domingo Espetacular.
Tema: Skinheads neonazistas atacam no Sul.
- 29/06 – Rádio Band AM – Programa: Manhã Bandeirantes
Tema: Segurança Pública.
Rádio Gaúcha – Entrevista: Revisão Editora volta a atacar em novo site
hospedado no exterior.
- 30/06 – News Letter Vide Versus – Editora nazista volta a atacar, agora pela Internet.
Zero Hora – Caderno Zona Sul – capa – Índios no Sétimo Céu.
- 02/07 – Rádio Band AM – Programa: Hora Israelita > Entrevista.
Tema: Novo site da Revisão Editora.
- 06/07 – TV-Pampa – Entrevista: Condenação de Skinheads da Banda Zurzir por
apologia do racismo e lesões corporais.
- 07/07 – Coluna do Polibio – Divulgação > Jantar do MJDH.
Jornal da Universidade (UFRGS) – pág. 02 – A Violência

Comportamental e Ideológica dos Skinheads.

- 16/07 – Zero Hora – págs. 42 / 43 / 44 – A guerrilha brasileira PCC domina as cadeias.
TV-Record – Nacional > Programa: Domingo Espetacular.
Revisão Editora segue vendendo p/Internet e, em local clandestino, livros neonazistas, condenados p/Justiça.
- 17/07 – Agência Rádio Web – Entrevista: Caso morte de Jean Charles Menezes
Justiça de Londres decide não punir policiais.
- 18/07 – Zero Hora – pág. 57 – UFRGS cassa diploma de pós-graduado.
- 19/07 – TV-Com + Rádio Gaúcha – Entrevista: Viagem à N. York da Comissão Especial de Segurança Pública (AL/RS), com convidados (11 pessoas).
- 19/07 – Site do Goethe Institut – Promove Debate: Racismo e Futebol
Ruy Carlos Ostermann + Jair Krischke
- 20/07 – Zero Hora – pág. 52 – Coluna Ruy Carlos Ostermann – Divulga debate:
Racismo no Futebol – Promove > Goethe Institut
- 26/07 – Blog do Diego – TV-E Boicota Secretário Geral do MJDH.
- 05/08 – Zero Hora – pág. 27 – Argentina condena torturador da ditadura.
- 07/08 – TV-RBS – Entrevista – Justiça Argentina condena o torturador “El Turco Julio”
Rádio França Internacional – Entrevista: Novos ataques do PCC.
- 12/08 – Zero Hora – Segundo Caderno – pág. 06 – O Uruguai sai das Sombras.
- 14/08 – Rádio Band AM – Programa: Manhã Bandeirantes.
Tema: Ataques do PCC + Situação dos Presídios.
- 15/08 – Rádio França Internacional – Entrevista: Novos ataques do PCC +
Sequestro de jornalista da TV-Globo.
- 21/08 – Zero Hora – pág. 38 /39 – Prisões: Endurecer ou humanizar ?
- 22/08 – Canal 20 – Programa: 100 Limites.
Apresentador: Dr. Jaime Eduardo Machado
Tema: Segurança Pública.
- 25/08 – O Minuano – capa, pág. 08 – Vítima de atentado depõe na polícia e,
teme novo ataque.
- 26/08 – Rádio PUC – Entrevista: Ditadura militar no Brasil e no Cone Sul.
- 29/08 – Zero Hora – pág. 55 – Coluna Paulo Sant’Ana – Desarmar a bomba.
- 31/08 – Rádio França Internacional – Entrevista: Trabalho Escravo no Brasil.

- 03/09 – Zero Hora – pág. 40 – Fronteira abrigou centro de tortura.
- 04/09 – Folha de São Paulo – pág. A-6 – Eu voto em.....
- 20/09 – Rádio França Internacional – Entrevista: Caso dossiê do PT.
- 21/09 – O Sul – Caderno Colunistas – pág. 02 – Coluna do Polibio
Polibio entrevista Jair Krischke.
- 23/09 – Polibio Braga On Line – O PT persegue a imprensa.
- 24/09 – Diário do Grande ABC – São Paulo – Coluna Carlos Brickmann
Fraude não.
- 26/09 – News Letter Ponto Critico nº219 – Lançamento do livro: A Vanguarda do atraso.
- 27/09 – News Letter Vide Versus nº554 – PT paga por ação que moveu e
perdeu para Jair Krischke.
- 29/09 – O Minuano – pág. 02 – PT paga por ação que moveu e perdeu para Jair Krischke.
- 13/10 – PeaceLink – telematima per la pace – Globalizzazione della solidarietà e
ella lotta sindacale in Latina > Celebrata la XIII Conferenza della
Rel-UITA – I principali espositori durante l'attività – Jair Krischke
- 14/10 – TV-Canal 20 – Programa: Terceiro Setor – Apresenta Deise Nunes
Tema: Direitos Humanos.
- 17/10 – Jornal NH – pág. 48 – Delegacia Regional recebe dossiê com denúncias
de Estância Velha.
- 18/10 – Polibio Braga On Line – Estância Velha/RS Jornalista pede proteção policial.
- 20/10 – O Minuano – capa + pág. 9 – Denúncias sobre Estância Velha entregues
na Delegacia Regional de Polícia.
- 26/10 – Zero Hora – pág. 54 – Hique Gómez pede saída de índios do Morro do Osso.
- 30/10 – Zero Hora – pág. 23 – Morro do Osso: Publicitário é retido por índios.
- 31/10 – Zero Hora – pág. 39 – Casamento leva gaúcha à prisão.
- 07/11 – Rádio Band AM – Programa: Manhã Bandeirantes.
Tema: Condenação à morte de Saddam Hussein.
- 08/11 – Zero Hora – pág. 42 – Criação de entidade: Associação Amigos da
Capela Positivista de Porto Alegre.
- 09/11 – Zero Hora – pág. 50 – Moradores criticam índios no Ministério Público.

- Pág. 37 – Nasce entidade para recuperar capela positivista.
 10/11 – TV-SBT + TV-E – Noticiário: Criada Ass. Amigos Capela Positivista
- 14/11 – Site Terra – Caso morte suspeita (Londres) de Eduardo Iglesias Moreira.
 Corpo de brasileiro está retido, há 12 dias em Londres.
 Zero Hora – pág. 29 – Corpo de gaúcho fica retido na Grã-Bretanha.
 Coletiva de Imprensa: Morte em Londres (02/11), do jovem Eduardo Iglesias Moreira > corpo retido p/polícia.
 TV-RBS / TV-Band Regional e Nacional / TV-SBT / TV-Globo
 Rádios Gaúcha + Rádio Guaíba.
- 15/11 – Correio do Povo – pág. 08 – Família de Iglesias recorreu ao MJDH.
 Zero Hora – pág. 27 – Família de gaúcho recebe apoio.
 O Globo – Pais de gaúcho morto em Londres cobram apoio do governo.
 TV-Record – Nacional > Jovem morto em Londres, c/imagens do local onde foi encontrado agonizando.
- 16/11 – O Dia (RJ) – pág. 16 – Demora na liberação de corpo aumenta dor.
- 17/11 – Correio do Povo – pág. 03 – Aguardado o corpo de gaúcho.
 TV-Band – Entrevista: SUSEPE > Contêineres p/depositar presos.
 Informativo OAB/RS – Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.
- 19/11 – Cobertura de imprensa: Enterro do jovem Eduardo Iglesias Moreira.
 TV-SBT / TV-Band / TV-RBS / Rádios Gaúcha / Guaíba / Band AM
 Correio do Povo / Zero Hora.
- 20/11 – Correio do Povo – pág. 07 – Sepultado jovem que morreu em Londres.
 Zero Hora – pág. 20 – Sepultado gaúcho achado agonizante em Londres.
- 22/11 – Zero Hora – pág. 29 – Gaúcha é encontrada morta em Portugal.
 TV-RBS – Entrevista: Gaúcha assassinada em Lisboa.
 TV-Universidade /PUC/RS – Programa: Argumento Contra Argumento
 Cristiane Finger – Juremir Machado
 Tema: Capela Positivista de Porto Alegre.
 TV-Assembleia – Programa: Democracia.
 Tema: Semana da Consciência Negra.
- 30/11 – Correio do Povo – pág. 17 – Família de advogado morto pede apuração.
 Zero Hora – p. 52 – Família pede justiça na morte de advogado.
- 05/12 – Rádio Guaíba – Entrevista: HIV nos presídios gaúchos.
- 07/12 – O Minuano – capa + pág. 08 – Caso Martinelli: Está preso o autor dos disparos.
 TV-Educativa – Programa: Cidadania
 Tema: Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- 10/12 – Zero Hora – pág. 21 – Tema para debate: O pacto de governabilidade.
 Bruno Lima Rocha.

- 12/12 – La República (Montevideu) – pág. 04 / 05 – Encuentro: Memoria y Derechos Humanos – De Cara al Siglo XXI.
- 13/12 – La República (Montevideu) – pág. 07 – Hay información que sustenta hipótesis de que Brasil hubiera invadido Uruguay en 1971 si ganaba el Frente Amplio.
Polibio Braga On Line – Mainardi repercute perseguição do governo Olívio.
Rádio Band AM – Entrevista: Brasileira morta em Lisboa.
- 15/12 – O Sul – Caderno Colunistas – pág. 02 – Flávio Pereira
Omar Ferri denuncia meias-verdades no sequestro dos uruguaios.
- 16/12 – O Dia (RJ) – pág. – Herança saída das trevas: Ditadura de Pinochet permitiu o fortalecimento de grupos neonazistas no país.
- 19/12 – La República (Montevideu) – pág. 07 – El coronel. Cordero está em San Pablo.
- 20/12 – TV-Assembleia – Programa: Democracia – Tema: Direitos Humanos.
Informativo OAB/RS – pág. 02 – Prêmio D. Humanos de Jornalismo.
- 22/12 – Diário Gaúcho – pág. 39 – Corregedoria da Polícia Civil sob investigação.
- 23/12 – O Sul – Caderno Reportagem – capa – Escândalo atinge a Polícia Civil.
- 27/12 – Zero hora – pág. 29 – Morro do Osso: Funai deverá defender saída de kaingangs.
- Livro: Fuimos Soldados
– História secreta de la contraofensiva Montonera.
Autor: Marcelo Larraquy – Aguillar
Página 191 >

ATENDIMENTOS DIVERSOS E PRESTAÇÃO DE ASSESSORIAS

- 22/02 – Recebemos a visita de familiares dos cinco cubanos presos nos EUA:
Gerardo Hernández, Ramón Labiño, Antonio Guerrero, Fernando González e René González.
Magaly Ilort > mãe de Fernando Gonzáles
Olga Salanueva > esposa de René Gonzáles
Beatriz Santamaría > governo cubano.
CAMPANHA PARA LIBERTAÇÃO.
- 23/02 – Visita de Juan Carlos Mechoso – dirigente da FAU.
- 09/03 – Prof. Marco Antônio Villalobos – Documentos secretos do Itamaraty.
- 13/03 – Reunião c/Dr. Iossel > Caso de V.L. de M. – demora em julgamento.
- 24/03 – Cineasta Mariângela Grando – Documentário > Operação Condor.
- 03/04 – Reunião c/ Força Sindical > Organizar ato de apoio a Francenildo.

- 09/05 – Prof. Marta Georgief – E.E.Ens. Fundamental Prof. Violeta Magalhães.
Vítima de perseguição (?).
- 24/05 – Recebemos Dr^a Allegra Viviane Yallouz – Educação em D. Humanos.
- 20/07 – Atendimento a Gregório Mendonça > Anistia e Indenização /Es S. Paulo.
- 21/07 – Recebemos Ten. Cel. Altair – Presidente da As. dos Oficiais da BM.
Realização de simpósio nacional sobre Segurança Pública.
- 16/08 – Susel Oliveira > Mestranda – Visita prédio rua Santo Antônio onde
funcionou o Dopinho.
- 18/08 – Caso morte suspeita do Advogado Elmar Alberi Rodrigues Ledur.
- 28/08 – Acervo Ditadura: c/J. Rogério Liks + Dante Liberato Bregonzi Turconi
Pedido cópia documentos.
- 30/08 – Comissão de Anistia > Caso Nélida Esther Parodi B. de Mintegui.
- 01/09 – Dr. Antônio C. Cortes: encaminhamento familiares caso assassinato
jovem negro.
- 06/09 – Atendimento a Gregório Mendonça> Comissão de Anistia – Brasília/DF.
Comissão de Indenização / Estado de São Paulo.
Complementação de documentos.
Atendimento > Caso Estância Velha – atentado contra a vida de Mauri
Martinelli, colunista do jornal O Minuano.
- 11/09 – Caso Ledur – Atendimento.
- 21/09 – Reunião c/Del. Dr. Álvaro Chaves – Caso atentado Mauri Martinelli.
- 06/10 – Atendimento – Caso Estância Velha > c/Claudete + Martinelli.
- 16/10 – Atendimento advogado > Caso no Uruguay.
- 17/10 – Memorial do RS –Criação da As. Amigos da Capela Positivista.
- 26/10 – Reunião c/ Diretor da Aliança Francesa – Criação da As. Amigos da
Capela Positivista de Porto Alegre.
- 31/10 – Guilherme Runge – solicita apoio jurídico Foro de Uruguaiana.
Audiência: 08/11 – às 15,30hs – Escritório Dr. C. Riela.
- 01/11 – Memorial do RS – Reunião > Ass. Amigos da Capela Positivista.
- 03/11 – Atendimento: Magali Ledur > irmã Dr. Elmar Alberi R. Ledur – morto
Presídio Central

- 04/11 – Atendimento: E. Fonseca e L. Araújo – (estudantes) > Ditadura Militar.
- 06/11 – S. Autógrafos – Lançamento livro: “Vanguarda do Atraso”
- 13/11 – Atendimento – Família jovem Eduardo Iglesias Moreira, morto em Londres em 02/11(corpo retido) > Coletiva de Imprensa.
- 14/11 – Coletiva de Imprensa > Caso jovem morto em Londres.
- 19/11 – Enterro do jovem Eduardo Iglesias Moreira.
- 20/12 – Atendimento > Caso Estância Velha – Atentado contra Mauri Martinelli colunista do jornal O Minuano.
- 21/11 – Atendimento: Caso gaúcha Tatiana Thomaz Pereira – assassinada em Lisboa em 10/11. Família pede traslado do corpo.
- 23/11 – Memorial do RS - Reunião > Ass. Amigos da Capela Positivista.
- 27/11 – Atendimento: Luis Américo Cidade – Denuncia s/Sistema Protege.
- 28/11 – Atendimento > Caso Estância Velha – Atentado contra Mauri Martinelli colunista do jornal O Minuano.
- 29/11 – Coletiva de Imprensa: c/familia Ledur > Denuncia: Dr. Elmar Alberi R. Ledur – morre de forma suspeita no Presídio Central.
- 20/12 – Atendimento > Caso Estância Velha – Atentado contra Mauri Martinelli colunista do jornal O Minuano.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E ATOS COM AUTORIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS.

- 04/01 – Gabinete do Secretário do Trabalho e Ação Social
Convite para lançamento público do Concurso Nacional Memorial dos Lanceiros Negros.
Consulado da República Argentina em Porto Alegre
c/ Cônsul Jorge A Biglione – tratativas p/extradição do Cel. Cordero
- 05/01 – Foro Central – 2ª Vara do Júri – Oitiva dos réus > caso Neonazis que, na madrugada do dia 08/05/2005, agrediram jovens judeus.
- 13/02 – Em Buenos Aires
Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nº7 a cargo del Sr. Juez Dr. Guillermo Montenegro – Secretaria nº 14, a cargo del Dr. Daniel Presti > Tratativas sobre a extradição do Coronel Manuel Juan Cordero Piacentini (uruguaio).
- 15/02 – Em Montevideú.
Ministério de Educación y Cultura c/ Drª Maria Elena Martinez

- Salgueiro + Prof. Oscar Destouet > Documentos desclassificados no Ministério de Relações Exteriores, sobre brasileiros.
- 23/02 – Câmara Municipal de Porto Alegre – Tribuna Popular.
Tema: Campanha p/liberdade dos 5 cubanos presos nos EUA.
- 01/03 – Prefeitura Municipal de Porto Alegre – Gabinete do Prefeito
Lançamento da Campanha: “30 ANOS SEM JANGO”
- 14/03 – Câmara Municipal de Porto Alegre – Comissão CEDECONDH.
Preconceito Racial
Vítimas: David Carradine Moreira dos Santos
Jeovânio Rocha Nascimento
- 27/03 – Departamento de Polícia Metropolitana – Diretor Del. Paulo Jardim.
c/TV Globo – programa Fantástico – Skinheads neonazistas.
- 04/04 – Câmara Municipal de Porto Alegre – Com. de Direitos Humanos.
Denúncia: menor foi agredida p/agente da FASC.
- 05/04 – Câmara Municipal de Porto Alegre
Tribuna Popular: “31 de Março > Para Não Esquecer”.
- 16/05 – Câmara Municipal de Porto Alegre
Reunião conjunta das Comissões de Saúde e Meio Ambiente +
Comissão de Defesa Consumidor, Dir. Humanos e Segurança Urbana.
Solicitação do MJDH > Estações de Rádio Base Telefonia Celular.
Assembleia Legislativa – Gabinete da Presidência
Instalação da Comissão Especial da Segurança Pública.
- 23/05 – Foro Central – 2ª Vara do Júri – Oitiva do perito > caso Neonazistas que,
na madrugada do dia 08/05/2005, agrediram jovens judeus.
- 24/05 – As. Legislativa – Com. Especial da Segurança Pública.
Oitiva do Secretário da Justiça e da Segurança.
- 25/05 – Foro Central – 2ª Vara do Júri – Oitiva > caso Neonazistas que, na
madrugada do dia 08/05/2005, agrediram jovens judeus.
- 26/05 – Foro Central – 2ª Vara do Júri – Oitiva > caso Neonazistas que, na
madrugada do dia 08/05/2005, agrediram jovens judeus.
- 01/06 – Assembleia Legislativa > Comissão Especial da Segurança Pública.
Análise e Propostas > Depoimento do MJDH.
- 02/06 – Prefeitura Municipal de Pinheiro Machado
c/participação da Prefeitura Municipal de Piratini.
Palestra: Pinheiro Machado e a Revolução Farroupilha
+ Lanceiros Negros > Luiz Francisco Corrêa Barbosa.
- 12/06 – Câmara Municipal de Porto Alegre.

Inauguração da Exposição Fotográfica “30 Anos em Jango”

- 04/07 – Polícia Civil Aeroporto > Comissário Renato:
Proteção desembarque da Sr^a Wafa Ezzeldeie Hamed Abdala (Jordão).
Polícia Civil – Diretor do DPM – Del. Paulo C. Jardim > neonazismo.
- 05/07 – Foro Central – 8^a Vara Criminal – c/ Promotor Dr. Rui Paulo Nazario de
Oliveira.> S. Ellwanger – livros neonazistas.
- 11/07 – Foro Central – 8^a Vara Criminal – c/ Promotor Dr. Rui Paulo Nazário de
Oliveira> nova representação contra S. Ellwanger p/venda p/Internet e
em local clandestino, de livros já anteriormente condenados p/Justiça.
- 17/08 – UFRGS – Fac. Arquitetura – Posse novo Diretor, Prof. Albano Volkmer
- 25/08 – Ouvidoria da Justiça e da Segurança – c/Dr. Jaime Eduardo da Silva,
com encaminhamento ao Secretário da Segurança
Caso morte suspeita no presídio do Adv. Elmar Ledur.
- 30/08 – Assembleia Legislativa: Sessão Solene
> Título Deputado Emérito ao Dep. Bernardo de Souza.
- 06/09 – Justiça Federal/1^a Vara Criminal – Caso ocupação Agência Reg. Anatel.
Assessoria jurídica.
- 12/09 – Foro Central – 2^a Vara do Júri – Oitiva > caso Neonazistas que, na
madrugada do dia 08/05/2005, agrediram jovens judeus.
Oitiva Del. Dr. Paulo César Jardim.
- 16/10 – Polícia Civil – DPM – Del. Jardim – Caso extorsão.
Polícia Civil – Div. Regional de São Leopoldo > Dr. Álvaro Chaves.
Entrega formal denúncias caso Estância Velha.
- 27/10 – Consulado do Brasil em San Diego – Gestões p/libertação da brasileira
Manoela Bastian.
- 31/10 – Faculdade de Arquitetura da UFRGS – Diretor Prof. Albano Volkmer.
Convite: Homenagem 23^o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.
- 03/11 – Secretária Municipal da Cultura – Reunião p/tratar apresentação da
Cantata “Patagônia Rebelde” – de Osvaldo Bayer
- 08/11 – Foro de Uruguaiana – Juizado Especial – Caso réu Guilherme Runge.
- 28/11 – Câmara Municipal de Porto Alegre – Sessão Solene > Recebimento de
Homenagem Prêmio Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do
Adolescente de Porto Alegre.

**PROMOÇÃO OU PARTICIPAÇÃO EM EXPOSIÇÕES, DEBATES,
MESAS REDONAS, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E PALESTRAS.**

- 03/01 – Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/RS.
Reunião preparatória p/Lançamento Concurso Nacional
Memorial dos Lanceiros Negros.
- 27/04 – Auditório da Fac. de Direito – UFRGS.
Lançamento do Comitê p/a Libertação dos 5 prisioneiros cubanos EUA.
Associação Cultural José Martí – Movimento de Justiça e Direitos Humanos
Coordenação dos movimentos Sociais – Assembleia Legislativa/RS.
- 03/05 – Instituto dos Arquitetos do Brasil/RS
Cerimônia de divulgação vencedores do Concurso Nacional
Memorial dos Lanceiros Negros.
- 15/05 – Usina do Gasômetro > Goethe Institut
Exposição Fotográfica: Racismo no futebol.
- 17/05 – Unisinos – “Semana do Assistente Social” – Curso Serviço Social
(Centro 4 – Auditório da Fac. de Direito)
Palestra: Direitos Humanos
Sérgio Bittencourt – Jair Krischke
- 19/07 – Morro do Osso – Encontro de Pajés Kaingangs do Sul do Brasil.
- 20/07 – Usina do Gasômetro – Goethe Institut
Mesa Redonda > Racismo no Futebol
Debatedores: Ruy Carlos Ostermann + Jair Krischke.
- 05/09 – Escola Candido de Godoy – Palestra: Direitos Humanos.
- 13/09 – Montevidéu – Lançamento campanha Anulação da Ley de Caducidad.
- 22/09 – Morro do Osso – Encontro Sobre o Papel do Kujã (Xamã) na Sociedade
Kaingang Contemporânea. Jair Krischke – MJDH
- 02/10- Santo Domingo – República Dominicana:
XIII Conferencia Regional Latino-americana da UITA

Universidad Autónoma de Santo Domingo – às 19,30hs.
Palestra: Violencia en el Campo y en la Ciudad y los Derechos Humanos
Jair Krischke – MJDH
- 11/12 – Intendência Municipal de Montevideo
Seminário: Memoria y Derechos Humanos de Cara al Siglo XXI
Promovem: Ministerio de Educación y Cultura – Uruguay
Embajada de España en Montevideo
Intendencia Municipal de Montevideo
Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo
- 12/12 – PAINEL: De cara al Siglo XXI – Jair Krischke (MJDH)

Belela Herrera (Vice-Ministra de Relaciones Exteriores)

16/12 – Inauguração da nova sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil/RS.

18/12 – Ato de apoio a “Ação Declaratória” ajuizada na Justiça Federal – São Paulo - p/Família Telles, contra o Coronel Brillhante Ustra.

PARTICIPAÇÃO EM ATOS, COMITÊS, REUNIÕES COM OUTRAS ENTIDADES

03/01 – IAB/RS – Reunião p/organizar Lançamento Concurso Nacional:
Memorial dos Lanceiros Negros + Monumento em Porto Alegre.

09/01 – Memorial do Rio Grande do Sul – Com o IAB/RS
Lançamento do Concurso Nacional de Arquitetura – Lanceiros Negros.

27/03 – Grêmio Football Porto Alegrense
Reunião com o presidente, Dr. Paulo Odone, para tratar prevenir:
Racismo na Torcida.

27/04 – Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFRGS.
Ato de Lançamento:
Comitê para Libertação dos cinco cubanos prisioneiros dos EUA.
Associação Cultural José Martí/RS – MJDH – Coordenação dos
Movimentos Sociais / Com. de Cidadania e D. Humanos–As. Legislativa.

03/05 – IAB/RS – Divulgação dos vencedores do Concurso Público Nacional
Memorial dos Lanceiros Negros + Monumento POA.

11/05 – Plenarinho da Assembleia Legislativa RS.
Movimento de Ex-Presos e Perseguidos Políticos.
Andamento dos processos de ANISTIA
C/Dr. Marcello Lavenere Machado

12/05 – Plenarinho da Assembleia Legislativa RS.
Movimento de Ex-Presos e Perseguidos Políticos
Assembleia Geral.

13/05 – IAB/RS – Cerimônia de Premiação dos Vencedores do Concurso
Nacional Memorial dos Lanceiros Negros.
Câmara Municipal de Pinheiro Machado.

21/07 – Plenarinho da Assembleia Legislativa RS.
Movimento de Ex-Presos e Perseguidos Políticos
Reunião do Conselho – Eleição Conselho.

22/08 – Reunião c/ARFOC > XXIIIº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

23/08 – Reunião c/OAB/RS - XXIIIº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

08/11 – Memorial do RS – Reunião p/criação da As. Amigos Capela Positivista.

XXIIIº PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO

Brasil: É esta nação que queremos ?

A cidadania massacrada pelas instituições corrompidas.

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio Grande do Sul, com o apoio da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio Grande do Sul (ARFOC/RS) e da ARFOC/Brasil, instituiu em 1984 o “Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo”, visando estimular o trabalho dos profissionais do jornalismo na denúncia das violações e na vigilância ao respeito aos Direitos Humanos.

Este ano, contando também com o apoio da Secretaria Regional Latino Americana da UITA – União Internacional dos Trabalhadores na Alimentação, Agricultura e Afins - criamos categoria “Premiação Especial” para matérias sobre o tema >

Plantações de eucaliptos, pinus e acácias + indústrias de celulose: Qual o custo benefício para as futuras gerações ?

INSCRIÇÕES

CATEGORIA RÁDIO:	14 inscrições
CATEGORIA CHARGE	03 inscrições
CATEGORIA ACADÊMICO	33 inscrições
CATEGORIA IMAGEM DE TV	08 inscrições
CATEGORIA TELEVISÃO	37 inscrições
CATEGORIA REPORTAGEM	52 inscrições
CATEGORIA FOTOGRAFIA	51 inscrições
CATEGORIA CRÔNICA	19 inscrições
CATEGORIA ESPECIAL	13 inscrições

08/12– Auditório da OAB/RS – Cerimônia de entrega dos Prêmios

VENCEDORES

CATEGORIA ACADÊMICO

Menção Honrosa: Terumi Oshiro

André Mazini

Antônio Carlos Sardinha

8º Semestre - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Título: “VOTO DE CONFIANÇA”

REVISTA – A Pauta da Vida Cotidiana

Menção Honrosa: Daiana Vivan

5º Semestre – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Título: “RETRATO DO ABANDONO”

Menção Honrosa: Maria José Pérez Braga

Anajara Godoi

Anelise Caldini

Daiani da Silveira

Michele Rolim

7º Semestre – PUC/RS

Título: “AS MARCAS DA DITADURA MILITAR NO R G do SUL”

CATEGORIA RÁDIO

1º Lugar: Cid Martins

Título: “NAZISTAS SULINOS”

Rádio Gaúcha – P. Alegre/RS.

2º Lugar: Milena Medeiros Schoeller Staudt

Título: “MULHERES ATRÁS DAS GRADES”.

Rádio Bandeirantes/RS. AM

3º Lugar: Márcio Pessôa

Título: “EXILADOS URBANOS:

Criminosos condenam cidadãos a migrarem pela periferia”

Rádio Cultura FM./RS.

CATEGORIA IMAGEM DE TELEVISÃO

1º Lugar: Emerson Santos

Título: “CASO ARACRUZ:

A RESPONSABILIDADE DE DAR ANTES A NOTÍCIA”

TV – SBT – Canal 5 - Porto Alegre/RS.

CATEGORIA FOTOGRAFIA

1º Lugar: Alexandre Magno Brum da Luz

Título: “OBJETIVO DA AÇÃO ERA PEGAR UMA CARGA DE DROGAS”

Jornal “O Dia” – Rio de Janeiro/RJ.

2º Lugar: Evilázio Bezerra

Título: “PEDREIRO TORTURADO NO 2º DISTRITO POLICIAL”

Jornal “O Povo” – Fortaleza/CE.

3º Lugar: Mauro Schaefer

Título: “ A REVANCHE”

Jornal do Comércio- P. Alegre/RS.

Menção Honrosa: Nilton Fakuda

Título: “A Guerra dos Meninos”

Jornal O Estado de São Paulo – São Paulo/SP.

Menção Honrosa: Marcos Tristão

Título: “MÃES DE VIGÁRIO GERAL”

Jornal “O Globo” – Rio de Janeiro/RJ

Menção Honrosa: Ernesto José de Azevedo Carriço

Título: “CRIANÇAS SÃO BALEADAS EM SALA DE AULA”

Jornal “O Dia” – Rio de Janeiro/RJ.

Menção Honrosa: Alcione Ferreira
Título: “Trabalho Infantil”
Jornal “Diário de Pernambuco – Recife-PE

CATEGORIA Premiação Especial

**Plantações de eucaliptos, pinus e acácias + indústrias de celulose:
Qual o custo benefício para as futuras gerações ?**

1º Lugar: La Liga > Produtora: Cuatro Cabezas (Buenos Aires)
Título: “JUGANDO AL HUEVO PODRIDO”
(para Canal TELEFE - Argentina)
Gerardo Martín Brandy - Gerente de Contenidos
Tamara Leila Hendel - Productora Ejecutiva de
La Liga en Argentina y España

2º Lugar: Angélica Coronel
Clóvis Santacatarina
Cláudio Trindade
Sandra Porciúncula
Salete Teixeira
Título: “A POLÊMICA DOS EUCALIPTOS”
Programa: “TVE Repórter – TV. Educativa/RS.

3º Lugar: Mariana de Freitas
Tatiana Golgo
Título: “FLORESTAS COMERCIAIS: economia X meio ambiente ?”
Agência RADIOWEB

CATEGORIA TELEVISÃO

1º Lugar: Eduardo Faustini
Título: “HORÁRIO ELEITORAL”
Programa: “Fantástico” – Rede Globo – Rio de Janeiro/RJ.

2º Lugar: Vera Carpes
Título: “SCUDERIE LE COQ”
Programa: “Via Legal – TV. Justiça

3º Lugar: Giovani Grizotti
Título: “FARRA DOS VEREADORES TURISTAS”
RBS-TV – P. Alegre/RS.

Menção Honrosa: Raul Antônio Dias Filho
Rafael Perantunes
Sandro Moreira
Leandro Santana
Título: “NEONAZISMO NO BRASIL”
Programa: Domingo Espetacular – TV Record – São Paulo/SP.

CATEGORIA REPORTAGEM

1º Lugar: Raphael Gomide e Sérgio Torres

Título: “EXÉRCITO RECUPERA ARMAS APÓS FAZER ACORDO
COM FACÇÃO DE TRAFICANTES”

Jornal “Folha de São Paulo – São Paulo/SP.

2º Lugar: Mário Magalhães

Título: “MILITAR VIRA RÉU EM PROCESSO POR TORTURA
DURANTE DITADURA”

Jornal “Folha de São Paulo” – São Paulo/SP.

3º Lugar: Eduardo Auler

Título: “ADEUS, FUTURO” (por dia, 852 jovens deixam a escola)

Jornal “Extra” – Rio de Janeiro/RJ.

Menção Honrosa: Sérgio Ramalho de Araújo

Título: “MILÍCIAS TOMAM FAVELÃO”(policiais dominam comunidade)

Jornal O Globo” – Rio de Janeiro/RJ.

Menção Honrosa: Álvaro Guimarães e Carlos Queiroz

Título: “O DRAMA DAS NOITES SEM MADRUGADAS”
(desaparecimentos > familiares desassistidos)

Jornal “Diário Popular” – Pelotas/RS.

Menção Honrosa: Adriana Brito Cruz

Título: “CEMITÉRIO DE MULHERES VIVAS”

Jornal “O Dia” – Rio de Janeiro/RJ.

Menção Honrosa: Marcos Nunes

Título: “INVESTIGAÇÃO ZERO” (polícia investiga só 4%)

Jornal “Extra” - Rio de Janeiro/RJ.

PERSONALIDADE HOMENAGEADA

Arquiteto Dr. José Albano Volkmer

Diretor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS

Recebe em seu nome: Arq. Paula Floriani Volkmer (filha)

ANEXO N – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2011

MJDH – RELATO DE ATIVIDADES E DELIBERAÇÕES 2011

- 01/01 – TV-Record – Entrevista – 60% dos homicídios não são apurados.
- 04/01 – Rádio Voz de Las Madres de Plaza de Mayo – Entrevista – Novo Governo + criação da Comissão da Verdade.
- 05/01 – Inst. Humanitas – Unisinos – Entrevista
c/ Pedro Lucas (documentarista) > caso morte Jango + Mario Barreiro.
- 11/01 – TV-Assembleia – Programa Democracia > tema: Abertura dos Arquivos.
- 12/01 – TV-E – Entrevista – Descriminalizar pequenos traficantes.
- 13/01 – Atendimento > Jorge Fraga – orientação pedido anistia.
- 15/01 – Caso Lavechia – localização (Paris), Gabriel Del Carril , filho chilena Martha Amutegui.
- 19/01 – Rádio Band News – Entrevista – sistema penitenciário.
- 24/01 – TV- Band – Entrevista – Sistema penitenciário.
- 25/01 – Santander Cultural – comentar filme: Utopia & Barbárie.
- 27/01 – TV-E – Entrevista – Holocausto + Brasil: Verdade e Memória > a criação da Comissão da Verdade.
- 31/01 – Bs. As. – Entrega carta de Lilian Ruggia a Pres. Dilma > caso Desaparição no Brasil de seu irmão, Enrique Ernesto Ruggia.
- 31/01 – Rádio Guaíba – entrevista – Visita Pres. Dilma à Argentina + abertura Arquivos + Comissão da Verdade.
- 14/02 – Rádio Voz de Las Madres de Plaza de Mayo
Entrevista: Operação Condor .
- 15/02 – Montevideú – denuncia caso ameaças ao jornalista Roger Rodríguez.
- 17/02 – Montevideú – Casa Bertolt Brecht – Ley de Caducidad + documentário.
- 18/02 – Montevideú – Plaza Cagancha Ato por Verdad y Justicia + apoio Jornalista Roger Rodríguez.
- 03/03 – Rádio Gaúcha – Programa Polemica > Racismo estilista John Galliano.
- 07/03 – TV-Record – S. Paulo – gravação > caso Mengele + Arquivos do MJDH.

- 10/03 – Prefeitura de POA– Reunião Coord. Exec./ V Congresso da Cidade.
- 11/03 – Atendimento > Daniel de Andrade Simões – solicitação documentos polícia da Alemanha.
- 15/03 – Nos visita Gilney Amorim Viana – Sec. Nac. DD HH – Memória.
– OAB/RS – Reunião com Pres. Lamachia – atuação da Comissão de Anistia – não observância notificação advogados etc.
- 18/03 – Rádio Guaíba – Entrevista – Comissão da Verdade – contra ponto M^a do Rosário.
- 22 > 24/03 – Bs. As. 1^o Encuentro por Memoria, Verdad y Justicia.
- 24/03 – Palestra Dani
- 26/03 – Movimento de - Palestra DD HH 1^a, 2^a e 3^a geração no cotidiano.
- 29/03 – Fac. Direito Ritter dos Reis – Campus de Porto Alegre.
Palestra: Efetivação dos DD HH na atualidade.
- 30/03 – Atendimento > Pref. POA –SMED – descumprimento de edital.
- 31/03 – Jornal Página 12 – Bs. As. – Entrevista – Busca e apreensão na casa do major Curió.
- 01/04 – Rádio Guaíba – Entrevista – dep. Bolsonaro racista e homofóbico.
- 01/04 – Atendimento – Alix Georges – haitiano – visto vencido.
- 05/04 – Polícia Federal – c/Newton – transferir p/Montevidéu, oitiva de Maruja.
- 06/04 – Atendimento – dr. Wilson de Oliveira Moreira – SECRASO – Feira do Livro no Jardim Botânico – acompanhamento.
- 07/04 – Atendimento – Com. de Anistia – apresentar dossiê à OAB/RS.
- 09/04 – Teatro de Arena – apresentação > Filha da Anistia – comentar.
- 10/04 – Santander cultural – 5^o Festival Internacional de Fotografia de POA.
Apresentação documentário: Caçadores da Alma – Silvio Tendler - comentar.
- 12/04 – Reunião c/ Flávio Lamel – diretor BANRISUL – mecenato p/livro.
- 15/04 – Entrevista; Fundação Escola de Sociologia e Política de S. Paulo – pesquisa sobre a JUSTIÇA – encomendada p/STF.
- 25/04 – Rádio Guaíba – Entrevista .
- Zero hora –
- Sul 21
- 26/04 – Entrevista IG

Estadão

- 12/05 – Teleconferencia c/Patricia Valdez – Memoria Abierta– n/Proj. Memória.
- 19/05 – Atendimento Gilka – pedido de Anistia.
- 20/05 – PUC – Biblioteca Central.
Inauguração Exposição “Anistia e Democracia” c/presença Min. da
Justiça Cardoso + Paulo Abrão – uso da palavra.
- 25/05 – TJ – 9ª Câmara Civil > Irno X Luiz Cláudio Cunha.
Entrevistas: Rádio Guaíba + Jornal do Comércio.
- 26/05 – Cia Carris – c/presidente João Pancinha – projetos sociais da empresa.
- 27/05 – Tribunal da Consciência – Novo Julgamento dos 5 cubanos.
Reunião preparatória – As. Legislativa/RS.
- 30/05 – 1º Seminário > Abordando a Abordagem Policial – Auditório do MP/RS.
Dani Rudnicki.
- 03/06 – Inst. Histórico e Geográfico do RS. – Gravação depoimento Jair Krischke – Legalidade.
- 03/06 – Plenarinho as. Legislativa/RS:
Tribunal da Consciência – caso dos 5 cubanos.
- 06/06 – Mayari e sua tia Carmen nos visitam.
- 07/06 – APLUB – reunião/almoço – mecenato de n/livro.
- 08/06 – No MJDH – gravação depoimento de Mayari.
- 14/06 – Reunião – Com. da Anistia > Bittencourt + Cap. Wilson + João Telmo.
Solicitar audiências c/ Pres. Dilma + dep. Manuela.
- 16/06 – Consulado da Argentina – vídeo conferencia – depoimento Justiça
Salta – República Argentina.
- Reunião MJDH > Projeto Exposição.
- Entrevista: 1ª vez que se utiliza vídeo-conferência na Justiça Argentina.
- 17/06 – No MJDH - denuncia Ver. e Adv. Dr. Lino Ambrósio Troes – violência
BM em Farroupilha. Encaminharemos ao Secretário de Segurança.
- 18/06 – No MJDH – Gravação depoimento > Caso visita de Wilson Ferreira
Aldunate + Juan Raul à Porto Alegre – espionagem.
- 19/06 – Re Inauguração Busto do Gen. Artigas –frente Santander Cultural.
- 20/06 – Reunião Gab. Dep. Carrion – convocar reunião do MEPPP/RS.

- 21/06 – Consulado Uruguay – coquetel homenagem Vice Ministro de Relações Exteriores – Don Roberto Conde.
- 24/06 – Montevideo – 2º Encuentro por Memoria, Verdad y Justicia.
Rádio CX 30 - Entrevista – livro > Secuestro de los uruguayos..
- 25/06 – Montevideo – 2º Encuentro por Memoria, Verdad y Justicia.
Canal 12 Telemundo + Canal 5 Tv Nacional – entrevistas.
- 26/06 – Montevideo – 2º Encuentro por Memoria, Verdad y Justicia.
Encerramento > manifestação frente a Suprema Corte.
- 27/06 – Montevideo – c/ Amnesty international UY- cooperação com.
Rádio Sodre – programa Diez a Doce. 38 anos do golpe militar.
c/ Camilo e Francesca Celiberti – pedido de anistia/reparação.
La Diária – entrevista – Com. da Verdade + abertura de arquivos.
- 27/06 – Montevideo – Rádio CX 30 – entrevista: Brasil > Comissão da Verdade
+ abertura de arquivos.
- 01/07 – No MJDH – c/dep., Manuela D’Avila – Livro do MJDH + Encuentro Latinoamericano por Memoria, Verdad y Justicia + Com. da Verdade.
- 06/07 – No MJDH – c/Setembrino – documentário caso Benech.
- 07/07 – TV Com – gravação – Programa Pedro Ernesto Entrevista > Direitos Humanos hoje.
c/dep. Manuela + dep Carrion: Com. de Anistia.
- 08/07 –TV-E – Entrevista > Outdoor’s defesa ao direito a ser ateu.
- Justiça Federal – Vara Ambiental, Agrária e Residual:
Testemunha> Chefe Charrua(?) X PH7 Filmes + Giancarla Brunetto.
- 09/07 – No MJDH – gravação: c/Marquinho + Milton.
No MJDH – Caso Benech – gravação p/proposta financiamento.
- 11/07 – Memorial da resistência – São Paulo: Mesa Redonda > Arquivos da Repressão e da Resistência – Desafios e Perspectivas.
- Rádio CBN/Nacional + Rádio Brasil Atual > Comissão da Verdade.
- 13/07 – O Globo – entrevista – monumento ao sarg. Manoel Raimundo Soares.
MP Federal – Caso Jango – investigação.
- 14/07 – Prefeitura Porto Alegre – memorial Mãos Amarradas.
- 18/07 – Dep. Viera da Cunha – Mecenato Projeto Exposição – Pres. Dilma
Daniel de Andrade – Documentos prisão na Dinamarca
No MJDH: reunião c/Dani + Newton + Itamar Arfoc – recurso caso PM.
- 19/07 – Consulado Argentina – Prêmio DD HH

20/07 – Julgamento JME – caso Cap. Zaniol – n/atuação junto MP Militar.

21/07 – Zero Hora – Entrevista caso Skinhead – Júri Popular.

22/07 – Mecenato livro – Sereno Chaise / CGTEE – Newton Müller.
Rádio Web – entrevista > caso Skinhead – Júri Popular.

01/08 – c/dep. vieira da Cunha – entrega documentos exílio Dr. Brizola.

02/08 – OAB/RS – c/Ricardo Breier – Jair + Afonso + Paulo – 28° Prêmio DD HH Jornalismo.

03/08 – MP Militar – caso jogatina corrupção no 11° BPM.

04/08 – Vice Governador – Mecenato livro – Jair + Newton + Wilson

05/08 – Pres. As. Legislativa – Mãos Amarradas – publicar Relatório CPI – Jair
+ Jorge Uequed + Rosa Flores.

08/08 – TV Record – Entrevista – caso refugiados colombianos no interior RS.
Reunião Projeto Exposição.
c/Roberto Perdia – Refugio p/ Paraguai + caso argentina progressão de
pena > regime aberto.

10/08 – No MJDH – reunião com jornalista Gisele Ortolan – Gab. Dep. Miki
Breier > publicação CPI Mãos amarradas.

11/08 – Secretário Segurança – Vereadores de Farroupilha – violência da BM

15/08 – TV Record + RBS TV – Entrevista – homofobia – agressão no trânsito.

17/08 – No MJDH – preso foragido deseja entregar-se > orientação VEC.
No MJDH – mãe busca preso desaparecido.

18/08 – TV-E – Entrevista – 50 Anos da Legalidade.

18/08 – BANRISUL – c/Susete – Mecenato livro MJDH.
Dep. Vieira da Cunha – Documentos Brizola.

23/08 – Rádio Gaúcha – Entrevista – prisão “vingadores” – Justiça prop. mãos.

24/08 – Ministério da Justiça – 10 Anos da Comissão de Anistia.
c/Dr. Paulo Abraão – Sec. Nac de Justiça – Refúgio p/paraguaio.

25/08 – Comissão de Anistia – reunião ordinária

26/08 – 50° Caravana da Anistia – Fac. Direito UFRGS.
Inauguração memorial sarg. Manoel Raimundo Soares.

30/08 – Câmara Federal – Seção Solene – 50 Anos da Legalidade
Entrega Documentos Brizola ao Dep. Vieira da Cunha. – Zero Hora +

F de São Paulo + Jornal do Comércio.
Conare – Refúgio para paraguaio.

31/08 – UFRGS – Inst. Filosofia e Ciências Humanas – palestra > Neonazismo.

06/09 – Nota Oficial contra a censura imposta às empresas do Grupo RBS.

06/09 – MP Federal / Direitos da Cidadania- Caso morte suspeita de Jango.

09/09 – Santiago do Chile > 3º Encuentro Latinoamericano Memoria, Verdad y Justicia -
Universidad de Santiago de Chile (la vieja Universidad Técnica del Estado, UTE) – ao final
da manhã, homenagem a memória de Victor Jara.

10/09 – Museo de la Memoria.

10hs. Mesa: “Lucha por la Verdad y la Justicia en América Latina

Luis Soria – jornalista Agencia de Notícias DD HH. Argentina

Carlos Margotta – Reitor Universidade Arcis – Chile

Katia Nouten – Federación Internacional de DD HH – Bélgica

Diana Conti – Diputada Nacional – Argentina

Afonso Roberto Lincks – MJDH – Brasil

17h30. Mesa: !Concecuencias Políticas y Culturales de la Transición

Roger Rodríguez – Jornalista – Uruguay

Nancy Yañez – Observatório de DD HH – Chile

Silvia Aedo – Comité Fin al Destierro

Jair Krischke – MJDH.

11/09 – Marcha > 38 ANOS DO GOLPE.

Cemitério Central – Ato com leitura do Compromisso de Santiago.

14/09 – Corredor de Ideias do Cone Sul – Unisinos

Palestra: Memória e Transição

15/09 – Instituto Humanitas – Entrevista: Comissão da Verdade.

21/09 – UFRGS – Fac. História – Projeto Marcas da Memória – Entrevista

22/09 – Jornal do Comércio + Rádio Bandeirantes – Entrevista > Com. Verdade

22/09 – MJDH registrado no > Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos
Arquivísticos.

02/10 – c/Dario Pignotti – Hansa / Página 12– documentos do SIDE/Argentina, no aparato
repressivo brasileiro – Pe. Jorge Adur etc. – hoje Arq. Nacional.

03/10 – c/Dario Pignotti – Hansa – remessa documentos caso Pe. Adur.

- c/Nadia Deitos – Torres/RS. – deficientes não atendidos p/INSS.

- c/Dep. Vieira da Cunha – Folder + doc. mecenato Projeto Exposição

- UFRGS – FABICO – Semana Acadêmica Integrada da Ciência da

Informação palestra: MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA – Abertura de
Arquivos.

05/10 – c/Naira Hofmeister – o Globo – pedido reparação Camilo + Francesca.
- TJ/RS – cria comissão p/debater destino processos arquivados .

06/10 – c/Fernanda Senger – aluna PUC – História oral – caso Benech.

18/10 – Câmara Deputados – Comissão de Direitos Humanos.
5º Seminário Latinoamericano de Anistia e Direitos Humanos
Participação: Sérgio Bittencourt + Jair Krischke
Palestra: Desafios para a Comissão Nacional da Verdade.

19/10 – c/Márcia Camarano – Caso João sem Terra. p/livro a ser publicado.

20/10 – o mesmo acima. Projeto marcas da memória.

22/10 – c/Flávia – Jornal Extra Classe – Arquivos – Existência e abertura

24/10 – Posse Pres. Conselho Penitenciário RS – Rodrigo Puggina
Atendimento – Nadia Deitos – Torres > deficientes X INSS

25/10 – c/Carlos Araújo – c/Bitenca + João Telmo + Cap. Wilson –Com. Anistia

26/10 – Rádio Guaíba – entrevista – Comissão da Verdade

27/10 – TV Bandeirantes – entrevista – Comissão da Verdade – Bitenca
CNBB – Regional Sul 3 – Pastoral do imigrante –
c/D. Julio Bonino – Bispo de Taquarembó – UY

28/10 – TJ/RS – Reunião Com. Interdisciplinar p/avaliação de processos Históricos.

31/10 – Rádio Gaúcha – programa Polemica – Lauro Quadros
- Comissão da Verdade – Puggina + Eduardo Carrion + Jair

07/11 – TJ/RS – Posse Desembargador João Barcelos – Dani

07/11 – 14º Conferencia Regional Latinoamericana UITA – Mar del Plata.
08/11 – Seguridad alimentaria en LA – Violencia en la Amazonia.
10/11 – Caso Cordero.

10/11 – Encerramento 14º Conferência

11/11 – Instituto de Políticas Públicas em Derechos Humanos del Mercosur
c/Dr. Victor Abramovich e Laura Toker > panorama brasileiro.

15/11 – TV-E entrevista > Comenda Dom Hélder Câmara.

17/11 – Liane Fraga – aluna Marquinho – estágio no MJDH.

20/11 – Zero Hora – entrevista > Comissão da Verdade.

21/11 – Rádio CBN – entrevista – Comissão da Verdade.

22/11 – Sul 21 – entrevista – Comissão da Verdade.
– Isto É – entrevista – Caso Edmur.

24/11 – c/Dep. Mike Breier – caso PUC/RS – convite PSB campanha
Cumpra-se – sondagem parceria Encuentro Mem., Verdad y Justicia.

28/11 – TV Record – Entrevista: brasileira sem acesso a filha no Líbano c/pai.

29/11 – TV-E – gravar programa “Cidadania” – Direitos Humanos.

30/11 – Reunião campanha “Cumpra-se”

05/12 – Reunião c/Prefeito Fortunati – Projeto Marcas da Memória.
Cais do Porto – Dopinho – onde foi quartel da PE.

06/12 – c/profs. Unisinos – história – pesquisa n/acervo documental.
- Centro Cultural Santander – comentar filme: Oí Nóis Aqui Traveiz
O amargo Santo da Purificação .

07/12 – Ass. Legis. RS. – Com. DD HH – 63º Aniversário da Declaração.
Reunião c/dep. Alexandre Postal (futuro presidente), apoio 5º
Encontro Latinoamericano Memória, Verdade e Justiça.

09/12 – Cerimônia entrega Prêmio DD HH de Jornalismo.

12/12 – Estância Velha – violência BM – vítima – Jean Fabricio Alves, 24 anos.

13/12 – Senado Federal – Plenário – entrega Comenda D. Hélder Câmara.
- Câmara Deputados – Comissão de DD HH – instalação sub Comissão
acompanhamento Com. da Verdade.

15/12 – Cássio Paiva de Souza Neto – ex fun. Petrobrás – anistia.

16/12 – Barbosa – audiência Sen. Collor – mecenato projeto exposição
encaminhamento a Petrobras.

19/12 – Barbosa – audiência direção Petrobras – mecenato Projeto Exposição.

21/12 – Famecos-PUC – Editorial J – gravar programa – Comissão da Verdade.

22/12 – Reunião Projeto Exposição > Afonso + Flávio – novo folder
- Reunião c/dep. Vieira da Cunha – dissídio Procempa.

23/12 – Entrevista – Jornal da USP. – DD HH

26/12 – c/Michel da Silva Barbosa + sua mãe > Cláudio Vallejos – 171.

28/12 – c/ João Pina – fotógrafo português – Operação Condor + Ilha Presídio c/Aplub.

ANEXO O – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2012

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2012

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos, ao longo do ano de 2012, desenvolveu várias atividades elencadas na forma a seguir descrita:

PRESENÇA DO MJDH NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL E EXTERIOR

- 02/01 – La República (Montevideú) – pág. 03 – Sospechan que el prófugo Cordero huyó de Brasil....
- 16/12 – O Dia (RJ) – pág. – Herança saída das trevas: Ditadura de Pinochet permitiu o fortalecimento de grupos neonazistas no país.
- 19/12 – La República (Montevideú) – pág. 07 – El coronel. Cordero está em San Pablo.
- 20/12 – TV-Assembleia – Programa: Democracia – Tema: Direitos Humanos. Informativo OAB/RS – pág. 02 – Prêmio D. Humanos de Jornalismo.
- 22/12 – Diário Gaúcho – pág. 39 – Corregedoria da Polícia Civil sob investigação.
- 23/12 – O Sul – Caderno Reportagem – capa – Escândalo atinge a Polícia Civil.
- 27/12 – Zero hora – pág. 29 – Morro do Osso: Funai deverá defender saída de Kaingangs.
- Livro: Fuimos Soldados
– História secreta de la contraofensiva Montonera.
Autor: Marcelo Larraquy – Aguillar
Página 191 >

PARTICIPAÇÃO EM LIVROS E DOCUMENTÁRIOS

- 16/01 – Documentário > Teorias da Conspiração – Discovery Channel
A Time Warner Company.
- 19/01 – Documentário. Nazismo – Turner Broadcasting – Gravação.
- 29/01 – Documentário > Rede Condor – Discovery Channel – gravação.
- 12/02 – Documentário “Dossiê Jango” – Canal Brasil – gravação.
- 12/03 – Documentário > Rede Condor – Discovery Channel – gravação.

ATENDIMENTOS DIVERSOS E PRESTAÇÃO DE ASSESSORIAS

- 25/01 – Tibule Aymar Sedjro Sossou (Benin)

Sagese Iluinga Kalla (Congo)

Vítimas de racismo p/parte de PM feminina – em ônibus da Carris.
Propomos coletiva de imprensa.

25/01 – Nilce Azevedo Cardoso – processo de Anistia (demorado)

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E ATOS COM AUTORIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS.

27/01 – Gabinete do Comandante da Brigada Militar
Cel. Altair de Freitas Cunha (Sub Comandante no exercício)
Pedido de Desculpas > caso racismo: Tibule + Sagesse.

31/01 – 9º BPM – Seção Judiciária – depoimentos: Tibule + Sagesse.
- Ministério Público RS – caso proibição de transplantes pulmão.
Dr. L F C Barbosa em nome do MJDH, protocola pedido de certidão.

06/02 – c/Dep. Fed. Vieira da Cunha > mecenato projeto exposição.

23/02 – c/Pres. Assem. Legis/RS. Dep. Alexandre Postal + Pres. Com. Direitos
Humanos e Cidadania Dep. Mike Breier = 5º Encontro Memória, Verdade e
Justiça.

14/03 – c/Gerência Petrobras – RJ. – Barbosa – tratativas Projeto Exposição.

22/03 – c/Edmar Tutikian – Projeto Marcas da Memória – Cais do Porto.

PROMOÇÃO OU PARTICIPAÇÃO EM EXPOSIÇÕES, DEBATES, MESAS REDONAS, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

30/03 – 5º Encontro Latinoamericano Memória, Verdade e Justiça
Cumprir com a Verdade.
Plenarinho da Assembleia Legislativa/RS.
Promoção: MJDH + Assem. Legislativa/RS + Comissão de Anistia.

31/03 – continuação.

01/04 – Encerramento > Visita Ilha Presídio – 48 anos do golpe – pedido
Tombamento.

10/04 – Câmara de Deputados – Comissão Parlamentar da Verdade.
3ª Reunião > Audiência Pública – n/intervenção – Documentos e Arquivos.

12/04 – Memorial do RS - Exposição > *Arpilleras* da Resistência Política Chilena.

13/04 – PUC/RS – 57ª Caravana da Anistia – casos julgados (entre outros)
Peter Ho Peng + Christopher Goulart.

PARTICIPAÇÃO EM ATOS, COMITÊS, REUNIÕES COM OUTRAS ENTIDADES

- 25/04 – Reunião > MEPPP/RS.
- 09/05 – Reunião > MEPPP/RS.
- 03/01 – IAB/RS – Reunião p/organizar Lançamento Concurso Nacional:
Memorial dos Lanceiros Negros + Monumento em Porto Alegre.
- 09/01 – Memorial do Rio Grande do Sul – Com o IAB/RS
Lançamento do Concurso Nacional de Arquitetura – Lanceiros Negros.
- 27/03 – Grêmio Football Porto Alegrense
Reunião com o presidente, Dr. Paulo Odone, para tratar prevenir: Racismo na Torcida.
- 27/04 – Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFRGS.
Ato de Lançamento:
Comitê para Libertação dos 5 cubanos prisioneiros dos EUA.
Associação Cultural José Martí/RS – MJDH – Coordenação dos
Movimentos Sociais / Com. de Cidadania e D. Humanos –As. Legislativa.
- 03/05 – IAB/RS – Divulgação dos vencedores do Concurso Público Nacional
Memorial dos Lanceiros Negros + Monumento POA.
- 11/05 – Plenarinho da Assembleia Legislativa RS.
Movimento de Ex-Presos e Perseguidos Políticos.
Andamento dos processos de ANISTIA
C/Dr. Marcello Lavenere Machado
- 12/05 – Plenarinho da Assembleia Legislativa RS.
Movimento de Ex-Presos e Perseguidos Políticos
Assembleia Geral.
- 13/05 – IAB/RS – Cerimônia de Premiação dos Vencedores do Concurso
Nacional Memorial dos Lanceiros Negros.
Câmara Municipal de Pinheiro Machado.
- 21/07 – Plenarinho da Assembleia Legislativa RS.
Movimento de Ex-Presos e Perseguidos Políticos
Reunião do Conselho – Eleição Conselho.
- 22/08 – Reunião c/ARFOC – XXIXº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.
- 23/08 – Reunião c/OAB/RS – XXIXº Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.
- 08/11 – Memorial do RS – Reunião p/criação da As. Amigos Capela Positivista.

ANEXO P – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2013

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2013

O relatório que segue apresenta as principais atividades do Movimento de Justiça e Direitos Humanos em 2013.

Trata-se de um apanhado sucinto que enumera participações em palestras, debates, reuniões, denúncias de violações de direitos, participação junto a órgãos e entidades públicas, em Conselhos, presença nos meios de comunicação de massa, entrega do 30º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, como se pode ver a seguir.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E ATOS COM AUTORIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS

08/01 – MP Federal em Canoas - Dr. Pedro Roso – caso morte suspeita de Ary Abreu Lima da Rosa – em 28/10/1970 – Hospital da Aeronáutica em Canoas.

16/01 – OAB/RJ. – Comissão de Direitos Humanos – Tomada de depoimento (gravado em vídeo), de Jefferson Lopetegui Osorio (filho do cel. Jefferson Cardim de Alencar Osorio), vítimas de primeira Operação Condor documentada. Remetido a CNV.

17/01 – Federação Nacional dos Trabalhadores Aquaviários e Afins – c/participação da OIT + ITF Américas + Min. do Trabalho + MP do Trabalho + familiares de vítimas: Proteção aos trabalhadores brasileiros e segurança dos passageiros em navios de cruzeiro. Adesão ao Convenio 2006.

26/02 – c/Pres. Câmara Municipal de POA – tratativas para realização em parceria da “Semana Nacional da Memória” – 1º de abril - 49 Anos do Golpe – Seminário.

26/02 – Audiência c/Prefeito José Fortunati – Projeto Marcas da Memória.

07/03 – Audiência c/Secretário Segurança/RS – violência policial da BM – assassinato em Sapucaia do Sul + caso de abuso de autoridade + emissão de RG de Peter Ho Peng.

14/03 – Comissão Nacional da Verdade: Luiz Cláudio Cunha toma depoimento de José Antonio Hahn – no MJDH.

15/03 – Comissão Nacional da Verdade: Luiz Cláudio Cunha toma depoimento de Jofre Antunes (ex-agente Federal) – no MJDH.

18/03 – Comissão Nacional da Verdade – Audiência Pública - Escola Superior da Magistratura – Operação Condor > Enrique Padrós + Lilian Celiberti + Jair Krischke.

20/03 – Secretário de Segurança/RS. informa: caso Sapucaia do Sul > IP remetido a Justiça: homicídio doloso + abuso de autoridade + invasão de domicílio. IPM segue.

25/03 – Pref. POA – c/Flávio Dutra – projeto Marcas da Memória + Praça Harald Edelstam + parceria projeto Exposição Usina do Gasômetro.

27/03 – Audiência c/Secretário Municipal do Meio Ambiente: Projeto Marcas da Memória: Praça Raul Pila + Praça Harald Edelstam + indicação de representantes junto Conselho.

02/04 – Audiência c/Secretária Municipal da Educação: Projeto Exposição “Onde a Esperança se Refugiou”. Divulgação + visita alunos.

08/04 – c/Secretária de Segurança/RS – setor inteligência: denuncia de casos de violência policial.

09/04 – IGP – Instituto de Identificação: entrega formal do RG de Peter Ho Peng.

19/04 – 20º BPM – IPM pres. p/major Fernando Gralha Nunes.
Violência policial + invasão de domicílio – acompanhamos a vítima: Adriano Silveira Machado.

08/05 – MP Federal POA – c/Drª Suzete Bragnolo – exumação corpo de João Goulart.
Christopher Goulart + Jair.

13/05 – MP Federal POA – c/Drª Suzete Bragnolo – exumação João Goulart.
Dr. Sami El Jundi + Lenine de Carvalho + Christopher Goulart + Jair.

PROMOÇÃO OU PARTICIPAÇÃO EM EXPOSIÇÕES, DEBATES, MESAS REDONAS, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

28/03 – UNIVERSITÉ STENDHAL GRENOBLE 3 + INSTITUT des LANGUES et des CULTURES d’EUROPE et d’AMÉRIQUE.

COLLOQUE INTERNATIONAL > “Les cicatrices dans l’Histoire: Frontières, Migrations, Desplacements”. – Operação Condor – Jair Krischke.

01/04 – Câmara Municipal POA – Semana Nacional da Memória
Câmara Municipal POA + MJDH + Instituto João Goulart
Seminário > 1964: AS REFORMAS DE BASE
Almino Affonso + Waldir Pires +

NOSSAS PROMOÇÕES:

25/04 – Inauguração da Exposição

PARTICIPAÇÃO EM ATOS, COMITÊS, REUNIÕES COM OUTRAS ENTIDADES

12/04 – no MJDH > reunião c/Dr. Marcelo Chalreo -Pres. Com. DD HH OAB/RJ +
Dr. Rodrigo Puggina Pres. Com. DD HH OAB/RS.

23/04 – OAB/RS – cerimônia de posse nova Comissão de DD HH.

20/05 – Reunião – OAB/RS – cerimônia de posse nova Comissão de DD HH.

DENÚNCIAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS AÇÕES E ATENDIMENTOS ESPECIAIS E PRESTAÇÃO DE ASSESSORIAS

22/02 – Recebemos a visita de familiares dos cinco cubanos presos nos EUA:
Gerardo Hernández, Ramón Labiño, Antonio Guerrero, Fernando
González e René González.
Magaly Iltort > mãe de Fernando Gonzáles
Olga Salanueva > esposa de René Gonzáles
Beatriz Santamaría > governo cubano.
CAMPANHA PARA LIBERTAÇÃO.

**PARTICIPAÇÕES EM CONSELHOS
PRESENÇA DO MJDH NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL E
EXTERIOR**

- 02/01 – La República (Montevideú) – pág. 03 – Sospechan que el prófugo
Cordero huyó de Brasil....
- 03/01 – Rádio AM Libre (Montevideú) – Entrevista > Extradición Cel. Cordero.
La República (Montevideú) – pág. 07 – Presunta huida de Cordero dejó
al descubierto.....
- 04/01 – La República (Montevideú) – pág. 10 – Abogado desmiente fuga de
Cordero, pero no dice dónde está.
- 08/01 – Rádio Band AM – Programa Hora Israelita – Entrevista: Caso grupo de
neonazistas agresores de jovens judeus em 08/05/05.

ANEXO Q – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2014

MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2014

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos, ao longo do ano de 2014, desenvolveu várias atividades elencadas na forma a seguir descrita:

PRESEÇA DO MJDH NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL E EXTERIOR

- 06/01 – TV Record – Entrevista > mudança nome Av. Castelo Branco.
- 13/01 – O Globo – entrevista > caso cel. Pedro Antonio Mato Narbondo.
- 16/01 – La Diária UY + La República + Portal Montevideo – entrevista > caso cel. Pedro Antônio Mato Narbondo – agente Condor UY.
- 17/01 – Brasil Atual – entrevista > caso cel. Pedro Antonio Mato Narbondo.
- 19/01 – Agência Ansa - entrevista > caso cel. Pedro Antonio Mato Narbondo.
Página 12 Bs. As. entrevista > caso cel. Pedro Antonio Mato Narbondo.
- 20/01 – La Rádio CX 30 – entrevista > caso cel. Pedro Antonio Mato Narbondo.
Carta Maior - entrevista > caso cel. Pedro Antonio Mato Narbondo.
- 31/01 – Montevideo Portal – entrevista > caso cel. Pedro Antonio Mato Narbondo.

PARTICIPAÇÃO/COLABORAÇÃO EM LIVROS E DOCUMENTÁRIOS

- 07/01 – c/ Anna Lee – atualização do livro “O Beijo da Morte”- Carlos Heitor Cony + Anna Lee.
- 25/01 – c/Marquinho – documentário “Harald Edelstam”
c/Milton Cougo – documentário “Ilha Presídio”
- 04/02 – c/Laura e outros > documentário Cláudio Benech.
- 06/02 – c/Suzete – documentário Claudio Benech.

ATENDIMENTOS DIVERSOS E PRESTAÇÃO DE ASSESSORIAS

- 06/01 – Leonardo Braga – Mestrando > Operação Condor.
Roberta Pinto – Mestranda > Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo – Fotografia.
- 10/01 – Kathlen Valeska Dorneles- ameaçada morte p/sargento BM – Restinga.
- 03/02 – c/ Roberta Pinto – Mestranda > Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo – Fotografia.

04/02 – c/ Roberta Pinto – Mestranda > Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo – Fotografia.

05/02 – c/Kelly – guarda de filho – problemas c/juiz de Osório.

PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES

06/01 – c/ Christopher Goulart >Evento - 50 ANOS DO GOLPE MILITAR.

07/01 – c/Flávio – Projeto Exposição.

13/01 – c/Dr. Miguel do Espirito Santo IHGRS – 50 Anos do Golpe Militar.

16/-1 – c/Dr. Ricardo Waldman – convite p/representar MJDH no Comam.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E/OU ATOS COM AUTORIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS.

10/01 – c/cel. PM. Bonfanti (inteligência) – caso cel. Pedro Antonio Mato Narbondo.
Agente Condor Uruguay – réu na Itália. + caso Kathlen Valeska Dorneles-
Ameaçada morte p/sargento BM.

16/01 – c/ Dep. UY Nicolas Pereira (filho de Eduardo)

26/01 – c/Dr. Paulo Abrão Pires Junior – apoio projeto Exposição.

28/01 – Reunião com MP Federal – caso morte pres. João Goulart.

PROMOÇÃO OU PARTICIPAÇÃO EM EXPOSIÇÕES, DEBATES, MESAS REDONAS, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E PALESTRAS.

26/01 – Comissão de Anistia – Brasília – reunião do CASC

30/03 – 5º Encontro Latinoamericano Memória, Verdade e Justiça
Cumprir com a Verdade.
Plenarinho da Assembleia Legislativa/RS.
Promoção: MJDH + Assem. Legislativa/RS + Comissão de Anistia.

31/03 – continuação.

01/04 – Encerramento > Visita Ilha Presídio – 48 anos do golpe – pedido Tombamento.

10/04 – Câmara de Deputados – Comissão Parlamentar da Verdade.
3ª Reunião > Audiência Pública – n/intervenção – Documentos e Arquivos.

12/04 – Memorial do RS - Exposição > *Arpilleras* da Resistência Política Chilena.

13/04 – PUC/RS – 57ª Caravana da Anistia – casos julgados (entre outros)
Peter Ho Peng + Christopher Goulart.

ANEXO R – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DO MJDH – ANO 2015

MJDH > RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2015

- 05/02 – Audiência c/Pref. Jairo Jorge – Canoas: proposta criação Praça cel. Alfeu Monteiro.
- 03/03 – Audiência c/Prefeito José Fortunati – P. Alegre: andamento criação Praça Harald Edelstam.
- 14/03 – Memorial da Resistência – São Paulo - Sábado Resistente – Palestra > 50 Anos da Guerrilha de Três Passos.
- 25/03 – Memorial da Assembleia Legislativa RS - Evento c/exibição documentário > 36 ANOS do MJDH + 50 Anos Guerrilha de Três Passos.
- 26/03 – Arquivo Público RS.- Cinema no Arquivo – filme “A memória que me contam” – comentário.
- 01/04 – Projeto Marcas da Memória - Colocação de placa frente Palácio da Polícia – DOPS/RS. - 51 ANOS DO GOLPE MILITAR.
- 02/04 – ABI – Rio de Janeiro > Lançamento da campanha: Um milhão de assinaturas p/reconhecimento da RASD, p/parte do Gov. do Brasil – nosso representante > Luiz Francisco Corrêa Barbosa.
- 17/04 – Marcha Patriótica y Cabildo abierto por la independência Proceso Paz na Colômbia – As. Legislativa RS.
- 25/05 – UFPel – dissertação de mestrado – Roberta Pinto – Prêmio DD HH de Jornalismo.
- 05/06 – Min. Justiça – Comissão de Anistia – consultoria – Oper. Condor.
- 18/06 – Câmara Municipal Canoas – Aprovação Projeto Lei cria Praça cel. Alfeu Monteiro.
- 20/07 – Min. Público Federal/RJ. Consultoria Operação Condor.
- 12/08 – Projeto Marcas da Memória - Colocação de placa frente Dopinho.
- 13/08 – 2º Seminário de DD HH e 3º Seminário de Ações Inclusivas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Sul –Sapucaia/RS.
- 15/09 – III Colóquio Internacional / Cátedra Unesco-Unisinos de DD HH: Violência, Governo e Governança > Justiça Transicional y Plan Condor.
- 25/09 – Brasília - II Consulta Pública / Foro de Participación Social del IPPDH – Memoria, Verdad y Justicia – 40 Años del Plan Cóndor: Mirtha Gianze (UY) – Albertina Antonia Caron (AR) – Maria Stella Caceres (PY) – Ivan Marx (BR) – Jair Krischke (BR).
- 26/09 – Associação Riograndense de Imprensa + Editora Já > lançamento KIT DITADURA (3 volumes), + mesa de debate > Flávio Tavares / Elmar Bones / Jair Krischke.

05/10 – Projeto Marcas da Memória - Colocação de placa frente Fase (ex Sesme ex Febem) – Av. Pe. Cacique.

14/10 – Evento p/reconhecimento da RASD, pelo governo brasileiro: Audiências c/Pres. As. Leg./RS – Gov. do Estado/RS – Pref. Porto Alegre. 20hs. na As. Leg./Rs > Ato Público – exibição documentário – palestras.

20/10 – ESPM Sul – 2ª Semana da Diversidade – cine debate > “Mais Náufragos que Navegantes”.

06/11 – Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul – Lançamento da revista das apenadas > A Flor da Pele. Representados p/Dr. Francisco P. Soares.

12/11 – Bs. As. Palácio San Martín – Abertura Colóquio Regional a 40 Años del Plan Cóndor. Panel Inaugural > A 40 años del Plan Cóndor: avances y desafíos em matéria de memoria, verdad y justicia em la región. Expositores: John Dinges (EUA) / Álvaro Rico (UY) – Jair Krischke (BR). Presidencia de la Nación – Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto – Fiscalía Federal – Inst. Políticas Públicas en DD HH do Mercosur.

13/11 – continuação – Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex Esma) – Talleres de trabajo > planiamiento (cerrados).

A tarde: Inauguração nova sede do Instituto para Políticas Públicas em DD HH do Mercosul. – IPPDH.

16/11 – Ocupação Lanceiros Negros – visita de apoio.

23/11 – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – audiência c/secretário: caso Riozinho (pedofilia + adoções suspeitas)

30/11 – Bs. As. – Fundación Rosa de Luxemburgo – Inauguração sede na Argentina.

01 e 2/12 – Bs. As - Fundación Rosa de Luxemburgo – Seminário > DD HH ayer y hoy – Memoria – complicidades, disputas territoriales.

Palestra: Ingerencias, impunidad y memoria > Jair Krischke.

05/12 – visita filho de João Candido – o Almirante Negro – Tratativas p/criação de fundação.

10/12 – Entrega 32º Prêmio DD HH de Jornalismo